REVISTA DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO

Ano LI • Nº 2 • Julho - Dezembro de 2015

**Revista do Arquivo Público Mineiro**
História e Arquivística
**Ano LI • nº 2 • julho - dezembro de 2015**
**Numeração sequencial suspensa 2º sem. 2011**

Av. João Pinheiro, 372 Belo Horizonte MG Brasil
CEP 30.130-180 Tel. +55 (31) 3269-1167
apm@cultura.mg.gov.br

Governador do Estado de Minas Gerais
**Fernando Damata Pimentel**

Vice-governador do Estado de Minas Gerais
**Antônio Andrade**

Secretário de Estado de Cultura
**Angelo Oswaldo de Araújo Santos**

Secretário Adjunto de Estado de Cultura
**Bernardo Novais da Mata Machado**

Superintendente do Arquivo Público Mineiro
**Thiago Veloso Vitral**

Diretora de Acesso à Informação e Pesquisa
**Alessandra Palhares**

Coordenação editorial
**Renato Pinto Venancio**

Editor executivo
**Regis Gonçalves**

Projeto gráfico e direção de arte
**Márcia Larica**

Pesquisa e seleção iconográfica
**Ana Maria de Souza e Renato Pinto Venancio**

Assistente de pesquisa iconográfica
**Márcia Alkmim**

Revisão e normalização de texto
**Lílian de Oliveira**

Fotografia
**Daniel Mansur**

Editoração eletrônica
**Túlio Linhares**

Gestão financeira
**Via Social Projetos Culturais e Sociais**

Conselho Editorial
**Andréa Lisly Gonçalves**
**Caio César Boschi**
**Eliana Regina de Freitas Dutra**
**Heloisa Maria Murgel Starling**
**Jaime Antunes da Silva**
**José Murilo de Carvalho**
**Luciano Raposo de Almeida Figueiredo**
**Lucilia de Almeida Neves Delgado**

Edição, distribuição e vendas: Arquivo Público Mineiro
Tiragem: 1.000 exemplares. Impressão: Rona Editora Ltda.

**Revista do Archivo Público Mineiro. - Ano 1, n.2**
(jan./mar.1896) - . - Ouro Preto: Imprensa Official de Minas Geraes, 1896 - .
v. : il.; 26 cm. -

Semestral
Irregular entre 1896 – 2005.
Numeração sequencial suspensa 2º sem. 2011.
Numeração sequencial regularizada no 1º sem. 2014.
De 1896 a 1898 editada em Ouro Preto.
De 1930 em diante: Revista do Arquivo Público Mineiro.

ISSN 0104-8368

1. História – Periódicos. 2. Arquivologia – Periódicos 3. Minas Gerais – Periódicos. 4. História – Arquivo – Minas Gerais. 5. Gestão de documentos – Minas Gerais. 6. Administração pública e cidadania – 120 anos do APM – Minas Gerais. I - Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais. II. Arquivo Público Mineiro.

CDD 905

## SUMÁRIO


EDITORIAL | Angelo Oswaldo de Araújo Santos
**Informação e cidadania** | Thiago Veloso Vitral | 7

ENTREVISTA | Daniel Aarão Reis Filho | 8
**Da trincheira à cátedra**
Após depor as armas na luta contra a ditadura, historiador se volta para a ampliação do conhecimento da trajetória das esquerdas.

DOSSIÊ | **Os ásperos embates pela liberdade**

**Apresentação** | Eliana de Freitas Dutra
Heloisa Maria Murgel Starling
Lucilia de Almeida N. Delgado | 20
A História de Minas é pródiga em episódios de confrontação à ordem que engendraram estratégias discursivas e materiais para essas lutas.

**Botocudos entre a catequese e a revolta** | Izabel Missagia de Mattos | 24
Expulsos de suas terras, os povos indígenas do sertão mineiro foram objeto de tentativas de assimilação por meio da catequese missionária.

**Criolismo, antropofagismo à mineira** | Miguel de Ávila Duarte | 48
Com o advento da publicação *leite criôlo*, grupo de escritores mineiros aderiu, no final dos anos 1920, à ala radical do Modernismo.

**Massacre de Ipatinga, um caso de polícia** | Marcelo Freitas | 68
Intervenção desastrada da PM em conflito trabalhista no Vale do Aço, em 1963, provocou número até hoje desconhecido de operários mortos.

**Memórias da resistência** | Anna Flávia Arruda Lanna Barreto | 86
O enfrentamento armado ao regime ditatorial de 1964 foi a opção de inúmeros grupos de esquerda, entre os quais os mineiros Colina e Corrente.

ENSAIO

**Da África negra para um solo de ouro** | Liana Maria Reis 114
Trazidos para o trabalho escravo nas Minas, africanos deixaram marcas duradouras na composição étnica e na cultura mineiras.

**Contra a pessoa de El Rei e a segurança do Estado** | Andréa Lisly Gonçalves 132
O braço da repressão aos adversários do regime absolutista de d. Miguel I alcançou também brasileiros que viviam em Portugal.

ARQUIVÍSTICA | Caio Boschi 144

**A "praga" panfletária**
Panfletos que circularam durante o processo de Independência são documentos essenciais para a História do período.

ESTANTE | Renovação historiográfica 152
A seção destaca obras de referência e estudos pioneiros recentes sobre a História de Minas Gerais.

ESTANTE ANTIGA | Valéria Mara da Silva 154

**De insetos e outros bichos no papel**
Fotografia naturalista de vetores patológicos da agricultura revela a opção cientificista que contaminou o meio rural no início do século passado.

JUSTIÇA ELEITORAL

Tribunal Regional do Estado de Minas Gerais

37.ª zona Diamantina

(Municipio)

Titulo n. ..... do Tribunal Regional

Inscrição n. 1894

| SECÇÃO | | SÉRIE |
|---|---|---|
| Mão esquerda | | Mão direita |
| | POLEGARES | |
| | INDICADORES | |
| | MÉDIOS | |
| | ANULARES | |
| | MÍNIMOS | |

Ficha de inscrição de eleitor cadastrado em Diamantina pela Justiça Eleitoral de Minas Gerais. s.d. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior. SI-13, cx. 25, pc. 04.

**Informação e cidadania**

No curso das comemorações dos 120 anos, o Arquivo Público Mineiro lança mais um número de sua centenária revista. O volume traz à cena uma Minas republicana e rebelde, retratada pelo Dossiê coordenado pelas historiadoras Eliana de Freitas Dutra, Heloisa Maria Murgel Starling e Lucilia de Almeida Neves Delgado. Desde o período colonial, a História de Minas Gerais é marcada por sedições e revoltas, o que teve continuidade com o advento da República, período ao qual esta edição se refere. Entre os aproximadamente dois quilômetros e meio de documentação, o APM tem sob sua guarda vários acervos que registram esses movimentos sediciosos e revoltas, preservando a memória de eventos que nortearam ou desnortearam os rumos do processo histórico.

Destacamos os registros das Revoluções de 1930 e 1932, integrantes da Coleção Revolução de 1930 e do Fundo Secretaria do Interior. Essa documentação nos conduz ainda aos acontecimentos da Legião de Outubro, movimento fundado em Minas Gerais por Gustavo Capanema, Amaro Lanari e Francisco Campos, com a finalidade de congregar o apoio ao Governo Provisório instaurado após outubro de 1930. Ressalta-se, também, o acervo do Departamento de Ordem Política e Social de Minas Gerais (Dops/MG), que remete ao ano de 1927, marco inicial do policiamento político no Estado.

O acervo do Dops/MG vai de 1927 a 1989. Sendo assim, sua documentação abarca períodos de agitação política e social em Minas Gerais e em todo o país, como a Intentona Comunista, o Estado Novo e o golpe que desencadeou 21 anos de regime militar, a partir de 1964. Ademais, vale ressaltar que o Arquivo Público Mineiro recebeu o acervo documental proveniente da extinta Secretaria de Estado de Segurança Pública, relativo aos anos de 1964 a 1985, e os remanescentes da Polícia Civil do Estado de Minas Gerais – Coordenação Geral de Segurança Pública (Coseg). Trata-se de uma vasta gama documental que possibilitará a escrita de densos capítulos da historiografia do regime militar brasileiro.

A documentação evidencia que a suspeição comunista e o policiamento político se mantiveram atuantes mesmo após a retomada da ordem democrática, pelo menos até o início da década de 1990. Outros documentos que elucidam o período compreendem os processos de indenização às vítimas da ditadura que sofreram violação dos direitos humanos. Tais processos foram transferidos para o APM em 2012, pela Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese), Subsecretaria de Direitos Humanos, Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos (Conedh), em razão do Decreto Estadual nº 46.052, de 24 de setembro de 2012, que dispõe sobre a guarda, organização, registro, tombamento e catalogação de documentos a serem trasladados para o Arquivo Público Mineiro.

Os acervos assinalados reforçam as características do APM como uma instituição arquivística pública comprometida com a transparência e o direito à informação e à cidadania, notadamente em períodos de tensão social, nos quais a democracia é colocada em risco. O Arquivo Público Mineiro se fortalece e ganha fôlego para continuar a cumprir suas relevantes funções.

Angelo Oswaldo de Araújo Santos
Secretário de Estado de Cultura de Minas Gerais

Thiago Veloso Vitral
Superintendente do Arquivo Público Mineiro

Revista do Arquivo Público Mineiro

Entrevista

Daniel Aarão Reis Filho

# Da trincheira à cátedra

Tendo trilhado como protagonista os caminhos da História do Brasil em momento crucial, o entrevistado reafirma o compromisso de estudá-la e compreendê-la por meio de seu trabalho de pesquisador e intérprete.

> Do ponto de vista contemporâneo, todos os homens e mulheres são construtores e produtos de seus respectivos contextos. Seja atuando, intervindo, criticando, seja pela escolha em não participar politicamente ou defender propostas sociais alternativas, todos somos artífices do nosso próprio tempo. Algumas pessoas, porém, além disso, procuram refletir sobre essa participação e escrevem a respeito dela. Paralelamente a escritores, jornalistas, sociólogos e cientistas políticos, destacam-se, nesse grupo de especialistas, os historiadores da época contemporânea. O entrevistado desta edição da **RAPM** é um desses casos. Além de renomado historiador, referência em termos da análise da contemporaneidade brasileira e internacional, Daniel Aarão Reis Filho teve uma trajetória de vida marcada pelo comprometimento e engajamento políticos, tendo sido preso e exilado durante o regime ditatorial implantado no Brasil em 1964. Graduado e mestre em História pela Université de Paris VII e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Aarão Reis é professor titular de História Contemporânea da Universidade Federal Fluminense (UFF), tendo formado ou influenciado uma geração inteira de historiadores. Autor de inúmeros livros, nosso entrevistado relata aqui sua experiência na luta contra a ditadura civil-militar brasileira dos anos 1960 e 1970, assim como sua experiência como pesquisador em diversos arquivos, revelando também seus temas atuais de pesquisa. Entre eles, destaca-se História das esquerdas no Brasil e a História das revoluções socialistas, aí incluída a trajetória da III Internacional Comunista (Comintern). Mais recentemente, tem se voltado para o estudo das complexas relações entre Literatura e História.

**RAPM – Comente sobre sua trajetória intelectual. O estudo da História o levou à militância política ou foi a militância política que o levou aos estudos históricos?**

**Daniel Aarão Reis Filho –** A História sempre esteve em meus horizontes. Lá em casa, meu pai era apaixonado pela História, tanto da Europa e, especialmente, da França, mas também do continente americano, incluindo-se aí os EUA. De quebra, também conhecia muito bem a História do Brasil. Um estudioso diletante de História. Era uma História Política tradicional, cheia de generais, dinastias, batalhas e guerras, intrigas de corte, amantes de reis e de rainhas, típica das revistas de História que circulam ainda hoje na França. Entretanto, minha primeira vocação foi a política, a política revolucionária. Com apenas 18 anos, assisti à instauração da ditadura que iria durar longos 15 anos (1964-1979). Com outros, infelizmente nem tantos, decidi-me pelo combate sem tréguas ao novo regime. Seria um combate aberto, frontal, com armas na mão, com vistas a derrubar a ditadura e formar no país um governo revolucionário. Nesse novo contexto, juntamente com os companheiros, continuei me interessando por História, uma outra História, de inspiração marxista, com ênfase nas dimensões econômica e social. Mas também líamos com atenção as obras políticas de Karl Marx e de Friedrich Engels. Pensávamos, então, ter ali as chaves da História com H maiúsculo, o método de sua compreensão, o materialismo histórico e dialético. Dois processos, sobretudo, me interessavam: a História da Revolução Francesa e o das revoluções socialistas. O estudo dessas disciplinas era visto como uma arma teórica para elucidar os caminhos da revolução. Como se sabe, o projeto revolucionário de luta armada não mereceu apoio da sociedade. Fomos massacrados. Libertado por uma ação revolucionária, em junho de 1970, fui para o exílio, mas, até a queda de Allende, em setembro de 1973, mantive-me

ligado às aspirações revolucionárias. Depois daí, não mais expulso apenas do Brasil, mas da América Latina, convenci-me do fim da proposta de luta armada e fui então envolvido por Clio. Eu não conseguira mudar a História, a ver se seria possível, ao menos, compreendê-la. Em síntese: foi o fracasso da militância política revolucionária que me levou à História.

**RAPM – Quais foram os desafios, na França, de escrever um mestrado a respeito da História da formação do Estado brasileiro contemporâneo?**

**Daniel Aarão Reis Filho –** É importante sublinhar que o mestrado na França era, na época (1974/1975), bastante mais simples do que o nosso atual mestrado. Tratava-se de escrever um *mémoire*, um texto relativamente curto – 100/150 páginas – apresentando o "estado da arte" a respeito de certo objeto. Escolhi o Estado brasileiro num delírio de grandeza (mal que me acometia muito fortemente, embora me visite ainda hoje, às vezes): queria compreender aquela Hidra que esmagara nosso projeto revolucionário. Era um desafio e tanto, mas tinha à disposição as excelentes bibliotecas francesas que dispunham de farta bibliografia brasileira. E a companhia – e o conselho – de, entre outros, três destacados intelectuais: Nicos Poulantzas, Fernando Claudin e Cornelius Castoriadis, com suas teses inovadoras e, em certa medida, revisionistas. Meus orientadores, Jean Piel e Catherine Coquery-Vidrovitch, em Jussieu, Paris-VII, não deixaram de me estimular, mesmo que, no final, tenham achado, com razão, minha dissertação *affreusement abstraite* (assustadoramente abstrata).

Com apenas 18 anos, assisti à instauração da ditadura que iria durar longos 15 anos. Com outros, infelizmente nem tantos, decidi-me pelo combate sem tréguas ao novo regime.

**RAPM – Quais são as dificuldades em relação às fontes de pesquisa, para se escrever a História da ditadura civil-militar?**

**Daniel Aarão Reis Filho –** Em relação a outros regimes ditatoriais, tivemos o privilégio, desde os anos 1980, de contar com o imenso arquivo do *Brasil: Nunca Mais*, com número superior a 800 processos judiciais, copiados ilegal e corajosamente por um grupo de advogados e militantes sob a proteção do cardeal Evaristo Arns e que, até hoje, guardado no Arquivo da Unicamp, é fonte para muitos trabalhos sobre a ditadura. A essa riquíssima fonte vieram, com o tempo, se adicionar muitas outras – depoimentos de militantes, de torturadores, arrependidos ou não –, extensa bibliografia memorialística, arquivos da repressão, como o do Dops e o do SNI. Nos arquivos públicos Nacional, e nos dos Estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, entre outros, estão acervos que, apesar de já trabalhados, continuam sendo minas inesgotáveis para pesquisas sobre o período ditatorial. Mais recentemente, constituiu-se o arquivo do *Projeto República*, situado na

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), em Belo Horizonte. Chamo a atenção também para arquivos internacionais, como o Arquivo Nacional dos Estados Unidos, em Washington, carente ainda de melhor exploração; os arquivos de Assunção, Paraguai, particularmente ricos para a compreensão da repressão internacional no Cone Sul (Operação Condor). Infelizmente, no entanto, permanecem ocultos, em mãos das Forças Armadas, arquivos preciosos para a compreensão do período, tanto mais preciosos quanto sabemos que as corporações militares tiveram preeminência incontestável no período ditatorial. Tem faltado coragem política aos presidentes civis (FHC, Lula e Dilma) para superar o corporativismo cego de chefes militares que se recusam a abrir ao distinto público os arquivos sob sua guarda. Enquanto isso não acontecer, algumas questões permanecerão sujeitas a especulações.

Eu não conseguira mudar a História, a ver se seria possível, ao menos, compreendê-la. Foi o fracasso da militância política revolucionária que me levou à História.

**RAPM – E em relação aos partidos políticos revolucionários, quais são as melhores fontes?**

**Daniel Aarão Reis Filho –** Em grande medida, creio que a pergunta já está respondida. Restaria ainda, nesse sentido, o desafio de conseguir a abertura dos arquivos soviéticos/russos. Em Moscou, dispomos de acesso irrestrito aos arquivos da Internacional Comunista. Porém, como essa organização foi dissolvida em 1943, pouco nos oferece a respeito de tempos mais recentes. Se, e quando, os arquivos do Comitê Central do antigo Partido Comunista da União Soviética (PCUS) puderem ser pesquisados, poderemos elucidar muitas questões que permanecem nas sombras.

O mesmo se poderia dizer, em escala menor, mas muito importante, dos arquivos cubanos e chineses, absolutamente vedados até os dias de hoje. Apesar das restrições existentes, creio que, em relação a certas temáticas, avançamos bastante na compreensão do período ditatorial (partidos políticos, militância política, repressão, entre outros). Entretanto, nos debates travados por ocasião do cinquentenário da instauração da ditadura, um verdadeiro continente apareceu como pouco explorado: como viveram as classes populares e as pessoas comuns de todas as classes no Brasil durante a ditadura, como se estruturaram seus hábitos, costumes, aspirações, desejos, enfim, como se desdobrou o cotidiano nos sinistros tempos da ditadura. Essa, a meu ver, sem prejuízo das demais, seria uma inovadora direção de pesquisa para os próximos dez anos.

**RAPM – Na bibliografia a respeito de seu biografado, Luís Carlos Prestes, qual a fonte documental que considerou mais importante? Comente um pouco a respeito do arquivo pessoal desse líder revolucionário.**

**Daniel Aarão Reis Filho –** Destacaria três acervos: o dos testemunhos pessoais do próprio Luís Carlos Prestes, em particular um longo depoimento prestado a Anita Prestes e a Marly Viana, que permanecia inédito. Um depoimento "sem censura", pois não destinado à publicação. Como sabemos, depoimentos desse tipo são particularmente importantes. Há ainda muita documentação relevante sobre Prestes na Unicamp, onde foram depositados, depois da morte, seus arquivos pessoais. O segundo acervo foi constituído por fitas gravadas, concernentes a duas reuniões do Comitê Central do Partido Comunista, realizadas, respectivamente, em Moscou e Praga, em 1976 e 1979. Pela primeira vez na História, puderam ser surpreendidas reuniões clandestinas, com registros "não censurados" e não destinados à publicação. Devo o acesso a esses acervos à generosidade de Iuri Ribeiro, filho caçula de Prestes e Maria, que me permitiu consultá-los e divulgá-los. Atualmente, tais fitas encontram-se depositadas no Laboratório de História Oral e Imagem da Universidade Federal Fluminense/Labhoi-UFF. Complementarmente, pude consultar também, no Arquivo Público do Estado de São Paulo, as famosas cadernetas de Prestes, cujos registros lançam muita luz sobre a dinâmica interna do Partidão, as aspirações de suas lideranças, seus propósitos e objetivos na conjuntura crítica que precedeu o golpe de 1964. Finalmente, mencionaria os arquivos da Internacional Comunista (IC), em Moscou. Embora a "cobertura" desses arquivos se encerre, como já disse, em 1943, data da dissolução da IC, os documentos estão muito bem organizados, digitalizados, oferecendo uma visão acurada sobre as primeiras décadas do Partido Comunista, quando se forjaram seus mitos fundadores e seu DNA revolucionário.

[...] tivemos o privilégio de contar com o imenso arquivo do *Brasil: Nunca Mais*, com número superior a 800 processos judiciais, copiados ilegal e corajosamente.

**RAPM – Entre seus atuais temas de pesquisa, consta o interesse crescente pela relação entre História e Literatura. Comente a respeito das potencialidades e problemas das fontes literárias.**

**Daniel Aarão Reis Filho –** Depois de terminada a biografia de Prestes, em fins de 2013, curada a ressaca dos debates sobre o cinquentenário da ditadura, travados ao longo de 2014, volto-me, cada vez mais, para essa paixão já enunciada há alguns anos: explorar as fronteiras entre Literatura e História, investigando a primeira como fonte para a produção da História. Meu projeto atual é compreender como e por que se encantaram e em seguida se desencantaram da revolução violenta os intelectuais escritores russos. Através da literatura produzida por Aleksandr Ivanovitch Herzen, Nikolai Gavrilovic Tchernichevsky (século XIX), Isaac Babel, Boris Pasternark e Anatoly Naumovich Rybakov (século XX), tentarei compreender esse processo de encantamento e desencantamento, seus

"comos" e seus "porquês". É conhecida a provocação do cubano Guillermo Cabrera Infante sobre a capacidade de a ficção desvelar a história melhor do que qualquer livro de História. Gosto da provocação, e ela me guia na aventura atual. Igualmente importante, no entanto, é perceber que a Literatura, mesmo a mais realista, não é a representação do real.[1] Do que se trata é definir a pertinência e a expressividade de determinada obra literária. A peça *Os justos,* de Albert Camus, é ficcionalmente realizada, um dos melhores documentos sobre os propósitos, as angústias e as contradições vividas pelos *narodniks* (populistas) russos. Fiódor Dostoievski, cerca de um século antes, com *Os demônios*, fora capaz de desenhar (descontados os exageros caricaturais) os delírios e as utopias das vanguardas russas. Há melhores documentos sobre a guerra civil russa do que o clássico *A cavalaria vermelha*, de Isaac Babel? Já no século XIX, Marx e Engels saudaram a obra de Balzac como um documento essencial para a compreensão da sociedade burguesa da época. Aqui no Brasil, diversos autores exploraram com proveito essa senda. Entre outros, Nicolau Shevchenko,[2] Sidney Challoub[3] e Márcio Seligmann-Silva[4] demonstraram a possibilidade, a viabilidade e a riqueza da articulação entre estas duas disciplinas. Sinto-me animado a perseguir a trilha oferecida por essas fontes. Uma trilha com suas armadilhas, como outra qualquer. As fontes literárias haverão de ser complementadas, e sempre devidamente contextualizadas, como se aprende em nosso ofício. Mas seu potencial iluminador me parece estimulante.

Pela primeira vez na História, puderam ser surpreendidas reuniões clandestinas, com registros 'não censurados' e não destinados à publicação.

**RAPM – Qual o alcance que a Lei de Acesso à Informação teve para facilitar o trabalho dos pesquisadores nos arquivos brasileiros e quais são os óbices ainda encontrados que a lei não conseguiu eliminar?**

**Daniel Aarão Reis Filho –** A lei representou um avanço. Mas não tem sido capaz de resolver dois problemas maiores: *primo*, a falta de consciência arquivística das autoridades, que destinam magros recursos à organização dos arquivos, sem contar tendências e tentações piromaníacas; *secundo*: o jogo de esconde-esconde, não coibido pelas maiores autoridades. A melhor expressão desse jogo é, sem dúvida, a política das Forças Armadas de ocultar seus sinistros arquivos do tempo da ditadura.

**RAPM – Como o Sr. avalia o projeto Memórias Reveladas? Ele tem proporcionado avanços na pesquisa?**

**Daniel Aarão Reis Filho –** Sem dúvida. Seu maior mérito, inestimável, é proporcionar o fácil acesso,

por meio da internet, à documentação relevante. Mas noto no projeto um calcanhar de aquiles – o de incorporar uma espécie de "discurso oficial" sobre o mito da chamada "resistência". Parece que todos "resistiram" à ditadura. Ora, se fosse este o caso, como explicar o tempo que a ditadura durou? O seu legado na sociedade atual, o que chamo de "os cacos" da ditadura na atual Constituição e na vida social brasileira? Penso que o Arquivo Nacional deveria abrigar não apenas os documentos que evidenciam a resistência, mas também os que evidenciam a colaboração com a ditadura. Sem contar a documentação que pudesse iluminar os comportamentos de indiferença, de meios-tons, as ambivalências da chamada "zona cinzenta".[5]

A melhor expressão desse jogo [de esconde-esconde] é, sem dúvida, a política das Forças Armadas de ocultar seus sinistros arquivos do tempo da ditadura.

**RAPM – Em que projetos de pesquisa o Sr. está atualmente envolvido?**

**Daniel Aarão Reis Filho –** Estou empenhado em dois projetos. Primeiro: pesquisar a trajetória dos intelectuais russos, em suas complexas relações com a revolução violenta, explorando as fronteiras entre Literatura & História. Segundo: pesquisar as tradições nacional-estatistas, construídas por Getúlio Vargas, sobretudo enquanto durou a ditadura do Estado Novo, e que permanecem vivas e atuais, embora redefinidas, em particular nos governos Lula e Dilma Rousseff.

**RAPM – Que sugestões daria a um jovem historiador que tem interesse em desenvolver pesquisas em arquivos?**

**Daniel Aarão Reis Filho –** Lembrar sempre que as fontes são mudas. Aproximar-se delas com indagações precisas. Mas não engessar-se nas perguntas previamente formuladas, mantendo vivas a imaginação e a curiosidade. E cultivar margens para ser surpreendido. Nessas margens, muita vez, surgem hipóteses e direções imprevistas de pesquisa. Não esquecer que muitas das invenções decisivas na história do gênero humano brotaram do puro acaso.

**Notas |**

1. AUERBACH, E. *Mimesis*: a representação da realidade na literatura ocidental. São Paulo: Perspectiva, 2002.

2. SHEVCHENKO, Nicolau. *Literatura como missão*: tensões sociais e criação cultural. São Paulo: Brasiliense, 1983.

3. CHALLOUB, Sidney. *Machado de Assis, historiador.* São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

4. SELIGMANN-SILVA, Márcio. *História, memória, literatura*: o testemunho na era das catástrofes. Campinas: Editora da Unicamp, 2013.

5. LABORIE, Pierre. *Les Français des années troubles*: de la guerre d'Espagne à la libération. Paris: Seuil, 2003.

HILDEBRANDO MARTINS DA COSTA
1.º TABELLIÃO
7 ABR. 1933
ITABIRA — MINAS

CARIMBO

Diretor da Secretaria.

**Polegar direito**

Formula dactiloscopica

# Os ásperos embates pela liberdade

Eliana de Freitas Dutra
Heloisa Maria Murgel Starling
Lucilia de Almeida N. Delgado

Os artigos que compõem o Dossiê que ora apresentamos ao leitor trazem expressivas contribuições historiográficas sobre o modo como, ao final do século XIX e ao longo do século XX, uma linguagem política de resistência e protesto continuou a se desenvolver e a ser falada em Minas Gerais. Essa linguagem se apresentou tanto no plano da ordenação de ideias e constituição de vocabulário quanto no âmbito das práticas simbólicas e da imaginação, e este é o propósito do Dossiê: compreender as maneiras como, em uma temporalidade definida, estavam sendo construídas formas de pensar e de agir que respondiam diretamente aos problemas apresentados pelo contexto em que foram engendradas.

A opção pela narrativa resulta da característica de dobradura do tempo que Hannah Arendt dizia ser própria a esse gênero. É característica da narrativa reter do passado algo de perturbador: a repetição do que propriamente falando nunca aconteceu, o retorno das possibilidades perdidas. Por conta da capacidade de retenção dessa instância perturbadora do passado, ao gênero narrativo também se permite agregar outros procedimentos: o escrutínio de novas fontes e a busca de seus princípios explicativos; o exercício de uma imaginação que interrogue as fontes, explore posições desconhecidas, conheça discursos de natureza distinta, alimente novas perguntas. E é precisamente o uso desses procedimentos que faz da narrativa uma reflexão sobre o que nos separa do passado, um procedimento adequado, portanto, ao campo que Ginzburg designou como um gênero literário chamado Historiografia.

Ao tratar das formas de uma escrita da História para o nosso século, José Murilo de Carvalho dizia da imaginação e da multiplicidade das fontes como dois predicados importantes na composição dessa escrita, capazes de flexibilizar o campo da História, transbordar os limites estreitos da especialização e convidar o historiador a travar diálogos improváveis e não antecipados. Os procedimentos de análise de uma linguagem de resistência e protesto, em Minas Gerais, ao final do século XIX e durante o século XX, têm muito a revelar sobre o circuito da política e o lugar do poder: a ação de dizer ou de apresentar um argumento aberta e explicitamente expõe um direito – o direito de falar. A linguagem é a expressão desse direito e sua composição revela o lugar onde ocorreu uma luta pelo reconhecimento e exercício público desse direito.

Resistir é uma linguagem de defesa. Quem usa essa linguagem adota uma linha de ação orientada

pela reivindicação de determinados direitos, pelo enfrentamento da violência e do arbítrio e pela disposição para retirar o consentimento – e qualquer forma de poder, para funcionar, depende da colaboração ou, pelo menos, do consentimento de boa parte da sociedade. Linguagens de resistência têm como objetivo mobilizar a sociedade – a partir de grupos dentro dela – para que se retire o consenso. Quem utiliza esse tipo de linguagem sabe que corre riscos por se posicionar numa correlação desvantajosa: seu adversário é superior em forças, não existem garantias, caso seja descoberto, está, em diversas circunstâncias, sem alternativa e sem proteção legal.

Linguagens de resistência também dependem de criatividade e imaginação, sorte, barganha e malícia. Por conta disso, são linguagens adequadas ao campo das experimentações culturais, estéticas e comportamentais – elas comungam de uma mesma vocação antiautoritária. Seu estilo costuma ser rebelde e irreverente, não raro se abre a quimeras e devaneios e, independente de gênero e estilo, essas linguagens sempre providenciaram um novo e inesperado estoque de referências para a vida pública brasileira. Ainda assim, são linguagens de vida curta – movimentos de resistência e protesto não duram para sempre. Mas, com um olho, espiam o futuro: afinal, servem para revelar o quanto o poder é vulnerável. E o exercício da sua revelação é o que ensaiam os textos deste Dossiê, que traz outras historicidades para a História de Minas e uma leitura a contrapelo da memória do seu passado.

Inaugura o Dossiê uma inédita descrição sobre a revolta dos índios botocudos na Catequese Capuchinha em Itambacuri (MG), no ano de 1893. Escrito por Izabel Missagia de Matos, professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o artigo, em uma abordagem interdisciplinar, faz uma breve incursão pelas revoltas populares, como a Cabanagem e a Balaiada ainda no período do Império para, em seguida, concentrar-se em diferentes manifestações de descontentamento e revolta dos indígenas brasileiros. Finalmente concentra-se no episódio de 1893 sem, contudo, desconsiderar sua inserção em um cenário histórico mais amplo, o do nascimento da República no Brasil. Essa revolta dos índios botocudos apresenta diferentes facetas e traduz em sua especificidade a realidade complexa e ainda muito pouco pesquisada da questão indígena no Brasil. Centrando-se na questão da expropriação das terras dos índios brasileiros e na catequese missionária

a eles imposta, sugere a necessidade de ampliação e aprofundamento de pesquisas sobre os primeiros habitantes da terra brasileira e sobre os percalços de sua trajetória após a chegada dos portugueses ao Brasil, até o período republicano recente. As vicissitudes da fala e dos interesses indígenas, mediados e confrontados por intérpretes, colonizadores, religiosos e militares nos primórdios da República, colocam o leitor frente a frente com as questões da alteridade, da oralidade, das políticas das línguas e da dura luta pela sobrevivência da cultura e de um mundo indígena no Brasil.

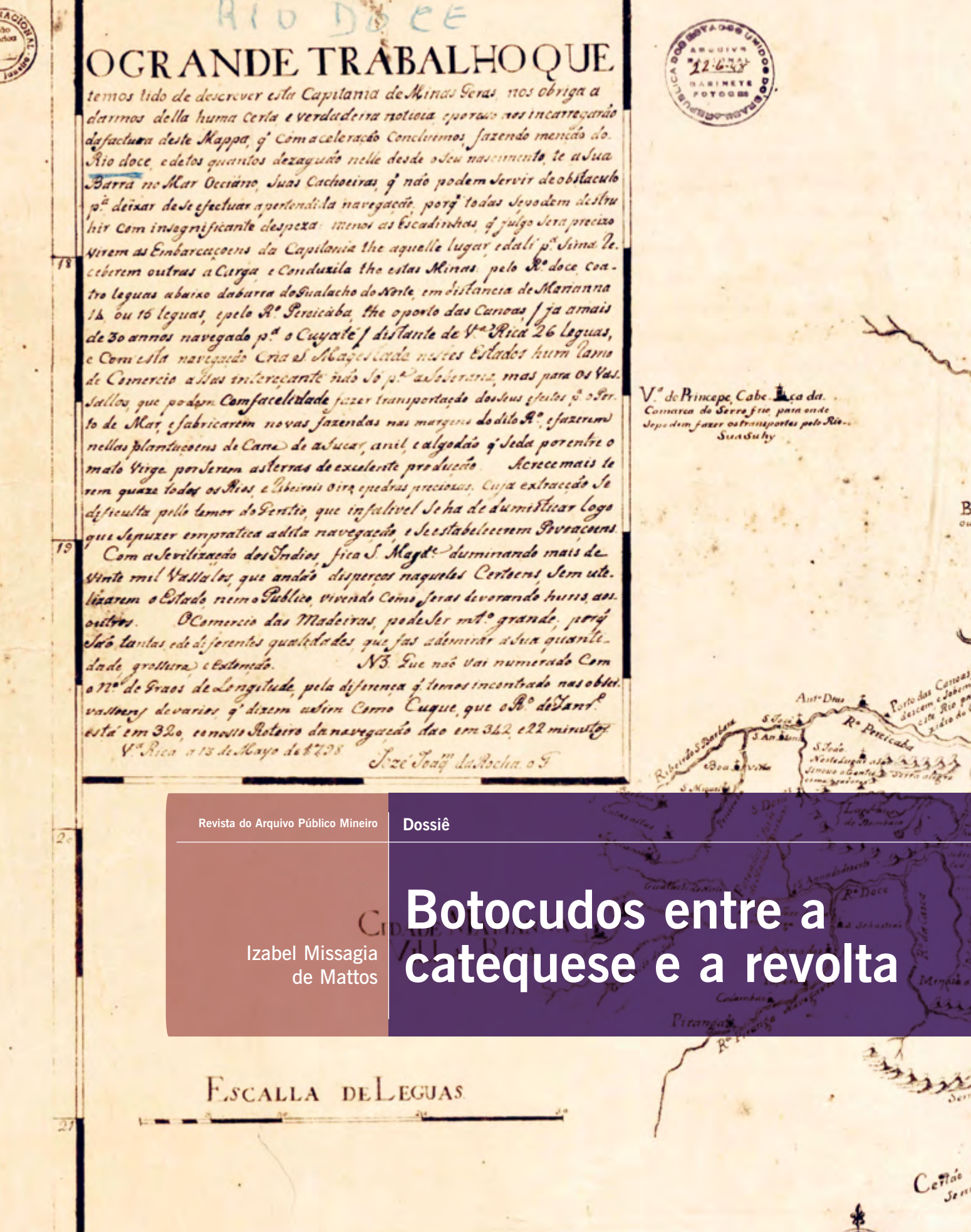
Em seguida, o artigo "Criolismo, antropofagismo à mineira" dedica-se à publicação modernista *Leite Criôlo*, editada pelos escritores João Dornas Filho, Guilhermino César e Aquiles Vivacqua, expoentes do Modernismo de Minas Gerais. Escrito por Miguel de Ávila Duarte, jovem historiador, doutorando em Estudos Literários, o qual apresenta uma instigante interpretação sobre o Modernismo brasileiro e suas diferentes e muitas vezes divergentes correntes. Em um diálogo fértil entre História e Literatura, que vem experimentando desde a sua iniciação científica e o mestrado, o autor, ao se debruçar por uma publicação modernista menos conhecida, também lança luzes sobre a relação fértil entre diferentes expoentes do movimento modernista no Brasil. O grupo que editou a revista *Leite Criôlo* aderiu um pouco tardiamente ao Modernismo e trouxe consigo propostas peculiares e polêmicas como: nacionalismo exaltado mas antiufanista e identificação do que consideravam máculas do caráter nacional, derivadas, segundo sua interpretação, da herança africana tais como: tristeza, saudosismo e luxúria. Também criticavam o bacharelismo, por eles considerado o "lado doutor" da realidade. *Leite Criôlo*, como tantas outras revistas modernistas, teve vida curta, mas em suas páginas, de acordo com Miguel Duarte, estão registradas representações de um país que, embora de forma relutante e contraditória, já não podia fugir às demandas de uma modernidade tardia e paradoxal. O periódico foi expressão de uma novidade original e radical no panorama cultural das Minas e do Brasil.

Em outro registro, traduzido pelo diálogo do jornalismo investigativo com a pesquisa histórica, Marcelo Freitas, reconhecido profissional de imprensa em Minas Gerais, apresenta expressiva e inédita contribuição sobre o acontecimento histórico denominado "Massacre de Ipatinga", no ano de 1963. Sua pesquisa sobre o tema que define como "uma história sem fim" começou em

1988 e se estende até os dias atuais. Freitas, sem dúvida, dedica-se ao que podemos denominar História do Tempo Presente. Seu objetivo inicial, ainda como repórter, de apurar o número de mortos na portaria da Usiminas no início da década de 1960, ganhou envergadura de pesquisa histórica, traduzida em dissertação de mestrado defendida na PUC Minas e em livro intitulado *Não foi por Acaso.* Seu artigo, além de demonstrar as dificuldades enfrentadas inclusive pela Comissão Nacional da Verdade para apurar detalhes do acontecido, definir o número de vítimas e indicar responsabilidades, inscreve o "Massacre de Ipatinga" na conjuntura histórica que antecedeu ao Golpe de 1964. Conjuntura marcada por expressivo crescimento das reivindicações operárias e forte polarização política, social e ideológica, na qual se imprimiram as marcas dramáticas de um presente em formação.

Finalmente, a historiadora Anna Flávia Arruda Lanna Barreto, professora do Centro Universitário UNA-BH e pesquisadora associada ao *Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória/ UFMG*, apresenta relevante contribuição para a história das organizações das esquerdas revolucionárias em Minas Gerais, no período de 1967 a 1969. O objeto de sua analise são duas organizações: a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente) e o Comando de Libertação Nacional (Colina). Para pesquisar origem, trajetória, propostas e perfil dos militantes dessas organizações, além de recorrer à bibliografia já publicada sobre as esquerdas no Brasil, pesquisou documentação do Departamento de Ordem Política e Social (Dops), hoje digitalizada e sob guarda do Arquivo Público Mineiro. Seu artigo apresenta em uma escrita clara e bem fundamentada as diferentes opções das duas organizações, suas estratégias de ação frente à ditadura que vigorava no Brasil e o sofrido destino de seus militantes. Trata-se de um texto que prima pelo rigor analítico das fontes pesquisadas e objeto analisado. Uma bela contribuição para a História das esquerdas no Brasil.

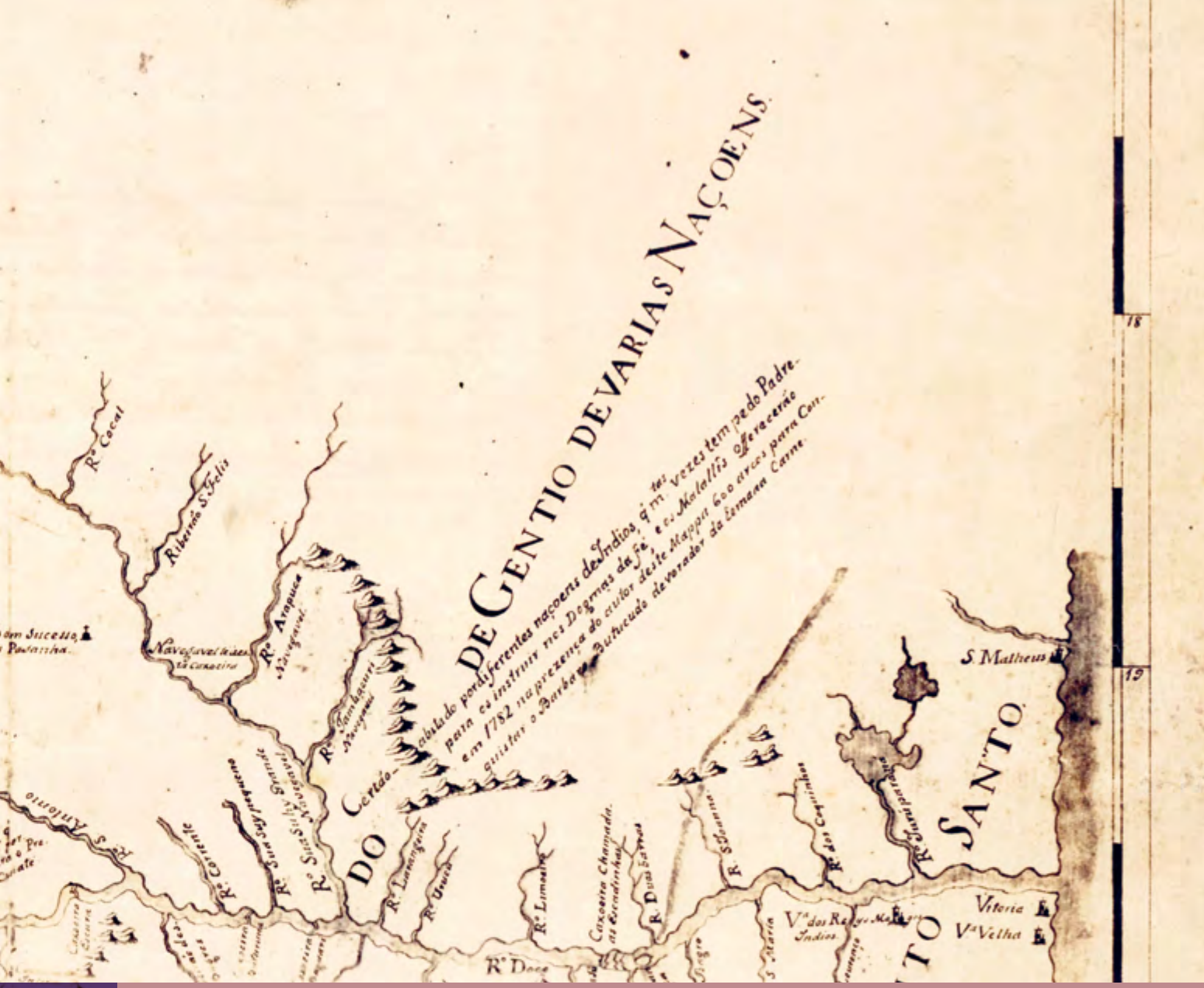
Foram coordenadoras deste Dossiê: **Eliana de Freitas Dutra**, professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); **Heloisa Maria Murgel Starling**, professora titular da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG); e **Lucilia de Almeida Neves Delgado**, professora titular da Universidade do Distrito Federal (UDF).




Revista do Arquivo Público Mineiro | Dossiê

# Botocudos entre a catequese e a revolta

Izabel Missagia de Mattos






O sertão mineiro entre os rios Doce e Itambacuri foi palco, no século XIX, de sucessivos conflitos entre povos locais, colonos e missionários que criaram ali um aldeamento para cristianizar os habitantes “selvagens” da terra, protagonistas, em 1893, de uma revolta cujos aspectos sociossimbólicos são explorados neste texto.

*A peça perdida deste quebra-cabeça [...] é a de como esses vários intermediários ganharam autoridade ou legitimidade entre as populações indígenas* **(Judy Biber).**

> Em interessante análise sobre os agentes mediadores entre os mundos indígenas e os dos militares e colonizadores dos sertões do Rio Doce durante a primeira metade do século XIX, a historiadora Judy Biber[1] acompanhou a trajetória bem documentada de personagens indígenas que foram expoentes como soldados, intérpretes ("línguas") e pioneiros da conquista da região. A visibilidade conferida a tais agentes – que, não raro, frequentaram Vila Rica e a Corte para pleitear interesses e direitos enquanto povos impactados pela política militar joanina, ordenada por meio da Carta Régia de 13 de maio de 1808[2] – encontra-se relacionada ao ambiente político que precedeu e sucedeu a declaração de Independência, em 1822, quando questões sobre cidadania foram largamente discutidas no Legislativo.

A violência da colonização, de fato, implicou um grande potencial de descontentamento entre os indígenas aldeados – que se tornaram uma espécie de "massa expropriada e separada tanto dos próprios indígenas tribais isolados como da população rural branca".[3] Essa condição pode explicar, em parte, a eclosão de revoltas como a Cabanagem, no Pará, em 1830,[4] ou a Balaiada[5] – insurreição que grassou entre Maranhão, Ceará e Piauí desde 1838 até 1841, com notória presença de indígenas.[6] Anos antes, os Krahô, então na Província do Maranhão, haviam também lutado ao lado das elites independentistas para a expulsão das tropas portuguesas.[7]

Além de negros livres, escravos e índios, também brancos e mestiços livres não proprietários passaram a ser excluídos das possibilidades de participação política e de direitos relativos à cidadania e ao acesso à terra, nesse longo processo que foi a conquista da Independência. No entanto, a despeito das evidências sobre a participação dos indígenas nas lutas que marcaram esse período, pouquíssimas são as fontes fidedignas que podem ser consideradas representativas das visões desses personagens sobre o processo histórico que culminou com a violenta expropriação de suas terras, observada ao longo do século XIX.

Algumas petições constituem importantes documentos para a história dos movimentos e "revoltas" indígenas. No caso do Sudeste brasileiro, a documentação levantada por Sônia Matos sobre a aldeia jesuítica de Iriritiba – renomeada Vila Nova de Benavente (hoje município de Anchieta, ES) pelo Diretório pombalino – revela que os indígenas não permaneceram impassíveis em face da concessão de sesmarias em suas terras por meio de processos corruptos. "Documentos nos permitem constatar" – diz a autora – "que várias tentativas foram feitas pelos índios [...] contra o esbulho de suas terras, chegando mesmo a nomear e a enviar procuradores à Corte.[8] Também depositada no Arquivo Histórico Ultramarino de Portugal encontra-se uma petição formulada pelos Coropó, pedindo a "paz perdida",[9] em Minas. O caso do maxakali Inocêncio, levantado por J. Biber,[10] revela outro processo por meio do qual o protagonismo dos indígenas se manifesta, de forma muito bem documentada.[11] O manuscrito do professor bilíngue e intérprete ("língua") da missão do Itambacuri (1873-1911), Domingos Ramos Pacó, faz parte desse conjunto documental indígena, consistindo em uma detalhada memória dos botocudos[12] da região do Vale do Mucuri, Minas Gerais, a partir do ponto de vista nativo.[13]

Era dezembro de 1821 quando uma representação de "principais dos índios e gentios de cinco nações unidas" das margens do Rio Tocantins e afluentes dos Rios Guajalu, Turi e Gurupi – nos limites das Províncias de Maranhão e Pará – dirigiu-se à Assembleia Constituinte uma petição demandando seus direitos.

Rostos de indivíduos pertencentes a diferentes povos indígenas do Brasil. Gravura de Jean-Batiste Debret (1768-1848). Biblioteca Nacional. C.I,3,7.

TÊTES DE DIFFÉRENTES CASTES SAUVAGES.

Elaborada quase um ano após o início das discussões parlamentares acerca da nova Constituição, a petição dos índios fazia referência à legislação pombalina e demandava "providências a favor da propagação da religião, da restituição da liberdade de pessoas, bens e comércio".[14]

Por outro lado, o imaginário indígena – há muito trabalhado pelos missionários por meio de uma associação do rei como figura de Deus na Terra – teria avivado uma mitificação quase messiânica com a chegada da Corte ao Brasil e a aclamação do filho do rei como imperador, já que era em nome do rei que os direitos sobre as terras eram concedidos, com títulos firmados por ele.[15] Quando suas terras estavam ameaçadas, era diretamente ao rei que os indígenas dirigiam petições, suplicando sua "paternal proteção". Nesse sentido, muitos dos indígenas viam a monarquia como a instância de salvaguarda de seus direitos, do mesmo modo que ocorreu na América espanhola.[16]

No caso da revolta dos índios do Itambacuri, em 1893, ainda que seus sentidos coetâneos, de parte dos indígenas, não possam ser, de fato, reconstituídos por meio da documentação administrativa – como observa J. Bieber, citada na epígrafe deste artigo, relativamente às "rebeldias" promovidas por soldados indígenas das Divisões Militares –, propomos, aqui, um modo de iluminar os sentidos conferidos pelos indígenas à revolta. Essa operação poderá ser feita por meio de um diálogo com a etnologia contemporânea, cujos esforços recentes se referem a contextos que dizem respeito às organizações sociossimbólicas e políticas ameríndias, bem como aos fenômenos denominados de "etnogênese".[17]

## Da hostilidade às afinidades

A análise do trânsito de mulheres e de magia entre os grupos botocudos de Minas ao longo de sua história de contato mostrou o movimento da transformação de relações sincrônicas de hostilidade entre os subgrupos – visível nos "raptos" de mulheres e crianças e sua consequente vingança – em relações diacrônicas de afinidade. Essa dinâmica social revela uma lógica estruturante de contínuos processos de recomposição movidos, sobretudo, pela possibilidade de estabelecimento de alianças entre grupos anteriormente considerados rivais. Tal dinâmica encontra-se associada a outras expressões sociossimbólicas, como o xamanismo indígena, fenômeno também articulado à revolta dos 2.000 "indígenas civilizados" que ocorreu em maio de 1893.[18]

Situações consideradas de "rebeldia" indígena para com os administradores de fato parecem relacionadas a tal lógica de recomposição social que confere sentido aos processos de "etnogênese", bastante reportadas nas fontes. O argumento central deste artigo é o de que deflagrações de novas identidades entre os povos Borún ao longo de sua história (assim como na contemporaneidade) apresentam imbricações complexas e diversificadas entre política indígena e as políticas indigenistas estatais. Propomos, por isso, considerar as "mobilizações étnicas" na história dos botocudos no interior desse processo de geração de novas identidades, relacionando, como Jonathan Hill,[19] esse fenômeno às lutas culturais e políticas em contextos de mudanças radicais e descontinuidades impostas aos povos nativos ao longo da expansão histórica dos Estados nacionais. Nesse sentido, procuraremos, por meio de uma investigação interdisciplinar entre Antropologia e História, a "peça perdida"[20] no quebra-cabeça político entre indígenas, mediadores e administradores, ao analisar os movimentos de "rebeldia" ou "revolta" por meio de uma "etnografia histórica".[21]

## Mediações entre dois mundos

Levar em conta o papel dos mediadores na revolta dos indígenas aldeados no Itambacuri – região

Desenhos rupestres sobre as minas de prata de Robério Dias, na cidade de Januária (MG). Sem data. Arquivo Público Mineiro. Fundo Arquivo Público Mineiro. APM-8.2.

compreendida na divisão de águas das bacias do Doce e Mucuri –, que eclodiu em 24 de maio de 1893, três anos e meio após a proclamação da República, possibilita uma melhor visualização das condições necessárias para elucidar, no interior de uma escala temporal ampliada, os sentidos conferidos aos conflitos entre os indígenas e adventícios naquelas matas.

Frequentemente, esses mediadores, em virtude de suas habilidades linguísticas e culturais, tornaram-se importantes aliados da Coroa em sua tarefa de "pacificação" dos "selvagens botocudos" que "infestavam" aquelas matas. No entanto, quando fugiam ao controle hierárquico imposto pela disciplina militar, eram considerados "impostores" por sua capacidade de "iludir" os indígenas com alguns "estratagemas" que, supostamente, os encantavam e incitavam a "rebeldias" como fugas, roubos e sublevações coletivas.[22] O recurso às aspas se faz indispensável nesse campo em que diferentes sentidos para os mesmos termos estão a circular. O que significa "revolta" para os administradores, por exemplo, pode significar, para os indígenas, iniciativas de autonomia e formas de organização política.

Ao refletir sobre quais seriam as tais "atividades" desses mediadores quando "desapareciam" da vigilância militar, permanecendo nas florestas, Judy Biber[23] considera essa uma questão crucial para o entendimento das relações políticas entre indígenas, mediadores e autoridades militares. A explicação para essa questão, sob a perspectiva interpretativa da historiografia, no entanto, permanece em aberto, na medida em que inexistem relatos coetâneos sobre como esses soldados conseguiram, efetivamente, influenciar e mobilizar grupos indígenas inteiros. Há, no entanto, vestígios deixados nos escritos do militar francês Guido Marlière[24] que permitem relacionar a atividade política dos mediadores indígenas naquele território à dos demais indivíduos dotados de iguais habilidades observadas em outros estudos sobre os índios na História.[25]

Com efeito, o papel crucial dos mediadores nos processos políticos indígenas tem sido analisado devido a sua importância para conferir visibilidade às estratégias dos indígenas em regiões de fronteira.[26] Por ocasião de um seminário dedicado à reflexão sobre a História Indígena em Minas, organizado no contexto das celebrações dos 500 anos do "nascimento" do Brasil,[27] foi discutida, por exemplo, a preeminência da liderança indígena no contexto da "abertura" política na década de 1980. Nessa ocasião, a identidade indígena se afirmava no cenário político nacional, após inúmeros indivíduos de suas diversas etnias terem integrado, entre 1969 e 1979, corporações militares como a Guarda Rural Indígena (Grin) – instituição completamente antagônica ao modo de viver dos índios, posto que baseada numa rígida disciplina hierárquica.[28] Fenômeno congênere, observado na mesma região e período enfocados neste estudo, revela como os índios, treinados como soldados, também souberam utilizar da inserção e de seu aprendizado na instituição militar para despontar como interlocutores privilegiados em negociações políticas nos casos de conflito entre as duas diferentes sociedades. Apesar da distância de quase dois séculos, esse exemplo nos parece pertinente para ressaltar como a herança da formação dos indígenas enquanto soldados, em ambos os contextos, teria contribuído para sua habilitação para a prática, que passaram então a dominar, de negociação com autoridades estatais. Outro processo semelhante seria o da atuação dos intérpretes, conhecidos como "línguas", mediadores entre os índios dos sertões e os militares nos quartéis e presídios nos Vales do Rio Doce e do Jequitinhonha e junto a outras instituições de fronteira,[29] durante o século XIX, cuja memória social ainda é vívida.[30]

Relação dos oficiais e soldados de diversos destacamentos militares em serviço no território de Minas Gerais. 1820. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria de Governo da Capitania. SG-cx.119, doc.40.

# Mappa do Mez de Dez.bro

## N.a R.ca 31 de Dezembro de 1820

| | Prompto | Destacado | Delegado | Permitido | Cahiriri | Cahiriri | Sandoval | Mecejana | Mecejana | Baturité | S.to Matheus | S.to Matheus | Jc. Cocal | Jc. Cocal | Jc. Jaguaribe | Jc. Jaguaribe | Jc. Jaguaribe

## Conflitos no Itambacuri

O estudo da experiência histórica da missão dos capuchinhos entre os botocudos de Itambacuri, Minas Gerais – delimitada pelo período que vai de sua fundação, em abril de 1873, até o início das atividades do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) na região, em 1911 –, propicia-nos conhecer como categorias oriundas de diferentes universos – indígenas, estatais e religiosos – se articularam por meio de um discurso unívoco, o da edificação de uma obra de "civilização e salvação" dos indígenas e da nação brasileira em formação.[31]

A transição política do regime monárquico para o republicano, em 1889, deu continuidade às práticas políticas que favoreciam uma pequena parcela da população de grandes proprietários. A instabilidade política do fim do século XIX tornou-se campo fértil para a eclosão de revoltas entre as categorias sociais excluídas. O fim da escravidão, por sua vez, marcou com significados profundos a nova ordem social, já que, para a elite, a libertação dos escravos os tornaria ociosos e preguiçosos, em vez de disciplinados trabalhadores. Com efeito, uma imensa leva de ex-escravos se converteria em uma massa de ambulantes, biscateiros, mendigos, prostitutas etc. Com tamanho nível de exclusão, a segurança pública e a repressão passaram a configurar o cerne do sistema político da República nascente.[32]

A revolta indígena ocorrida em 1893 no aldeamento missionário do Itambacuri pode ser decomposta em variados incidentes, de modo a nos remeter para algumas das contradições referentes à hipótese da conversão do botocudo. Tratava-se de uma operação idealizada e praticada por meio da estratégia de mestiçagem "racial" – que almejava a construção de uma nação "mestiça" e apta para a indústria movida pelos "braços aclimatados" – e da concessão do território da missão como brinde para os colaboradores e intérpretes convertidos e "civilizados". A leitura oficial da revolta, presente nos relatórios dos missionários e de autoridades civis encarregadas da administração dos índios da província, revela as transformações ocorridas nos significados da mobilização indígena sob o contexto da nova ordem republicana que se desejava instaurar, na qual os missionários ocupavam o lugar de representantes do antigo regime monárquico.

No ano de 1875, frei Serafim de Gorizia, fundador e diretor do Itambacuri ao longo de toda a sua existência, solicitou ao diretor geral dos índios[33] uma declaração "oficial e pública" de "total esquecimento e perdão de quaisquer crimes ou delitos" cometidos pelos índios moradores do Itambacuri "em qualquer lugar desta 3ª Circunscrição do Mucuri e fora da mesma". O bispo de Diamantina, dom Joaquim Silvério de Souza, discorreu sobre Itambacuri quando, por ocasião de sua visita pastoral no ano de 1902, recolhera junto aos missionários uma versão sobre os índios que se encontravam no local onde a catequese teve início:

> O frei Serafim e frei Ângelo chegaram a este lugar conduzidos por índios como guias no ano de 1873 e no dia 13 de abril deste mesmo ano celebrou-se a primeira missa num rancho coberto de taboazinhas. Quando chegaram ao lugar onde é hoje cemitério, foram obrigados a parar, porque havia índios e índias que se banhavam no córrego que passa por ali, [...] em completa nudez: eram índios vindos de Poté, Norek (nome do índio chefe) e Noret, acossados pelos brasileiros, que os perseguiam por terem matado homens civilizados.[34]

O cenário da "selvageria" indígena que paralisou os missionários logo em sua chegada ao Itambacuri – índios e índias completamente nus e supostamente "maus" – configura o texto no qual se inscreveu, com

Lei mineira nº 1921, de 19 de julho de 1872, que abre crédito para as despesas com a catequese e a civilização dos índios. Arquivo Público Mineiro. Coleção Leis Mineiras.

# LIVRO DA LEI MINEIRA

## 1872.

TOMO XXXIX. PARTE 1.ª FOLHA N.º 19.

### LEI N. 1:921—DE 19 DE JULHO DE 1872.

Lei que abre um credito de trinta contos de réis para a catechese e civilisação dos indios e contém outras disposições á respeito.

O Dr. Joaquim Floriano de Godoy, Presidente da Provincia de Minas Geraes: Faço saber a todos os seus habitantes que a Assembléa Legislativa Provincial decretou, e eu sanccionei a lei seguinte:

Art. 1.º O presidente da provincia fica autorisado:

§ 1.º A manter no Valle do Rio Doce, Jequitinhonha, Manhuassú e Grande, nos lugares mais apropriados, 6 grandes colonias ou missões para catechese e civilisação dos indios.

§ 2.º A mandar edificar em cada uma dellas casas com sufficiente accommodação para educação dos neophitos: capellas sob a invocação da Virgem Immaculada, e a fornecer paramentos indispensaveis ao culto, e bem assim machinas de trabalho para a lavoura.

§ 3.º A entender-se com os respectivos diocesanos sobre a vinda de missionarios capuchinhos para se empregarem na educação dos indigenas e administrarem os estabelecimentos de educação e os sacramentos, como cura de almas.

§ 4.º A crear nessas missões escolas de instrucção primaria para ambos os sexos, ensinando-se ao mesmo

Militares com fardamento característico da Força Pública Policial de Minas Gerais, entre 1831-1890. Reprodução do livro *A Força Pública Policial de Minas Gerais.* 1940. Arquivo Público Mineiro. Fundo Theophilo Feu de Carvalho. TFC-1-Cx. 02-Doc. 07.

as mesmas tintas da sensualidade, da brutalidade e do paganismo, a revolta deflagrada pelos índios, após 20 anos de aldeamento, bem como a reação enérgica adotada pelos missionários para debelá-la. A permanência da relação de belicosidade entre os próprios nativos, por sua vez, também ameaçava a segurança dos missionários que, ao negociarem "tratados de paz" com determinado grupo indígena, passavam a ser concebidos como inimigos daqueles contrários aos aliados dos missionários – o que o episódio da "guerra" com os aranã aldeados no Poaia revela, ao lado da recusa dos pojichá e dos krekmum em se estabelecer no Itambacuri por causa de suas relações hostis com os naknenuk lá residentes.

Interessados, sobretudo, no trabalho dos indígenas "civilizados", os fazendeiros disputavam com os missionários, durante todo o período de duração da missão, a sua "tutela". A situação acabava por tornar-se vantajosa para a articulação dos indígenas, que podiam manipular as intrigas e disputas, evadindo-se ora sob a "proteção" dos padres, ora sob a dos

Insígnias e adereços correspondentes ao fardamento das diveras categorias hierárquicas da Força Pública Policial de Minas Gerais, entre 1831-1890. Reprodução do livro *A Força Pública Policial de Minas Gerais.* 1940. Arquivo Público Mineiro. Fundo Theophilo Feu de Carvalho. TFC-1-Cx. 02-Doc. 07.

administradores civis. Além disso, havia a floresta e os índios "nômades", onde algum sustento sempre podia ser garantido. Em relatório de 1879, frei Serafim esclarecia ao diretor geral dos índios sobre a questão.

> O maior entrave que tem impedido melhores resultados de cultura e civilização dos índios provém quase sempre das seduções de fora, por uns pervertedores brasileiros, que os chamam ao trabalho de poucos dias em épocas mais úteis a troco de aguardente, ficando eles depois na mata por muito tempo, antes de entrarem outra vez no aldeamento, e quando regressam voltam depravados e doentes e com muitas aleivosias por conselhos maus que recebem de fora. Isso acontece porque esta mata virgem lhes fornece muita caça e mais víveres e porque muitas vezes falta à autoridade local a necessária energia e boa vontade para conosco, e uma lei mais apropriada e conveniente ao País, que sabiamente ajude os índios.[35]

Índios habitantes do Vale do Rio Doce sorriem confiantes durante encontro com interlocutores. 1910. Arquivo Público Mineiro. Coleção Personalidades. PE-061.

A estratégia dos botocudos de negociar com seus administradores o estabelecimento de relações "pacíficas" mediante "pagamento" em "brindes" e mercadorias tornara-se, de fato, uma constante ao longo dos Oitocentos. Devido à superioridade numérica dos índios nas vizinhanças dos destacamentos militares, os oficiais eram instruídos a fornecer-lhes, por exemplo, alimentação abundante, para que não se "aborrecessem" e ameaçassem a "ordem" e a segurança dos estabelecimentos de fronteira. Mesmo os fazendeiros e colonos utilizavam a "sedução" como forma de "atrair" e "pacificar" os indígenas.

Não podem ser entendidos exatamente como "presentes" o que se distribuía aos índios para que "desordens" fossem evitadas. Ocorrendo mortes entre eles, tornavam-se ingovernáveis, tomados por sua própria "selvageria" e dispostos a rebeldias.

> Quando entre os aborígenes morria alguém, havia sempre pavoroso alvoroço, vinganças estúpidas, brigas e roubos, tudo acrescido do pranto das mulheres, a modo das carpideiras judaicas. Muito trabalho e muita paciência eram precisos ao pobre missionário para acalmá-los e distraí-los de tamanhas desordens: o que muitas vezes só se conseguia a custa de presentes e dádivas.[36]

Apesar de todos os esforços para obter por meios brandos o controle do aldeamento, no ano de 1882,

Delegação de índios que participou das comemorações do 28º aniversário da cidade de Brasília. 21/04/1988. Arquivo Público Mineiro. Fundo José Aparecido de Oliveira. JAO-1057(13).

passados quase dez anos da fundação da missão, frei Serafim escreveu aos seus superiores da Ordem sobre a continuidade do estado de violência envolvendo a população indígena, que sua missão tivera por objetivo findar. As imagens sobre os "selvagens" pojichá, presentes em todo o discurso "ilustrado" dos políticos da província, ressoam no discurso dos missionários, que, àquela altura, em vão solicitavam recursos para "brindar" tão exigentes indígenas, os quais se devia urgentemente aldear e "pacificar". Essa "pacificação interessada" consentida pelos botocudos não convencia os colonizadores e administradores, que continuavam a temer o risco de rebelião. Esse temor não era infundado, uma vez que, ocultamente, os índios possuíam sua própria forma de organizar-se em torno de seus interesses, sabidamente contrários à invasão daquelas matas e ao apoderamento de seus recursos naturais.

A competição existente entre as esferas de autoridade que disputavam a administração dos índios incrementava, de fato, o poder de barganha dos próprios indígenas no "negócio" de sua "pacificação", pela necessidade de sua força de trabalho. Por lhe serem apresentadas disponibilidades de "abrigo" em esferas tutelares concorrentes – que incluíam o "perdão" pelos "delitos" cometidos nas jurisdições "inimigas" –, uma maleabilidade relativa à "sedução" lhes era garantida: quem melhor os "seduzisse", recebia, como "prêmio", a legitimidade auferida pelos diretores provisórios de índios – os padres – ou por parte do poder público.

Além disso, havia a consciência do direito às terras, ainda que sua postulação fosse considerada pelos missionários como "insuflada" pelos "inimigos" que aconselhavam os índios "influenciáveis" com seus "maus conselhos". A lógica do xamanismo permaneceu conferindo inteligibilidade às novas experiências vividas pelos índios aldeados, ao mesmo tempo que motivava suas estratégias políticas. Esse costume ancestral, aliado à consciência dos indígenas de seu direito às terras da missão, constitui um aspecto crucial para a análise etnográfica dos eventos envolvendo "rebeldias" e situações de "drama" observados na catequese do Itambacuri. O xamanismo recrudescia, teimosamente, no período das festas litúrgicas, para as quais concorria um "extraordinário" número de participantes. Estendendo as festas além do período previsto pelos missionários, os índios, então "seduzidos", passavam a participar das "orgias" patrocinadas pelos "pervertedores" e "gostadores de aguardante" existentes na população regional. As contradições se estabeleciam, assim, no próprio cerne do serviço da catequese naquela zona, na qual a memória e a presença de violências e crimes contra os índios continuavam vívidas, assim como parecia não ter fim a prática contínua de depredações, saques e assassinatos cometidos pelos índios "criminosos".

Tais contradições se expressavam em episódios como o abaixo descrito pelo missionário diretor do Itambacuri.

> Por isso acontece, e sucedeu em 1881, a despeito de nossas afirmações verbais, para com uns índios aldeados, que tem sido seguidamente convidados ao serviço do vizinho Norethe e lá ficaram percorrendo aquele mato em que estão sustentando-se com caça, pesca, roubo e as várias espécies de carás silvestres, palmitos e cipós. Eles quando vieram ao Aldeamento em estado de perfeita nudez e selvageria, nada sabiam de Deus e dos deveres do homem, e havia acusações e requerimentos, tanto que seu líder Capitão Albino fora condenado à cadeia de Ouro Preto, (cuja mulher Adriana morreu aqui aldeada) e à de Minas Novas um outro chamado Felipe, o qual de lá saído, outra vez começou alvoroçar no Norethe, tendo consigo os seduzidos por ele, os quais, patrocinados por uns brasileiros vivem mui seguros, fazendo as mencionadas arrumações e correrias desde o Norethe até São João da Trindade.[37]

Desse modo, o discurso catequético revela, aos poucos, a impraticabilidade da conversão dos botocudos, considerados "incorrigíveis" em seu pensamento "supersticioso". O "amor pela vida errante" e a "aversão ao trabalho fixo" por parte dos indígenas levavam os diretores do Itambacuri a afirmar que "enquanto houver mata haverá correrias de índios", o que leva à constatação de que a conversão dos botocudos à civilização dependia do completo "descortínio" da floresta. A entrada de "brasileiros" tornou-se, assim, estratégica para a ocupação do território, cabendo aos "caboclos pioneiros", com seu "trabalho mestiço", a responsabilidade pela abertura de novas áreas agriculturáveis nas terras sob jurisdição da missão. Situações de rebeldia indígena contra os missionários foram, ainda, interpretadas como ação do "demônio que [...] se enraivece pelo grande bem espiritual que poderá advir a salvação das almas e a conversão dos pecadores", enviando "esforços para dar cabo da nossa Missão" – o que "Deus não lho [permite]".[38]

## Contexto e sentidos da "desordem"

Conforme o relato dos freis Serafim de Gorizia e Ângelo de Sassoferrato, fundadores da missão, os índios se preparavam, ritualmente, para a guerra quando se pintavam com a tinta vermelha do urucum.

> Ao anoitecer do dia 24 de maio de 1893, os índios munidos de seus arcos e frechas, tingidos

Índios pajichás em frente à igreja de Itambacuri (Rio Doce), já aculturados e entregues à proteção pastoral. Cartão-postal. Sem data. Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte. Fundo Nelson Coelho de Senna. NCS7(8)1359.

> de urucu [...] [prepararam-se para] matar a nós ambos e a afugentar os civilizados e apossarem-se [...] de tudo: mantimentos, criação, mercadorias etc.[39]

Precavendo-se contra a realização de tais "danças", os missionários tomaram "enérgicas providências" – as quais, contudo, não surtiram o efeito desejado. O diretor geral dos índios, por sua vez, acrescia as suas ao teor das "enérgicas providências" tomadas pelos missionários aos pressentir o perigo da insurreição. Tratava-se de "corrigir com prisão os mais exaltados, com o fim de prevenir tão medonha hecatombe". Além da realização das "danças noturnas", os revoltosos roubaram ferramentas, panos e roupas do aldeamento.

A determinação dos chefes indígenas em cumprir o seu plano, mesmo após a revolta ter sido debelada e os principais acusados presos, impressionou o franciscano frei Samuel Tetteroo, que reconstituiu os dizeres do índio Querino Grande após ver frustrado seu intento de assassinar o missionário: "Eu só sinto é não poder te acabar com os meus braços".[40] No relatório dos missionários sobre a revolta apenas os "índios civilizados" foram apontados como participantes da rebelião. O diretor geral dos índios, no entanto, apurou que também os "nacionais que tinham sido expulsos do aldeamento, já pelo seu péssimo comportamento, já por fazerem parte das reuniões noturnas e sediciosas, continuavam a agitar os ânimos dos índios, a insuflá-los e a seduzi-los a ponto de tornar-se o perigo iminente e inevitável".

# CARTA TOPOGRAPHICA DO MUCURY.

Coordenada e desenhada por Herculano V. Ferreira Penna, 2.º Tenente de Engenheiros.

Estradas abertas pela Companhia do Mucury.
Estradas que já existião.

| DISTRICTOS | POPUL |
|---|---|
| Minas Novas | 15,000 |
| Fiedade | 8,000 |
| Barreiros | 5,000 |
| S. João | 10,000 |
| Capelinha * | 6,000 |
| Chapada | 12,000 |
| Agua Suja | 6,000 |
| Sucuriú | 6,000 |
| S. Domingos | 10,000 |
| Calhão | 9,000 |

*Extr. do Relat. de 1854, á Assemb.*

MOVIMENTO DA POPULAÇÃO

| | |
|---|---|
| *Capelinha (comprehende Trindade, Jacuetá) em 1841 orça de* | 3,000 |
| Em Dezembro de 1854 | 6,000 |
| 1858 elevada a Freguezia a | 12,000 |

| ...AÇÃO | MUNICIPIOS | POPULAÇÃO |
|---|---|---|
| ... hab. | Minas Novas | 93,771 hab. |
| ... » | Diamantina | 31,156 » |
| ... » | Serro | 40,000 » |
| ... » | Formigas | 48,620 » |
| ... » | Grão Mogol | |

...ia Prov. de Minas Geraes.

...O NOS DISTRICTOS ADJACENTES A MUCURY

...e Ma- N. B. Em 1855 o arraial continha casas 20
...0 hab. em Dezembro de 1859 200
...0

Philadelphia

Um dos primeiros registros sobre o movimento organizado pelos indígenas é datado de 10 de junho de 1893. Trata-se de correspondência enviada pelo diretor da 3ª. Circunscrição dos Índios da Província e juiz de paz em exercício, coronel Antônio Onofre, ao diretor geral dos índios, brigadeiro Antônio Alves Pereira da Silva, na qual se mostrava visivelmente impactado pelas "cenas verdadeiramente horrorosas" testemunhadas no aldeamento do Itambacuri, que "até bem pouco foi o ponto mais próspero do norte de Minas". Sublevando-se contra os missionários, os índios haviam cometido assassinatos, utilizando-se das armas de fogo fornecidas pelos sacerdotes; flechado pessoas que iam trabalhar nas lavouras; queimado "todas as casas de roça e com estas todos os depósitos de mantimentos pertencentes aos nacionais ali estabelecidos"; matado todos os animais domésticos que encontravam e destruído as pontes. Os missionários, por sua vez, após flechados, refugiaram-se, não sem luta, no convento. Tentando fechar a porta, o missionário diretor, gravemente ferido, travou um longo combate corpo a corpo com os líderes da revolta, que tentavam impedi-lo de refugiar-se. Finalmente, "vendo um pau no chão, [frei Serafim] abaixou-se e o apanhou. Pela abertura da porta deu uma valente porretada na nuca do índio que caiu como morto".[41]

O reconhecimento de que os frades foram salvos da morte "por uma evidente graça da Divina Providência" – juntando-se a outros "milagres" "atestados por pessoas bem cônscias de tê-los obtido" – aumentou a fama e o carisma do Itambacuri. Até mesmo o "sábio superior" da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, o ministro geral Bernardo Christen de Andermatt, reconheceu o milagre.[42] Em represália à revolta, foram armadas expedições com voluntários recrutados entre a população para "caçar" os índios fugidos na mata, das quais em algumas tomou parte "a polícia estadual para garantia da vida e propriedade de indivíduos ameaçados". O relato é do engenheiro Pedro Versiani, responsável por apurar denúncias relativas à administração da catequese encaminhadas à Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado, após a revolta.

As violências praticadas pelos índios durante a rebelião de 1893 encontram-se em ressonância com os próprios sentidos de sua história. Com efeito, a tradição "mineira" de recorrer a sangrentos massacres – perpetuados na região, ainda durante o estabelecimento da catequese civilizatória –, assim como a situação de crescente miserabilidade em que vivia a população "nacional pobre" imprimiram profundas marcas sociais no período que antecedeu à revolta, merecendo um justo dimensionamento de sua análise. Os "nacionais", entrementes, continuaram a afluir àquele território, escorraçados pelas secas que afligiam o Nordeste no fim da década de 1880, migração que demandava principalmente as terras situadas ao sul do aldeamento, onde se construíra uma capela. A chegada dos migrantes, no entanto, provocou um surto de epidemias, como as "do sarampo e febre de mau caráter que ceifou muitas vidas, não só de crianças como também de índios adultos".[43]

Sobre as epidemias, essas ceifavam vidas tanto de índios quanto dos "nacionais". Em apenas um dia o número de óbitos atingiu a 18, entre os dois povos. Conta-se que a febre palustre fazia tombar inclusive os macacos da floresta. O clima de desespero na missão fugia completamente ao controle de seus administradores, como se pode apreender dos escritos de frei Ângelo:

> [...] na nossa missão do Itambacuri tornaram-se frequentes certas desordens, que não podíamos consentir. Os índios, principalmente, entregavam-se à embriaguez; entre os índios já civilizados e os nômades pojichás, amiudavam-se os casos de poligamia. Muitos brasileiros,

Capa do livro de inventário dos bens pertencentes ao aldeamento Central do Rio Doce. Diretoria Geral dos Índios. 1875. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria de Governo da Província. SG13 16

OURO PRETO

Directoria Geral dos Indios

Servirá este livro para n'elle se lançar o inventario de todos os bens do aldiamento central do Rio-Doce

Ouro Preto 1 de Janeiro de 1875.

# Professor do Aldeamento de D. Manoel.
## Emilio Apolonio da S.a

## 1883 – 1884.

25 Outubro 1884 — Passou-se attestado de cumprimento de dever durante o mez de Junho proximo findo.

## 1884 – 1885

4 Novembro 1884 — Passou-se attestado de cumprimento de dever, do 1.º de Julho a 31 de Outubro p.p. findo.

Idem idem — Idem idem idem durante o mez de Novembro do mesmo anno.

13 Fevereiro 1885 — Idem idem idem idem durante os mezes de Dezembro do anno p.p.do e Janeiro do corrente.

4 Março 1885 — Idem idem idem idem durante o mez de Fevereiro do corrente anno.

11 Maio 1885 — Idem idem idem idem durante os mezes de Mr.o e Abril ultimos.

12 Julho 1885 — Idem idem idem idem durante o mez de Maio ultimo.

12 Julho 1885 — Idem idem idem idem durante o mez de Junho findo

1.o semestre

## 1885 – 1886

8 Janeiro 1886 — Mandou-se pagar a gratificação vencidas de Julho de 1885 a 2 de Setembro do mesmo anno.

Página do livro de registro de atestados, vistos de cumprimento do dever e pagamento dos empregados dos aldeamentos indígenas, correspondente ao professor Manuel Emílio Apolônio da Silva. Diretoria Geral dos Índios. 1883-1884. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria de Governo da Província. SG13- 18.

> não índios, estavam dominados pela ambição e cobiça e nutriam o diabólico desejo de ver acabada a missão do Itambacuri, dando, segundo seus intentos, maus conselhos aos índios. A tudo isso acrescia o descontentamento geral por causa da epidemia reinante. Devíamos, pois, arcar com a revolta, com a guerra em que ao sangue de muitos se misturaria também o nosso.[44]

Introduzidas a doença e a morte em larga escala – ao lado de outros fatores políticos nacionais que a concorrência entre os projetos catequéticos, vivenciados localmente, traduzia –, uma rebelião para a retomada das terras da Missão seria desvelada e cuidadosamente planejada pelos índios "civilizados", eclodindo no ano de 1893. Contra ela os missionários, apoiados pelo governo do Estado de Minas, deflagraram uma verdadeira guerra, que dizimou grande parte da população indígena.

## Considerações finais

Um concurso de interesses presentes no interior da missão articulou-se, finalmente, por meio de uma linguagem capaz de condensar e traduzir significados de ordem histórica, política e cultural implícitos nos (des)encontros entre os mundos simbólicos dos indígenas e dos missionários, que veio a consagrar uma leitura dos acontecimentos nos termos de uma grande "revolta" levada a efeito por meio de uma "guerrilha".

Foi após a derrota da resistência indígena que a ideia de sua conversão na missão passou a fazer sentido, pois aos poucos que retornavam, derrotados e "impelidos pela fome" após a revolta, era concedido o perdão, cujo significado remete necessariamente ao "arrependimento", ou reconhecimento individual da culpa de ter desejado permanecer no pecado da "selvageria" – marca indelével de suas existências "perniciosas" e contrárias à "ordem" e ao "progresso" nacional. Corrigir tão arraigado e renitente "vício de origem" seria apenas possível ao se renegar a própria "raça", a própria família, que deveria mesmo, quando necessário, ser combatida, naquela "cruzada santa" que representou a destruição dos botocudos, em nome da salvação das almas de seus descendentes, que hoje renegam sua origem "selvagem".

**RESUMO | Botocudos entre a catequese e a revolta**

A penetração de populações excedentes dos núcleos tradicionais de colonização nas Minas Gerais em direção aos sertões dos vales dos rios Doce e Mucuri encontrou forte resistência dos povos indígenas que ali viviam. Numa tentativa de apaziguar as populações nativas, tornando assim menos onerosa a ocupação, em vidas e bens dos colonos, desenvolveu-se na região, por iniciativa de frades capuchinhos apoiados pelas autoridades, a criação de aldeamentos destinados a "civilizar" e "catequizar" os índios bravios apelidados botocudos. A resistência indígena se manifestou também nesse novo contexto, tendo eclodido em 1893 uma revolta de grandes proporções no aldeamento do Itambacuri, que resultou em violenta repressão dos revoltosos, apressando assim o abandono da experiência de sua assimilação por meio da catequese cristã.

***ABSTRACT* | *The botocudos between catechism and revolt***

The movement of populations out of traditional colonization centers of Minas Gerais into the backlands of the valleys of the Doce and Mururi rivers encountered strong resistance from the indigenous peoples living in those areas. In an attempt to pacify native populations, thus making occupation less perilous for the lives and belongings of the colonists, Capuchin friars, supported by colonial authorities, created settlements intended to "civilize" and "catechize" the fierce indigenous people called "Botocudos". But native resistance also occurred within this new context, with a large-scale revolt in 1893 in the Itambacuri settlement, resulting in violent repression of the natives, thus fostering abandonment of the experiment of assimilation through conversion to Christianity.

**Notas |**

1. "The missing piece of this puzzle, of course, is how these various intermediaries gained authority or legitimacy among indigenous populations". BIBER, Judy. Mediation Through Militarization: indigenous soldiers and transcultural middlemen of the Rio Doce Divisions, Minas Gerais, Brazil, 1808-1850. *The Americas*, v. 71, n 2, p. 227-254, october 2014. p. 232.

2. Uma acentuada agressividade na política contra os povos nativos pode ser observada desde a Carta Régia de 1798 – que liberou territórios e arregimentou mão de obra indígena. Desde a chegada da Corte ao Brasil, em 1808, até o fim do primeiro reinado, em 1831, desenhou-se um verdadeiro programa de extermínio dos povos "hostis" por meio de uma série de decretos que ordenou campanhas militares chamadas "guerras justas", nas capitanias da Bahia e São Paulo, na de Minas Gerais contra os botocudos e contra os timbiras do Maranhão. Cf. GÓMEZ, Julio Sánchez. Invisibles y olvidados: indios e Independencia de Brasil. *História Revista,* Goiânia, v. 16, n. 1, p. 81-131, jan./jun. 2011 O decreto de guerra publicado na Carta Régia de 13 de maio de 1808 contra os botocudos

de Minas resultou na constituição da Junta de Conquista e Civilização dos Índios e da Navegação do Rio Doce, por meio de divisões militares. Para estimular o cumprimento daquelas missões, foram oferecidas honrarias e gratificações aos que apresentassem melhores resultados em número de mortes e capturas. O restabelecimento da servidão indígena também passou a ser previsto e legalizado pelo mesmo decreto. Cf. *Leis Históricas*: Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/revista/Rev_18/CartaRegia_1305.htm>. Acesso em: 09 de abril de 2015.

3. GÓMEZ. Invisibles y olvidados.

4. GÓMEZ. Invisibles y olvidados, p. 86.

5. CORREIA DE ANDRADE, M. *A guerra dos cabanos*. Rio de Janeiro: Conquista, 1965.

6. Tendo se iniciado por meio de divergências entre a própria elite, a Balaiada acabou por opor os donos de terras e de escravos, autoridades e comerciantes aos pequenos proprietários, brancos pobres e escravos libertos. Os índios participaram dessa rebelião no Piauí, depois de uma história de muita repressão, aldeamentos compulsivos e expulsão das terras pelo latifúndio. Cf. MIRANDA DIAS, C. M. Balaiada: a guerrilha sertaneja. *Estudos, Sociedade e Agricultura,* v. 5, p. 73-88, nov. 1995. Foi o caso de 60 casais de índios que, em Vila Viçosa, no Ceará, desertaram de sua aldeia para se unir ao movimento. O próprio presidente da província chegou a afirmar que esse fato se devia às pressões por terras, tanto no Ceará quanto no Maranhão e no Pará. Cf. DANTAS, B. G.; CARVALHO, J. A. Os povos indígenas no nordeste brasileiro. In: CARNEIRO DA CUNHA, M. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

7. LARAIA, Roque B. *Los índios de Brasil*. 3. ed. Madrid: Mapfre, 1993.

8. Solicitação ao ouvidor da Comarca da Capitania do Espírito Santo para dar as informações necessárias, na conformidade das leis. Bahia, 21 de dezembro de 1795. Arquivo Histórico Ultramarino, doravante, AHU, ACL-CU-005-01, doc anexo ao doc. 18226. In: MATOS, Sônia. A aldeia de Iriritiba: atual cidade de Anchieta no Espírito Santo. Goiânia. UCG. *Habitus*, Goiânia, v. 7, n. ½, p. 5-44, jan.-dez. 2009.

9. Requerimento dos índios crapós e croatos, moradores na freguesia do Mártir São Manuel, nos sertões dos rios da Pomba e do Peixe, solicitando a paz e o sossego perdidos com a presença dos europeus. AHU_ACL_CU_011, cx. 132, doc. 10309.

10. BIBER. Mediation Through Militarization.

11. Petição assinada por Feliciano Rodrigues de Oliveira, Joaquim Fagundes, Pedro Rodrigues, Francisco Martins, Malaquias Rodrigues, Luis Martins Fagundes, Manoel Pereira Sepuldra, Antonio de Camargos Lira e Valerio Rodrigues de Oliveira, s/d [1820–21], Arquivo Nacional, IG1 204. In: BIBER. Mediation Through Militarization.

12. Etnônimo pelo qual esses povos se tornaram-se célebres na História e na Etnologia, mas que assim eram referidos apenas na forma literária, posto que na prática dos sertões foram (e ainda são) tratados pelo epíteto de "bugres" pela população regional. Enquanto o primeiro nome, botocudo, parece advir da referência aos discos de madeira leve usados como adornos pelos indígenas, parecidos com as rolhas de tonel dos portugueses (botoques), o nome bugre deve referir-se ao vocábulo *bougre*, que significa herético. Cf. EHRENREICH, Paul. [1887] Índios botocudos do Espírito Santo no século XIX. Vitória: Ed. IHGES, 2004. p. 47-48.

13. PACÓ, Domingos Ramos. Hámbric anhamprán ti mattâ nhiñchopón? 1918. In: RIBEIRO, Eduardo (Org.) *Lembranças da Terra: histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Contagem: Cedefes, 1996. p. 198-211.

14. Cf. Diário das Cortes... Disponível em: <http://debates.parlamento.pt/catalogo/mc/c1821/listIssuesByYear?ano=1821>. Acesso em: 20 de julho de 2015.

15. DANTAS; CARVALHO. Os povos indígenas no nordeste brasileiro.

16. GÓMEZ. Invisibles y olvidados.

17. SIDER, Gerald. Identity as History: Ethnohistory, Ethnogenesis and Ethnocide in the Southeastearn United States. *Identities*, v. 1, n. 1, p. 109- 122, 1994.

18. MISSAGIA DE MATTOS, Izabel. Considerações sobre política e parentesco entre os Botocudos (Borún) do século XIX: uma interpretação da articulação de uma rede social e simbólica. *R@U. Revista de Antropologia da UFSCAR*, v. 5, n. 1, jan.-jun. 2013. Disponível em: <https://sites.google.com/site/raufscar/v5n1>. Acesso em: 25 de junho de 2015. MISSAGIA DE MATTOS, I. *Civilização e revolta*: os botocudos e a catequese na Província de Minas. Bauru: Edusc/Anpocs, 2004.

19. HILL, Jonathan. Introduction: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992. In: Hill, J. D. (Ed.). *History, Power, and Identity: Ethnogenesis in the Americas, 1492-1992.* Iowa City: University of Iowa Press, 1996. p. 1-19.

20. BIBER. Mediation Through Militarization.

21. Cf. COMAROFF, J.; COMAROFF, J. Etnografia e imaginação histórica. *Proa – Revista de Antropologia e Arte* [on-line], ano 2, v. 1, n. 2, nov. 2010. Disponível em: <http://www.ifch.unicamp.br/proa/TraducoesII/comaroff.html>. Acesso em: 21 de julho de 2015.

22. Entre os soldados indígenas que se tornaram célebres por sua ação na Junta Militar organizada em cumprimento ao decreto de guerra ofensiva de 1808, podemos destacar a figura do "capitão" Inocêncio, Maxakali, soldado da Sétima Divisão Militar, e a de seu irmão Filipe. Cf. BIBER. Mediation Through Militarization.

23. BIBER. Mediation Through Militarization.

24. Marlière (1768) nasceu na França e morreu em sua fazenda em Guidoval (1836). Tendo se alistado ainda adolescente no Exército francês e lutado na contrarrevolução, em 1797 emigrou para Portugal, passando a relacionar-se com a Corte portuguesa por meio de sua esposa, franco-portuguesa. Alistou-se nas forças militares portuguesas em 1802 e, por isso, viajou com d. João VI e sua comitiva, em 1807, rumo ao Brasil. Acusado em 1811 de ser espião de Napoleão Bonaparte (posteriormente inocentado), foi transferido em 1813 para o presídio de São João Batista, nos sertões do Rio Pomba, em missão de pacificar conflitos entre índios e fazendeiros. Entre 1824 e 1829, foi o comandante-geral das Divisões Militares do Rio Doce e diretor-geral dos índios de Minas Gerais. Cf. JOSÉ, Oiliam. *Marlière, o Civilizador: esboço biográfico*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1958. p. 38-39.

25. Diversos desses estudos foram apresentados em sucessivos Simpósios Temáticos Índios na História, coordenado pelo saudoso professor John Monteiro, em reuniões da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (Anpuh), e publicados em <http://www.ifch.unicamp.br/ihb/ST36-Prog.htm>. Acesso em: 21 de julho de 2015.

26. O conceito de "complexo fronteiriço" constitui uma ferramenta útil para situar e compreender a ação dos povos indígenas naquele espaço ampliado, em atividades como guerras, revoltas, diplomacia e comércio. As condições de funcionamento de uma sociedade de fronteira – permeada por situações de vácuos de poder – se alimentam justamente da manutenção desse jogo em que se disputam e negociam forças, avanços, dominações, resistências. A coexistência de interesses e projetos antagônicos naqueles espaços recém-ocupados, onde a presença do Estado era extremamente frágil, contribuiu para o estabelecimento de relações complexas e violentas entre seus habitantes. Cf. MISSAGIA DE MATTOS, I. The Faces of Colonization in the Eastern Backlands of Minas Gerais, Brazil. In: RADDING, C.; LEVIN, D. *Borderlands of the Iberian World*. Ed. Oxford. No prelo. Cf. também BOCCARA, Guillaume. Génesis y estructura de los complejos fronterizos euro-indígenas. Repensando los márgenes americanos a partir (y más allá) de la obra de Nathan Wachtel. *Memoria Americana*, n. 13, p. 21-52, 2005.

27. Intitulado “500 Anos: Reflexões sobre a História Indígena”, o evento foi promovido por meio de parceria entre a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) e o Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (Cedefes), do qual participaram indígenas, ativistas e acadêmicos de diversas partes do Estado de Minas Gerais.

28. Resultados desse seminário foram publicados em um dossiê da *Revista de História da PUC/Minas*. MISSAGIA DE MATTOS, I. Temas para o Estudo da História Indígena em Minas Gerais. *Cadernos de História,* Belo Horizonte, v. 5, n. 6, p. 5-16, jul. 2000. Disponível em: .<http://periodicos.pucminas.br/index.php/cadernoshistoria/article/view/1700/1826>. Acesso em: 5 de julho de 2015.

29. Essas instituições foram, além das Divisões Militares, a Companhia de Comércio, Navegação e Colonização do Mucuri (1847-1861) e a Missão do Itambacuri (1873-1911). Cf. MISSAGIA DE MATTOS. *Civilização e revolta*.

30. O emprego de soldados indígenas como mediadores remonta à época colonial, tendo sido analisado para os sistemas de aldeamentos jesuíticos, quando indígenas escolhidos eram chamados “*capitães*” e “[...] colocados na direção de grupos e povoações indígenas por autoridades oficiais, missionários ou simples particulares, como seus delegados”. Geralmente, eram indicados aqueles mais “dóceis aos interesses do colonizador”, para servirem de contato ou “intermediários entre seus grupos e as autoridades coloniais”. Esses capitães, ou também chamados capitães-mores, dirigiam as Companhias de Ordenanças, que foram criadas nas Missões para agirem em favor da Coroa, principalmente contra outros grupos indígenas resistentes à colonização, ou mesmo contra povos estrangeiros. FARAGE, N. *As muralhas dos sertões:* os povos indígenas no Rio Branco e a colonização. São Paulo: Paz e Terra/Anpocs, 1991. LOPES, Fátima Martins. Oficiais das Ordenanças de Índios: novos interlocutores nas vilas da capitania do Rio Grande. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25.; SIMPÓSIO TEMÁTICO 36: *Os Índios na História*, 13-17 de julho de 2009, Universidade Federal do Ceará. *Anais*... Fortaleza: Anpuh, 2009.

31. Cf. MISSAGIA DE MATTOS. *Civilização e revolta.*

32. CHALHOUB, S. *Visões da liberdade:* uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

33. A Diretoria Geral dos Índios em Minas foi instituída pelas Cartas Régias de 1808, em uma política de continuidade com as medidas propostas no período pombalino relativas à civilização indígena, tomando como atribuição a salvaguarda dos indígenas e, ao mesmo tempo, os interesses territoriais e de povoamento do Estado. Tal estrutura do Serviço de Catequese e Civilização permaneceria em Minas ao longo do século XIX, mas só seria implantada nas demais províncias após o regulamento da Catequese, de 1845.

34. SOUZA, d. Joaquim Silvério de. Livro de visita pastoral (1902-1907). Arquivo Eclesiástico da Diocese de Diamantina, cx. 49.

35. GORÍZIA, frei Serafim de. Relatório do aldeamento do Itambacuri ao diretor geral dos índios, setembro de 1879. *Apud* PALAZZOLO, Jacinto de. [1954] *Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce*: como surgiu a cidade de Itambacuri, fundada por frei Serafim de Gorizia, missionário capuchinho (1873-1952). São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1973. p. 94.

36. SASSOFERRATO, frei Ângelo de. Synopse da Missão cathechética dos selvicolas do Mucury, norte do Estado de Minas Geraes. Essa Missão foi fundada em 1873, pelos Rev.mos Capuchinhos Seraphim de Gorizia e Ângelo de Sassoferrato no centro das matas, distantes 36 kilômetros ao sul da cidade de Theophilo Ottoni (antiga Philadelphia). 1915. Arquivo dos Capuchinhos do Rio de Janeiro, 69 fls., gav. C, pasta IV, p. 26-27.

37. GORÍZIA, frei Serafim de. Relatório do aldeamento central indígena N. S. dos Anjos. 2 de janeiro de 1882. Arquivo dos Capuchinhos do Rio de Janeiro, gav. 20, pasta II, doc. 25.

38. SASSOFERRATO. Synopse da Missão cathechética dos selvicolas do Mucury, norte do Estado de Minas Geraes, p. 22.

39. *Apud* PALAZZOLO. *Nas selvas dos vales do Mucuri e do Rio Doce*, p. 253.

40. TETTEROO, Samuel, O. F. M. *O município de Teófilo Otoni*: notas históricas e corográficas. Belo Horizonte, 1922. p. 33.

41. CULTRERA, Samuel. *Entre os selvagens*. Belo Horizonte: BDMG Cultural, 2000 [1909], p. 154.

42. SASSOFERRATO. Synopse da Missão cathechética dos selvicolas do Mucury, norte do Estado de Minas Geraes, p. 11.

43. SASSOFERRATO. Synopse da Missão cathechética dos selvicolas do Mucury, norte do Estado de Minas Geraes, p. 43.

44. SASSOFERRATO. Synopse da Missão cathechética dos selvicolas do Mucury, norte do Estado de Minas Geraes, p. 44-45.

**Izabel Missagia de Mattos** é doutora em Ciências Sociais pela Universidade de Campinas (Unicamp) e professora adjunta IV da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), onde atua no Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais nas áreas temáticas da Etnologia, História indígena, Território e identidades, Povos tradicionais. E-mail: belmissagia@gmail.com

# Criolismo, antropofagismo à mineira

Miguel de Ávila Duarte

De uma feita um sujeito chamado Richet gritou na França que o negro só presta pra duas coisas no mundo: "fabricar" uréa e gaz car-

Alguns vão pro fundo da mala.

Bemquerer a todos tem sido a enorme falta nossa.

GUILHERMINO CE

# Fóra o malandr

A ornitologia tem um passaro que foi criado espelho. Ou por nosso exemplo. E' o virabósta.

O safardana põe os ovos no ninho do tico-ti tem preguiça de fazer o seu. È o tico-tico, brasileir chóca os ovos, e o que é pior, cria os criolinhos do tem até preguiça de caçar alimento, como o nome indic

E a filhotada preta, de bico elastico e enorme como a peste, não dão um instante de socego ao burro do tico-tico.

Quando crescem, vão novamente botar no pacovio que lhes cria a próle para novos tormentos.

Virabósta é o criôlismo. É a preguiça secular brasileiro. É a superstição que resôa oblonga e intermi urucungo na alma encachaçada do Brasil.

Fóra o malandro! Fiau!

João Dornas Fi

migo, aqui, anda de trá
ga a gente pelas costas
contra elle não. Tamb
portugues. Por ser cul
cheio de cubiça qu
ser parasita da te
ntou o mal. Só con
ta do indio, escravi
dio não foi besta. S
izava, então, de tr
africa. Negros em
do. Negocião. E
mo sendo tronco g
o. E cobria de luxo
os de farturas dos
enhos, das Yayas
ra elle está ahi que
Nem tronco, nem
Vive espalhado pe
Como mata-pasto
gma que perdura n
onalidade.
os mudar de marca
Vamos?

HILES VIV

inha sobre o regresso

amigo Pedro Na
essou de Juiz de
bens a Juiz de Fó
bens Pedro Nava.

TONIO C

Impregnados pela onda modernista da década de 1920, jovens escritores belo-horizontinos reivindicaram a sua feição mais rebelde, o Antropofagismo, estabelecendo um diálogo com as demais vertentes do movimento por meio da revista *leite criôlo*, não sem ambiguidades e contradições.

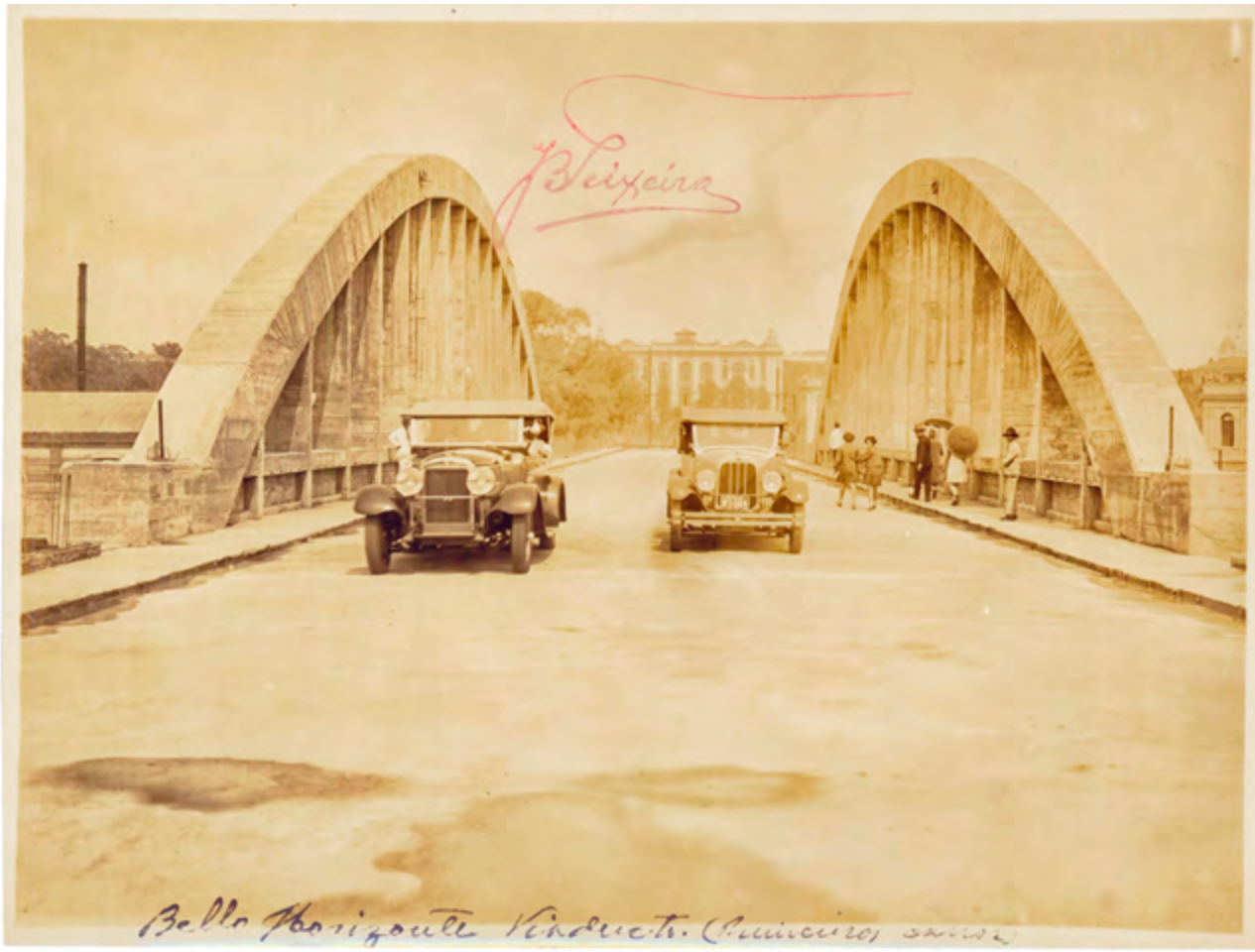
> A tendência claramente comemorativa da revisitação de revoluções bem-sucedidas – como sem dúvida foi, no âmbito cultural, o Modernismo brasileiro – tende a ofuscar as complexidades e ambiguidades do período em que essas rupturas tomam corpo. Nesse caso, focar a interação de curto prazo entre os diversos grupos que dele participaram tem o interesse de trazer à tona tudo o que sonega a imagem congelada da comemoração, o que se pretende aqui evitar ao tomar para análise uma publicação modernista menos conhecida.

Podemos descrever sumariamente *leite criôlo* (na documentação sempre em minúsculas) como um periódico modernista, publicado em Belo Horizonte durante o ano de 1929 e dirigido por João Dornas Filho, Guilhermino César e Aquiles Vivacqua. A primeira edição tomou a forma de tabloide, saído no dia 13 de maio, comemorando a Abolição da Escravatura. As seguintes saíram como suplemento dominical do jornal *Estado de Minas*. Nesse formato foram, ao todo, 18 edições, entre 2 de junho e 19 de setembro daquele ano.[1] A publicação contou ao todo com 52 colaboradores, incluindo, além de escritores mineiros residentes na capital, contribuições de Rio, São Paulo, Fortaleza, Januária (MG), Curitiba, Vitória, Natal, Pará, Paraíba e Alagoas.

O grupo modernista vinculado a *leite criôlo* se caracteriza pela adesão relativamente tardia ao movimento. Seus diretores constituíam um segundo núcleo de escritores modernistas em Belo Horizonte. O primeiro – composto por Carlos Drummond de Andrade, João Alphonsus, Emílio Moura, Martins de Almeida, Pedro Nava, Abgar Renault e outros – havia sido responsável pela publicação das três edições de *A Revista* em 1925-1926 e já estava em contato com os modernistas paulistas desde a viagem desses a Minas Gerais, em 1924. Como mostra Maria Zilda Cury,[2] alguns deles já se interessavam por literatura moderna antes dessa data. O grupo de *leite criôlo*, por sua vez, demoraria um pouco mais a aderir ao Modernismo. O ano chave para a atuação de seus membros como escritores modernistas parece ter sido 1927.

A publicação possuía fortes vínculos com a revista *Verde*, editada entre 1927 e 1929, na cidade mineira de Cataguases, vínculos esses derivados em parte da presença de Guilhermino César em ambos os grupos. Também apresentava laços importantes com a "primeira dentição"[3] da *Revista de Antropofagia,* publicada em São Paulo entre 1928 e o começo de 1929, veículo por meio do qual os diretores de *leite criôlo* se tornaram conhecidos nacionalmente como escritores modernos. O formato tabloide adotado pelos paulistas também serviu de inspiração para a publicação belo-horizontina. A trajetória do periódico "criolista" foi igualmente marcada pela tentativa de aproximar-se da *Revista de Antropofagia* em sua iconoclástica "segunda dentição", sem contudo romper com o grupo modernista mais estabelecido de Belo Horizonte, fiel a Mário de Andrade, no quadro da ruptura desse com a antropofagia oswaldiana.[4] Aparentemente, foi a impossibilidade de manter tal posição ambígua na complexa política literária do Modernismo daquele momento que levou, primeiramente, a um rompimento do grupo de *leite criôlo* com a antropofagia e, depois, ao desaparecimento do próprio periódico.

A análise dos textos publicados em *leite criôlo* permite observar a tensão entre a vertente programática da publicação – que a aproximaria da "segunda dentição" da *Revista de Antropofagia* – e a dispersão das múltiplas pequenas contribuições literárias, assinadas por escritores modernistas de todo o país, nos moldes de *Verde* e da "primeira dentição" da *Revista de Antropofagia.* Numericamente, a segunda tendência prevalece, sendo a poesia o gênero mais publicado. Entre os poetas, a temática negra é quantitativamente pouco expressiva. Na prosa de ficção, alguns dos temas caros ao eixo programático da publicação se fazem




Viaduto Santa Tereza em Belo Horizonte (MG). [1929]. Recém-inaugurada, a obra tornou-se emblemática para os jovens escritores modernistas, que se desafiavam para escalar seus arcos de 14m de altura. Arquivo Público Mineiro. Fundo João de Almeida Ferber. JAF-012.

presentes, mas é nos artigos opinativos que o ideário "criolista" aparece com mais vigor. Como Antônio Sérgio Bueno[5] já assinalou e discutiu, o centro do programa da publicação é o "criolismo", designação que se refere simultaneamente ao próprio *leite criôlo* e ao fenômeno que o grupo responsável pela sua publicação considerava ser um dos grandes males nacionais. Uma entrevista de João Dornas Filho, publicada na "segunda dentição" da *Revista de Antropofagia*, explicita os dois sentidos de "criolismo" – ou seja, o "criolismo", enquanto movimento, que pretende combater o "criolismo" enquanto mácula do caráter nacional:

> Antes de mais nada é necessário contar o que seja "criôlismo", no nosso ponto de vista. É o divórcio do homem com a terra. É a preguiça. É o optimismo exagerado e sem rumo. É o pernosticismo. É a desorganização culminada no bacharel.

> [...] O criôlismo – como a antropofagia – é um movimento literário, filosófico e religioso, mas sem estrangeirice.
>
> [...] Nelle combateremos, pela lampeana e pelo ridículo, tudo o que representa macaqueação e burrice, entravando o Brasil a caminhar. Tudo o que representa saudosismo, fanatismo e preguiça. Tudo o que tem infelicitado o paiz.[6]

Encontram-se aí condensados alguns dos pontos recorrentes do eixo programático de *leite criôlo*: o nacionalismo exaltado, porém antiufanista; a identificação, na esteira do *Retrato do Brasil* de Paulo Prado, dos vícios que caracterizariam a nação, supostamente derivados da "herança africana": a tristeza, a preguiça, o saudosismo, a luxúria; o horror à burrice e à ignorância que se articulam, através da crítica à pretensão e ao pernosticismo, com o antibacharelismo e a repulsa ao "lado doutor" da nacionalidade; a opção pelo ridículo e pela sátira como estratégias discursivas.

Tais características do ideário "criolista" aparentemente contradizem a definição clássica de Antonio Candido[7] do Modernismo dos anos 1920 como um "desrecalque localista". Para o crítico paulista, o mais característico do movimento seria exatamente a aceitação e a valorização otimista dos traços culturais resultantes da fusão das "três raças" que formaram a nação brasileira, com ênfase na herança cultural africana, frequentemente demonizada no período anterior aos anos 1920. Mas, como o leitor poderá observar na recente reedição do periódico,[8] a defesa ostensiva e de matriz modernista de uma cultura autenticamente brasileira coexiste, em *leite criôlo,* com a não menos explícita atribuição dos chamados "males do Brasil" às heranças africana e, em menor grau, portuguesa.

A publicação de Belo Horizonte não se vincula, no entanto, aos modernistas ligados ao conservadorismo católico – como o grupo da revista *Festa*[9] – ou ao nacionalismo conservador que prepara o fascismo brasileiro dos anos 1930 – caso dos escritores ligados ao verde-amarelismo.[10] As principais referências de *leite criôlo* no Modernismo daquele momento integram a vertente que Antonio Candido considerou mais típica e relevante do movimento, centrada nos nomes de Oswald de Andrade e Mário de Andrade.

## Recepção

No momento da sua publicação, *leite criôlo* suscitou reações hostis na imprensa, ainda que por razões muito diferentes. Uma crítica publicada no jornal *Folha da Noite*, de São Paulo, em 11 de maio de 1929, mencionava o escritor de Itaúna como "o João Dornas Filho, dos contos passadistas, longos como os versos kilometricos de Murilo Araújo". O articulista estranha que ele e os outros dois diretores de *leite criôlo* estivessem envolvidos em uma publicação "à maneira do desenfreado movimento anthropophagico [sic] de S. Paulo" e concluía: "Tem sido um pá-rá-pá-pá dos demônios. Até parece carnaval".[11]

Pelo que pudemos constatar, a trajetória de Dornas em direção ao Modernismo pode, de fato, ser qualificada como repentina. Da publicação de um soneto – forma fixa, símbolo do parnasianismo – e de contos sem maiores ousadias formais na revista *Semana Ilustrada*,[12] em 1928, até a menção de seu nome como líder da "parte boa" do Modernismo mineiro pela *Revista de Antropofagia* e da aparição de *leite criôlo*, em 1929, transcorrera pouco mais de um ano. No mesmo artigo da *Folha da Noite*, Aquiles Vivacqua aparecia como

Escritores mineiros que formavam o grupo modernista leite criôlo. Ao centro, sentado, João Dornas Filho, líder da facção que cultivava afinidades com o grupo da Antropofagia de São Paulo. 1931. Arquivo Público Mineiro. Fundo João Dornas Filho. JDF 8.2-064.

> [...] o auctor de "Serenidade", que o Totó Alcantara [Antônio de Alcântara Machado, modernista paulista, editor da "primeira dentição" da *Revista de Antropofagia*], o mercador ambulante de "laranjas da china" literárias [referência ao livro de contos de Alcântara, *Laranja da China*], não gostou por que era "o livro de um principiante".

*Serenidade* era o nome da plaqueta com seis poemas que Aquiles publicou, provavelmente também no começo de 1928. Cyro dos Anjos, cuja adesão ao Modernismo também foi relativamente tardia,[13] elogiou o livro pelo fato de, apesar da utilização do verso livre, não se adequar ao espírito da nova escola literária.[14] Mas, em carta a Aquiles datada de 8 de fevereiro de 1928, Alcântara Machado descreve *Serenidade* como a "tossidela que o orador dá antes de iniciar o discurso" e argumenta que a verdadeira capacidade poética do autor não estaria demonstrada ali, mas sim em "Samba", poema mais ousado formalmente e de temática nacionalista-primitivista, publicado no primeiro número da revista *Verde*.[15]

O caminho seguido pelos futuros diretores de *leite criôlo* em direção à vertente mais ostensivamente

vanguardista do nacionalismo-primitivista passa pela revista *Verde* de Cataguases, de cujo grupo fez parte Guilhermino César, o terceiro de seus diretores. Nascido em Cataguases e tendo participado desde o princípio do grupo de estudantes interessados em literatura moderna que viria a publicar a revista *Verde*, Guilhermino havia se mudado, em 1926, para Belo Horizonte com o fim de ingressar na Faculdade de Direito.[16] Os três futuros diretores de *leite criôlo* contribuíram com a revista modernista de Cataguases e quando da publicação do periódico belo-horizontino foi maciça a colaboração de escritores do grupo da revista *Verde*, entre eles Rosário Fusco, Francisco Inácio Peixoto, Oswaldo Abrita, Ascânio Lopes (publicações póstumas) e Fonte Bôa. Pode-se mesmo afirmar que entre essa revista e o periódico belo-horizontino há certa continuidade: textos de *Verde* são republicados em *leite criôlo*, séries de poemas que começaram a aparecer na revista da Zona da Mata têm a sua continuação no periódico da capital. As homenagens ao poeta do grupo de Cataguases, Ascânio Lopes – falecido no início de 1929 –, são constantes na publicação de Belo Horizonte.

Igualmente fundamental para a inserção dos futuros diretores de *leite criôlo* no movimento modernista de âmbito nacional foi a "primeira dentição" da *Revista de Antropofagia*. Aparentemente o nome da publicação e sua viabilidade financeira se deveram a Oswald de Andrade – que publicou no primeiro número da revista seu *Manifesto Antropófago*. A direção e a gerência, porém, ficaram a cargo de Antônio de Alcântara Machado e Raul Bopp, respectivamente.[17] Nessa "primeira dentição" a "antropofagia" não era ainda o ideário radical e razoavelmente bem definido, que só ganharia sua feição característica na "segunda dentição", a cargo do próprio Oswald e de seus colaboradores mais próximos, incluindo Bopp. Na fase anterior, dirigida por Alcântara Machado, a "antropofagia" era principalmente uma metáfora recorrente à disposição das mais variadas intenções dos colaboradores.

## Trocas, apoios, discrepâncias

A *Revista de Antropofagia* abrigou nesse momento contribuições dos mais variados colaboradores. Tirando o diretor e o gerente, não se pode falar propriamente de um grupo específico, da mesma maneira como nos referimos ao grupo de *Verde* ou ao de *A Revista*. Publicaram ali modernistas de primeira hora e as adesões tardias, tanto de São Paulo como do Rio de Janeiro – incluídos o "verde-amarelo" Plínio Salgado e o "espiritualista" Augusto Frederico Schimidt, dois dos alvos prediletos da "segunda dentição". Somaram-se àqueles elementos dos grupos mineiros de *A Revista* e de *Verde*, observando-se também um influxo considerável de modernistas nordestinos e de vozes esparsas de núcleos modernistas do país inteiro. Guilhermino, Vivacqua e Dornas também se fizeram presentes na publicação, assim como grande parte dos futuros colaboradores de *leite criôlo* residentes fora de Belo Horizonte.

Para além do conjunto de colaboradores, a marca da "primeira dentição" da *Revista de Antropofagia* também se faz presente em *leite criôlo* em termos temáticos e procedimentos estilísticos. É o formato da publicação paulista, com a sua linha programática indistinguivelmente estética e política fundada em uma metáfora central, que inspira o grupo "criolista". João Dornas Filho desenvolveu, naquele momento, a possível simetria e complementaridade entre o indianismo dos "antropófagos" paulistas e o negrismo de *leite criôlo*:

> A formula – tupy or not tupy that's the question [trecho do *Manifesto Antropófago* de Oswald de Andrade] – exprime nada ou quase nada.

Solenidade de inauguração do monumento à Civilização Mineira na Praça Rui Barbosa, em Belo Horizonte (MG), 1929. Arquivo Público Mineiro. Fundo Olegário Maciel. OM-2-004(19).

> Porque não é com o indianismo só, ou sem elle, que chegaremos a totalizar nossa maneira. É com muita coisa mais.[18]

É nesse momento também que as tensões internas do movimento modernista atingem seu ponto máximo. Em algum momento anterior ao lançamento da "segunda dentição" da *Revista de Antropofagia* – março de 1929 –, ocorre o rompimento definitivo entre Mário de Andrade e Oswald de Andrade, evento de enorme repercussão dentro do Modernismo. Depois do último número da "primeira dentição", datado de fevereiro de 1929, ressurgiria nas páginas do *Diário de São Paulo*, em 17 de março do mesmo ano, uma *Revista de Antropofagia* muito diferente da que fora publicada até então. O ponto de vista de Oswald sobre a transição entre as "dentições" da publicação paulista pode ser acompanhado por meio de uma carta desse enviada a Carlos Drummond de Andrade, datada, segundo Plínio Doyle, de "fins de março de 1929":

> [...] não houve transformação e sim ortodoxia. o Alcântara [Machado] não entendeu o sentido do movimento. pensou que era troça e publicou

> durante meses inutilidades amenas. evidentemente errei em tê-lo convidado para dirigir a Revista. agora a coisa é outra. estão à frente Bopp e Osvaldo Costa, cunhambebes autênticos e leais.[19]

O gosto expresso na carta pela "ortodoxia antropofágica" também faria sua aparição na página antropófaga do *Diário de São Paulo.* A maior parte da publicação era constituída de um conjunto de pequenos textos baseados em citações e aforismos que explicitariam a nova filosofia antropofágica, desenvolvendo temas já presentes no "Manifesto Antropofágico" e relegando a publicação de poemas, tão característica da "primeira dentição", para o segundo plano. Dela constaria também uma seção intitulada "Moquém" – nome da grelha de origem indígena, aqui concebida em termos de canibalismo –, cuja função era provocar, criticar e ridicularizar figuras do Modernismo não afinadas com o ideal antropofágico. Função cumprida igualmente por inúmeras notas menores, nas quais o incomparável talento de Oswald para o trocadilho era utilizado contra seus aliados modernistas de antevéspera.

Tal tomada de posição levou, nas palavras de Aracy Amaral,[20] a uma "torrente de rompimentos": além de Mário de Andrade e Antônio de Alcântara Machado, foi o caso de Yan de Almeida Prado e de Paulo Prado. As relações com os outros grupos modernistas, como o "espiritualista" da revista *Festa* e os "verde-amarelistas", evoluiriam de uma discordância cordial para uma animosidade declarada.

O citado isolamento de Oswald e da nova "dentição" da *Revista de Antropofagia* – ao qual Alcântara Machado propõe, em carta para Alceu Amoroso Lima,[21] adicionar uma "conjuração do silêncio" – implica que na "segunda dentição" do periódico paulista a contribuição dos modernistas de primeira hora está descartada e a dos modernistas menos ilustres é muito bem-vinda. São sintomáticos os esforços do grupo "antropófago" para conseguir a adesão daqueles que eram então considerados líderes do movimento moderno em Belo Horizonte, Carlos Drummond de Andrade e João Alphonsus. A carta já citada de Oswald a Drummond pede a este que "mande coisas" para a *Revista de Antropofagia* e também que "diga aos [escritores do grupo da revista *Verde*] de Cataguases que com eles contamos".[22] Em decorrência da negativa do mineiro, outro "antropófago", o escritor Clóvis Gusmão, sediado no Rio de Janeiro, escreve para Drummond e João Alphonsus carta datada de 23 de abril de 1929. Citando a adesão de Aníbal Machado – amigo comum tanto do remetente quanto dos destinatários –, Gusmão convoca os dois a abrir uma "seção mineira da antropofagia".

> Vocês fundem aí – com o auxílio do Aquiles Vivacqua e do João Dornas Filho – o Clube de Antropofagia de Minas Gerais. Mas não se esqueçam os dois rapazes que são meus amigos particulares. Já escrevi a ambos dizendo-lhes que procurassem vocês.[23]

Em carta a Oswald de Andrade datada de maio de 1929, Carlos Drummond de Andrade – que já se correspondia com Mário de Andrade há anos e o considerava um amigo pessoal – define de uma vez por todas sua rejeição à "antropofagia" , invocando para tanto, além da fidelidade ao amigo, razões literárias:

> A antropofagia não é mais um movimento decente. Nem é uma blague. Sinto muito, mas não posso aderir.
>
> [...] Quanto aos outros "meninos" de Minas, cada um decidirá por si. O João Alfonsus concorda comigo e o João Dornas fundou o criolismo, cujo órgão oficial sairá dia 13 deste.[24]

Pouco tempo depois apareceria na publicação paulista um texto intitulado "Os tres sargentos", assinado

68, RUA DO OUVIDOR — RUA DOS INVALIDOS, 71

NOVOS CLICHÉS!

ARMAS OFFICIAES
DA REPUBLICA DOS E. U. DO BRAZIL
apresentadas ao Governo Provisorio
por Laemmert & C. e approvadas pelo decreto n. 4 de 19
de Novembro de 1889

N. 6105.— 2$500 N. 6107.— 1$600

EMBLEMA OFFICIAL
DA REPUBLICA DOS E. U. DO BRAZIL
PARA
marcar papeis, officios, titulos, etc.

REPUBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRAZIL
ORDEM E PROGRESSO

N. 6106.— 2$000

EMBLEMAS REPUBLICANOS

N. 5708.— 1$500

N. B.— Temos em mão do gravador clichés de diversos tamanhos das armas da Republica e desde já estamos habilitados a receber encommendas para os mesmos.

Arquivo de João Dornas Filho

Prospecto de uma loja que fazia carimbos, entre os quais, os símbolos da República. Sem local. Sem data. Arquivo Público Mineiro. Fundo João Dornas Filho. JDF-7- doc. 23, cx.16.

com o pseudônimo Cabo Machado, no qual eram atacados Antônio de Alcântara Machado, Yan de Almeida Prado e Mário de Andrade. O texto também exigia uma definição por parte dos modernistas mineiros: "[...] os meninos de Minas precisam se decidir. Literatura será questão de amizade?".[25]

## Entre dois fogos

Os rompimentos colocam o grupo "criolista" em posição delicada, pois *leite criôlo* tem por interlocutores e pontos de referência, por um lado, os principais escritores do grupo de *A Revista* que continuavam em Belo Horizonte – os já citados Drummond e João Alphonsus – e, por outro, o grupo da *Revista de Antropofagia.* Curiosamente, os posicionamentos do grupo de *leite criôlo* em relação a ambos os grupos rivais não se fazem presentes na sua própria publicação. O palco da interação explícita com o outro grupo mineiro seria a imprensa belo-horizontina e, com o grupo paulista, a página que esse publicava no *Diário de São Paulo*. Essa tentativa de neutralizar o próprio periódico em relação à política literária modernista se dá no sentido de aderir à "antropofagia" oswaldiana sem romper as relações com os demais grupos

modernistas. Além disso, percebe-se a intenção de evitar que *leite criôlo* se torne o que os "antropófagos" paulistas gostariam que ela fosse, ou seja, uma subsidiária local da *Revista de Antropofagia*.

Um primeiro foco da complexa relação entre Carlos Drummond de Andrade e João Alphonsus e o grupo "criolista" é a enquete com escritores mineiros, realizada nos primeiros meses de 1929 pelo jornal *Diário de Minas*, cujo redator-chefe naquele momento era o próprio Drummond.[26] As respostas dos escritores que pouco tempo depois lançariam *leite criôlo* deixam transparecer um entusiasmo modernista e nacionalista que contrasta fortemente com as declarações reticentes e desiludidas de João Alphonsus na mesma enquete.

Em relação à *Revista de Antropofagia*, a primeira interação publicada com o grupo que logo publicaria *leite criôlo* seria um texto de Aquiles Vivacqua intitulado "a propósito do homem antropófago". Publicado no sétimo número da "segunda dentição" da publicação paulista, no dia 1º de maio de 1929, o texto retrabalha alguns temas do *Manifesto Antropófago* de Oswald, porém em uma chave de interpretação menos surrealista e mais ostensivamente nacionalista:

> Começamos a sentir a cizania no brasil [*sic*] desde quando se pretendeu proibir a antropofagia. [...] Nada pois mais justo do que enaltecermos o indio e o tomarmos como sendo o legitimo tipo nacional. Negar-lhe o verdadeiro padrão do brasileiro, só por julgar que o brasileiro é o individuo-civilização que formou nossa historia e não o homem fisico integrado na terra é, no entanto, erro que todo mundo comete. Essa fusão irregular de elementos de duas raças degeneradas e uma forte – o indio – não pode crear o tipo nacional. Para mim, o brasileiro não é o fruto da amalgama dessa civilização aparente que se desenvolveu na América: O indio forte, submetido pela força; o africano animalizado; o europeu, amarello como açafrão, transviado dos presidios.[27]

A mesma linha de pensamento ecoa em outro texto, também de Aquiles Vivacqua, publicado em *leite criôlo*.[28] Observa-se aí a curiosa mistura entre alguns elementos da proposta antropofágica com o grosso do pensamento de *Retrato do Brasil*: o índio antropófago seria a imagem valorosa do brasileiro do futuro, mas as interações desse com o português – sempre referido na forma dos degredados do "Ensaio sobre a tristeza brasileira" – e com o negro africano teriam dado à construção histórica do Brasil o caráter degenerado descrito por Paulo Prado.

Duas semanas depois, em 13 de maio de 1929, comemoração dos 41 anos da Abolição da Escravatura, seria publicado *leite criôlo*, um tabloide de oito páginas a ser distribuído gratuitamente nas ruas de Belo Horizonte. Entre os textos, predominavam os artigos (oito) – em especial relativos ao ideário "criolista" – seguidos pelos poemas (sete) e trechos de prosa (três). Quanto ao seu conteúdo, nessa primeira edição de *leite criôlo*, a proporção de textos que mencionavam questões raciais – ligados assim mais diretamente ao programa "criolista" – foi expressivamente mais alto quando comparado à totalidade dos textos do periódico.

Com exceção daqueles publicados na *Revista de Antropofagia*, todos os artigos que encontramos sobre o aparecimento do "órgão oficial do criolismo" expressam reservas em relação à publicação. Os próprios companheiros de redação de Aquiles Vivacqua e João Dornas Filho escrevem sobre *leite criôlo* em uma nota na *Semana Ilustrada* que "os espiritos modernos, não sabemos se pela inquietação ou pela incultura, têm uma tendencia para o fútil e para a *blague*".[29]

Outros artigos publicados na ocasião, no entanto, ajustavam-se menos à ideia de *succès de scandale* vanguardista. Como já visto, o artigo publicado no jornal *Folha da Noite* ressaltava as fracas credenciais modernistas do grupo "criolista". Porém, os ataques mais importantes sofridos pelo grupo de *leite criôlo* vinham dos modernistas sediados no *Diário de Minas*, tão ou mais versados na *blague* vanguardista que seus contrapartes que haviam produzido o tabloide. Um dos artigos publicados nesse jornal – órgão oficial do Partido Republicano Mineiro (PRM) –, refere-se a *leite criôlo* como um periódico comemorativo de datas nacionais. O texto propõe que seja publicado nos dias "21 de abril, 13 de maio, 15 de novembro ou qualquer outra data", comparando-o a uma banda de música de cidade do interior. Além disso, menciona o movimento antropofágico como sendo uma "revolta [...] contra escritores paulistas de mais fama".[30] Em outro artigo, a crítica a *leite criôlo* vai além da *blague* polêmica, atacando alguns dos pontos contraditórios do programa "criolista":

> Um dos collaboradores [refere-se a Newton Braga] chega aconselhar o negro a 'deixar suas dansas barbaras, seus cantos de captiveiros, de saudade, de melancolia'. Ora, precisamente, o que o negro nunca deve deixar, porque teria de adoptar, como aliás já acontece, outras danças e outros cantos deploráveis, porque sem sinceridade. Querem também acabar com as crendices, como si isso fosse herança do negro captivo deixada no Brasil e o branco europeu, sem "criolismo", não tenha as suas supertições.[31]

No entanto, a postura dos diretores de *leite criôlo* frente ao grupo que havia participado de *A Revista* era de conciliação: em entrevista ao jornal *Correio Mineiro*, João Dornas afirma que "O Carlos Drummond e o João Alphonsus divergem de muita coisa que pensamos. E estão aí firmes conosco, prestigiando o nosso jornal com colaboração de primeiríssima. Deus nos livre se não estivessem".[32] Da parte dos escritores citados havia a percepção, expressa em um dos artigos do *Diário de Minas* já citados, de que "os rapazes mineiros apparecem com intenção de não brigar".[33]

Escritor Guilhermino Cesar participa de emissão radiofônica em Belo Horizonte. Sem data. Arquivo Público Mineiro. Fundo Folha de Minas. FM-8-4-099.

Vinte dias depois do lançamento do tabloide, em 2 de junho, *leite criôlo* faria a sua segunda aparição, dessa vez como suplemento literário do jornal *Estado de Minas*. No novo formato, o "órgão oficial do criolismo" ocupava normalmente um espaço que variava entre meia página e um quarto de página. Não esgotava, naquele periódico, o espaço destinado à literatura:

uma quantidade considerável de textos literários, em geral "passadistas", também era publicada no mesmo jornal. A ênfase quanto ao material publicado se afastou gradativamente das concepções mais programáticas do "criolismo", em favor da publicação de textos estritamente literários, poemas em especial. A orientação do suplemento estava, no geral, e apesar das diferenças de formato, mais próxima do ecumenismo modernista de publicações como *Verde* e da "primeira dentição" da *Revista de Antropofagia*, do que da estridência da "segunda dentição" dessa última.

## Adesão e desconforto

Apesar disso, os "antropófagos" paulistas logo colocariam o grupo de *leite criôlo* na desconfortável posição de antípodas do grupo de modernistas mineiros fiel à orientação de Mário de Andrade. No décimo número da "segunda dentição" da *Revista de Antropofagia*, sob a rubrica "Expansão Antropofágica", foi publicada uma nota intitulada "clube de antropofagia de minas geraes", no qual aparecia um trecho de João Dornas Filho explicando o programa de *leite criôlo*, descrito como "pura antropofagia" no comentário que o segue. Nesse mesmo comentário a recusa em bloco do grupo de *Verde* em aderir à "antropofagia" era contraposta à posição de *leite criôlo*, ignorando que Guilhermino César fazia parte grupo de Cataguases, cujos integrantes contribuíam com bastante frequência com a publicação de Belo Horizonte. As próprias diferenças entre os ideários da "matriz" paulista e sua suposta "filial" mineira não seriam acusadas em nenhum momento pela *Revista de Antropofagia.*

No 11º número da publicação paulista, saíram, lado a lado, a nota intitulada "Cartas na mesa: os andrades se dividem", que transcrevia a carta já citada na qual Drummond rompe em definitivo com a "antropofagia", e a longa entrevista com João Dornas, intitulada "a propósito do movimento criôlo". Nela o escritor afirma a identidade entre os projetos das publicações mineira e paulista:

> Conosco pensam todos os novos de responsabilidade nas letras mineiras de quem já recebemos as mais significativas adesões.
>
> [...] Concluindo. A finalidade do criolismo é mais ou menos a mesma da antropofagia. É a mesma de todos os movimentos nacionalizadores. Talvez o caminho é que tenha umas pequenas variantes, que absolutamente não nos desviarão do fim desejado, porque estamos bussolados de muita vontade de acertar.[34]

Essa espécie de afirmação não aparece nas páginas do suplemento mineiro. A única menção que àquela altura se fazia à antropofagia se dá em um artigo do colaborador Newton Braga. Intitulado "devore-se" [*sic*], o artigo vincula a publicação mineira à rede nacional de publicações modernistas, incluindo a "antropofagia", descrita como o batalhão de formigas que devorarão as "relíquias, medalhões e antiguidades" do bacharelismo brasileiro.[35] Matéria parecida, trazendo um panorama nacional dos vários "clubes de antropofagia", havia sido publicada quase que simultaneamente na *Revista de Antropofagia*. Nela *leite criôlo* é citado como "a parte boa do Modernismo mineiro".[36]

João Alphonsus começa então a pressionar o grupo "criolista" para que se defina como contrário à "antropofagia". O escritor mineiro se fazia presente nas páginas do *Estado de Minas* ao mesmo tempo que no suplemento, publicando ali sua "Chronica Literaria", seção iniciada no dia 16 de junho do ano em questão. No dia 28 de julho, incrustado na sua resenha do livro *Estudos (2ª série)*, de Tristão de Athayde, aparece um recado para o grupo de *leite criôlo* no qual a trajetória da *Revista de Antropofagia* é narrada na perspectiva de Alphonsus. Os ataques a Oswald de

Cartão de Carlos Drummond de Andrade, já então chefe de gabinete de Gustavo Capanema no Ministério da Educação e Saúde, para João Dornas Filho, acusando o recebimento do texto *Andradas na História do Brasil*. Sem local. 30/03/1937. Arquivo Público Mineiro. Fundo João Dornas Filho. JDF-3- doc. 053, cx.02

Dornas, amigo:

Recebi o seu "Andradas na História do Brasil" e vou ler-o no primeiro dia de folga e desintoxicação burocrática. Muito grato a você por me haver elegido seu leitor, mais uma vez.

Seu trabalho foi encaminhado a "O Jornal" e - segundo me affirmaram - deverá sahir um dos proximos supplementos. Você... ae? Aqui, nada parte a temperatura, com a impressão de que Deus é cada vez mais grande e o Brasil mais glorioso. Abraços muito affectuosos do seu velho

CARLOS DRUMMOND DE ANDRADE

DIRECTOR DO GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E SAUDE PUBLICA

30.3.37

Carlos

Andrade ali veiculados passam pela sua associação com dois políticos do Partido Republicano Paulista, Washington Luís, então presidente da República, e Júlio Prestes, candidato do Catete à Presidência. Tal alusão é compreensível, uma vez que a maior parte dos modernistas de São Paulo que romperam com Oswald era vinculada ao Partido Democrático, de oposição ao Partido Republicano Paulista (PRP), situacionista. O PRM, situação em Minas Gerais, viria a se coligar com os oposicionistas de São Paulo para lançar uma candidatura presidencial de oposição ao Catete, a chamada Aliança Liberal, iniciativa que empolgou Drummond[37] e mereceu um manifesto de apoio de *leite criôlo*.[38] Dessa forma, acontecimentos da política partidária nacional foram reapropriados no contexto da política literária modernista. É provável que o fim da "segunda dentição" da *Revista de Antropofagia* esteja relacionado com tal confluência entre política literária e política, o que certamente tornou ainda mais insustentável a posição do periódico belo-horizontino.[39]

Um mês e meio depois, o número XIV[40] de *leite criôlo* seria apenas uma pequena coluna de jornal com um trecho de prosa e dois poemas curtos. Na mesma página do *Estado de Minas* aparece a seção "Chronica literaria", acima mencionada, com a assinatura de João Alphonsus. Nela, o escritor se refere mais uma vez à "antropofagia", agora como um fato passado. O artigo, em tom triunfante, enterra simbolicamente *leite criôlo*, afirmando que

> A obrigatoriedade dos themas brasileiros na poesia nacional creou, como era de esperar, uma falsa brasilidade de rethorica poetica, a que poucos ou nenhum conseguiram [sic] escapar. [...] alguns delles deram para antropophagos, e ficaram exasperados, porque ninguem não notou que elles haviam mudado de rotulo, rapazinhos imberbes ao lado de sujeitos maduros e beiçudos, num farrancho divertido pelo menos.[41]

A lição foi entendida: o próximo número do suplemento marcaria sua ruptura com os "antropófagos" paulistas, naquele momento isolados e sem publicação própria. A segunda menção explícita da "antropofagia" nas páginas de *leite criôlo* consiste em um artigo do modernista alagoano Valdemar Cavalcante intitulado "Anthropophagia" – que já havia sido publicado no *Jornal de Alagoas* de 9 de maio de 1929.[42] Nele, Oswald de Andrade é atacado devido "ao seu plano de botar Jesus Christo para fora do territorio brasileiro" e desviar o Modernismo de sua verdadeira batalha contra o bacharelismo.[43]

## Anemia terminal

Depois do rompimento com a "antropofagia", haveria apenas mais um número, pequeno e atípico, de *leite criôlo*: terminara a aventura da publicação e de seu grupo no movimento modernista – movimento que, aliás, já não existia mais da mesma forma. O discurso sobre o "criolismo", que de certa forma diferencia o periódico belo-horizontino no quadro das publicações do primeiro modernismo, possuía, porém, interlocução naquele contexto, tanto no nível dos temas, quanto no das imagens literárias. Sob esse ponto de vista, é fundamental o diálogo do periódico mineiro com o ensaio *Retrato do Brasil*, de Paulo Prado – autor que, se não era, estritamente falando, um modernista, se encontrava completamente integrado, como mecenas e companheiro de combate, no meio literário e intelectual modernista. É expressivo, por exemplo, o fato de que Mário de Andrade e Oswald de Andrade afirmem a proximidade entre o ensaio de Prado e o romance-rapsódia *Macunaíma*.[44]

A relação entre o grupo de *leite criôlo* e o "ensaio sobre a tristeza brasileira" antecede mesmo o aparecimento do periódico. No último número da "primeira dentição" da *Revista de Antropofagia*, João Dornas Filho publica

Jornais locais repercutem proposta do escritor João Dornas Filho para a admissão de mulheres na Academia Mineira de Letras. Diversos locais. 1938-1952. Arquivo Público Mineiro. Fundo João Dornas Filho. JDF-4- doc. 02, cx.15.

# Ainda não ficou resolvido se a mulher pode ingressar na Academia

A favor votaram 17 academi...

— Entretanto...

## A ACADEMIA E AS MULHERES

12-12-1951

A Academia Mineira de Letras vai resolver se as mulheres devem ser admitidas em seu seio. O escritor João ... quem rompeu a pla... ...ta. E' de uma retardada interpreta... Regimento, é este: "Tanto o ... dos elaboradores do Regiment... de só se admitissem homens n... demia, não havendo o propos... tabar os dois sexos com a ... nunca se pen...

# VIDA SOCIAL

OPINIÃO DE ...

12-12-1951

"EVA IMORTAL?"

# Modificação dos Estatutos ou sua interpreta...

O historiador João Dornas Filho fala a FOLHA DE MINAS sobre seu requerime... Academia Mineira de Letras — "Os grandes nomes femininos que estão fora ... academico viriam cooperar com os homens no trabalho de dar dignidade e vit... espirito"

Na ... Academia Mineira de Letras, o escritor João Dornas Filho, fez um requerimento á Mesa ,pedindo a designação de uma comissão que estude a possibilidade de ser a Casa franqueada ás mulheres. Pretende o historiador mineiro, com a sua iniciativa, que seja dada interpretação liberal ao Estatuto da Academia, ou que se modifique a sua letra. Levantou assim João Dornas Filho uma questão que veio movimentar os círculos intelectuais ligados ao cenáculo dos imortais montanheses. Como outro não tem sido o assunto das rodas literarias de Belo Horizonte, nestes dias, FOLHA DE MINAS resolveu ouvir o autor do requerimento, para abrir o debate do palpitante assunto.

Quisemos inicialmente saber das razões que levaram João Dornas Filho a apresentar seu requerimento:

— "A razão que me guiou ao propor a extinção dessa praxe anacronica e desprimorosa é a falta de justificativa que ela apresenta nesta hora avançada de reinviatações sociais em todos os sentidos.

Quando os franceses fundaram a sua Academia no seculo XVII, e que serviu de padrão para a Academia Brasileira e para a nossa, talvez se justificasse a restricao numa epoca de rigida mentalidade patriarcal em que a mulher pouco mais era do que um instrumento de trabalho e prazer sensual.

Hoje tal não se dá mais, e a mulher compartilha com o homem as responsabilidades sociais e politicas. Se ela tem os onus, não é justo que tenha as vantagens dessas responsabilidades?

Perseverar nessa praxe antiquada e deprimente para nós chamados homens de espirito, é o mesmo que negar inscrição á Senhora Curie no Instituto de França ou não admitir o Premio Nobel a Gabriela Mistral..."

— Qual a receptividade que encontrou, entre os academicos, para a ideia?

— "De um modo geral, a melhor possivel. Parece que a maioria é favoravel a ela, confirmando, aliás, o juizo que se tem o direito de fazer sobre homens de espirito e educação, como deve ser o homem de letras. Uma ou outra restrição que tem surgido não apresenta motivos que se possam considerar, pois são baseados na praxe ou no comodismo. A praxe já vimos que não deve subsistir quando as causas que a justificam não mais se apresentam. O comodismo, ou receia de enfrentar situações que a possibilidade da inscrição da mulher, como candidata ao "fauteuil" academico, possa oferecer, é a propria negação da capacidade de "escolher", razão mesma da vitalidade da Academia".

— Quais as vantagens que advirão para as letras mineiras se a ideia sair vitoriosa?

— "Em primeiro lugar, a extinção de uma injustiça, que só pode diminuir e macular o ambiente de superioridade que deve reinar numa Academia de intelectuais. E em segundo, apagar a nodoa de indelicadeza que a restrição só por si imprime no desprimor da recusa. Estas são as vantagens morais. Quanto ás vantagens espirituais, elas são tão notorias que é excusado aponta-las. Os grandes nomes femininos que estão fora do meio academico viriam cooperar com os homens no trabalho de dar dignidade e vitalidade ás coisas do espirito."

— Os estatutos da Academia proibem taxativamente a inscrição da mulher?

— "O meu requerimento provoca justamente o esclarecimento acerca questão. Um artigo do estatuto diz que todo "escritor", em determinadas condições, pode inscrever-se como candidato ás vagas veri... ficados. ... cional tem ... crevere... em "es... dade ... tação. ... mulher... direito ... digo ... tor"... ... gramat... com o ... adjetiv... se. Com... primor... de gra... não ... Letras ... O m... terpre... ferido ... ção n... as ins... sident... uma ... compo... Martin... Dorna... está d... claros ... damen... que e... uma ... rio".

... 17 mulheres na favor e 11 contra, pois, a ... ora versa sobre a maioria ...

... esentada uma pro... Regimento definitiva... ...l, se esclareço... ...te, em nova redação, se de... ...n ou não ser admitidas can... ...idaturas femininas.

A diretoria aprovou a propos... ...a, ficando a mesma para ser ... apresentada posteriormente a todos os academicos, que então se manifestarão sobre o assunto. Pelo que resolvem os academicos em maioria absoluta de votos, ficará o texto regimental redigido de maneira a não suscitar duas interpretações, porque será explicado claramente se podem ser admitidas mulheres ...demia é só para ho...

... Que eu não haveria de publicar a carta acima?

Achei-lhe tanta graça ..

## Eva na Academia Mineira de Letras

O escritor João Dornas Filho propôs a admissão de mulheres escritoras no orgão tradicional das letras mineiras — Interpretação ou reforma do Estatuto?

Na ultima sessão da Academia Mineira de Letras, o academico João Dornas Filho apresentou um interessante requerimento, focalizando um problema até então inédito na vida da Academia.

Pretende o ilustre academico que a Academia delibere a respeito do direito de tambem as mulheres escritoras se candidatarem á Academia, pois até agora só ... sido permitida a inscrição aos homens escritores.

O requerimento de João Dornas Filho vem fazer com que a Academia se pronuncie sobre o assunto. O conhecido escritor, justificando o seu ponto de vista favoravel á mulher academica, põe em evidencia a contribuição das mulheres em todos os ramos da atividade humana e sobretudo nas letras.

### UMA COMISSÃO PARA DAR PARECER

Foi designada uma comissão para dar parecer sobre o requerimento de João Dornas Filho.

### INTERPRETAÇÃO APENAS DO ESTATUTO OU MATERIA NOVA?

Era natural que a proposta suscitasse comentarios entre os academicos. E esses, imediatamente, se fizeram sentir na reunião de anteontem, que contava com a presença de dezesseis academicos.

Alguns julgavam que a materia só depende de interpretação do Estatuto vigente e não importa em reforma do mesmo. Outros não participavam desta opinião e consideravam que, para ser admitida a inscrição de mulheres, será necessario reformar-se o Estatuto.

Entretanto, só depois de dado o parecer sobre a proposta João Dornas é que será possivel uma apreciação do rumo a ser tomado.

um poema intitulado incidentalmente "Retrato do Brasil". Nos seus versos, como já observou Antônio Sérgio Bueno,[45] evidencia-se o antiufanismo que em seguida caracterizaria a publicação belo-horizontina. No tabloide de 13 de maio de 1929, no alto da terceira página se encontra inclusive citada a frase "Numa terra radiosa vive um povo triste", com a qual se inicia o "ensaio sobre a tristeza brasileira".[46]

Uma peculiaridade de *leite criôlo* é que ali os diversos "males da nacionalidade" – luxúria, cobiça, tristeza, preguiça, ignorância, pedantismo, ufanismo – apontados por Paulo Prado se encontram quase sempre vinculados, constituindo aquilo que os diretores da publicação definiam como "criolismo". Não que em *Retrato do Brasil* tais "males" se encontrem explicitamente dissociados. Segundo o "ensaio sobre a tristeza brasileira", o negro:

> [...] perturbou e envenenou a formação da nacionalidade, não tanto pela mescla de seu sangue como pelo relaxamento dos costumes e pela dissolução do caráter social, de consequências ainda incalculáveis.[47]

Nota-se aí certa indistinção entre o biológico e o cultural. Tal linha de pensamento presente em *Retrato do Brasil* – juntamente com outra que apresenta a convicção de que pela miscigenação "o negro desaparece aos poucos"[48] – ecoa, por exemplo, no texto "Defeza (*sic*) da Alegria", de Aquiles Vivacqua, publicado no tabloide de 13 de maio de 1929[49].

Em resumo, os principais temas e discussões de *Retrato do Brasil* aparecem de maneira reiterada em *leite criôlo*: a tristeza, a luxúria, a cobiça e a preguiça como características da nacionalidade, a desmedida entre a grandeza da terra e pequenez do homem, a concepção sanitarista do Brasil como "um grande hospital", a ideia de que a colonização teria sido obra de degredados, a presença definidora da tristeza na cultura popular. Tais temáticas se desdobram não apenas em artigos, mas também em trechos curtos de prosa ficcional e em um ou outro poema de cunho narrativo. Significativamente, os textos que apresentam proximidade com as temáticas do "ensaio sobre a tristeza brasileira" costumam ser assinados pelos próprios diretores de *leite criôlo* ou por escritores mineiros de menor projeção, naquele momento a eles ligados.

A rejeição às ideias do "ensaio sobre a tristeza brasileira" só aparece de maneira contundente em um conto de Cyro dos Anjos – que não parece ter sido muito próximo dos diretores de *leite criôlo*, tendo publicado ali apenas mais um texto – intitulado "Zé Prequeté andando atôa". Em estilo que ecoa fortemente *Macunaíma*, narra-se ali que, depois de nascido o personagem principal, a parteira lhe "tirou as maldades", entre as quais "a sensualidade braba, que mora no *Retrato do Brasil* e é conversa fiada".[50] Em movimento contrário ao desse texto, a reapropriação mais característica de *leite criôlo* da rapsódia de Mário de Andrade se dá exatamente no sentido de conceber *Macunaíma* como uma espécie de fábula normativa, como um anedotário folclórico de *Retrato do Brasil.*

## Um chupim no jogo de espelhos

Como a frase inicial de *Retrato do Brasil*, o dístico do "herói sem nenhum caráter" ("Muita saúva e pouca saúde os males do Brasil são") se encontra citado no alto de uma das páginas da edição em formato tabloide de *leite criôlo* de 13 de maio de 1929. Motivos específicos de *Macunaíma* são igualmente reapropriados por *leite criôlo.* Um exemplo central seria a menção implícita ao trecho no qual o "herói sem nenhum caráter", meditando sobre a "injustiça dos homens", observa um chupim gordo e bem alimentado fingindo que era o filhote de um tico-tico

esquálido e esfomeado para que esse o alimentasse. Ali Macunaíma, que acaba de ser enganado ao comprar um micura (gambá) que defecaria dinheiro, no "amargor imenso da injustiça do cupinzão", acaba por interferir na situação punindo com a morte, ironicamente, o tico-tico. Em seguida, o chupim começa a seguir o próprio "herói sem nenhum caráter" que revida lhe dando de comer as fezes do micura que estão em seu bolso. O resultado é que o chupim "foi engordando, engordando virou num pássaro preto bem grande e voou pros matos gritando 'Afinca! Afinca!' É o Pai do Vira".[51]

Como explica Cavalcanti Proença,[52] trata-se de uma espécie de "conto etimológico" que explica a denominação de "vira-bosta" ao pássaro também conhecido como chupim. O trecho pode ser lido também como uma ilustração da "gatunagem sem esperteza" que, segundo um dos prefácios não publicados de *Macunaíma*, caracterizaria o brasileiro.[53]

É assim que a figura do "vira-bosta" aparece no texto "Fóra o malandro", de João Dornas Filho.[54] A rapsódia de Mário de Andrade de certa forma propõe um jogo de espelhos no qual Macunaíma, vítima do golpe do micura que supostamente defeca ouro, seria duplicado na figura do tico-tico enganado pelo chupim. Dando sequência ao espelhamento, no texto de Dornas Filho, o tico-tico aparece como "brasileiro do bom" e, no entanto, seu explorador "vira-bosta"/ chupim foi criado "para nosso espelho". De tal forma, o "herói sem nenhum caráter" poderia ser visto como ao mesmo tempo vítima e enganador, tico-tico e chupim – dualidade já expressa na ideia da gatunagem sem esperteza do brasileiro. Outro eco do mesmo trecho de *Macunaíma* se faz notar no artigo "o brasileiro e o homem que comprou o bonde da laite", de João Dornas Filho, que critica a "feição criola" da "sociabilidade em excesso", fazendo menção ao caso de um golpe ocorrido em Goiás.[55] Ali João Dornas Filho duplica a condenação do tico-tico, no caso a ingênua vítima do golpe, e não a do chupim/"vira-bosta" por Macunaíma.

Um dos traços fundamentais do ideário da publicação mineira, o antibacharelismo, também se faz presente nas páginas da rapsódia de Mário de Andrade. É significativo o episódio no qual Macunaíma interrompe um discurso sobre um "feriado novo inventado pros brasileiros descansarem mais", para a ele contrapor sua própria cosmologia. O emissor do discurso pedante e oficialesco é qualificado pelo narrador como um "mulato da maior mulataria"[56] – definição se enquadra nos estereótipos do negro tagarela e do negro pernóstico, que Antonio Sérgio Bueno[57] identifica não apenas em *leite criôlo*, mas também na tradição da literatura brasileira.

Outros motivos de *Macunaíma* também aparecem nas páginas de *leite criôlo*. As formigas que infestam a rapsódia de Mário de Andrade marcam presença na publicação belo-horizontina. No texto "devore-se", de Newton Braga, a rede nacional de publicações modernistas é descrita como uma "correição" de formigas expulsando do Brasil os "baratões" acadêmicos.[58] No poema "a correição", de Ary Gonçalves, ligado à revista *Montanha de Ubá*, o formigueiro em movimento é comparado primeiro a uma procissão, depois ao "negro congado" e, por fim, pela via da analogia racial, com a polícia procurando criminosos.[59] Por sua vez, o conto "Caldo de galinha", de João Guimarães, tem por refrão "Oh! Preguiça danada!".[60] Na mesma linha, o artigo "Defeza da Alegria", de Aquiles Vivacqua,[61] afirma que o brasileiro desperta "até com preguiça de falar", ecoando a abertura de *Macunaíma*, na qual o "herói sem nenhum caráter" passa seis anos sem falar nada que não seja seu característico refrão.[62] No mesmo texto, é mencionada a crendice popular relacionada à "morte de parente", ali prenunciada pelo derramamento de tinta na mesa e não por sonhar que lhe caiu um dente, como na

rapsódia de Mário de Andrade.[63] A reapropriação que o grupo "criolista" faz da obra-prima de Mário de Andrade apresenta, por fim, uma inusitada leitura conservadora do texto extraordinariamente polissêmico de *Macunaíma*, índice mais uma vez da enorme complexidade do movimento modernista dos anos 1920.


**RESUMO | Criolismo, antropofagismo à mineira**

*leite criôlo* foi um periódico modernista de Belo Horizonte publicado durante o ano de 1929 por João Dornas Filho, Guilhermino César e Aquiles Vivacqua. Seus editores estabeleceram uma relação intensa com grupos de outras publicações modernistas, como *A Revista* (Belo Horizonte), *Verde* (Cataguases) e *Revista de Antropofagia* (São Paulo), dialogando ainda com obras fundamentais do período, como *Retrato do Brasil,* de Paulo Prado, e *Macunaíma,* de Mário de Andrade.

***SUMMARY* | *Creolism, anthropofagy "mineiro" style***

*leite criôlo* was a Belo Horizonte modernist periodical published during 1929 by João Dornas Filho, Guilhermino César and Aquiles Vivacqua. Their editors established a close relationship with groups of other modernist publications such as *A Revista* (Belo Horizonte), *Verde* (Cataguases) and *Revista de Antropofagia* (São Paulo), with many references to fundamental works of the period, such as *Retrato do Brasil,* by Paulo Prado, and *Macunaíma,* by Mário de Andrade.


**Notas |**

1. Devido à repetição do cabeçalho nas edições IX (28 de julho e 4 de agosto) e XIII (1º e 8 de setembro) as edições de *leite criôlo* são numeradas, no entanto, de I a XVI.

2. CURY, Maria Zilda Ferreira. *Horizontes modernistas*: o jovem Drummond e seu grupo em papel jornal. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. p. 74-84.

3. A *Revista de Antropofagia* denominou suas fases de "dentições", em alusão à metáfora recorrente do canibalismo que caracteriza essa publicação do modernismo paulista.

4. Depois da publicação do *Manifesto Antropófago* em 1928, a ideia da antropofagia cultural seria a chave da atuação literária e intelectual de Oswald de Andrade e um pequeno grupo de intelectuais a ele ligado, nos últimos anos da década de 1920. A metáfora do canibalismo servia à proposta de "deglutir" a herança repressora da civilização a partir da perspectiva libertadora do "selvagem" brasileiro, em um misto de indianismo com utópia. Propunha também uma radicalização do Modernismo primitivista e nacionalista – nem sempre bem recebida – em termos morais, filosóficos e políticos. Optamos por nos referir preferencialmente no texto à "antropofagia", como nos textos do período, e não ao "Antropofagismo". Esse último termo constitui uma denominação *a posteriori* e possui um caráter de "escola literária" que não estava dado naquele momento.

5. BUENO, Antônio Sérgio. *O modernismo em Belo Horizonte*: década de vinte. Belo Horizonte: UFMG, 1982.

6. *Revista de Antropofagia.* Segunda dentição, nº 11, 19 de junho de 1929.

7. CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*: estudos de teoria e historia literária. 2. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2006. p. 128.

8. DUARTE, Miguel de Ávila; CABRAL, Cleber Araujo et al. *1929 Leite Criôlo Bello horizonte*. 1. ed. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amilcar Martins, 2012. Para uma discussão mais aprofundada sobre o periódico, ver DUARTE, Miguel de Ávila. *leite criôlo*: da rede modernista nacional à memória monumental do Modernismo. Dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011.

9. Sobre a vertente "espiritualista" do Modernismo, agrupada em torno de *Festa*, ver GOMES, Angela Maria de Castro. *Essa gente do Rio...*: modernismo e nacionalismo. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getulio Vargas, 1999.

10. Sobre a vertente verde-amerelista, ver PRADO, Antonio Arnoni. *1922, Itinerário de uma falsa vanguarda:* os dissidentes, a semana e o integralismo. São Paulo: Brasiliense, 1983.

11. *Folha da Noite*, 11 de maio de 1929.

12. Como vários outros estudantes da Faculdade de Direito provenientes das famílias importantes do interior, os diretores de *leite criôlo* complementavam sua renda trabalhando no serviço público e na imprensa. Mas enquanto Drummond havia sido colaborador, redator e, por fim, redator-chefe do jornal *Diário de Minas*, órgão noticioso oficial do Partido Republicano Mineiro de publicação diária, Vivacqua foi redator das revistas de variedades *Cidade Vergel*, em 1927, e *Semana Ilustrada*, de 1927 a 1929. Dornas também colaborou com a segunda publicação, tornando-se um dos redatores a partir de 1929. Em ambas as revistas, caricaturas, fotos, crônicas e artigos de todos os tipos refletiam a esfera de sociabilidade das famílias importantes e dos estudantes universitários – naqueles tempos vindos estritamente das camadas mais altas da sociedade.

13. Cf. WERNECK, Humberto. *O desatino da rapaziada*: jornalistas e escritores em Minas Gerais. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 79-80.

14. *Semana Ilustrada*, n. 37, 11 de fevereiro de 1928.

15. Carta de Antônio Alcântara Machado a Aquiles Vivacqua (8 de fevereiro de 1928). UFMG, Acervo de Escritores Mineiros, Fundo Aquiles Vivacqua, Série correspondência, caixa 1 (Classificação provisória). A mesma opinião aparece na resenha de Rosário Fusco sobre *Serenidade*, *Verde*, n. 5, abril de 1928, p. 9.

16. Cf. CESAR, Guilhermino. Os verdes da "Verde". In: *Verde*: revista de arte e cultura (fac-símile). São Paulo: Abril & Metal leve, 1978.

17. Informações extraídas de uma carta de Antônio de Alcântara Machado a Alceu Amoroso Lima (Tristão de Athayde), *apud* SANTIAGO, Silviano (Org.). *A República das Letras*: de Gonçalves Dias a Ana Cristina César, cartas de escritores brasileiros. Rio de Janeiro: Snel, 2003. p. 105-109.

18. *Diário de Minas*, 3 de fevereiro de 1929.

19. *Apud* DOYLE, Plinio. *História de revistas e jornais literários*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1976. p. 140.

20. AMARAL, Aracy A. *Tarsila*: sua obra e seu tempo. São Paulo: Perspectiva, 1975.

21. Apud SANTIAGO (Org.). *A República das Letras*, p. 108.

22. *Apud* DOYLE. *História de revistas e jornais literários*, p. 142

23. DOYLE. *História de revistas e jornais literários*, p. 142

24. *Apud* DORNAS FILHO, João. Notas para a história da literatura mineira. *Revista da Academia Mineira de Letras,* Belo Horizonte, Academia Mineira de Letras, v. XXI, 1959. p. 88.

25. *Revista de Antropofagia*, Segunda Dentição, n 5, 14 de abril de 1929.

26. Sobre a enquete citada ver DIAS, Fernando Correia. *O Movimento Modernista em Minas*: uma interpretação sociológica. Belo Horizonte: edição do autor (datilografado), 1968. p. 31-37.

27. *Revista de Antropofagia*, Segunda Dentição, n. 7, 1º de maio de 1929. Conservada a ortografia original.

28. "criôlo". *leite criôlo*, n. I, 2 de junho de 1929.

29. *Semana Ilustrada*, n. 91. 13 de maio de 1929.

30. *Diário de Minas*, 12 de maio de 1929.

31. *Diário de Minas*, 14 de maio de 1929.

32. *Apud* BUENO, Antônio Sérgio. *O modernismo em Belo Horizonte:* década de vinte. Belo Horizonte: UFMG, 1982. p. 104.

33. *Diário de Minas*, 12 de maio de 1929.

34. *Revista de Antropofagia*, Segunda Dentição, n. 11, 19 de junho de 1929.

35. *leite criôlo*, n. VI, 7 de julho de 1929.

36. *Revista de Antropofagia*, Segunda Dentição, n. 13, 4 de julho de 1929.

37. Drummond declarou, em carta pessoal destinada a Mário de Andrade, datada de 9 de agosto de 1929, ser "soldado vibrante da Aliança Liberal", *apud* SANTIAGO, Silviano (Org.). *Carlos e Mário*: correspondência completa entre Carlos Drummond de Andrade (inédita) e Mário de Andrade. Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi, 2002. p. 354.

38. *leite criôlo*, n. X (11º), 11 de agosto de 1929.

39. Na já citada carta de Antônio de Alcântara Machado a Alceu Amoroso Lima, ainda em maio de 1929, o escritor paulista estranha a presença de Oswald de Andrade e de sua *Revista de Antropofagia* nas páginas do *Diário de São Paulo*, filiado à rede dos Diários Associados de Assis Chateaubriand, simpatizante do Partido Democrático. Sobre o jogo político partidário no final da República Velha ver VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. *O teatro das oligarquias*: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

40. A numeração do suplemento encontra-se, ao final da publicação de *leite criôlo,* dois números defasada devido à repetição errônea do cabeçalho nos exemplares IX (28/7/1929 e 4/8/1929) e XIII (1/9/1929 e 8/9/1929)

41. *Estado de Minas*, 15 de setembro de 1929.

42. Cf. SANT'ANA, Moacir Medeiros de. *Documentario do modernismo*: Alagoas (1922/31). Maceió: UFAL, 1978. p. 123

43. *leite criôlo*, n. XV (17ª), 22 de setembro de 1929.

44. Como se sabe, o romance-rapsódia é dedicada a Paulo Prado e, em um dos prefácios não-publicados de *Macunaíma*, Mário de Andrade relaciona a própria obra com o "ensaio sobre a tristeza brasileira", ainda inédito naquele momento. Cf. BATISTA, Marta Rosseti. *Brasil: 1º tempo modernista - 1917/29 documentação.* São Paulo: IEB, 1972. p. 290

45. BUENO. *O modernismo em Belo Horizonte*, p. 129.

46. Cf. PRADO, Paulo. *Retrato do Brasil:* ensaio sobre a tristeza brasileira. 8. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 53.

47. PRADO. *Retrato do Brasil*, p. 150.

48. PRADO. *Retrato do Brasil*, p. 192

49. *leite criôlo* (Tabloide), 13 de maio de 1929, p. 7.

50. *leite criôlo* (Tabloide), 13 de maio de 1929, p.8

51. ANDRADE, Mário de. *Macunaíma:* o herói sem nenhum caráter. São Paulo: Círculo do Livro, 1977. p.150-151.

52. PROENÇA, Manoel Cavalcanti. *Roteiro de Macunaima.* 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974. p. 191-192

53. *Apud* BATISTA. *Brasil: 1º tempo modernista*, p. 289.

54. *leite criôlo* (Tabloide), 13 de maio de 1929, p. 1.

55. *leite criôlo*, n. VI, 7 de julho de 1929.

56. ANDRADE. *Macunaíma*, p. 118.

57. BUENO. *O modernismo em Belo Horizonte*, p. 134-135.

58. *leite criôlo*, n. VI, 7 de julho de 1929.

59. *leite criôlo*, n. V, 30 de junho de 1929.

60. *leite criôlo*, (Tabloide), 13 de maio de 1929, p. 3.

61. *leite criôlo*, (Tabloide), 13 de maio de 1929, p. 7.

62. ANDRADE. *Macunaíma*, p. 9.

63. ANDRADE. *Macunaíma*, p. 22.

**Miguel de Ávila Duarte** é doutorando em Teoria da literatura e literatura comparada na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), além de mestre em Teoria da literatura e bacharel em História pela mesma universidade. Em 2012, participou do projeto de reedição do periódico *leite criôlo.*
E-mail: maviladuarte@gmail.com

# Massacre de Ipatinga, um caso de polícia

Marcelo Freitas

Ao disparar contra uma multidão reunida diante do portão de entrada da siderúrgica Usiminas, em 1963, policiais militares transformaram um conflito trabalhista no episódio chamado “Massacre de Ipatinga”, de que resultou um número não conhecido de mortos, sepultado com seus corpos.

> Eu era ainda estudante de jornalismo quando um de meus professores me transmitiu um daqueles ensinamentos que valem para a vida toda: dos sinais da língua portuguesa, o que menos se deve usar é o ponto de interrogação. Em seguida, ele explicou a razão. É que, se a função do jornalismo é a de encontrar respostas para as perguntas que são colocadas para o repórter, o ponto de interrogação equivale à negação de um dos princípios básicos da atividade. Isso vale tanto para as questões altamente complexas para as quais se buscam respostas, quanto para as pequenas. Não importa o tamanho da dúvida. Em ambos os casos, a resposta deve ser buscada com o mesmo afinco.

No ano de 1988, uma dessas perguntas sem respostas chegou a mim. Eu era repórter do jornal *Hoje em Dia* quando tive acesso a uma publicação em quadrinhos sobre um episódio ocorrido no Vale do Aço, que ficou conhecido como "Massacre de Ipatinga". Esse foi o nome atribuído ao conflito ocorrido entre trabalhadores da empresa Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais (Usiminas), populares e soldados da Polícia Militar, na manhã do dia 7 de outubro de 1963. Armados com fuzis e metralhadoras portáteis,[1] uma da quais empunhada por um dos soldados em cima de um caminhão, os policiais acabaram perdendo o controle diante da aglomeração que se formou no portão de entrada da usina e passaram a atirar sobre a multidão.

## Puxando o fio da meada

Nessa minha primeira incursão, de caráter jornalístico, ao tema, consegui reconstruir o que ocorreu na noite do dia 6 de outubro, na madrugada e na manhã seguinte. Na primeira noite ocorreu, em um dos portões de entrada da usina, um pequeno conflito entre os seguranças e um trabalhador da empresa.
A segurança chamou a Polícia Militar (PM), que espancou o trabalhador em público e o levou preso. Rapidamente, a notícia se espalhou pelos alojamentos. Para conter os ânimos, novamente foi acionada a PM, que entrou nos alojamentos e efetuou cerca de 300 prisões. Os trabalhadores foram levados para o quartel da polícia e, graças à intervenção de um religioso, o padre Avelino, foram liberados.

Na manhã do dia 7, a notícia do que ocorrera na noite anterior e na madrugada seguinte já havia se espalhado entre os trabalhadores da Usiminas, que, em protesto, decidiram não entrar para o trabalho, optando por permanecer aglomerados em frente a um dos portões de entrada da usina. Para lá, a PM despachou 19 policiais. No interior do Escritório Central, estavam reunidas uma comissão de trabalhadores e a direção da empresa.
Do lado de fora, a tensão era crescente, até que, por volta das 11h, os policiais começaram a atirar contra a multidão. Nos depoimentos coletados por ocasião do Inquérito Policial Militar (IPM), consta que um dos trabalhadores teria atirado uma pedra nos policiais. O resultado do tiroteio foram oito mortos e quase uma centena de feridos.

Nos quatro meses seguintes, surgiram no Vale do Aço as primeiras lideranças sindicais oriundas dos próprios trabalhadores da Usiminas, que, até então, eram filiados ao Metasita, sindicato que representa os metalúrgicos da antiga Companhia Aços Especiais Itabira (Acesita), hoje Aperam, na vizinha cidade de Timóteo. Essa iniciativa, porém, teve vida curta. Passados aqueles quatro meses, o golpe civil-militar de 1964 silenciou o nascente sindicalismo da Usiminas. As principais lideranças, como Adil Albano e José Deusdedith "Serrinha" Chaves, foram presas ou "convidadas" a deixar a região. Somente em 1º de maio de 1965 viria a nascer o Sindicato dos Trabalhadores de Ipatinga (Sindipa), cuja principal característica foi a relação sempre harmoniosa com a empresa ao longo de toda a sua existência.

Membros do Congresso Regional dos Trabalhadores Metalúrgicos de Minas Gerais. Sem data. Sem local. Arquivo Público Mineiro. Fundo Folha de Minas. FM-2-1-178.

Nessa primeira incursão pelo assunto, foi possível apenas relatar o acontecido. Porém, ao término do trabalho de reportagem, voltei a Belo Horizonte com a certeza de que havia muito mais perguntas sem respostas do que as respondidas no relato. Por isso, guardei em algumas caixas todos os documentos que conseguira recolher na ocasião. Estava certo de que, mais cedo ou mais tarde, voltaria ao assunto. De fato, isso ocorreu 15 anos depois, em 2003, quando era repórter do jornal *Estado de Minas*. Retornei a Ipatinga com a intenção de dar continuidade à busca de respostas para as perguntas que permaneciam irrespondidas. A mais intrigante delas: quantas pessoas morreram na manhã do dia 7 de outubro de 1963, e nos dias que se seguiram, nos hospitais de Ipatinga e de Coronel Fabriciano, para onde foram levados os feridos?

## A contagem dos mortos

Em 1988, eu havia recolhido indícios de que o número de mortos da lista oficial seria maior que oito. Quem me

deu a pista foi o então presidente do Metasita, Geraldo Ribeiro. Ele me havia dito que, por ocasião do conflito, quando chegou ao local, pouco depois dos tiros, pôde contar 30 corpos no chão. Perguntei-lhe por que teve certeza de que estavam mortos. Ele me explicou que havia tomado o pulso de todos eles. Acreditando que os corpos seriam recolhidos ao necrotério, para serem necropsiados, ele deixou o local e seguiu para Timóteo, onde, por meio do rádio da Acesita, pretendia informar o público e as autoridades sobre o ocorrido em Ipatinga, como de fato o fez. Contudo, de volta ao local do tiroteio, não encontrou mais nenhum corpo. No necrotério, para onde os mortos deveriam ter sido levados, só havia cinco corpos. Perguntou pelo paradeiro dos demais, não tendo obtido resposta.

Em 2003, quando retornei ao tema, decidi que a busca de uma resposta sobre o número de mortos seria o meu norte. Como ponto de partida, fui atrás dos familiares das pessoas que constavam na lista oficial de mortos. Localizei os familiares do alfaiate Geraldo da Rocha Ribeiro, do trabalhador braçal Alvino Ferreira Felipe, do operário da Usiminas Sebastião Tomé da Silva e do metalúrgico desempregado Antônio José dos Reis.

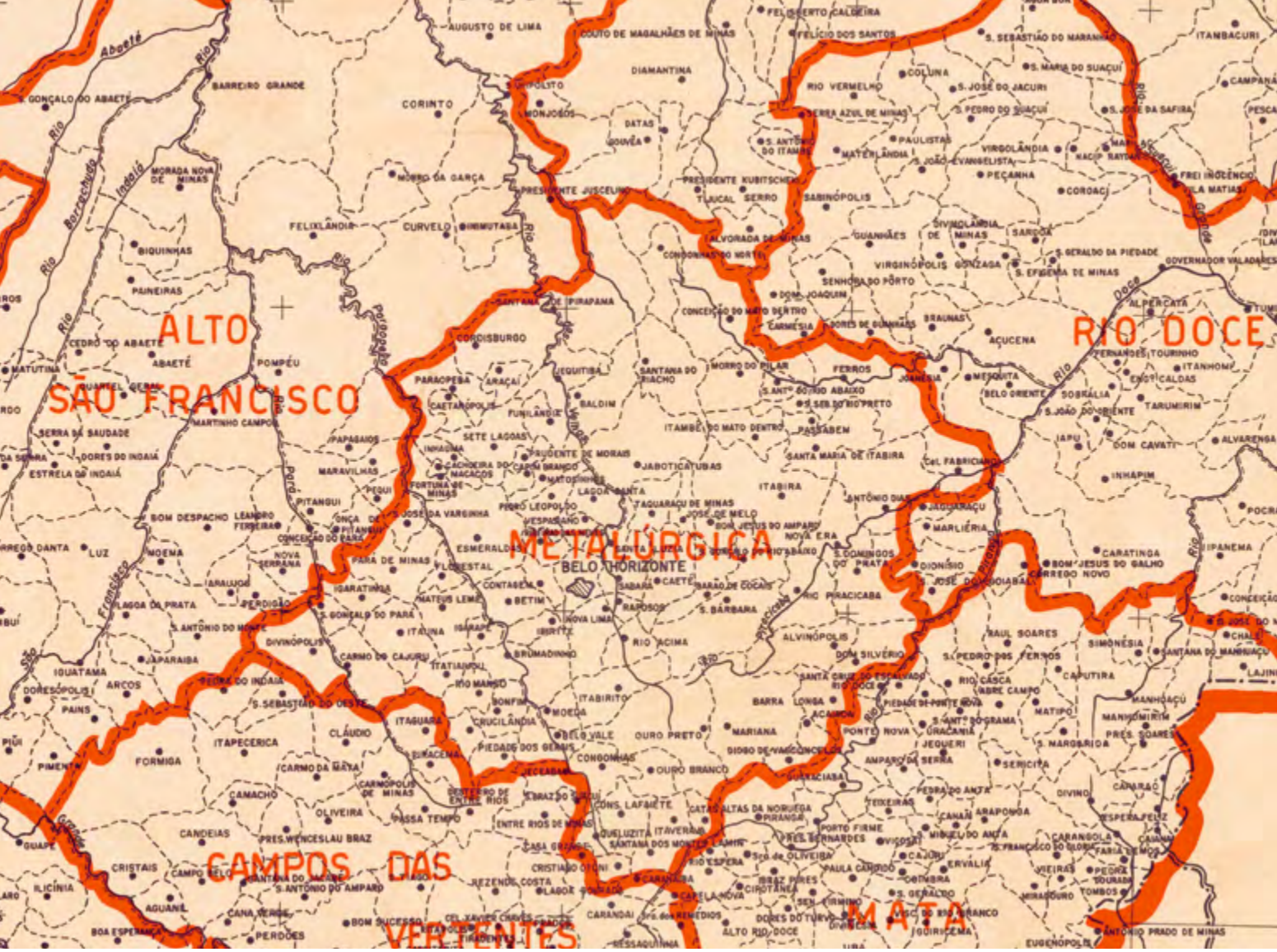
Em 1988, eu havia entrevistado, para o *Hoje em Dia*, o filho do fotógrafo José Isabel do Nascimento. Este era metalúrgico, mas tinha como *hobby* a fotografia. Foram dele as únicas imagens feitas da aglomeração formada antes do início dos disparos. Uma das fotos mostrava o soldado Moacir Gomes em cima do caminhão empunhando a metralhadora. Pouco depois, o fotógrafo amador recebeu um tiro na região do abdômen. O projétil perfurou-lhe o intestino. José Isabel permaneceu internado na Casa de Saúde Santa Terezinha, em Ipatinga, por 11 dias, mas não resistiu aos ferimentos, vindo a falecer.

A história de todos os personagens da chacina tinha a marca da tragédia. Um deles, Geraldo Gualberto, estava de passagem para Coronel Fabriciano a fim de comprar tecidos. Quando percebeu a confusão, tentou fugir. Foi atingido nas costas. Outro deles, Alvino Felipe, também se dirigia a Coronel Fabriciano, onde se submeteria a uma perícia médica. Morreu com um tiro na nuca. O operário Sebastião se dirigia ao local de trabalho, na Usiminas. Foi baleado na cabeça. Um indivíduo de nome Antônio voltava para casa quando levou um tiro na cabeça. Dos outros três, entre os oito mortos admitidos oficialmente – Gilson Miranda, Aides Ferreira de Carvalho e a menina Eliana Martins –, não consegui localizar familiares.

## De seca em meca

O "gancho", como se diz na linguagem jornalística, para a realização do novo trabalho de reportagem no Vale do Aço estava em Brasília. Em 2003, havia a expectativa de que o governo Lula reabrisse o prazo para pedir reparações, que havia sido dado por concluído, por meio de lei, no governo Fernando Henrique.[2] A intenção dessa lei era a de que familiares de pessoas que perderam a vida durante a ditadura pudessem reivindicar o pagamento de indenização. Com a alteração da lei, poderiam também reivindicar o benefício os familiares de pessoas que houvessem morrido em protestos de rua, como foi o caso de Ipatinga. Anteriormente, somente os familiares de pessoas mortas quando sob custódia de autoridades policiais poderiam requerer a indenização. Em declaração à reportagem do *Estado de Minas*, os entrevistados disseram que iriam reivindicar o benefício tão logo a medida provisória fosse enviada ao Congresso. E o fizeram.

Minha terceira incursão pelo tema não foi de natureza jornalística, e sim acadêmica. No mestrado em Ciências Sociais concluído na PUC Minas, analisei o "Massacre de Ipatinga" de forma a compreender melhor o que




Mapa do zoneamento regional de Minas Gerais, com destaque para a Zona Metalúrgica, onde se concentram as mais importantes usinas metalúrgicas e siderúrgicas do Estado. Arquivo Público Mineiro. Fundo Arquivo Público Mineiro. APM – 029.

havia ocorrido em 1963 no Vale do Aço. Foi no mestrado que pude constatar que, antes mesmo daquele trágico episódio, já se esperava que algo de muito grave iria, mais cedo ou mais tarde, ocorrer naquele núcleo industrial. Ao estudar os antecedentes da inauguração da Usiminas, descobri que a usina foi construída a toque de caixa, pois fazia parte do Plano de Metas do então presidente Juscelino Kubitscheck, que previa para o Brasil fazer em cinco anos o que normalmente seria feito em 50. Nesse processo de aceleração do tempo, a Usiminas foi implantada sem que necessidades básicas da nova comunidade, em transporte, habitação ou alimentação, tivessem sido adequadamente providas. No inquérito aberto pela empresa, após o conflito, apareceram inúmeras queixas quanto à qualidade da comida servida nos restaurantes da usina, à qualidade do transporte do pessoal – que era feito em caminhões – e ao desconforto dos alojamentos. Mas apareceram, sobretudo, inúmeras reclamações quanto à atuação dos seguranças da empresa, que, segundo os depoimentos, eram extremamente truculentos no trato com os trabalhadores.

Essas reclamações, observe-se, não eram de natureza salarial. Tanto assim que, em 6 de outubro, na véspera da tragédia, portanto, o Metasita havia fechado com a direção da empresa um acordo para a concessão de aumento salarial aos trabalhadores. A insatisfação era de outra natureza e acabou sendo o estopim para que, na noite daquele mesmo dia, ela eclodisse no portão da Usiminas, se espalhasse pelos alojamentos e se transformasse na chacina ocorrida no dia 7 de outubro, em frente ao portão de entrada da siderúrgica.

## Virando o jogo

Além de relatar os antecedentes, minha pesquisa para o mestrado da PUC se debruçou sobre os fatos posteriores ao conflito. Ao ler o inquérito policial e o processo judicial, deparei com uma informação surpreendente: os policiais envolvidos no caso, de réus, foram transformados em vítimas. Essa reviravolta só se tornou possível em consequência do regime implantado pelo Golpe de 1964, que levou ao poder grupos militares e civis ultraconservadores. Os novos governantes passaram a reprimir o movimento operário e, no episódio de Ipatinga, manobraram para pôr panos quentes na atuação da Polícia Militar. Essa manobra pôde ser percebida, de forma cristalina, na comparação entre os depoimentos tomados durante o inquérito, anteriores ao golpe de Estado, e os que foram colhidos durante o processo judicial, já na vigência do novo regime.

No calor dos acontecimentos, ainda na tarde do dia 7 de outubro de 1963, o comandante-geral da PM, coronel José Geraldo de Oliveira, determinou a abertura de um IPM e a prisão de todos os policiais envolvidos no episódio daquela manhã. Os militares passaram o resto do dia recolhidos ao quartel da corporação em Ipatinga, de onde, à zero hora do dia seguinte, 8, foram transferidos para Belo Horizonte, onde chegaram pela manhã. Viajaram no ônibus da corporação, escoltados por 15 policiais armados de fuzis. Na capital, os militares presos foram recolhidos ao quartel do Regimento de Cavalaria, no bairro Prado, região Oeste da cidade, onde permaneceram detidos por 30 dias. Tudo parecia indicar que o comando da PM seria rigoroso e que, dificilmente, os policiais escapariam de uma punição exemplar.

Entretanto, nos 795 dias transcorridos entre 7 de outubro de 1963 e 10 de dezembro de 1965, quando o processo judicial chegou ao seu final, alguns importantes acontecimentos se interpuseram no caminho. O principal deles foi o já mencionado golpe de Estado, que ocorreu em 31 de março de 1964, passados exatos 176 dias do conflito de Ipatinga e que acabou influenciando o destino dos 19 policiais acusados.

No IPM, encaminhado à Auditoria da Justiça Militar exatos 30 dias depois de aberto o inquérito, o major Silvio de Souza faz uma descrição dos acontecimentos e, em nenhum momento, menciona a existência de lideranças de esquerda que teriam sido deslocadas para Ipatinga com o objetivo de tumultuar a relação entre os trabalhadores e a Usiminas, como posteriormente foi alegado. Pelo contrário, em seu relatório, ele admite que os policiais exageraram no uso da violência, como no episódio da ocupação do alojamento, na noite de 6 de outubro. A conclusão final do responsável pelo IPM foi muito clara: os policiais haviam cometido crime, razão pela qual pediu que o inquérito fosse encaminhado à Justiça Militar para que fossem denunciados e julgados.

## Montagem de uma farsa

No final de 1964, os advogados de defesa dos policiais – Décio Fulgêncio, Marcello Jardim Linhares e Marcello Roberto Linhares – anexaram ao processo, que, a essa altura, já tramitava na Justiça Militar, os primeiros documentos que procuravam criar a ideia de que havia

Visita de conselheiros do antigo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE, hoje BNDES) à usina da Usiminas em Ipatinga. Sem local. Sem data. Arquivo Público Mineiro. Fundo Folha de Minas. FM-9-4-010.

uma organização sindical por trás dos trabalhadores manobrando para que os conflitos da noite do dia 6 e da manhã do dia 7, previamente arquitetados, assumissem a grande dimensão que tiveram. Os documentos apresentados eram relatórios da Seção de Vigilância da Usiminas que apontavam a realização de reuniões suspeitas entre metalúrgicos e representantes do Metasita para discutir, entre outros itens da pauta, aumento salarial, o que era verdade. Contudo, não se explicou que, para a discussão de aumento salarial, era imprescindível que fossem realizadas reuniões entre os trabalhadores e as lideranças do sindicato.

Também para reforçar tese da legítima defesa, os advogados dos policiais anexaram ao processo uma notícia de jornal que dava conta da descoberta de um plano subversivo para paralisar a Usiminas e, ao mesmo tempo, destruir a ponte sobre o Rio Piracicaba, por onde passariam os reforços que viriam do 6º Batalhão de Infantaria da PM, sediado em Governador Valadares. O "plano" previa ainda explodir o gasômetro da Usiminas, ato que geraria uma reação em cadeia capaz de arrasar a cidade de Ipatinga e atingir, por tabela, a usina da Acesita. O mirabolante "plano" ignorava, no entanto, que a distância entre a Usiminas e a antiga Acesita, é de aproximadamente 20 quilômetros.

No inquérito da Justiça Militar apareceu, também pela primeira vez, a versão de que um misterioso caminhão Scania estaria estacionado próximo à multidão, pronto

para ser arremessado contra os policiais. Em nenhum dos depoimentos do IPM, tomados no calor dos acontecimentos, havia referência a esse caminhão. Na tentativa de realçar o caráter político da manifestação dos trabalhadores na manhã do dia 7 de outubro, o chefe do Serviço de Vigilância da Usiminas, Omar Rodrigues Vieira, afirmou à Justiça Militar que, naquela data, se encontrava em Ipatinga o então presidente do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT), Clodesmidt Riani, visto junto ao portão do almoxarifado da Usiminas. Ainda segundo o depoente, dentro do almoxarifado estava outra importante liderança sindical dos trabalhadores na época, Sinval Bambirra. A verdade é que Riani chegou a cogitar a possibilidade de ir a Ipatinga, mas isso acabou não acontecendo. Sinval Bambirra, sim, esteve na cidade, onde chegara na manhã do dia 8 de outubro, junto com o secretário do Trabalho, Edgar de Godoi da Mata Machado. A conclusão lógica é de que Omar Rodrigues Vieira mentiu em seu depoimento à Justiça Militar. Ao contrário do que ele disse, Bambirra, em vez de incentivar o embate entre a empresa e os trabalhadores, ajudou a redigir o texto do acordo que pôs fim ao impasse entre os dois lados.

O julgamento dos militares ocorreu em 8 de março de 1965, uma segunda-feira de Carnaval, em Belo Horizonte. A sessão foi presidida pelo juiz Moizés Houri e durou dez horas. Começou ao meio-dia e terminou às 22h. Nas quatro primeiras horas da sessão, o promotor militar Geraldo Costa Guerra pediu a condenação dos policiais. Sua alegação era de que esses estavam no local dos acontecimentos, naquele dia, apenas para garantir a ordem, não para matar. Nas quatro horas seguintes, falaram os defensores dos policiais – Décio Fulgêncio, Marcello Jardim Linhares e Marcello Roberto Linhares. Eles pediram a absolvição dos militares, que, conforme alegaram em sua defesa, agiram "no estrito cumprimento de um dever legal e em legítima defesa própria". Ouvidos os representantes das duas partes, a sessão foi tornada secreta. Ao final, por quatro votos contra um, o Conselho Especial de Justiça decidiu absolver os policiais da acusação de homicídio, acatando a tese de que eles agiram em legítima defesa.

Por não concordar com a sentença, a Promotoria apelou da decisão. Sua alegação principal era de que, ao contrário do que haviam sustentado os advogados dos militares, os policiais não agiram em legítima defesa. Em 17 de setembro de 1965, o Tribunal de Justiça Militar julgou o recurso do Ministério Público e acabou condenando os policiais à pena de um ano e dois meses de prisão. Os juízes daquela corte concordaram com a tese da acusação de que houve excesso na legítima defesa. Com a condenação, a Justiça Militar expediu os mandados de prisão de todos os policiais envolvidos. Em 11 de outubro de 1965, inconformados com a condenação, os policiais entraram com recurso contra a decisão do tribunal. Para tanto, procuraram desqualificar os depoimentos que constam do IPM e que serviram de base a sua condenação.

Para os advogados de defesa dos réus, depoimentos que não os colhidos pelo juiz em primeira instância deveriam ter sido vistos com reserva pelo Tribunal de Justiça Militar. Além disso, não havia, no entender deles, como os policiais pudessem deixar o local de forma serena, tomados que estavam por uma "perturbação do espírito, medo ou terror". O voto decisivo, que anulou a sentença condenatória, ficou a cargo do ministro Antônio Carlos Vieira Christo, cuja declaração de voto transformou Ipatinga no epicentro de uma disputa revolucionária. Em sua declaração de voto, Vieira Christo chegou a afirmar que, se os policiais não tivessem agido com firmeza naquele momento, talvez a história do Brasil tivesse tomado outro rumo. Coincidência ou não, no dia em que a Justiça Militar voltava atrás em sua decisão anterior e absolvia os militares envolvidos no conflito de Ipatinga, dessa vez em caráter definitivo, em Brasília o marechal Humberto Castelo Branco, no exercício da Presidência da República, promulgava o Ato Institucional nº 2, o

Soldado da PM posicionado em cima de caminhão, portando uma submetralhadora momentos antes do tiroteio que matou número até hoje desconhecido de trabalhadores da Usiminas. O autor da foto, José Isabel do Nascimento, foi um dos atingidos pelos tiros e morreu dias depois em um hospital. Reprodução. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação de Fato, 2009.

AI-2, que extinguia os partidos políticos existentes até então e autorizava a cassação de políticos detentores de mandatos eletivos.

Com base nas pesquisas realizadas durante o mestrado, que concluí em 2006, eu tinha a história quase que completa: havia apurado o princípio e o meio. Mas faltava, ainda, o fim, ou seja, a resposta para a pergunta que me perseguia desde o início: quantas pessoas morreram? Perseverante na intenção de esclarecer essa questão crucial, fiz inúmeras outras viagens ao Vale do Aço. Nessas ocasiões com o firme propósito de entrevistar médicos e enfermeiros que, em outubro de 1963, cumpriam escala de trabalho nos hospitais da região. Pretendia também fazer o levantamento dos registros de óbito nos cartórios do Vale do Aço. Não consegui avançar muito nas entrevistas com os médicos e enfermeiros. Nos cartórios de Ipatinga e Coronel Fabriciano, nada encontrei além dos nomes das oito vítimas que constavam do inquérito policial.

Oficialmente, foram mortas, no local do conflito, seis pessoas: Alvino Ferreira Felipe, Antônio José dos Reis, Geraldo da Rocha Gualberto, Sebastião Tomé da Silva, Aides Dias de Carvalho e Gilson Miranda. Duas outras vítimas morreram nos hospitais: a menina Eliane Martins, de 3 meses, falecida no mesmo dia na Casa de Saúde Santa Terezinha, de Ipatinga; e o fotógrafo José Isabel do Nascimento, 11 dias depois, em 17 de outubro, também na Casa de Saúde Santa Terezinha, onde estava internado.

A enfraquecer a versão de que o número de mortos era maior do que os oito contabilizados havia o fato de que, em 2004, requisitaram o benefício da indenização apenas os familiares das vítimas que constavam da lista oficial. O número de famílias que requereram o benefício foi, inclusive, menor, já que familiares de Gilson Miranda, Aides Ferreira de Carvalho e da menina Eliana Martins nem chegaram a reivindicar indenização. Essa providência ficou restrita às quatro famílias cujos membros eu havia entrevistado anteriormente, mais os familiares do fotógrafo José Isabel do Nascimento. Em minha pesquisa, portanto, não constatei o registro de quaisquer outros nomes de presumíveis vítimas da repressão policial.

## O mistério dos caixões

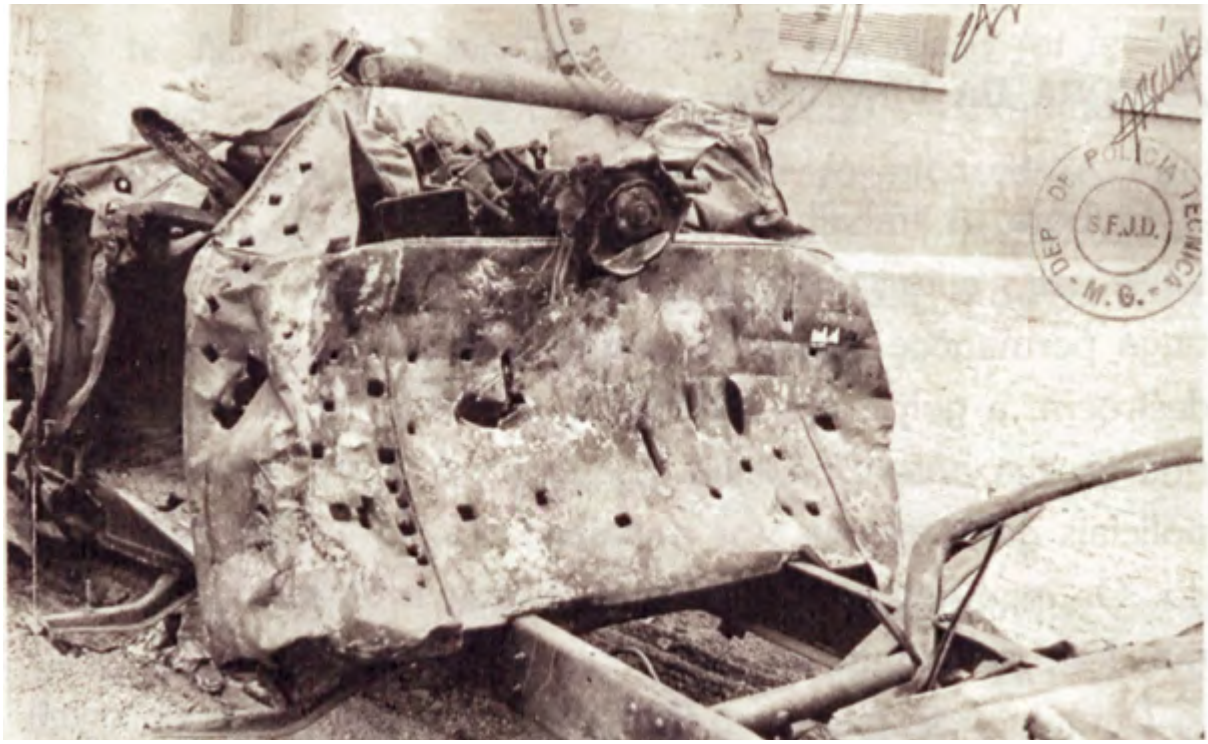
A essa altura, a tese amplamente defendida no Vale do Aço, de que no conflito houve mais mortos do que os admitidos oficialmente, estava caindo por terra. Havia, porém, duas versões em sentido contrário: uma delas me foi contada por Laerte Abelha Lopes, ex-motorista da Usiminas. Nessa condição, ele dirigia o caminhão que transportava os gêneros alimentícios utilizados no preparo das refeições servidas aos trabalhadores nos bandejões da empresa. Como não havia no Estado uma central de distribuição desses gêneros – hoje centralizada na Ceasa –, Laerte era obrigado a viajar até a sua fonte produtora. Nessa tarefa chegou a buscar hortifrutigranjeiros em Barbacena – região Central de Minas – e sal em Mossoró, no Rio Grande do Norte. O motorista usava nesse serviço dois caminhões, um menor, para cargas leves, e outro, maior, um Scania, para cargas pesadas. No dia 7 de outubro de 1963, Laerte não estava em Ipatinga. Voltava de Catalão, em Goiás, onde havia ido buscar um carregamento de arroz.

A rotina de Laerte era essa, ir e vir para garantir o suprimento do bandejão. Porém, na manhã de 8 de outubro, ele recebeu outra missão, muito diferente das que estava acostumado a cumprir. Dessa vez seu trabalho foi o de buscar, na funerária da Santa Casa de Misericórdia, em Belo Horizonte, 32 caixões e quatro tambores cromados contendo sangue. Vindo de Goiás, Laerte chegou a Ipatinga de manhãzinha, às 5h, e nem teve tempo de descansar. “Eu descarreguei o caminhão e já tive de viajar, porque era uma emergência.” Trocou, então, o caminhão pesado, o Scania, pelo de pequeno porte. A viagem durou o dia inteiro, uma vez que ainda era precária a ligação rodoviária entre Ipatinga e Belo Horizonte. De volta a Ipatinga, os caixões foram deixados à noite, por volta de 20h30, no almoxarifado da empresa. Questionado sobre o número de caixões que trouxe, Laerte assegura não ter dúvidas porque, como a mercadoria vinha acompanhada de nota fiscal, foi preciso conferir os dados nela contidos. “Eu contei. Tinha a nota fiscal dos caixões. Tive de contar para não entregar faltando.” Ele afirma ter feito essa checagem meticulosamente e, ainda hoje, assegura que eram 32 os caixões transportados naquele dia. A destinação dada à mercadoria, ele não soube informar.

No mesmo dia, a mercadoria foi recebida e conferida por Raul Bretas de Alvarenga, funcionário do almoxarifado. Ele não chegou a contar o número de caixões, pois essa tarefa ficou com outro funcionário do almoxarifado, mas se lembra de que eram caixões de madeira, porém, sem acabamento refinado, tal como a aplicação de verniz e detalhes decorativos que os esquifes costumam ter. “Eram caixões de madeira, muito simples.”

## Jesulino e Fábio, duas histórias

A outra história que desafiava a versão oficial sobre o número de mortos no conflito de Ipatinga é a de Jesulino e Fábio. Os dois faziam parte da imensa legião de brasileiros que, no início da década de 1960, deixaram o Nordeste à procura de emprego no Sudeste.




Caminhão usado no transporte de policiais militares para a repressão aos trabalhadores da Usiminas foi, depois da chacina, destruído por populares a golpes de picareta. Reprodução. In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso.* Belo Horizonte: Ed. Comunicação de Fato, 2009.

Com eles veio também Odílio Rodrigues de Souza, amigo de Jesulino e irmão de Fábio. Os três moravam em Itapetinga, na época um pequeno povoado, no Sul da Bahia. À procura de emprego no Vale do Aço, eles viajaram de Itapetinga a Ipatinga durante dois dias em um caminhão pau de arara que veio serpenteando pelas estradas estreitas e empoeiradas da região. Dos três, apenas Odílio voltou, poucas semanas depois. De Fábio e Jesulino, nunca mais se teve notícia. Segundo Odílio, os dois estavam em frente ao portão de entrada da Usiminas na manhã do dia 7 de outubro.

Marceneiro aposentado, Gildário França de Souza, irmão de Jesulino, conta que, assim que Odílio voltou de Ipatinga, buscou uma explicação para a ausência de Fábio e de seu irmão. Mas teve muita dificuldade para conseguir informações concretas sobre o acontecido, tal o estado de pânico em que ficava Odílio quando começava a descrever o "fogo" – como ele denominava o conflito entre os trabalhadores da Usiminas e os soldados da Polícia Militar. De acordo com esse relato, Fábio e Jesulino haviam morrido no conflito. Gildário acrescenta que, quando questionado mais incisivamente sobre os acontecimentos de 7 de outubro, Odílio desconversava. E passava a afirmar que não sabia mais onde os dois estavam porque eles haviam decidido trocar Ipatinga pelo Paraná. Por causa da bebida e do transtorno mental causado pelo "fogo", Odílio chegou a ser submetido a tratamento psiquiátrico.

A história de Jesulino e Fábio foi trazida a mim em julho de 2003, quando repórter do *Estado de Minas*, pelo

geólogo Aloísio Souza de Jesus e Cruz, filho de Jesulino. Ele queria desvendar a história do pai, que não chegou a conhecer. Tal como ele, eu também estava em busca de respostas para algumas perguntas. Quatro anos depois, em julho de 2007, decidi fazer o mesmo caminho que Aloísio fez em 2002, quando decidiu conhecer um pouco da história de seu pai. Viajei a Itapetinga, que fica na região Centro-Sul da Bahia, distante 562 km da capital do Estado. Hoje uma próspera cidade, com cerca de 60 mil habitantes, tem na pecuária de corte e na fábrica de calçados da marca Azaléia suas principais fontes de prosperidade. Lá, encontro Gildário, o irmão de Jesulino, que mora em uma casa simples, de paredes amarelas e telhado de amianto. Na sala, um quadro reproduz um buquê de flores e, logo abaixo, a inscrição bíblica: "O Senhor é meu pastor. Nada me faltará". Gildário é um homem franzino de cabelos brancos e estatura mediana. Passa o tempo na pequena oficina de marcenaria, que mantém nos fundos de casa, onde fabrica carrinhos de brinquedo. Quando cheguei, estava terminando um desses pequenos objetos. Faltavam apenas alguns detalhes, mas, como sabia que eu viera de longe, decidiu deixar o término do carrinho para o dia seguinte e me levar à casa de Manoel, irmão de Fábio e de Odílio.

Na esperança de conseguir de Odílio alguma informação a mais, insisti que gostaria de ir até ele. Fomos, no dia seguinte. Ao chegarmos – eu, Gildário e Manoel – perguntamos a Odílio – um homem franzino de corpo e cabelos brancos como neve – que notícia ele nos dava sobre o paradeiro de Fábio e Jesulino. Sem vacilar, Odílio respondeu que os dois haviam se transferido para o Paraná, junto a outros dez amigos de Ipatinga. Sobre o "fogo", disse que nada sabia, porque já havia retornado de Ipatinga quando ocorreu o conflito.

A fala de Odílio contém uma contradição que a coloca em xeque enquanto testemunho histórico: a de que havia voltado à Bahia antes do conflito. Gildário assegura que, quando aconteceu o "Massacre de Ipatinga", o companheiro ainda estava lá. Talvez por questões de natureza muito íntima, Odílio preferiu apagar tal acontecimento de sua memória. Na porta de sua casa, no momento da despedida, Odílio chegou a abrir um largo sorriso e, com o polegar para o alto, afirmou: "Tenho certeza de que o Fábio vai voltar esse ano. Até o final do ano, ele volta".

O geólogo Aloísio Salgado admite que o pai, Jesulino, errou muito na vida ao abandonar duas mulheres e seis filhos. Por essa mesma razão, ele também considera remota a possibilidade de o pai ter optado simplesmente por "desaparecer", mudando-se para outro Estado. Ele lembra que a vida nômade era uma característica quase natural do comportamento do pai, que ele nunca procurou esconder de ninguém. A inquietação de Aloísio, razão que o move a continuar buscando mais informações sobre as circunstâncias da morte de Jesulino, é de natureza espiritual. "A sensação que eu tenho é de que ele está enterrado em um lugar onde não deveria estar, que está perdido por aí. Essa minha procura é por causa disso. A sensação que tenho é a de que ele não foi enterrado em cemitério."

Os órgãos policiais costumam encarar com reservas os casos de pessoas que desaparecem. Afinal, o desaparecimento pode encobrir certa motivação: a de que essa pessoa, na verdade, estaria tentando dar um novo rumo, totalmente diferente, à sua vida. Seria algo como um recomeço, uma vida nova, em outro lugar e cercado de outras pessoas. Algo como renegar o seu próprio passado. Para os organismos policiais, porém, por mais que o desaparecido seja movido por motivações subjetivas ao planejar seu desaparecimento, seus registros nas instituições oficiais de identificação não poderiam ser apagados, mas apenas uma parte de sua história. Para afastar a hipótese de que tenha ocorrido um "autodesaparecimento" de Fábio e Jesulino, uma nova investigação foi realizada por mim, dessa vez,

Matéria editorial que condena o comportamento da Polícia Militar no episódio de Ipatinga em que morreram e saíram feridos inúmeros operários da Usiminas. Reprodução. *O Binômio*, Belo Horizonte, 14/10/1963. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Pasta 4656, imagem 1939.

# SEM DISFARCE

**OS PROBLEMAS QUE A SEMANA DEIXOU**

## A CHACINA DE IPATINGA

*Esse episódio do metralhamento dos operários em Ipatinga veio demonstrar com sobra o grau de completo despreparo da polícia de Minas. Há muito tempo vimos sustentando a tese de que é preciso reorganizar inteiramente nosso aparelho policial, cujos critérios de funcionamento são quase medievais. Entre nós, tanto a polícia militar quanto a civil, adotam processos de ação que ignoram todos os preceitos da técnica e da ciência moderna. O sistema de conseguir confissões aqui é ainda o do pau-de-arara, do choque elétrico, do porrete. O melhor policial é o que sabe com maior eficiência manobrar o instrumental do terror e da brutalidade. Quando se trata então de movimentos operários o requinte da violência chega a extremos de perfeição.*

*O caso de Ipatinga dispensa quaisquer outros exemplos: a polícia disparou suas armas, fria e mecânicamente, contra centenas de indivíduos sem defesa, inclusive crianças e aleijados. De tudo, dessa sinistra demonstração de fôrça, resultou o saldo de oito mortes e quase uma centena de feridos.*

—oOo—

Na verdade, não era preciso que nada disso tivesse acontecido. Mas a polícia de Ipatinga, a começar pelo capitão comandante do destacamento, não tinha condições de órdem moral para responder pelo policiamento de um núcleo de tão nervoso comportamento. As divergências entre operários e a polícia vinham de muito tempo, mas poderiam ter sido evitadas, houvesse de parte do comandante do destacamento a necessária habilidade para impôr-se à conduta de sua tropa. Êle acabou se transformando — ao que estou informado — em instrumento dócil da vontade de seus subordinados. O clima, já tenso, foi se incendiando até a explosão de segunda-feira última, que tantas dores e angústias provocou.

—oOo—

*Há dois fatos distintos nesse episódio. O primeiro é a violência em si, cujos culpados devem ser punidos, não apenas com a exclusão da Polícia, mas com o julgamento pela Justiça Comum a quem têm de prestar contas pelos assassinatos que cometeram. Julgados como são realmente: criminosos frios e covardes.*

*O outro fato possui alcance maior ainda, pois pode até servir de advertência sôbre coisa pior que venha amanhã a acontecer. É o clima psicológico reinante na Polícia, que tem de ser modificado até as suas raízes. Não é possível que o Estado, com seu dinheiro subdesenvolvido, fique a manter êsse bando de assassinos e pistoleiros, Lanas, cabos Lincoln, capitães Robson etc..., que ficariam muito melhor atrás das grades do que do lado de fora fingindo de agentes da lei. Essa reorganização tem de ser completa, da cabeça aos pés. Tão completa que a gente fica a temer que aconteça o mesmo, como naquela passagem em que o príncipe pergunta a Lady Macbaeth na peça famosa: — "Se formos prender todos os assassinos, quem é que vai sobrar para botá-los na cadeia?"*

*Felizmente, a tragédia não é tão extrema assim: se o governador Magalhães Pinto quiser nós mesmos poderemos indicar alguns nomes para começar o trabalho.*

O Binou

14-10-

nos bancos de dados de diversas instituições, como o Tribunal Superior Eleitoral, a Receita Federal, o Instituto de Identificação da Polícia Civil de Minas e a Rede Infoseg – sistema informatizado que interliga os bancos de dados de Segurança Pública, Justiça e Fiscalização em todo o país. O resultado da busca revelou a inexistência de registros que permitissem a identificação de Fábio e Jesulino em todas as bases de dados acima listadas. Foi constatado, ao contrário, que nenhum dos dois havia tirado título de eleitor nos últimos 30 anos, assim como carteira de identidade, nem de motorista e não chegara a possuir número de CPF. Ainda que estejam vivos, os dois migrantes passaram boa parte de sua existência em uma situação, pouco provável, de semiclandestinidade. A rigor, a ausência de registros oficiais não prova que eles tenham morrido naquele fatídico dia 7 de outubro de 1963. Mas reforça a existência de um mistério sobre o destino de ambos.

Por não estar conseguindo avançar mais nas minhas pesquisas, decidi reunir todas as informações que tinha até então e publicar, em 2010, o livro *Não foi por acaso*, que conta a história do "Massacre de Ipatinga" e destaca o enigma sobre o número de mortos naquela ocasião. Por fim, dei ao último capítulo do livro um título que, de certa forma, materializa essa ideia: "Uma história sem fim". Nele, descrevi as evidências tanto de um lado quanto de outro, sem chegar, porém, a nenhuma conclusão.

## Esperança frustrada

Em meados de 2013, fui convocado pela Comissão Nacional da Verdade para conversar sobre o "Massacre de Ipatinga". O motivo da convocação foi o fato de que, em outubro daquele ano, se completariam 50 anos do conflito. A Comissão da Verdade pretendia realizar uma audiência pública em Ipatinga exatamente no dia 7 de outubro. Coloquei-me à disposição, acompanhando a consultora designada para pesquisar o caso. Receoso de que essa audiência viesse a ser apenas uma frustração a mais entre as inúmeras semelhantes já experimentadas, passei àquela comissão uma relação de pessoas que deveriam ser convocadas a prestar depoimento, caso fosse de seu interesse avançar na busca de respostas para a questão mais intrigante que perdurava em relação ao caso: o número de mortos. Ao mesmo tempo, repassei uma relação de informações que deveriam ser oficialmente solicitadas à Usiminas. Confesso que cheguei a ficar animado com a audiência pública programada. Tinha expectativa de que a iniciativa, ao mesmo tempo que era uma oportunidade real, e oficial, para se avançar na investigação, era também a última janela que se abria para que algo de novo pudesse ser oficialmente esclarecido. Ciente desse ensejo, empenhei-me o máximo que pude no apoio a essa investigação, tendo acompanhado todos os depoimentos colhidos em Ipatinga.

Na audiência, o representante da Usiminas prometeu que iria fornecer todas as informações solicitadas pela Comissão da Verdade. Até então, a posição da empresa era a de não reconhecer quaisquer responsabilidades em relação aos fatos investigados, alegando que o conflito se dera fora da área da companhia. Presente à mesma reunião, um representante da Polícia Militar informou que também estava à disposição para atender aos pedidos de informação.

No decorrer da audiência, o coronel Eduardo César Reis, que representava o Comando Geral da corporação, entregou cópia do inquérito policial que apurou o fato. Na mesma ocasião, Aloísio Cruz cobrou publicamente informações sobre o paradeiro de seu pai, Jesulino França de Souza, desaparecido desde 7 de outubro de 1963. A Comissão da Verdade comprometeu-se a solicitar oficialmente à Usiminas informações sobre a compra de 32 caixões, que teria sido feita pela empresa no dia 8 de outubro, bem como a relação dos 59

Cercado por operários, o secretário de Segurança de Minas Caio Mário da Silva Pereira (de terno) e o comandante-geral da Polícia Militar, coronel José Geraldo de Oliveira, chegam a Ipatinga no final da tarde do dia 7 de outubro de 1963 em busca de um acordo que pusesse fim à crise. Foto Fialho Pacheco/Estado de Minas. (Reprodução). Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Pasta 4656, imagem 1939.

trabalhadores da companhia que seriam demitidos por abandono de emprego 30 dias depois do conflito, além do paradeiro dos 47 operários feridos e internados nos hospitais da região.

Ao realizar a audiência em Ipatinga, exatamente 50 anos após o conflito, a Comissão Nacional da Verdade dava a entender que estava empenhada em abrir nova investigação sobre o caso. Porém, não foi o que ocorreu. A solicitação de informações não foi encaminhada à Usiminas. Também não foi feita pesquisa nos cartórios de registros civis do Vale do Aço nem foram colhidos outros depoimentos na região. Nenhum passo foi dado além da audiência pública. A solicitação dessas informações seria o ponto de partida para a investigação que deveria ter sido feita pela Comissão Nacional da Verdade.

Nos meses que se seguiram à audiência pública, fiz vários contatos com representantes da comissão. No dia 17 de fevereiro de 2014, enviei-lhes e-mail reforçando a importância da continuidade dos trabalhos, que se daria com o envio da solicitação de informações à Usiminas. Não obtive resposta. No dia 9 de março seguinte, enviei outro e-mail com o mesmo conteúdo. Novamente, não obtive resposta. Diante disso, decidi recorrer à Lei de Acesso à Informação. O pedido foi protocolado no dia 11 de abril. A resposta foi enviada no dia 14 de maio. Nela, a comissão reconheceu, oficialmente, que não enviou o pedido de informações à Usiminas. A alegação para essa omissão era a de que tal pedido deveria ter sido uma iniciativa que contemplasse o período legal conferido à Comissão Nacional da Verdade – 16 de setembro de 1945 a 5 de outubro de 1988 –, para

**Departamento dos Correios e Telegrafos**

Número de Expedição

Carimbo da Estação

Recebido
De
às horas
Por

SECRETARIO SEGURANCA PRACA.
LIBERDADE CAPITAL

BHORIZONTE 9767 18 8 47

PREÂMBULO

O preâmbulo contém as seguintes indicações de serviço: espécie de telegrama, estação de origem, número do telegrama, número de palavras, data e hora da apresentação.

HABITUE-SE A INDICAR NO RECIBO DO SEU TELEGRAMA A HORA EM QUE O RECEBER. COM ESSA PROVIDÊNCIA, AUXILIARÁ O DEPARTAMENTO NA FISCALIZAÇÃO DA ENTREGA DOS TELEGRAMAS.

TEXTO E

SOLICITAMOS SEVERA PUNICAO RESPONSAVEIS BARBARA CHACINA TRABALHADORES IPATINGA PT UNIAO MINEIRA ESTUDANTES TECNICOS INDUSTRIAIS

Recebido às 11,30 horas
Visto de 9/10/63

GERALDO LODO PEREIRA

**Ingleza·Levy** a sua casa

11 lojas no centro, para você comprar com FACILIDADE
* APARELHOS ELÉTRICOS
* ROUPAS
* MÓVEIS

Mod. T.L. 0218

Telegrama da União dos Estudantes Técnicos Industriais ao secretário de Segurança Pública de Minas Gerais pedindo "severa punição dos responsáveis pela chacina dos trabalhores de Ipatinga". Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Conflito de Ipatinga. Pasta 4656.

a realização de suas investigações, quando deveria investigar, além da Usiminas, outras empresas que estivessem sob controle do poder público.

## Uma história sem fim

Meu questionamento: se a Comissão Nacional da Verdade tinha poderes para requisitar essas informações, por que não o fez? Deixo registrado aqui meu respeito pelo trabalho dessa comissão, que, em muitos casos, teve uma atuação digna da responsabilidade de que estava investida. Porém, em relação ao "Massacre de Ipatinga", a Comissão da Verdade falhou no trabalho de apuração e esclarecimento do trágico episódio, contribuindo, ao contrário, para criar uma falsa e lamentável expectativa entre os sobreviventes e na própria sociedade brasileira. No relatório final dado a público pela comissão, houve o reconhecimento oficial por parte do Estado brasileiro – e isso tem o seu valor – da injustiça cometida contra operários e populares vitimados pelas forças de segurança, no dia 7 de outubro de 1963, em Ipatinga. As atividades da comissão nomeada pelo governo federal para esclarecer, entre outros, o crime perpetrado naquela cidade do Vale do Aço contra uma multidão indefesa, não agregaram informações novas ao que já se sabia, nem avançou no desvendamento dos acontecimentos e na responsabilização dos culpados. Tudo indica, assim, que aqueles fatos permanecerão para sempre na obscuridade, como uma história sem fim, perpetuando na memória coletiva a dúvida sobre o número de mortos e desaparecidos no "Massacre de Ipatinga".

**RESUMO | Massacre de Ipatinga, um caso de polícia**

O "Massacre de Ipatinga", conflito ocorrido em 7 de outubro de 1963 naquela cidade do Vale do Aço, em Minas Gerais, ainda é um episódio obscuro. O jornalista Marcelo Freitas fez duas reportagens sobre o assunto, quando era repórter dos jornais *Hoje em Dia* e *Estado de Minas*. Sua dissertação de mestrado na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) também versa sobre o tema. As informações acumuladas sobre o assunto resultaram no livro *Não foi por acaso*, lançado em 2010. No texto, o jornalista fala de sua obstinação por entender o conflito e, ao mesmo tempo, buscar uma resposta conclusiva sobre a questão que mais o intriga: o número de mortos na refrega entre a Polícia Militar, agentes de segurança e operários da siderúrgica Usiminas, de que resultou a morte de inúmeros empregados da empresa. O autor revela também sua decepção com o tratamento dado pela Comissão da Verdade ao episódio que, a seu ver, permanecerá, para sempre, uma história sem fim.

***ABSTRACT* | *The Ipatinga massacre, a shameful incident***

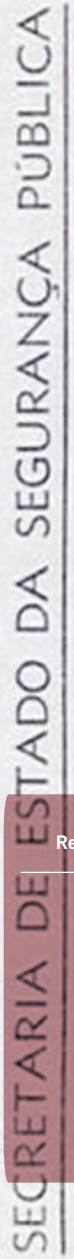
The "Ipatinga Massacre", a conflict that took place on October 7, 1963 in the city of the same name located in the Steel Valley in Minas Gerais, is still an incident clouded by mystery. Journalist Marcelo Freitas published two reports on the subject while he was a reporter for the newspapers *Hoje em Dia* and *Estado de Minas*. His Master's thesis at the Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas) was also on this subject. The information he collected resulted in the book *Not by Chance,* published in 2010. In the text, the journalist writes of his obstinate efforts to understand the conflict and, at the same time, to seek a definitive answer to the question that most intrigues him: the number of deaths resulting from the conflict between police forces, security agents, and Usiminas steel workers, during which countless company employees were killed. The author also expresses his disappointment by the treatment that the Truth Commission gave to the episode which, in his opinion, will also remain a story without an ending.

**Notas |**

1. Do volume 3 do Inquérito Policial Militar instaurado para apurar o episódio, consta que foram enviadas para perícia três metralhadoras de mão, marca I.N.A, modelo 953, três fuzis e vários revólveres das marcas Smith & Wesson e Taurus. As armas foram submetidas a perícia em Belo Horizonte, mas antes foram enviadas, inexplicavelmente, para Governador Valadares. O exame de balística não identificou de quais armas saíram os projéteis que atingiram as vítimas. TULER, Marilene. *Massacre de Ipating* – mitos e verdades. 2. ed.Belo Horizonte: Gráfica e Editora O Lutador, 2010.

2. Lei nº 9.140, de 4 de dezembro de 1995, que reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979.

**Marcelo Freitas** é jornalista e mestre em Ciências Sociais pela PUC Minas. Como jornalista, trabalhou no Diário do Comércio, Hoje em Dia, O Tempo e Estado de Minas, todos de Belo Horizonte. Foi assessor de comunicação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Atualmente exerce a chefia de redação da TV Câmara de Belo Horizonte. É autor do livro *Não foi por acaso*, que conta a história do "Massacre de Ipatinga".
E-mail: 01marcelo.freitas@uol.com.br




Revista do Arquivo Público Mineiro | Dossiê

# Memórias da resistência

Anna Flávia Arruda
Lanna Barreto

a parte frontal do imóvel que foi -
ntos mostram os portões que permitem
átio (D.O.P.S.).

-examinado.
o acesso ao



No final dos anos 1960, as organizações Corrente e Colina adotaram a luta armada no combate ao regime ditatorial vigente, levando a efeito diversas ações de guerrilha urbana, até serem desmanteladas pelos órgãos de repressão, cujos arquivos são, hoje, fonte indispensável para o estudo do período.

> A abertura dos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social do Estado de Minas Gerais (Dops-MG) e a digitalização dos seus documentos abriram espaço para a realização de pesquisas acadêmicas e científicas que contribuem para a compreensão do período ditatorial brasileiro (1964-1985) e para o resgate da memória histórica da ação dos aparelhos repressivos e da atuação dos grupos clandestinos de resistência ao regime. Esses foram violentamente coibidos, ora pela eliminação e desparecimento forçado de alguns de seus integrantes, ora pelo desmantelamento das próprias organizações, por meio da ação repressiva do Estado. O acesso a essa documentação pela sociedade civil permitiu o desvendamento de décadas de história extraoficial do Brasil e de Minas Gerais.[1]

Os documentos encontrados revelam um quadro de intenso controle, monitoramento e vigilância sobre todos os aspectos das atividades das organizações opositoras ao regime civil-militar brasileiro – reuniões, manifestações, publicações, listas de entidades, nomes dos integrantes, relatórios de investigações, mandados de prisão, inquéritos policiais militares, fotografias, autos de apreensão e depoimentos, entre outros documentos. Assim como as atividades dos militantes políticos e opositores ao regime eram vigiadas e documentadas, a polícia política do Estado de Minas Gerais procurou também registrar as atividades e ações repressivas realizadas contra as organizações clandestinas atuantes no período. O objetivo deste artigo é relatar a história de duas dessas organizações que se opuseram ao regime civil-militar brasileiro, quais sejam, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais (Corrente) e o Comando de Libertação Nacional (Colina), em um período de acirramento das atividades do aparelho repressivo nacional (1967-1969).[2]

Vale ressaltar que a natureza das informações sobre as organizações clandestinas Corrente e Colina disponíveis nos documentos do acervo do Dops-MG, preservadas no Arquivo Público Mineiro, reflete o viés ideológico próprio dos órgãos de repressão e seus agentes. Sendo assim, ao trabalhar com esses documentos, é necessário atentarmos para a origem dessas informações, bem como para o meio utilizado pelos agentes de segurança para obtê-las. Trata-se de informes e inquéritos que consideraram evidências da participação dos integrantes dessas organizações sem um rigoroso exame dos vínculos desses militantes com as ações de tais grupos organizados. Além disso, muitos dos depoimentos obtidos nos interrogatórios o foram por meio do recurso à tortura. Sabe-se que, nessas circunstâncias, a coerção física ou psicológica pode levar um interrogado a declarar aquilo que um interrogador deseja ouvir, a fim de fazer cessar o suplício. A análise dessa documentação requer, portanto, ponderações em relação à credibilidade do conteúdo exposto nos documentos.

Com base nessa lógica investigativa, nossa pesquisa procurou – por meio de documentos disponibilizados no acervo do Dops-MG contendo depoimentos de ex-integrantes da Corrente[3] e da bibliografia consultada – cruzar informações relativas à atuação dos integrantes dos grupos Colina e Corrente na oposição ao regime civil-militar instituído. Pesquisamos também quais foram os principais instrumentos de repressão utilizados contra aqueles militantes. Essa metodologia nos permitiu recontar os inúmeros episódios de violações dos direitos humanos de estudantes, operários, professores, profissionais liberais, mulheres e homens que ousaram lutar contra a ditadura civil-militar brasileira e proclamavam fazê-lo em defesa de uma sociedade mais igualitária e democrática.

## O fértil terreno da revolução

Até a década de 1960, o principal tronco das organizações de esquerda no país era o Partido

À esquerda, o religioso norte-americano padre Patrick Peyton (em primeiro plano) acena em manifestação da campanha *Rosário em Família*, de caráter conservador, liderada por ele no Brasil. À direita, o ex-governador de Minas José de Magalhães Pinto e outras autoridades não identificadas. Belo Horizonte (MG). 1964. Arquivo Público Mineiro. Fundo José Aparecido de Oliveira JAO-0127(03).

Comunista Brasileiro (PCB). Sua linha programática era favorável a um trabalho de massas e a uma ação política que não incluía a luta armada. A partir da década de 1960, verificou-se o surgimento de novas organizações de esquerda que passaram a criticar as concepções políticas do PCB e a imputá-las de legalistas, gradualistas e inclinadas à conciliação de classes.

Entre 1964 e 1968, já na vigência do regime autoritário, as divergências políticas entre os grupos de esquerda se acentuaram, provocando cisões nas organizações existentes e o surgimento de novas siglas. Os grupos oposicionistas se uniam sob as bandeiras do fim do autoritarismo e da implantação do socialismo, mas divergiam quanto aos métodos e táticas a serem empregados para alcançá-las. Jacob Gorender, até então um dos membros mais eminentes do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro, anotou que no ano de 1967 uma das principais dissidências do PCB passou a exercer oposição às propostas e estratégias de resistência do Comitê Central do partido, passando a ser conhecida nacionalmente pela denominação de Corrente Revolucionária. Gorender revela:

> Até setembro de 1967, ainda compareci a seis reuniões do Comitê Central. Nelas e em conversas laterais em São Paulo e no Rio, nossas posições se esclareceram. Marighella, Mário Alves – afastado da Comissão Executiva e deslocado para Minas, após passar um ano na prisão –, Jover Telles, Câmara Ferreira, Apolônio de Carvalho, Miguel Batista dos Santos e eu estávamos dispostos a levar a oposição até o rompimento. Decidimos permanecer no PCB e travar a luta interna, sem ilusão em triunfo. Nacionalmente, a oposição interna ao Comitê Central recebeu o nome de Corrente Revolucionária ou simplesmente Corrente.[4]

Em Minas Gerais, a Corrente Revolucionária surgiu em 1967 a partir da cisão também ocorrida no comitê do Partido Comunista Brasileiro de Belo Horizonte. O início de suas atividades como organização clandestina de oposição ao regime civil-militar brasileiro ocorreu durante o VI Congresso do PCB, quando seus fundadores optaram por alinhar suas propostas de resistência às concepções de Carlos Marighella e Mário Alves de Souza Vieira, que lideravam a oposição partidária. Nos depoimentos de ex-integrantes da Corrente, podemos perceber como a polarização de opiniões sobre as estratégias da luta revolucionária foi determinante para a cisão ocorrida no partido e para a subsequente formação de organizações que defendiam o uso da luta armada como estratégia de derrubada do regime civil-militar.

> Naquela época, vivíamos as discussões que precederam o VI Congresso do PCB. Nas discussões, polarizaram-se duas grandes vertentes. A luta armada se contrapunha à resistência pacífica à ditadura. Como consequência, foram surgindo, nos Estados, diversos grupos dissidentes. Os militantes jovens, principalmente provenientes do movimento estudantil, com apoio de alguns dirigentes do Comitê Central como o Mário Alves [de Souza Vieira], o Apolônio de Carvalho e o Carlos Marighella, defendiam a necessidade de se partir para a formação de um exército para derrubar, pelas armas, o governo militar. Outros, que compunham a maior parte do Comitê Central do Partido, defendiam o aprofundamento de uma resistência pacífica através do fortalecimento do movimento popular.[5]

A polarização ideológica no interior do PCB, entre os que defendiam a luta armada como estratégia revolucionária e os que defendiam a aliança com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB)[6] – que gozava de legalidade consentida pelo regime –, fez com que diversos quadros, com expressiva liderança, cobrassem posições mais combativas à sua direção. Em meados dos anos 1960, esses dissidentes rompem com o PCB e criam novas organizações de oposição, levando consigo considerável número de militantes, que passaram a defender a estratégia da luta armada como forma de combater a ditadura. Em Minas Gerais, a dissidência conhecida como Corrente foi organizada pelo jornalista Mário Alves quando de sua permanência em Belo Horizonte, em 1967. No ano seguinte, Alves[7] deslocou-se para o Rio de Janeiro e os integrantes da Corrente se aproximaram de Carlos Marighela, defendendo um movimento descentralizado e autônomo.

A sigla Corrente passou a designar o grupo de ex-integrantes do PCB, autointitulado Corrente Revolucionária, que se opunha às propostas reformistas do partido. Esse grupo defendia o recurso à luta armada como caminho necessário para a derrubada do poder e para a realização de uma efetiva revolução socialista. Em 1967, a Corrente lançou o documento *Orientação básica para atuação: 20 pontos*, redigido por Mário Alves.[8] Seus principais líderes eram Ricardo Apgaua, José Júlio de Araújo, Mário Roberto Galhardo Zaconato, Sérgio Bittencourt, Hélcio Pereira Fortes e Gilney Viana. Os fundadores da Corrente provinham de Belo Horizonte e Ouro Preto, sendo constituídos por estudantes universitários e secundaristas, operários e funcionários públicos.

A organização surgida em Minas Gerais teve duas fases. A primeira consistiu na criação dos comitês: estudantil, operário e de servidores públicos. Nessa fase, seus integrantes buscaram recrutar o maior número possível de militantes. As principais atividades então realizadas foram as de divulgação e propagação dos objetivos da organização e o levantamento das necessidades materiais de cada comitê. A segunda fase consistiu na formação da estrutura de funcionamento da Corrente, com a escolha dos membros de seu comando, o

Multidão se concentra na capital mineira em manifestação promovida pela campanha *Rosário em Família*, em que aparecem, em primeiro plano, prelados da Igreja Católica e, na segunda fila, o então governador Magalhães Pinto, o comandante da 4ª Divisão de Infantira, general Calos Luiz Guedes, e o comandante-geral da Polícia Militar, coronel José Geraldo de Oliveira. Belo Horizonte (MG). 1964. Arquivo Público Mineiro. Fundo José Aparecido de Oliveira. JAO-0127(01).

INGLEZA
LEVY

Philip Randolph (1889-1979), um dos líderes do movimento pela igualdade civil dos afro-americanos, defende no Congreso dos Estados Unidos os objetivos da Marcha pelos Direitos Civis naquele país. Arquivo Público Mineiro. Fundo Folha de Minas. FM-1- 3-188. 1963.

planejamento das ações armadas e das atividades de propaganda, além da formação política de seus quadros. A estrutura organizativa da Corrente era constituída por uma direção central – geralmente ocupada por militantes mais experientes –, pela militância de base, com atuação nos diversos comitês, e por simpatizantes – pessoas favoráveis ao movimento, mas sem vínculo organizacional – que eventualmente colaboravam com doações financeiras, cediam suas residências para a realização de reuniões ou para abrigar militantes.[9]

Entre os objetivos estratégicos da Corrente destacam-se o combate à ditadura civil-militar e o estabelecimento de um governo democrático-popular e nacionalista. Segundo Ricardo Apgaua, um de seus ex-integrantes, as divergências – internamente ou no confronto com outras organizações congêneres – não se davam em torno dos objetivos almejados, e, sim, em torno dos métodos e táticas a serem utilizados para a consecução desses objetivos.

> A grande divergência não se deu quanto aos objetivos a serem alcançados, mas quanto aos métodos a serem utilizados para alcançar esses objetivos. Defendíamos que o único instrumento com perspectivas reais de derrubar a ditadura era a luta armada. O Partidão, como nós nos referíamos ao PCB na época, achava que, por não termos força suficiente para este embate, deveríamos criar uma ampla frente política de repúdio à ditadura e que necessariamente acabaria por derrotá-la.[10]

Vale ressaltar que as propostas de luta armada elaboradas pelas diferentes organizações de esquerda não foram – contrariamente ao que argumentaram *a posteriori* alguns analistas – uma resposta à intensificação da repressão após a decretação do Ato Institucional nº 5.[11] Desde 1961, quando da crise dos mísseis cubanos[12] e da definição do governo de Cuba como socialista, a proposta de exportação da revolução para os países da América Latina passou a ser tratada "como condição para sobrevivência e consolidação da revolução em Cuba". O apoio do governo cubano à realização da luta armada no Brasil para promoção da revolução socialista se deu em três momentos da nossa

Foto anexa à carta de João Batista Pessoa Lima dirigida a Jânio Quadros, na qual o eleitor empunha uma vassoura, símbolo da campanha do candidato Jânio Quadros, a quem apoiava A foto foi oferecida, com dedicatória, ao candidato Jânio Quadros, a quem apoiava. 22/09/1960. Arquivo Público Mineiro. Fundo José Aparecido De Oliveira. JAO-0087(054).

História. O primeiro, a partir de 1962, quando as lutas no campo se radicalizaram devido a atividades das Ligas Camponesas lideradas por Francisco Julião;[13] a segunda, em 1965, com a frustrada tentativa de Leonel Brizola e do Movimento Nacionalista Revolucionário de promover a "Guerrilha do Caparaó";[14] e, finalmente, em 1967, por meio da Aliança Libertadora Nacional, organização político-militar surgida sob a liderança de Marighela.[15]

## Foquismo e luta de massas

A luta armada, baseada no foquismo cubano,[16] ganhou respaldo entre alguns dissidentes da Organização Revolucionária Marxista – Política Operária (Polop), sobretudo durante seu IV Congresso, realizado em São Paulo, em 1967. Os dissidentes mineiros da Polop não adotaram, a princípio, uma sigla própria, pois tinham como objetivo "participar de um processo maior de fusão de vários grupos e tendências",[17] passando então a nomear-se simplesmente como A Organização. Em seu documento original, uma *Carta Aberta aos Revolucionários*[18] datada de setembro de 1967, os militantes da organização destacam alguns pontos de divergência com as propostas da Polop, aprovadas durante o IV Congresso.

> O documento tem, portanto, um caráter de INTEGRAÇÃO [sic], na medida em que busca integrar os militantes revolucionários dos vários Estados das várias Organizações na reflexão crítica comum sobre prática anterior, na discussão crítica comum sobre prática futura da qual a reunião foi uma importante etapa cumprida.[19]

Entre as discordâncias destaca-se a substituição, pregada pelos polopianos, dos sindicatos pelos comitês de fábrica como forma de propagar as ideias marxistas na classe operária, no momento em que os sindicatos ainda dispunham de ampla capacidade de mobilização.

> Ora, ignorar o sindicato (substituindo-o pelo "comitê de fábrica" ou de "empresa"), no momento em que a massa estava no sindicato, era utópico. O sindicato, gozando de legalidade, oferecia as mais amplas condições de mobilização. E tentar substituí-lo era um erro ainda maior, porque era ela, naquele momento, a instituição que permitia a conjunção da luta econômica e da luta política do operariado.[20]

Diferentemente dos militantes da Polop, que acreditavam na educação da classe operária por meio de uma conscientização socialista "europeizada", fazendo uso de propaganda como "foco potencializador da voz da vanguarda ideológica", para os integrantes do grupo Colina, a mobilização e conscientização da classe operária deveriam ocorrer por meio da luta armada, levada a efeito com outras forças sociais que atuariam no processo de desmantelamento do aparelho repressivo do país.

> [A classe operária] só será mobilizada através da luta armada, no processo da qual se educará, assim como a nós próprios. Ela é a força fundamental da revolução, mas não a fará sozinha. Sua vanguarda terá que utilizar-se de outras forças sociais que, lutando sob sua direção, ajudem-na a destruir o aparelho de repressão do estado burguês-latifundiário e minar as bases do imperialismo.[21]

Outro ponto de divergência entre as linhas programáticas dessas organizações é a estratégia utilizada para o desencadeamento da revolução. Para os integrantes da Polop, a luta armada deveria partir do meio urbano. Ao contrário, os militantes do grupo Colina defendiam que foco revolucionário deveria partir do campo, sob a forma de uma "guerra de guerrilhas", tal como no modelo cubano.

> Enquanto a direção nacional tem o seu projeto baseado na esperança de uma insurreição urbana, colocamos que a luta armada – como forma fundamental de luta de classes na atual conjuntura – terá que ser centralizada no campo, sob a forma de guerra de guerrilhas [...] Para nós a tarefa fundamental e imediata é a da instalação do foco guerrilheiro, não como apêndice, mas como núcleo do Partido e embrião do Exército Popular, que porá em movimento as grandes massas camponesas e dará apoio às massas urbanas, enfraquecendo e destruindo o aparelho burocrático e militar do Estado.[22]

Em 1968, quando a nova organização surgida do "racha"[23] da Polop realizou diversas ações armadas com a finalidade de adquirir fundos para serem usados na propagação dos seus objetivos e estratégias, foi batizada como Comandos de Libertação Nacional (Colina),[24] que teve existência curta (1967-1969). Suas ideias se baseavam na estratégia defendida durante a assembleia da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), ocorrida em 1967, em Havana (Cuba), que contou com participação de Carlos Marighella. Com o lema "A ação faz a vanguarda", Marighella propõe ações armadas nas grandes cidades brasileiras a fim de recolher recursos para a guerrilha rural. Com base na estratégia revolucionária da guerrilha cubana, que chegou ao poder sob a liderança de Fidel Castro, Marighella defendia que da luta no campo deveria nascer o Exército de Libertação Nacional para derrubar o regime civil-militar brasileiro e implantar um programa de transformações anti-imperialistas.

## Os combatentes

Ao longo do regime ditatorial, várias ações de resistência foram empreendidas por organizações de esquerda, grupos operários, estudantis, além de intelectuais, artistas, setores da Igreja e parlamentares de oposição engajados na luta contra a ditadura.[25] O perfil dos militantes de esquerda que participavam das organizações clandestinas revela o predomínio de indivíduos originários da classe média urbana, cerca de 58%; os escolarizados somavam 31% dos processados na Justiça Militar, enquanto os jovens do sexo masculino constituíam 86% do grupo de processados.[26]

Nos documentos processuais disponíveis no acervo do Arquivo Público Mineiro, datados do período de abril de 1969 a novembro de 1971, é possível constatar a predominância de integrantes da organização Corrente naturais das cidades de Belo Horizonte e Ouro Preto. Majoritariamente jovens (cerca de 62%), contavam entre 18 e 30 anos e eram do sexo masculino.[27] Dos 86 indivíduos arrolados nos Inquéritos Policiais Militares (IPMs), somente 22 eram mulheres. No total de integrantes da Corrente cujos nomes constam dos processos policiais sob a guarda do APM predominam os de militantes naturais de Belo Horizonte, Ouro Preto e Juiz de Fora. A maior parte desses militantes é natural da Região Central, seguindo-se os naturais da Zona da Mata e Centro-Oeste do Estado de Minas Gerais.[28] Apesar de a base da militância ter se organizado nas cidades de Belo Horizonte e Ouro Preto, a origem diversificada dos militantes mineiros possibilitou a conexão das ações em diferentes regiões do Estado.

A estratégia consistia em implantar, no médio prazo, a guerrilha rural no interior do Estado. Tornava-se necessário adotar uma logística que permitisse o deslocamento de unidades guerrilheiras para o interior. Nesse sentido, a Corrente contou com a ajuda de colaboradores e simpatizantes que se encarregavam de conseguir locações para as reuniões da organização ou para abrigar militantes. No trecho de depoimento que se segue, Ricardo Apgaua cita quatro cidades que serviram de base para essa estratégia.

> Quando começamos a estruturar a Corrente, definimos o que chamávamos eixos estratégicos para a luta contra a ditadura no Estado de Minas Gerais. Eram, principalmente, cidades com unidades militares de peso e confluências de estradas importantes, capazes de dividir o país e criar problemas de abastecimento em caso de bloqueio. Entre as cidades que definimos como estratégicas, no Estado, me lembro de Belo Horizonte, Governador Valadares, Montes Claros e Juiz de Fora.[29]

A principal base social da Corrente era o movimento estudantil, constituído em sua maioria por estudantes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), das Escolas de Minas e Farmácia de Ouro Preto. O líder do setor estudantil era Mario Roberto Galhardo Zanconato. No setor operário destacou-se como liderança Hélcio Pereira Fortes e entre os servidores públicos, Gilney Amorim Viana. Uma das peculiaridades da Corrente, comparativamente às outras dissidências armadas do PCB, foi a diversidade de sua base, que contava integrantes originários do meio estudantil, do meio operário e do funcionalismo público.

Os documentos processuais[30] indicam que a maioria dos integrantes do grupo Colina era constituída basicamente por jovens menores de 25 anos (60% dos indiciados), militantes do movimento estudantil, sobretudo do Centro de Estudo de Medicina (CEM), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Muitos de seus integrantes mais ativos, que constituíam sua liderança, eram estudantes da Escola de Medicina da UFMG. Entre eles destacam-se Ângelo Pezzuti, Apolo Lisboa, Jorge Nahas e Maria José Nahas. Devido a sua origem pequeno-burguesa, o trabalho com o operariado não foi considerado prioritário para a efetivação das ações realizadas pela organização. Na opinião de seus integrantes, a distância entre a teoria e a prática inviabilizava a tomada de consciência dos militantes quanto aos reais problemas econômicos vivenciados pelos operários. O depoimento a seguir subsidia essa informação.

> Eu, durante um período, tentei fazer movimento operário também [risos]. Não tinha o menor sentido [risos]. [...] Então, eu me lembro que eu me sentia muito sem jeito, muito sem jeito, que eu era aquela filha de médico do interior e indo pelos bairros operários, não é? Não tinha nada a ver uma coisa com a outra. Eu me sentia muito sem jeito com isso.[31]

Os integrantes do Colina viam como "perigosa e errônea" a integração do movimento estudantil ao movimento operário. Apesar de acreditarem que o movimento operário participa, historicamente, da luta do povo por sua libertação, o distanciamento entre a realidade do trabalho nas fábricas e do trabalho no meio estudantil prejudicava a formação de um movimento integrado à luta revolucionária. Segundo documento divulgado á época,

> [...] as classes sociais possuem características e interesses próprios e que lutando na defesa dos mesmos definem-se revolucionariamente, quando entram em choque, através da luta, com a classe dominante [...] Daí afirmamos que o ME [movimento estudantil] tem suas próprias bandeiras de luta, dialeticamente ligadas às do proletariado e às do campesinato. O ME trava uma luta política contra o inimigo comum. Para atingir seus fins é imprescindível que haja uma transformação radical da sociedade brasileira, com o consequente surgimento da nova estrutura. A partir daí vemos a necessidade de se traçar uma linha política de ação consequente, no campo próprio do ME.[32]

A organização era constituída internamente por células ou comandos. Existiam as células de expropriação,

Vista parcial de cela de segurança do Dops-MG com descrição da janela gradeada, móveis e objetos que se achavam no local. Belo Horizonte. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Socia (Dops). Pasta 4163, Imagem 826.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA TÉCNICA

LAUDO N.º 64818

ANEXO FOTOGRÁFICO Nº 6:

Fotografia parcial da parte interna da cela de segurança nº 4, onde pode observar-se, em assinalamento: - a)- Janela do tipo corrediça, confeccionada de ferro e lâminas vítreas. b)- O vão da janela que permite a ventilação e iluminação natural ao interior da cela. c) - Alguns dos móveis existentes no interior da cela nº 4 . ( D.O.P.S.).

sabotagem, inteligência, de levantamento de área e a célula urbana. A partir dessas células, os integrantes organizam e planejavam suas atividades de combate à ditadura. O grupo tinha consciência do desconhecimento, por parte de seus integrantes, da realidade das lutas operárias. A fim de minimizar essa desinformação, a organização propôs-se um trabalho de divulgação de literaturas que tematizassem a realidade operária.[33] Para realização desse trabalho o grupo criou o jornal *Piquete*, que tinha como objetivo incitar os operários à tomada de consciência e de atitude frente à exploração dos patrões, denunciando suas péssimas condições de trabalho, noticiando e criticando greves realizadas em momentos inoportunos que levavam ao enfraquecimento do movimento operário. Foi também importante, nesse período, o esforço para a formação de quadros, por meio de cursos de marxismo e história do movimento socialista destinados aos militantes, tanto do meio estudantil quanto do operário. Por outro lado, com a finalidade de conhecer a realidade operária, o Colina defendia o trabalho de alguns de seus integrantes nas fábricas e nos bairros operários. Na visão de uma de suas integrantes, essa estratégia não foi bem-sucedida.

## Ações armadas

Tanto a organização Colina quanto a Corrente se propunham a desencadear uma guerrilha rural cujo objetivo final era converter-se em um exército popular revolucionário capaz de empreender a derrubada do regime civil-militar e a instalação de uma sociedade socialista e democrática. Contudo, ambas as organizações alcançaram, efetivamente, realizar apenas ações de guerrilha urbana que tinham como finalidade conseguir fundos para a implantação da guerrilha rural, para a manutenção dos "aparelhos"[34] que abrigavam os militantes na clandestinidade e financiar ações de cunho propagandístico sobre os objetivos políticos dessas organizações.

A radicalização dos integrantes do grupo Colina que os levou à opção pela luta armada como estratégia imediata para desmantelar o regime civil-militar pode ser constatada nos documentos internos que circulavam entre os militantes. O documento *Concepção da luta revolucionária*, de abril de 1968, defende como necessário o uso da violência para derrubar o regime e a inviabilidade das propostas reformistas de resistência pacífica.

> A defesa da violência é um dos aspectos da luta ideológica que os marxistas-leninistas travam contra os reformistas. O reformismo representa um dos aspectos da política das classes dominantes, constituindo-se numa das armas de que se utiliza a burguesia para manter a luta dentro dos seus quadros ideológicos. A luta armada é a única forma de se alijar do poder os representantes de uma classe social.[35]

A radicalização das formas de ação na luta de resistência empreendida pelos militantes do grupo Colina fica explícita no documento *Guerra revolucionária, guerrilha urbana*, que defende a prática de ações terroristas para eliminação do inimigo, intimidar, fazer agitação e, com isso, fazer ruir os pilhares da "segurança nacional" que sustentavam o regime.

> O terrorismo pode ser destinado a vários objetivos: intimidar, provocar, efeitos de propaganda e agitação. Pode ser efetuada da seguinte maneira: discriminada (listas negras de políticos e militares traidores); indiscriminada (bairros, centros de diversão etc.). O combate tático pode ser: de ataque, de defesa. Podendo os mesmos ser executados em várias causas tais como: apoio a greves, operações de expropriações, operações de guerra coordenadas, atentados.[36]

Auto de apreensão de documentos apreendidos pela Polícia Militar com militantes encarcerados na Penitenciária Agrícola de Linhares, em Juiz de Fora. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Pasta 4163. Imagem 842.

CONFIDENCIAL

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE OPERAÇÕES G2

INFORMAÇÃO Nº 195 G2/70
( SC/3 - 146 )

Arquivar sob "Torturas"
Em 19.6.70

DATA -: 15 Jun 970
ASSUNTO -: APREENSÃO DE DOCUMENTO SUBVERSIVO
REFERÊNCIA -: Ofício nº 68/70/S2/2º BP
DIFUSÃO -: SNI/ABH - ID-4 - DOPS - Arq.
ANEXO -: Fotocópia do documento "DITADURA NO BANCO DOS REUS".

---

Esta Secção difunde:

1) Recentemente o detento Ângelo Pezutti tentou fazer sair um documento de caráter subversivo, da Penitenciária Regional de Linhares, por intermédio de seu pai, Teodofredo Pinto Silva, que na ocasião o visitava.

2) Ângelo Pezutti foi surpreendido por elementos da segurança do presídio e o documento, intitulado "DITADURA NO BANCO DOS RÉUS", foi apreendido.

3) Em anexo, fotocópia do documento apreendido em poder de Ângelo Pezutti.

---

all

POLÍCIA MILITAR MINAS GERAIS
G/2
QG - DOPS

O DESTINATÁRIO É RESPONSÁVEL PELA

Assim como as demais organizações clandestinas, Colina estabelecera regras de segurança rigorosas que deveriam ser obedecidas por seus integrantes. As ações armadas eram planejadas de forma a evitar falhas e erros que pudessem ser fatais para a organização, levando à morte ou à prisão dos militantes. Desde a escolha dos encarregados da ação, de acordo com o perfil de cada um, até o comportamento que deveriam observar caso fossem presos, tudo era previamente planejado e pensado.

Além do treinamento físico a que deveriam submeter-se, a preparação política dos militantes também era necessária para que esses se conscientizassem da sua condição de revolucionários. As regras de segurança deveriam ser rigorosamente seguidas pelos integrantes do Colina, sobretudo quando fossem presos. Na biografia de Maria do Carmo Brito, ex-integrante da organização, são descritos os procedimentos a serem seguidos quando das prisões, detenções ou tortura de militantes.

> Regra 1: Quanto maior número de horas você aguentar [na tortura], mais tempo os companheiros terão para saber que você foi presa e assim não irão aos pontos de encontro; Regra 2: Não falar. Se você não fala, não cai ninguém, então, ninguém fala de você. Você vai sofrer um pouquinho, mas depois aguenta; Regra 3: Estabelecer um ponto de dor na hora em que injetassem o *pentotal*, e assim, simular que desmaiou bem rápido, para assim impedir que continuem; Regra 4: Aproveitar todas as situações para o suicídio; e Regra 5: Bater com a cabeça na parede até desmaiar.[37]

De acordo com os relatórios do Dops-MG, o grupo Colina tinha como principal objetivo preparar ideológica, política e militarmente quadros militantes, que se comprometessem com a luta revolucionária colocando seus problemas pessoais em segundo plano.

O comando urbano de atividades adotava a seguinte divisão de tarefas no planejamento das ações: "a) Célula Coordenadora de Informações, responsável pelo trabalho de inteligência, b) Setor de Terrorismo, encarregado de dois objetivos: 'justiçamento' e amedrontamento, c) Setor de Expropriação, ao qual cabia a realização de assaltos a bancos ou empresas; d) Células estudantis e operárias, para o trabalho de ' 'conscientização e doutrinação'".[38]

O emprego da violência nas ações revolucionárias era um recurso para expropriações de bens pecuniários, para "amedrontamento" dos interventores e agentes da repressão e para demonstração do grau de envolvimento e comprometimento dos integrantes das organizações armadas com a revolução socialista almejada. Nesse particular, destacaram-se as ações empreendidas pelos Comandos de Libertação Nacional.

O Setor de Terrorismo da Colina efetuou dois atos de "amedrontamento", no dia 18 de outubro de 1968, fazendo explodir duas bombas próximas à residência do delegado do Ministério do Trabalho, Onésimo Viana, e do interventor no Sindicato dos Metalúrgicos, Humberto Polo. Nesses locais foram deixados explosivos e boletins do Colina. No conteúdo dos panfletos jogados próximo aos explosivos é possível perceber que a ação do grupo foi uma retaliação à intervenção nos sindicatos, à prisão de alguns líderes grevistas e à demissão de cerca de 200 metalúrgicos que contavam mais de dez anos de trabalho, por terem participado da greve que mobilizou o operariado de Contagem naquele ano.[39]

## Expropriações

Quanto ao Setor de Expropriação,[40] além de roubos e furtos de inúmeros veículos, o grupo realizou quatro assaltos. Um desses, no dia 23 de agosto de 1968, a um carro da Secretaria da Fazenda, que supostamente

Fotografias do rosto de Ernesto Che Guevara, reproduzidas do folheto doutrinário oficial *O que é um guerrilheiro?*". A figura de Guevara inspirou os movimentos de guerrilha ocorridos na América Latina. 1967. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Pasta 1069. Imagem 308.

levava dinheiro para a cidade de Guanhães (MG). Os guerrilheiros interceptaram o carro para realizar a expropriação dos recursos. Contudo, o assalto não obteve êxito, pois o dinheiro esperado não se encontrava no veículo. Outra ação de expropriação foi realizada no dia 28 de agosto de 1968 contra a agência do Banco do Comércio e Indústria de Minas Gerais, localizada na Avenida Pedro II, em Belo Horizonte. O terceiro assalto foi realizado no dia 4 de outubro de 1968, na agência do Banco do Brasil, na Cidade Industrial de Contagem (MG), sendo deixados no local panfletos da organização guerrilheira. O quarto deles ocorreu no dia 14 de janeiro de 1969, nas agências dos bancos da Lavoura e Mercantil, em Sabará (MG). Esse último assalto contou com a participação de militantes de outras células e setores, vindos do Rio de Janeiro.

Contudo, a reação dos órgãos de repressão não se fez esperar. Materiais destinados a atividades doutrinárias e outros relacionados com a organização foram apreendidos pelo Dops-MG em diligências realizadas nos aparelhos onde estavam escondidos alguns de seus integrantes: o estudante João Batista dos Mares Guia, o operário João Anunciato dos Reis, os estudantes Carlos Vilan Pinõn e Pitágoras de Oliveira Machado, presos em 14 de janeiro de 1969, com dois líderes do Colina, os estudantes Ângelo Pezzuti da Silva e Pedro Paulo Bretas. Foram relacionados pelo órgão de repressão "farto material doutrinário, uniformes de várias corporações militares, explosivos, produtos químicos, armas e munições".[41]

Assim como ocorreu na organização Colina, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais fez uso de práticas violentas para realização de expropriações[42] em bancos e repartições comerciais. Essas atividades tinham, igualmente, como objetivo angariar recursos para o financiamento da causa revolucionária e aquisição de outros materiais necessários ao prosseguimento da luta. No período entre 1968 e 1969, a Corrente realizou diversas ações armadas, entre assaltos a estabelecimentos comerciais, a agências bancárias, assim como roubos de carros e de armas e munições.[43]

A primeira ação registrada na documentação do Dops custodiada pelo Arquivo Público Mineiro foi um assalto à Drogaria São Félix, no centro de Belo Horizonte, ocorrido no dia 25 de outubro de 1968. Essa ação rendeu à organização cerca de NCr$ 2.320 (dois mil, trezentos e vinte cruzeiros novos), o equivalente, em moeda de hoje, a R$ 26.371 (vinte e seis mil, trezentos e setenta e um reais). Apesar de bem-sucedidos, os assaltantes tiveram de empreender a fuga a pé devido a um defeito no carro utilizado na operação, um Sinca, cor preta, que usava a placa sobreposta MG 3-62-75. O veículo foi encontrado posteriormente estacionado de forma irregular na Avenida Amazonas, em frente ao número 709, Belo Horizonte.[44]

A segunda ação de expropriação realizada pela Corrente ocorreu no dia 1º de dezembro de 1968, durante a madrugada, na Boate 6 a 6, situada na Avenida Senhora do Carmo, nº 1.400, Bairro do Carmo, em Belo Horizonte. Durante essa ação, o grupo recolheu joias e dinheiro das pessoas que estavam presentes no local. O objetivo era conseguir recursos financeiros para saldar dívidas de aluguel nas cidades de Montes Claros e Governador Valadares, além de manter a estrutura da organização. Durante a operação, um dos presentes reagiu e foi baleado, outros dois foram atingidos por fragmentos de projéteis. Não houve mortes.[45]

Nos meses de janeiro e fevereiro de 1969, o grupo Corrente realizou três assaltos aos seguintes estabelecimentos: Itaminas Comércio de Minérios S/A, na cidade de Sarzedo (MG); Banco de Minas Gerais,

ANEXO FOTOGRÁFICO Nº 7.

Outro ângulo fotográfico, do cofre-forte mencionado no anexo anterior, que está totalmente vazio.

Cofre da Drogaria São Félix arrombado no assalto praticado no estabelecimento por militantes do grupo revolucionário mineiro Corrente:1968. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Pasta 0029. Imagem 86.

agência de Ibirité (MG); e Mercearia Nossa Senhora da Conceição em Contagem. No dia 31 de março, os guerrilheiros da Corrente assaltaram a agência da Caixa Econômica Estadual, situada na Avenida Alfredo Balena, em Belo Horizonte. Segundo registro dos inquéritos policiais sobre o caso, o montante arrecado pelo grupo foi em torno de NCr$ 3.000 (três mil cruzeiros novos), cerca de R$ 35.000 (trinta e cinco mil reais), em valores atuais.[46] Após essas operações, os agentes de segurança do Estado (Dops e Polícia Militar) realizaram um cerco à organização.

## A repressão aperta o cerco

A visibilidade das ações armadas realizadas pelas organizações Comandos de Libertação Nacional e Corrente Revolucionária de Minas Gerais resultou na tomada de medidas mais rigorosas de vigilância e monitoramento de seus militantes por parte dos órgãos de repressão do Estado, sobretudo pelo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Estudo feito por Flávia Maria Franchini Ribeiro, a respeito da experiência dos presos políticos na Penitenciária Regional de Linhares, em Juiz de Fora, constatou, entre os detidos naquela instituição, o predomínio de militantes vinculados a três organizações de esquerda atuantes em Minas Gerais naquele período: Colina, Corrente, Ação Popular (AP) ou Ação Popular Marxista-Leninista (APML).[47]

Os agentes da repressão pertenciam a distintos órgãos empenhados no combate às organizações de esquerda, em especial Exército, Dops e Polícia Militar, que desenvolviam ações articuladas entre si. Os presos políticos eram obrigados a passar por vários estabelecimentos prisionais – em Minas e em outros Estados –, onde eram interrogados, torturados e, depois de julgados pela Justiça Militar, cumpriam as penas que lhes eram atribuídas. A prática da tortura aplicada em presos políticos se destinava tanto a obter informações quanto servia de instrumento de intimidação, por meio de demonstrações práticas dos métodos de suplício. O estudante Ângelo Pezzuti da Silva, preso em Belo Horizonte e torturado no Rio de Janeiro – então capital do Estado da Guanabara (GB) –, narrou ao Conselho de Justiça Militar de Juiz de Fora, no ano de 1970:

> [...] que, na PE (Polícia do Exército), da GB, verificaram o interrogado e seus companheiros que as torturas são uma instituição, uma vez que o interrogado foi o instrumento de demonstrações práticas desse sistema, em uma aula de que participaram mais de cem sargentos e cujo professor era um Oficial da PE, chamado Tnt. Ayrton que, nessa sala, ao tempo que projetava "slides" sobre tortura, mostrava-se na prática para a qual serviram o interrogado, Maurício Paiva, Afonso Celso, Murilo Pinto, P. Paulo Bretas, e outros presos que estavam na PE-GB, de cobaias.[48]

Após a ocorrência do último assalto realizado pelo Colina, os agentes de segurança intensificaram o cerco à organização, decretando o seu desmantelamento na cidade de Belo Horizonte. Em diligência realizada no dia 29 de janeiro de 1969, houve um tiroteio que resultou na morte de dois policiais e ferimentos em um terceiro. Foram presos na ocasião sete integrantes do grupo: Afonso Celso Lana Leite, Jorge Raimundo Nahas, Júlio Antônio Bittencourt Almeida, Maria José Carvalho Nahas, Murilo Pinto Silva, Maurício Vieira de Paiva, Nilo Sérgio Menezes Macedo. No mesmo dia foi preso na Guanabara o militante Antônio Pereira Matos, também integrante da organização. Na ocasião já estavam presos Ângelo Pezzuti da Silva, Pedro Paulo Bretas, José Raimundo de Oliveira, Carlos Vilan Piñon, Pitágoras Oliveira

Fotos de chaveiro com a efígie do mártir Tiradentes apreendido na posse de militante (abaixo) preso durante ação da polícia política em Belo Horizonte. Sem data. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Pasta 0854. Imagem 161.

Machado e João Anunciato dos Reis. Os militantes que conseguiram fugir do cerco montado pela repressão vieram a aliar-se à Vanguarda Popular Revolucionária Palmares. Outros foram exilados e banidos. Grande parte dos exilados só retornou ao Brasil após a Lei da Anistia, em 1979.[49]

O grupo Colina foi uma das organizações armadas de maior atuação em Minas Gerais. Seus integrantes buscavam, junto a militantes do Rio de Janeiro e de São Paulo, formar um Comando Nacional que unificasse, sob os mesmos princípios ideológicos, as estratégias de luta das diferentes organizações de esquerda atuantes no território brasileiro. Segundo documento que circulou entre seus militantes, essa organização seria "fruto da unidade de diversos grupos organizados em torno de princípios ideológicos, de uma linha política e de uma prática revolucionária visando dar ao povo brasileiro uma alternativa real de libertação".[50]

Assim como ocorreu com o grupo Colina, a Corrente Revolucionária de Minas Gerais também foi desbaratada pelo aparelho repressivo do Estado. Durante sua campanha de repressão aos grupos revolucionários, o Dops-MG monitorou e desapropriou todos os imóveis que eram utilizados como aparelhos por essas organizações. Todo o material encontrado foi apreendido e a maior parte dos militantes, indiciada no artigo 21 do Decreto-Lei 314, de 14 de março de 1967, que define "os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social e dá outras providências".[51]

No acervo do Dops-MG é possível constatar a existência de pelo menos oito inquéritos policiais militares instalados contra membros da Corrente, com a intenção de identificar e punir os responsáveis pelo assalto à Drogaria Félix, à boate Seis a Seis, ao Bar e Mercearia São Vicente, à empresa Itaminas Comércio de Minérios S/A, pela tentativa de assalto a uma pedreira em Belo Horizonte, pelo roubo de um automóvel Simca, assaltos à Caixa Econômica Estadual e à Casa Tucano.[52] O oficial encarregado dos inquéritos policiais-militares (IPMs) foi o tenente-coronel da Artilharia do Exército, Manoel Alfredo Camarão de Albuquerque, cujo nome consta da lista de torturadores como um dos denunciados pelos presos políticos.[53]

A maioria das ações das organizações Corrente e Colina foi noticiada pela imprensa mineira, sobretudo os jornais *Estado de Minas* e *Diário da Tarde*.[54] Entretanto, nas reportagens, as ações de ambas as organizações eram tratadas como crimes comuns, e não como ações políticas. Esse fato demonstra tanto o desconhecimento da imprensa, assim como da sociedade mineira, a respeito dos objetivos e intenções das operações armadas praticadas pelos grupos revolucionários.
A partir de 1969, devido à intensificação da repressão, sobretudo após a promulgação do Ato Institucional nº 5, vários membros das organizações de esquerda atuantes em todo o país foram presos, torturados e mortos. No caso da Corrente, alguns militantes que viviam na clandestinidade conseguiram escapar de serem presos e ingressaram, posteriormente, na Aliança de Libertação Nacional (ALN), liderada por Carlos Marighella. Outros militantes da Corrente ingressaram no Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), fundado em 1968, que, tal como sua organização de origem, propunha uma revolução popular contra o Estado burguês.[55]

## Censura e registro nos arquivos

O acirramento da repressão acabou por impedir que durante um longo período houvesse qualquer oposição ao governo de forma mais explícita, exceção feita à oposição consentida na esfera parlamentar, na qual vigorava o bipartidarismo. Além disso, a censura

imposta aos meios de comunicação restringia o conhecimento do que realmente acontecia dentro das prisões reservadas aos presos políticos.
A memória desses fatos, explícita nos testemunhos dos sobreviventes e nos registros dos acervos documentais, é composta de vazios, traumas, cheiros e imagens que insistem em se fazer presentes. As lembranças pertencem às pessoas, mas o que é lembrado está amparado pela sociedade, pela cultura, pelos discursos oficiais e públicos.[56] A história silenciada nos porões da ditadura, na intimidade do medo e nas lacunas da memória vem encontrando formas peculiares de se manifestar nas diferentes realidades sociais. A configuração dessas lembranças, embora descontínua e fragmentada, torna-se inesgotável fonte de esclarecimento para a consciência da sociedade.

Os documentos da polícia política do Estado de Minas Gerais, disponíveis no acervo do Arquivo Público Mineiro (APM), são fundamentais para analisar a resistência empreendida pelas organizações clandestinas Corrente e Colina surgidas no Estado. A análise da documentação do Departamento de Ordem Social e Política de Minas Gerais tornou possível uma reavaliação do alcance dessas fontes. Se durante o momento de criação dos documentos o objetivo era registrar as detenções e prisões daqueles que "ameaçavam a segurança nacional", bem como as ações do Estado para eliminar essa ameaça, atualmente esses documentos têm sido utilizados para comprovar as violações dos direitos humanos cometidas pelos agentes da segurança em nome do Estado ditatorial.

O resgate desse momento da história por meio das fontes arquivísticas tem permitido às gerações passadas reconstituir suas histórias e preencher as lacunas da memória subjetiva. A importância do relato desses fatos está em possibilitar às gerações atuais e futuras o direito à memória e ao conhecimento de acontecimentos omitidos pela história oficial. Ao enriquecer o conhecimento do nosso passado recente, esse relato possibilita a recuperação de fatos históricos relacionados às violações de direitos humanos e a assimilação de suas lições, para que nunca mais se esqueça, para que nunca mais se repita.

**RESUMO | Memórias da resistência**

O objetivo deste artigo é narrar a história da atuação das organizações políticas Corrente Revolucionária de Minas Gerais e Comandos de Libertação Nacional (Colina), que no período entre 1967 e 1969 pegaram em armas para combater o regime ditatorial implantado no país por meio de um golpe civil-militar, em 1964. O resgate da memória dessas organizações e de suas ações na oposição à ditadura implantada no Brasil em 1964 foi possível com base na consulta ao acervo do Departamento de Departamento de Ordem Política e Social do Estado de Minas Gerais (Dops-MG), disponível no Arquivo Público Mineiro, e à bibliografia existente sobre o período.

***ABSTRACT* | *Memoires of the resistance***

The purpose of this article is to relate the activities of the political organizations Corrente Revolucionária de Minas Gerais and Comandos de Libertação Nacional (Colina), that from 1967 to 1969 took up arms in order to oppose the dictatorship established by a civilian-military coup in 1964. Recovering the history of these organizations and their activities in opposition to the dictatorship established in Brazil in 1964 was possible through consultation of the records of the Department of Political and Social Order of the State of Minas Gerais (Dops-MG), available in the Minas Gerais Public Archives and in existing bibliography regarding this period.

**Notas |**

1. O período a que se reportam os arquivos do Dops-MG vai de 1927 a 1989. O acervo encontra-se em formato digital e a consulta é feita por meio de sistema informatizado, que permite a busca por assuntos, datas e nomes.

2. Período referente à fundação e ao desmantelamento das organizações Corrente Revolucionária de Minas Gerais e Comandos de Libertação Nacional.

3. Depoimentos concedidos a Otávio Luiz Machado, pesquisador do projeto *A Corrente Revolucionária de Minas Gerais*, do Laboratório de Pesquisa Histórica, do Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop).

4. GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas.* São Paulo: Ática, 1987. p. 89.

5. Depoimento de Ricardo Apgaua a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Laboratório de Pesquisa Histórica da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop/Projeto A Corrente Revolucionária de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2007/07/depoimento-de-ricardo-apgaua.html>. Acesso em: 30 jun. 2015.

6. Após o golpe de 1964, houve uma centralização de poder nas mãos do Executivo. Foram suspensas as eleições diretas para governadores e presidente da República. Por meio de atos institucionais promulgados pelo regime, os partidos existentes foram fechados e criou-se o bipartidarismo. No lugar do pluripartidarismo vigente no período anterior, duas siglas foram criadas, a Aliança Renovadora Nacional (Arena), governista, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), de oposição.

RESTAURANTE
AMBASSY
DIRETAS JÁ
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL

Meslla
PMDB
DIRETAS JÁ!
PMDB
PDT

7. Em 1970, Mário Alves foi preso e torturado nas dependências do Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) do Rio de Janeiro por cerca de oito horas. Atualmente, Mário Alves integra a lista de desaparecidos políticos do regime ditatorial brasileiro.

8. VITRAL, Thiago Veloso. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais*: resistência ativa à ditadura civil-militar em Minas Gerais (1967-1969). 2013. Dissertação (Mestrado em História e Culturas Políticas) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013. p. 46.

9. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta 0028. Data: abr. 1969 – nov. 1971 . Título: Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

10. Depoimento de Ricardo Apgaua a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Laboratório de Pesquisa Histórica da Ufop/Projeto A Corrente Revolucionária de Minas Gerais, 2004. Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2007/07/depoimento-de-ricardo--apgaua.html>. Acesso em: 30 jun. 2015.

11. ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*: o treinamento guerrilheiro. Rio de Janeiro: Mauad, 2001. p. 8.

12. Durante a Guerra Fria, em 1961, o governo norte-americano instalou mísseis nucleares na Turquia, causando desagrado e preocupação ao governo soviético, devido à possibilidade de um ataque norte-americano à União Soviética, graças a sua posição privilegiada. Em 14 de outubro de 1962, o governo dos Estados Unidos divulgou imagens, coletadas a partir de um voo secreto sobre Cuba, de instalações militares nesse país destinadas ao recebimento de mísseis nucleares soviéticos. O então presidente dos Estados Unidos, John Kennedy, comunicou o fato à população norte-americana, tratando a questão como um ato de guerra. Por outro lado, o governo soviético, por intermédio de Nikita Kruschev, líder político da URSS, defendeu-se, alegando que se tratava de um ato de defesa do governo cubano, contra uma tentativa de invasão da ilha. Essa crise gerou apreensão em ambas sociedades, alarmadas pela ameaça de uma terceira guerra mundial travada pelas potências nucleares dotadas de armas com poder altamente destrutivo.

13. Francisco Julião Arruda de Paula (1915-1999) foi um advogado e político pernambucano que iniciou sua atividade pública na defesa de pequenos agricultores em seu Estado natal, tendo criado as Ligas Camponesas, forma original de organização para a luta contra os latifundiários. As Ligas se espalharam por todo o Brasil, provocando a radicalização das lutas no campo. Julião foi deputado estadual e federal, mas com o advento do golpe civil-militar, em 1964, perseguido pelo regime, exilou-se, primeiro em Cuba, depois no México, onde veio a falecer.

14. Tentativa de um grupo de ex-militares de instalar, em 1966, um foco guerrilheiro na Serra do Caparaó, divisa entre Espírito Santo e Minas Gerais. A guerrilha foi aniquilada e seus membros, feitos prisioneiros numa operação da Polícia Militar de Minas, em abril de 1967.

15. ROLLEMBERG. *O apoio de Cuba à luta armada no Brasil*, p. 14.

16. Segundo o *Dicionário de Política*, de Rodrigo Borja, o foquismo é uma modalidade de luta armada revolucionária que consiste em empregar grupos móveis em pontos estratégicos de um país, principalmente no campo ou nas regiões próximas da cidade, afim de empreender ações de desgaste militar e psicológico contra as forças armadas em exercício. Os focos guerrilheiros são grupos armados pouco numerosos, especialmente preparados para empreender ações-surpresa, emboscadas e combates rápidos nos quais são capazes de derrotar as unidades de contra insurgência das forças armadas regulares. O foquismo tem como proposta iniciar um processo de insurgência geral contra a ordem constituída, para o qual conta com a ação concomitante de grupos clandestinos nas cidades que se encarregam de sabotar seus centros vitais, paralisar suas operações e criar condições efetivas para a ação armada revolucionária da população civil contra o governo instituído. Assim, um dos fatores necessários para o êxito do foquismo é o apoio da população em forma de provisão de alimentos, cooperação logística, recrutamento, transporte, respaldo informativo, assistência e ocultação de seus efetivos

17. REIS FILHO, Daniel Aarão; SÁ, Jair Ferreira de (Org.). *Imagens da revolução:* documento políticos das organizações clandestinas de esquerda nos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985. p. 134.

18. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Carta aberta aos revolucionários", rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 - out. 1968. Título: Colina – Material recolhido.

19. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Comando de Libertação Nacional - Informe Nacional", rolo 2, pasta 16. Data: ago. 1968.

20. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Diretrizes para o Trabalho Operário", rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 – nov.1969. Título: Colina – Estratégias e Revolução.

21. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Carta aberta aos revolucionários", rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 – out. 1968. Título: Colina – Material recolhido.

22. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento "Carta aberta aos revolucionários", rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 – out. 1968. Título: Colina – Material recolhido.

23. Palavra de uso comum entre os grupos engajados na luta contra o regime para designar as dissidências surgidas em uma organização anteriormente existente.

24. Sobre este assunto consultar: REIS FILHO; SÁ (Org.). *Imagens da revolução*; ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Um relato para a História:* Brasil, Nunca Mais. Petrópolis: Vozes, 1985; RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. *A subida do Monte Purgatório*: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares (1969-1972). Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

25. A respeito das organizações de esquerda no Brasil, durante as décadas de 1960 e 1970, consultar: GORENDER. *Combate nas trevas*; REIS FILHO, Daniel Aarão; MORAIS, Pedro. *1968*: a paixão de uma utopia. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1988; REIS FILHO, Daniel Aarão. *A Revolução faltou ao encontro*: os comunistas no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1990; REIS FILHO; SÁ (Org.). *Imagens da revolução*; ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Um relato para a História*; ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Petrópolis: Vozes, 1989.

26. RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo, Unesp, 1993.

27. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta 0028, protocolo nº 15/70 da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar.

28. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta 0028, processo Nº 15/70 da Auditoria da 4ª Circunscrição Judiciária Militar.

29. Depoimento de Ricardo Apgaua a Otávio Luiz Machado. Ouro Preto: Laboratório de Pesquisa Histórica da Ufop/Projeto *A Corrente Revolucionária de Minas Gerais, 2004.* Disponível em: <http://sejarealistapecaoimpossivel.blogspot.com/2007/07/depoimento-de-ricardo--apgaua.html>. em: Acesso em: 1 jul. 2015.

30. Acervo APM, Fundo Dops/MG, sentença do Grupo Colina, rolo 1, pasta 15. Data: abr.1969 – mar. 1975. Título: Comando de Libertação Nacional (Colina).

31. Entrevista de Maria José de Carvalho Nahas concedida em 11/01/2003 a Isabel Cristina Leite. Retirado de LEITE, Isabel Cristina. Radicalização política frente ao regime militar em Belo Horizonte: Grupo Colina (1967-1969). *Revista História Hoje*: Revista Eletrônica de História. v. 3, n. 8, dez. 2005. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistahistoria/view?ID_REVISTA_HISTORIA=8>. Acesso em: 7 jul. 2015.

32. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento “Pontos para Análise e Discussão sobre o Movimento Estudantil, seu papel e perspectiva”, rolo 003, pasta 16, jun. 1968 – ago. 1968.

33. Jornal *Piquete*, ano 3, n. 92, 93, 94, 1968. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 – out. 1968. Título: Colina - Material recolhido.

34. Palavra usualmente empregada pelos militantes da esquerda armada para designar os locais em que viviam em clandestinidade.

35. REIS FILHO; SÁ (Org.). *Imagens da revolução*, p. 134.

36. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento *Guerra Revolucionária, Guerrilha Urbana*, rolo 2, pasta 16. Data jul. 1967 - out. 1968. Título: Colina – Material recolhido.

37. VIANNA, Martha. *Uma tempestade como a sua memória*: a história de Lia, Maria do Carmo. Rio de Janeiro: Record, 2003. p. 75-79.

38. Acervo APM, Fundo Dops/MG, Informação n. 041 /SGD/ Dops-MG/75, rolo 001,pasta 15. Data: abr. 1969 – mar. 1975. Comando de Libertação Nacional.

39. Jornal *Piquete*, ano 3, n. 93. 1968. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 2, pasta 16. Data: jul. 1967 – out. 1968. Colina: material recolhido.

40. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 1, pasta 15. Data: abr.1969 – mar. 1975. Título: Comando de Libertação Nacional (Colina).

41. Acervo APM, Fundo Dops/MG, Informação n. 041 /SGD/ Dops-MG/75, rolo 001, pasta 15. Data: abr. 1969 – mar. 1975. Comando de Libertação Nacional.

42. A respeito do termo expropriação como instrumento de ação política, utilizado pelos grupos guerrilheiros urbanos no Brasil, consultar BOTOSSO, Marcelo. A violência revolucionária: a distinção entre o campo do político e o campo do delito. *Caminhos da História*, Unimontes, v. 7, p. 85-95, 2002.

43. Os registros dessas ações podem ser verificados nos Inquéritos Policiais do acervo do Dops-MG, disponível no Arquivo Público Mineiro.

44. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta 0029. Data: maio 1969 - maio 1969. Corrente Revolucionária de Minas Gerais – Assalto à Drogaria São Felix.

45. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta 0030. Data: maio 1969 - jun. 1969. Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

46. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pasta: 0032. Data: maio 1969 - jun. 1969. Corrente Revolucionária de Minas Gerais.

47. RIBEIRO. *A subida do Monte Purgatório,* p. 20.

48. ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Um relato para a História,* p. 31.

49. LEITE. Radicalização política frente ao regime militar em Belo Horizonte.

50. Acervo APM, Fundo Dops/MG, documento “Informe Nacional”, rolo 2, pasta 16, subpasta 13.

51. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-314-13-marco-1967-366980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 7 jul. 2015.
52. Acervo APM, Fundo Dops/MG, rolo 003, pastas 0028, 0029, 0030, 0031, 0032.

53. Disponível em: <http://bnmdigital.mpf.mp.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=DOC_BNM&pesq=Manoel+Alfredo+Camar%C3%A3o+de+Albuquerque>. Acesso em: 7 jul. 2015.

54. VITRAL. *Corrente Revolucionária de Minas Gerais*, p. 121.

55. REIS FILHO; SÁ (Org.). *Imagens da revolução*; ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Um relato para a História*, p. 93-94; GORENDER. *Combate nas trevas*, p. 97-99 e 112-113; RIDENTI. *O fantasma da revolução brasileira*, p. 57.

56. SARLO, Beatriz. *Tempo passado:* cultura da memória e guinada subjetiva. Trad. Rosa Freire d' Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

**Anna Flávia Arruda Lanna Barreto** tem pós-doutorado em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e é pesquisadora do *Projeto República: núcleo de pesquisa, documentação e memória*, da mesma universidade. É também professora adjunta do Centro Universitário UNA. E-mail: annaflav@prof.una.br

Justiça Eleitoral

**ESTADO DE MINAS GERAIS**

50 zona eleitoral Itabira
(Municipio)

Modêlo 9 A

Documento pertencente ao arquivo da Secretaria do **Tribunal Regional**

## NOTAS PARA SEREM FEITAS NO CARTORIO

Qualificação: Requerida — 22 de Fevereiro de 1933
(«ex-officio» ou requerida?) — Data do despacho da qualificação.

O requerimento de inscrição recebeu o n. 446 e deu entrada no cartorio da sede da 50 zona eleitoral, em 22 de Fevereiro de 1933

**Filiação**
David Simões dos Santos
(nome do pai)
Anna Alves
(nome da mãe)

Lugar do nascimento Itabira
(municipio, distrito ou vila e Estado)

Residencia habitual Fabrica Morro d'Agua Santa

(Rua, n., apartamento ou andar n., ou si não houver nomenclatura e numeração : — na propriedade denominada.....lugar conhecido por.....)

| Notas cromaticas | | Defeitos fisicos ou sinais particulares do inscrito |
|---|---|---|
| Côr | da cutis | |
| | do cabelo | |
| | do bigode | |
| | da barba | |
| | dos olhos | |

Havendo decorrido o prazo legal (art. 43 do Codigo Eleitoral), sem impugnação, rêmeta-se ao Tribunal Regional, para resolver sobre a expedição do titulo (1ª via), e afim de que possam ser feitos os registros convenientes.

50ª zona eleitoral, em 7 de Abril de 193 5

Christiano P. Duarte

Juiz eleitoral vitalicio (art. 30 do C. E.)

Revista do Arquivo Público Mineiro | Ensaio

Liana Maria Reis

# Da África negra para um solo de ouro

A exploração aurífera conduziu à Capitania das Minas Gerais um contingente de africanos escravizados que trouxe das regiões de origem elementos de sua cultura material, que se fixaram ao longo de um penoso processo de adaptação como marcas de uma sociedade multiétnica e pluricultural.

> Discorrer sobre a História dos africanos – em sua grande maioria negros – na capitania mineira no século XVIII constitui o objetivo deste artigo. Tarefa ousada que implica riscos e desafios para quem envereda pelos tortuosos, perigosos e montanhosos caminhos das Minas Gerais setecentistas.

Impossível falar sobre africanos no Brasil e nas Minas Gerais sem abordá-los em sua origem, na África. Por isto, tornam-se necessárias algumas incursões no continente natal, onde os africanos possuíam uma cultura característica e seus códigos de valores, que trouxeram para o outro lado do Atlântico como bagagem imaterial, já que não poderiam trazer nos "tumbeiros"[1] nenhum pertence pessoal. Assim, todo conhecimento adquirido em África teve de ser adaptado à nova realidade colonial.

As terras centrais de Minas, ricas em ouro, foram descobertas no último quartel do século XVII. Para a capitania mineira, criada oficialmente em 1720, vieram como escravos – no período compreendido entre a descoberta das minas até a metade do século XIX – indivíduos de aproximadamente 120 etnias procedentes de inúmeras tribos e povos[2] que habitavam diversas regiões do continente africano. Entre as mais conhecidas dessas nações – como aparecem na documentação oficial – estão os cobus, os congos, os cabindas, os benguelas, os angolas e os sudaneses. Essa mistura histórico-cultural e étnica deu origem a diversas tonalidades de cor da pele e a inúmeras formas de resistência à escravidão. Também suscitou, por um lado, o surgimento e a propagação da resistência dos africanos, ainda em África e, por outro, induziu os colonizadores portugueses a aumentar o controle sobre eles. Ademais, a característica evidente da cor, além de facilitar a identificação dos africanos escravizados entre os demais indivíduos que povoaram a América portuguesa, garantiu a permanência de um dos componentes mais perversos da colonização: o preconceito racial.

## A diáspora africana

Alguns autores registram estimativas diferentes da população escrava na América Portuguesa. No período entre 1716-1717, Russel-Wood[3] informa existirem 27.909 escravos nas colônias, enquanto para Herbert S. Klein[4] essa cifra chegava a 33.000 em 1717. Já para as Minas Gerais esses autores apontam outros números que correspondem a dois momentos significativos do crescimento do plantel escravista. No ano de 1735 a população escrava era de 101.607, segundo Russel-Wood e, para o mesmo período, Klein calcula essa população em 100.000 indivíduos. Em 1786, a população escravizada cresce para 174.135 e 174.000 indivíduos, segundo os mesmos autores, respectivamente.

"Negro indolente", "atrevido", "mau" e senhor de escravos "perverso" ou ideologicamente considerado "generoso" eram estereótipos de uso corrente no período colonial. De qualquer maneira, o não branco, ou indivíduo de pele não clara, diferia do "homem", cabendo ao "negro" a pecha de "não homem", assim considerado pelas autoridades repressoras da época. Era o caso, por exemplo, dos capitães do mato, encarregados da captura de escravos fugidos, como aparece em vários documentos setecentistas.[5] Hoje sabemos, cientificamente, que não existem raças humanas. Existe, sim, o ser humano, ou *Homo-sapiens*, espécie de animal primata, bípede, do gênero *Homo*, com iguais características espalhadas por todo o planeta. No entanto, sobre alguns indivíduos ou grupo de indivíduos da mesma espécie é socialmente exercida a ideologia racial, determinada historicamente.

Vale lembrar que a escravidão (relação social de propriedade de um individuo sobre o outro ou outros) deve ser entendida "como uma morte social".[6] Para os africanos escravizados era necessário recriar na colônia elementos, mesmo que frágeis, temporários ou até provisórios, de suas culturas originais, que lhes permitissem adaptar-se e se moverem no novo e adverso

ambiente sociocultural. A coartação,[7] por exemplo, já existente na África antes do século XVIII, permaneceu na colônia, como também a existência de escravos proprietários de outros escravos como no Sudão.[8] As especificidades históricas da região das Minas e as atividades econômicas nela desenvolvidas, em especial a mineradora, fizeram surgir e crescer uma grande população de escravos e libertos, inseridos em uma sociedade pautada pela violência e na qual se gestara uma economia plural, mineradora e agrária.

Africanos oriundos de diversas regiões do continente de origem eram agrupados em portos da costa ocidental e embarcados nos tumbeiros para as Américas. A Ilha Goré era a última parada no litoral Atlântico e proporcionava a derradeira visão dos africanos da sua terra natal. Os cativos eram embarcados, também, para o Oriente e a Europa. Entre oito a seis milhões de indivíduos, aproximadamente, foram trazidos da África entre os séculos XVI e XIX.[9] Entre os povos da Costa do Golfo da Guiné e os povos da Costa dos Escravos, no litoral Ocidental Atlântico, que cederam contingentes de escravos para esses embarques, figuram principalmente ambundos, angolas, bantos em geral, benguelas, cabindas, cacondas, congoleses ou congos, daomeanos, gingas, jejes, mandingas, macuas e os negros-mina.[10]

## O braço africano

Seria enganoso pensar que ao exercer qualquer atividade no cativeiro o escravo usasse apenas ou exclusivamente a força física. Qualquer ser humano usa suas capacidades intelectuais até para exercer tarefas as mais simples e manuais. Os africanos usaram sua força física, mas também seu intelecto, onde estavam armazenados saberes aprendidos aqui, mas também saberes trazidos de sua terra natal. Sendo assim, é certo afirmar que a contribuição dos africanos para nossa formação sociocultural foi inconteste. As contribuições mais evidentes estão nas manifestações da cultura material – mão de obra empregada nas construções aqui edificadas como igrejas, fortes e casarões ou nos ofícios dedicados à fabricação de objetos mais delicados como esculturas, imagens de santos barrocos, joias, cestos de palha. Mão de obra negra foi largamente empregada nas técnicas de mineração – bateia, mesas e carumbés, usados ao término da lavagem do minério – e de siderurgia – técnica de cadinho. Os africanos trouxeram também palavras e termos das línguas africanas, que ainda hoje estão presentes no vocabulário de uso corrente no português falado no Brasil – angu, batuque, cacimba, cafuné, dengo, jagunço, quilombo.[11] Na culinária, podem-se citar temperos, vegetais e iguarias trazidos da África que estão presentes na mesa dos brasileiros desde o período colonial, como o dendê e a pimenta, o angu e o quiabo. A herança cultural africana se faz sentir ainda nas danças, ritmos e nos folguedos profanos – o carnaval –, ou ainda nas manifestações de caráter religioso como o reisado e o candomblé. Essas manifestações realçam a importância do estudo da cultura material dos negros no Brasil, que possibilita conhecer e resgatar as condições de trabalho e de vida desses povos, comunidade ou sociedades. Permite também estabelecer a margem existente entre as necessidades dos indivíduos e sua satisfação dentro de uma dada sociedade.[12]

O sistema escravista no Brasil estruturou-se de forma a manter milhares de homens e mulheres submetidos à vontade de seus senhores. A ideologia escravista baseada no processo de reificação[13] – operação ideológica que consiste em considerar o cativo como coisa – tornava o escravo uma mercadoria com um preço no mercado, recaindo sobre ele um intenso controle social e uma grande dose de violência. Senhores, Igreja e Estado, cada qual em sua esfera de poder, contribuíram concomitantemente para preservar a escravidão, por meio de castigos físicos, exercício de paternalismo, inoculação de valores cristãos (ideias de humildade, docilidade e obediência), emprego de legislação repressiva

(perseguição nas fugas, prisão, punição por açoite ou enforcamento em lugares públicos). Condições hostis que não impediram, no entanto, que o escravo manifestasse todo o tempo sua humanidade, seja de forma violenta: fugindo, apropriando-se de terras para constituir quilombos, assassinando senhores, capatazes etc.; seja por meio de inúmeros expedientes de resistência passiva.

A mudança da rota de apreensão de negros em África – do Golfo da Guiné para a Costa da Mina, ambos na Costa Ocidental do Atlântico – resultou numa disputa pelo comércio de braços no continente africano durante o século XVIII. Provavelmente, essa mudança de direção do tráfico do Norte (Costa dos Escravos) para Angola, ambos no litoral Atlântico, deveu-se a circunstâncias internas daquele continente. Os africanos trazidos para a capitania mineira exerceram várias atividades, desde as minerárias – base da economia local – até as agrícolas, comerciais, os serviços domésticos e outras da mais variada natureza como as de carregadores, pajens, guardas pessoais e quaisquer outras tarefas a serviço de seus senhores.

## O papel da mulher no escravismo

As mulheres – inicialmente alocadas apenas no serviço doméstico, no comércio e, secundariamente, nas lavras de ouro das Minas Gerais – adquiriam, a partir dessa realocação, preço mais elevado no mercado de escravos, por terem se transformado em "amuletos da sorte" para os mineradores.

A proporção de dois homens para cada mulher era a regra no tráfico negreiro no século XV e pode ser explicada, parcialmente, devido a que as tarefas coloniais exigiam maior força física. Cabe lembrar aqui a importância atribuída às mulheres nas sociedades africanas, onde o poder dos senhores nativos se media pela quantidade de mulheres que possuíssem. O historiador Paul Lovejoy afirma que, assim como os chefes tribais, os senhores que as adquiriam detinham o controle sexual das mulheres africanas. "Os senhores tinham o direito de acesso sexual às mulheres escravas, que se tornavam concubinas ou esposas, dependendo da sociedade".[14]

A mudança da imagem das negras mina no Século do Ouro mineiro se explica pelo fato de que a elas foram atribuídos poderes mágicos para achar ouro – especialmente quando se originavam nos territórios das minas auríferas africanas, Sudão Central e Nigéria. Assim na África como nas Minas Gerais do século XVIII, essas mulheres, além das funções reprodutoras naturais, vão exercer, principalmente, atividades mineralógicas e comerciais, o que fez elevar-se seu preço no mercado de escravos. Valiosas como amuletos nas minas, elas se revelaram também excelentes comerciantes.

De fato, a ideia de empregar mulheres africanas como "amuletos da sorte" era propagandeada pelos traficantes para elevar seu preço no mercado. As habilidades das mulheres em África – reprodutoras naturais, comerciantes, agricultoras, nos serviços domésticos, etc. –, assim como a crescente proporção do sexo feminino nos navios negreiros, podem ter contribuído para o crescimento excedente de mulheres, elevando seu número no tráfico.

O deslocamento do mercado de escravos do Norte da África para a região de Angola resultou em que as mulheres africanas tivessem um aumento de seu preço. Segundo o historiador Joseph Ki-zero, as mulheres exerciam papel de destaque nas sociedades em África. Para esse historiador africano, "a partir do fim do século XVI, a África Negra (abaixo do Grande Deserto – Saara) vai conhecer um desenvolvimento simultâneo de todas as suas regiões, do ponto de vista econômico, político e cultural".[15]

Na Capitania das Minas Gerais durante o Século do Ouro, para ter sorte na mineração, o minerador

Escravo é castigado publicamente no campo de Sant'Ana, Rio de Janeiro. Gravura de Johann Moritz Rugendas (1802-1858). Biblioteca Nacional - Fotos-ARM (94) – Iconografia.

deveria possuir uma "negra mina". Ademais, as mulheres eram também usadas como prostitutas, benzedeiras e feiticeiras, como afirma Emanuel Araújo.[16] Cumpre lembrar, ainda, a conhecida fama dos escravos calundus, fossem mulheres ou homens. Segundo Laura de Mello e Souza, os calundus eram uma forma de expressão dos negros escravos no Brasil.[17]

## Africanos, crioulos e mestiços

Se os escravos africanos ou os crioulos (escravos nascidos no Brasil) eram considerados inferiores comparados aos brancos, os primeiros eram menos favorecidos que os segundos na ordem de precedência para a obtenção de alforria. Ou seja, os nascidos em África eram preteridos frente aos crioulos, tendo de pagar por sua carta de

Anúncio de recompensa pela captura de escravo fugido. 1841. Arquivo Público Mineiro. Fundo Presidência da Província. PP 1/12 Cx. 01.

alforria preço superior ao desses últimos. Os escravos africanos tinham, portanto, maior dificuldade para garantir direitos e privilégios que seus congêneres nascidos no Brasil.[18]

Escravos do contingente de africanos na Capitania das Minas Gerais cometeram inúmeros tipos de delitos, sejam crimes contra o Estado, contra ordem pública, contra propriedade ou contra pessoa. Provavelmente, por serem africanos e dispondo, por isso, de menores oportunidades de se tornarem livres, esses escravos estavam mais predispostos à criminalidade, praticando crimes em maior número e mais violentos que os crioulos.[19]

Como exemplo disso, veja-se a seguir um documento de época, no qual a imagem dos africanos era de gente bárbara, sobre os quais era necessário apelar sistematicamente para a repressão. Trata-se de carta de um morador das Minas escrita no século XVIII e destinada ao rei de Portugal. O missivista expressa, de forma clara, a imagem que os senhores brancos construíram sobre os escravos, fossem eles negros africanos, crioulos ou mestiços, e que corroborava a ideologia escravista dos letrados e religiosos do início da colonização da América portuguesa. A imagem negativa construída do negro africano – porque bárbaro – como naturalmente inclinado ao crime e à maldade, além de vingativo, foi transferida também para o elemento miscigenado, que seria portador desses mesmos defeitos.

> [...] os moradores das Minas Gerais como leais e obedientes vassalos [estariam dispostos a atender a convocação de Sua Majestade, porém temerosos do]... risco em que deixam suas mulheres, e filhas nas mãos do inimigo mais pernicioso, porque sendo estas minas só cultivadas com gente preta bárbara de África, e Guiné que todos moradores possuem uns mais e outros menos conforme suas posses com a sujeição de cativos pelos comprarem "*(sic)*" naquela região por dinheiro, e estando as mesmas minas tão abastadas destes bárbaros, ainda que mestiços, a força de temor e inclinados só a fazerem mal e matarem os brancos, que julgam capitães inimigos, pelos privar da liberdade, e contando-se para cada um branco mais de 100 etíopes, que como bárbaros impelidos da sua natural fereza...[20]

Vemos pela leitura do documento que o contingente de negros escravos era numericamente superior ao de brancos e que esses indivíduos, por sua natureza selvagem, representavam constante ameaça à vida e ao patrimônio dos colonizadores.

Em África prevaleciam estruturas sociais tribais que tinham por base a subordinação direta dos membros das tribos a seus chefes. Essas estruturas eram mais ou menos complexas em função do tamanho das populações. Quanto maior a população, maior era o seu grau de complexidade. Se muito grande, a autoridade

Livro para matrícula e registro de esquadras dos capitães do mato, 1788. Arquivo Público Mineiro. Fundo Câmara Municipal de Sabará. CMS-081.

Lista dos Officiaes e Soldados de que se compoem a Esquadra dos Cavadores do Matto do Destricto da Barra desta Real Villa do Sabará a qual he Capitão Comandante Gregorio Luiz da Silva

Com.m Ass.n da Esquadra Mauricio Bezerra da Silva

Cabos = José dos Reis
Luiz de Souza

Soldados

Clemente da Silva
Antonio Neves
Manoel Teixeyra
Antonio Cardoso
Gonçalo Bezerra
João de Souza
[illegible]

se transmitia pela constituição de camadas de poder: família, clã, tribo, nação, elites, parentes das elites, Estado, burocracia estatal e exército.

Uma vez chegado à América portuguesa, o africano inventou – como forma de aculturação – o conceito de "parente de nação". Segundo João José Reis, a expressão teria sido inventada pelo africano no Brasil, demonstrando a necessidade e a "intensidade com que os escravos produziam parentescos simbólicos e fictícios" revelando o "grande impacto do cativeiro sobre homens e mulheres vindos de sociedades baseadas em estruturas de parentesco complexas", incluindo a importância do culto aos ancestrais.[21]

## Senhores e escravos em África

A escravidão, preexistente no continente africano, era estabelecida de acordo com cada região. Além da guerra, pela qual os prisioneiros eram escravizados, o cativeiro poderia justificar-se por meio de procedimentos judiciais e religiosos, responsáveis por episódios de escravização, tal como a escravidão como punição judicial – no caso de roubo, assassinatos, adultério e bruxaria – até a escravização voluntária, essa em menor número. Era comum que, em vez de aprisionar membros da própria tribo, os chefes tribais encaminhassem membros de tribos adversárias para o tráfico negreiro.

Cada vez mais a escravidão foi se tornando hegemônica nas sociedades africanas, de norte a sul do continente, desde o século XV, com a intensificação do tráfico transatlântico e das relações com mundo mulçumano. Cabe afirmar o predomínio do modo de produção de linhagem, por meio da distinção etária e sexual – como nos grandes reinos de Angola e do Congo – após o século XIV. Nesse período, segundo a tradição islâmica, escravos foram empregados em cargos administrativos nos reinos citados.[22]

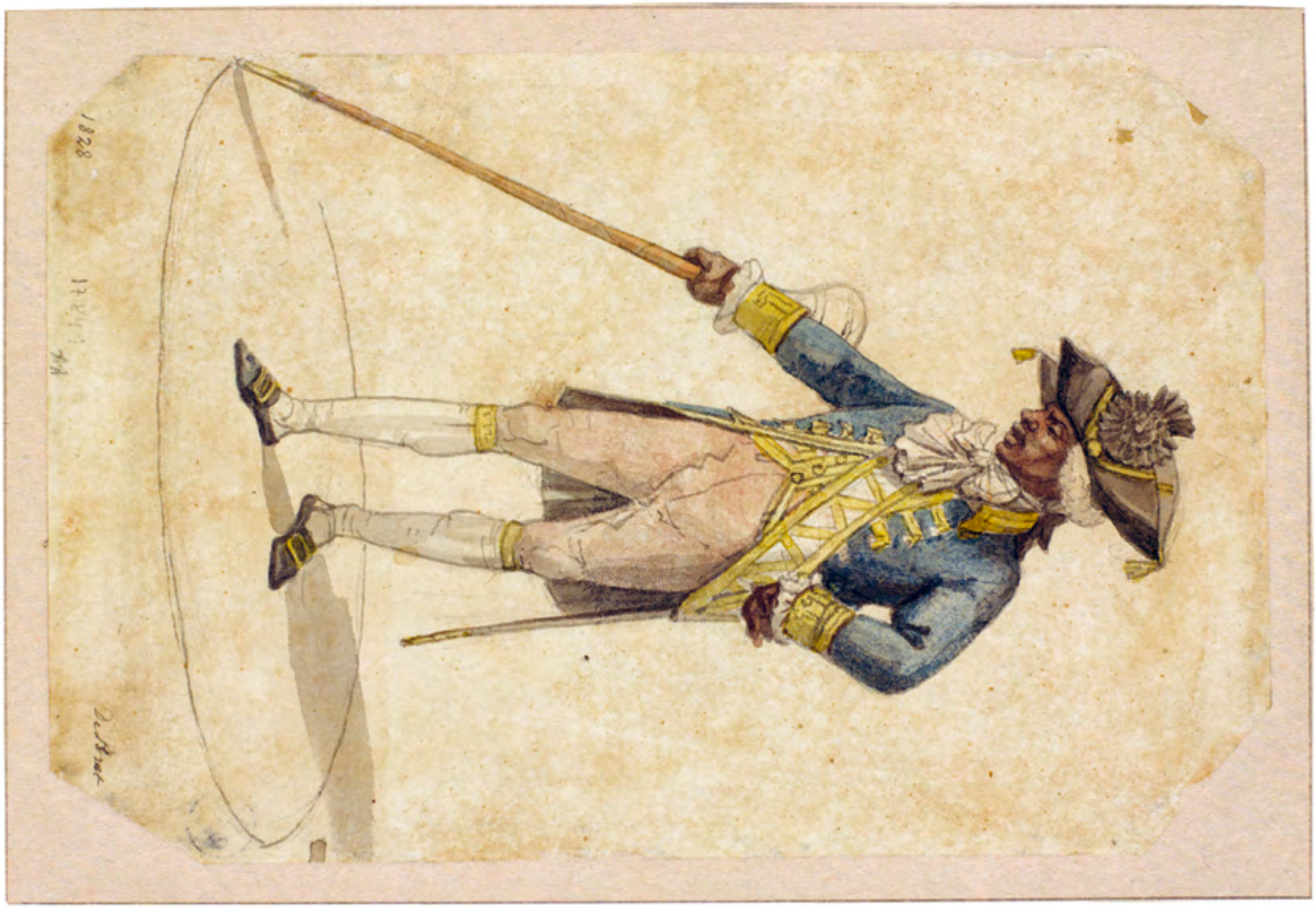
Entre os séculos XV-XVIII o crescimento da escravidão – mesmo onde o fenômeno era marginal – coexistiu com a escravidão de linhagem, ou doméstica, também chamada patriarcal, aumentando as formas históricas de escravização. Esse incremento requereu instrumentos institucionalizados em nível de poder e, nesse sentido, a fragmentação política africana resultou em novas demandas de escravos. Cumpre lembrar que, na África, a escravidão patriarcal, autóctone, não era menos violenta que a escravidão na Idade Moderna.

O tráfico negreiro para as Américas – incluindo a América portuguesa – durou quase quatro séculos: do século XV ao XIX. Os escravos que chegaram ao Brasil a partir do século XVI e nas Minas Gerais em finais do século XVII eram, majoritariamente, provenientes de quatro rotas: rota do Golfo da Guiné, rota da Mina, rota de Angola e rota de Moçambique.

## População negra na Capitania das Minas

Inicialmente, os escravos que chegaram à capitania mineira eram originários de várias tribos da costa atlântica, preferencialmente, as populações mais próximas do litoral, tais como os jalofos e os queguéns, do Senegal; os temnes e os mendes, de Serra Leoa; os bassas da Libéria – a antiga Costa das Sementes –, os bérebes, os cuaias e os abures, da Costa do Marfim; zemas e fantis, da Costa do Ouro ou da Mina; ibos e efiques, da Costa do Calabar. Posteriormente, vieram também povos da Nigéria como os iorubás, chamados pelos franceses comunagôs, incluindo as inúmeras tribos – ifés, jabás, haussás de Cano e Cassena, cidades capitais do Norte –, os tapas, também chamados nijer (das margens do rio Nijer); e povos da Costa dos Escravos, da Costa do Ouro – onde se localizava o presídio de São Jorge da Mina, fundado pelos portugueses para defesa e resgate, os da Libéria como os crus e os craós, apelidados pelos europeus crumanos, e os gibis – negros notáveis pelo retinto da cor.[23] Vale

Negro feiticeiro. A manifestação de poderes mágicos costumava conferir status superior ao seu portador, como demonstram suas vestes. Aquarela de Jean-Baptiste Debret (1769- 1848), circa 1828. Biblioteca Nacional. ARC.30-E:g:I-, Iconografia.



Lavage de l'or

FOTOS-ARM. 9.4.1 (32)

(63) 847.5
1994

Negros trabalham na lavagem do ouro na mina de Pasagem (MG). Foto: Marc Ferrez. Acervo iconográfico da Biblioteca Nacional. Loc. original Fotos - ARM.9.4.1(32).

lembrar que os tapas tinham dificuldade para entender a língua portuguesa, sendo-lhes atribuído por isso o apodo "indivíduo tapado" – ou pessoa de pouca inteligência –, significado que vigora até os dias de hoje.

Com base nas estatísticas conhecidas, podemos afirmar que vieram para Minas Gerais, aproximadamente, 120 etnias africanas a partir do início da exploração aurífera. Esses espécimes misturaram-se racialmente com brancos, índios, mestiços e negros, gerando uma variedade de biótipos disseminados, atualmente, em toda a população brasileira. Se constatamos que o "nordestino" difere fisicamente do "gaúcho", devemos também levar em conta a contribuição posterior de outras levas migratórias – especialmente da Europa e da Ásia – para esse caldeamento. Assim, podemos concluir que, de fato, não existe a predominância de um único tipo físico na população do país, ou seja, "um brasileiro típico".

Da mesma forma, não podemos também falar de mineiro típico, pois existem diferenças muito grandes entre o mineiro da região Norte e o mineiro da região aurífera original. Entretanto, caso seja possível falar em uma característica mental definidora do mineiro típico, esse é o que provém da região Central do território, em que se localizavam as minas de ouro descobertas nos séculos XVII e XVIII.[24]

Os africanos, uma vez chegados ao Brasil, deveriam ser catequisados na fé católica, ou seja, no credo do colonizador. Esse processo de cristianização pela via do catolicismo se iniciava ainda no continente africano. Logo que embarcavam nos "tumbeiros", os escravos eram batizados segundo o rito católico, religião oficial do Estado português. Nas propriedades em que iam trabalhar, os escravos eram ensinados a pedir bênção ao seu senhor todos os dias antes de deitar. Essa prática era importante para disciplinar os recém-chegados, ou seja, os escravos boçais, ignorantes da língua e dos costumes vigentes em seu novo hábitat.

Esses diferenciavam-se dos escravos ladinos, status reservado aos negros africanos já aculturados, que conheciam a religião, a língua, o trabalho, os hábitos, a cultura, enfim, os costumes da colônia.

Os escravos ladinos sabiam prevalecer-se de seu conhecimento da sociedade e da região em que viviam para melhor influenciar as pessoas e descobrir suas fragilidades a fim de delas tirar proveito, lançando-se em negociações escusas e até mesmo na criminalidade. Essas negociações eram permeadas pelo domínio de conhecimentos adquiridos desde África, tais como o uso de armas brancas – facas e instrumentos cortantes ou perfurantes empregadas no trabalho como tesouras, facões, enxadas etc. – e armas artesanais como as azagaias.[25]

O trabalho doméstico e as tarefas mais leves como o comércio ficavam nas mãos das africanas. As escravas trabalhavam como cozinheiras, doceiras, lavadeiras etc. e como "negras de tabuleiro" – também conhecidas como "negras de ganho"[26] – no meio urbano. Espalhavam-se também pelas várias regiões da capitania mineira – fossem como negras de tabuleiro ou vendedoras fixas – a serviço do comércio de seus senhores.[27]

## Criminalidade e comportamentos transgressores

Africanos e crioulos uniram-se em vários tipos de transgressões e crimes como pequenos furtos, roubos e até assassinatos. As autoridades coloniais tinham, portanto, motivos para se preocupar com a aliança entre os africanos e outros escravos. O governador das Minas dom Pedro de Almeida (1717-1721) afirmava os perigos dos laços de parentesco e solidariedade que pudessem existir entre eles. Em documento esclarecedor, essa autoridade afirmava os graves prejuízos que sucediam

> [...] de terem os negros, ou negras escravos ou forros domínio algum sobre outros negros, ou negras e de fazer algum gênero de insubordinação aos proprietários: *a experiência tem mostrado, que nas vilas, e mais partes onde há muitos negros juntos,* se encontram alguns que foram filhos ou partes dos régulos das suas pátrias, que indiferentemente os vendem: *a estes tais tomam quase todos por padrinhos no sacramento do Batismo, e matrimônio por cuja causa lhes* [têm] *subordinação e* Respeito o que redunda em [*sic*] Capatases e Formar Séquito metendo-se pelos matos em quilombos governados por eles: o que tudo é muito pernicioso [*sic*] a paz pública deste governo.[28]

O governador supostamente não conhecia o fato de que em África os escravos eram chamados de filhos e o que temia era o perigo do ajuntamento de negros africanos – forros e escravos, mulheres e homens – celebrando casamentos, batizados, constituindo famílias e formando quilombos entre eles. O casamento, o batismo e os quilombos entre os africanos pressupunham a existência de líderes, ou seja, "figuras de autoridade",[29] o que implicava a obediência aos comandantes pelos africanos insubordinados. Na verdade, o meio urbano facilitava os ajuntamentos que permitiam a subordinação e respeito dos escravos aos chefes quilombolas, o que propiciava a desobediência aos senhores proprietários e às autoridades coloniais.

Na capitania mineira, os africanos – homens e mulheres, escravos ou forros – envolveram-se em várias situações criminosas, conforme farta documentação existente. O *Sumário de Testemunhas* do Museu do Ouro de Sabará registra, no ano de 1742, "a querella que dá Joanna Fagundes pretta forra moradora nesta Villa de Eugenio pretto cabo verde escravo de Joaquim Soares morador na Rossa Grande...".[30] Na casa de morada do juiz ordinário Luiz Lopes de Carvalho Frazão, onde foram perguntadas e inquiridas as testemunhas da querelante sobre o fato ocorrido, que deveriam declinar seus nomes, idades e falar sobre os costumes da região, a primeira testemunha,

> [...] Josepha de Britto pretta forra de nasçam mina moradora na Rua do fogo desta Villa vive de sua agencia de Idade e disse ser de trinta e seis annos testemunha jurada dos santos evangelhos em hum livro delles em que pos sua mão direita e prometeu dizer verdade de que soube e lhe fosse perguntado e de costume dise nada. E perguntada a ela testemunha pello contheudo no auto da querella da querellante Joana Faguntes pretta forra disse que sabe pello ver que estando Ella testemunha hoje lavando na fonte da ilha a Rabalde desta Villa donde costumão levar as lavadeiras Roupas al ouvira gritar a negra Anna de nascam mina escrava de Joanna Fagundes pretta forra e acudindo aos gritos de della varias lavadeiras prettas forras e captivas o fizera Ella testemunha também e logo vira ao negro Eugenio de nascam mina official de sapateiro escravo digo de nasçam cabo verde officio de sapateiro escravo de Joaquim (*sic*) morador na rossa grande junto da dita negra Anna e Ella queichando se de que o dito negro lhe dera huma grande facada com huma faca de ponta a que ferida vio ela testemunha vazando se em muito sangue com couro carne cortada na perna direita por cima do joelho e lhe diserão logo na mesma ocasião as lavadeiras que na dita paragem acharão que o dito negro lhe dera de propósito a cazo pensado...[31]

## Conclusão

Os africanos que vieram para as Minas Gerais no Século do Ouro tiveram de adaptar-se a uma nova e desconhecida realidade. Constituíam a força de trabalho compulsória da mineração, principal atividade econômica

V. Severino
BRAZIL
PHOTOGRAPHO

Guarda de congado paramentada com adornos de catopês (índios) na festa de Nossa Senhora do Rosário em Uberaba (MG). 1889. Arquivo Público Mineiro. Coleção Municípios Mineiros. MM-303.

em uma região que experimentava forte processo de expansão urbana. Ainda assim, foram capazes de criar laços afetivos, sociais e econômicos que lhes permitiram construir mecanismos de sobrevivência, legítimos ou delituosos. Em suas lutas de resistência, africanos e seus descendentes brasileiros envolveram-se em episódios tais como a constituição de quilombos, revoltas, crimes e outras formas de enfrentamento das estruturas de dominação do colonizador português, fossem senhores ou autoridades régias.

Desenvolveram também estratégias de adaptação com as quais foram capazes de tirar partido das condições adversas do regime escravocrata. Entre essas podem ser citadas a celebração, pelas mulheres, de uniões afetivas, relacionamentos amorosos informais – nem sempre isentos de conflitos – fosse com outros escravos ou negros forros, fosse até mesmo com seus senhores, dos quais procuraram extrair vantagens para si e para sua prole. As manifestações culturais também indicavam outra prática de resistência dos negros: as danças, o culto aos orixás, a comida, a capoeira eram também formas de preservar vínculos e costumes de origem africana.

A par dos métodos violentos de resistência – queimadas de lavouras, emboscadas a feitores e senhores, fugas para os quilombos – não pode ser descartado o recurso aos tribunais, mais comum entre forros e coartados, mas possível também aos cativos.[32] Certo é que os africanos tiveram um campo aberto de possibilidades históricas que, embora limitadas pela severidade do cativeiro, permitiu-lhe criar novas formas de sobrevivência no continente americano.

Resta aos historiadores debruçar-se sobre as fontes documentais empoeiradas, que ainda sobrevivem nos arquivos mineiros e que informam boa parte das vivências dos africanos nas montanhas e terras de Minas. A importância de resgatar a história e as tradições africanas no Brasil é hoje plenamente reconhecida, como admite o brilhante africanólogo Alberto da Costa e Silva, a quem parafraseamos: "Sem a África o Brasil não existiria".[33] Portanto, se o Brasil não existisse, Minas Gerais também não, já que Minas está inserida na América portuguesa, na qual os africanos foram fator decisivo na constituição de nossa sociedade. Assim, podemos afirmar que nossa história apresenta aspectos importantes das sociedades da África e que várias configurações sócio-históricas africanas viajaram com os escravos nos tumbeiros e se reproduziram na capitania mineira.

**RESUMO | Da África negra para um solo de ouro**

A história mineira tem ligações umbilicais com a história africana em inúmeros aspectos, sejam econômicos, políticos, socioculturais e ideológicos. A afirmação dos povos africanos em Minas se manifestou por meio das lutas de resistência ativa ou adaptativa, tais como a constituição de uniões de apoio mútuo, de irmandades devotas e nas práticas de sincretismos religiosos, além de inúmeras outras estratégias de sobrevivência. Este artigo visou contribuir para esse resgate histórico, pretendendo também exercer uma função pedagógica. Além disso, procurou evidenciar o caráter ideológico das abordagens históricas, contribuindo assim para uma interpelação mais abrangente do fenômeno estudado, como cabe aos historiadores comprometidos com uma História mais próxima da realidade.

***ABSTRACT* | From black Africa to a golden ground**

The history of Minas Gerais is closely linked to that of Africa in a number of ways - economic, political, social-cultural, and ideological. African peoples in Minas Gerais made themselves known through active or adaptive resistance struggles, such as the establishment of mutual support groups, of religious brotherhoods, through the practice of syncretic religions, as well as many other survival strategies. This article seeks to contribute to this historical record, as well as to have a pedagogical function. Moreover, it seeks to illustrate the ideological character of historical approaches, thus contributing to a broader interpretation of the phenomenon studied, one appropriate for historians committed to history that is closer to reality.

**Notas |**

1. Navios negreiros de pequeno porte que faziam o tráfico de escravos para o Brasil. As condições eram tão precárias que grande parte da carga (30% a 40%) morria durante a viagem. HOUAISS, Instituto. *Dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007. p. 2784.

2. SCISÍNIO, Alaôr Eduardo. *Dicionário da escravidão*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 1997. p.146-150.

3. RUSSEL-WOOD, John R. *The Black Man in slavery and freedom in colonial Brasil*. Oxford: The Macmilian Press, 1982. p. 110.

4. KLEIN, Herbert S. *Escravidão africana*: América Latina e Caribe. São Paulo: Brasiliense, 1987.

5. GUIMARÃES, Carlos Magno. *A negação da ordem escravista*: quilombos em Minas Gerais no século XVIII. São Paulo: Icone, 1988.

6. Sobre a escravidão na África, ver LOVEJOY, Paul E. *A escravidão na África*: uma história de suas transformações, Tradução de Regina A. R. F. Bhering e Luiz Guilherme B. Chaves, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

7. Acordo entre senhor e escravo que definia o preço a ser pago por esse ao longo de um tempo previamente definido. A coartação seria, então, uma espécie de compra da alforria a prestações. Entre outros autores, ver: SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*: aspectos da história de Minas no século XVIII. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p 151-174.

8. Sobre a história do Sudão Ocidental, ver: KI-ZERBO, Josef. *História da África Negra*: Publicações Europa-América. Sintra (PT). 1999. v. 1, p. 163-242.

9. LOVEJOY. *A escravidão na África*, p. 89-115.

10. SCISÍNIO. *Dicionário da escravidão*, p. 146-150.

11. NOSSA LÍNGUA – seu canal de língua portuguesa - palavras de origem africana. Disponível em: <http://www.nossalingua.net.br/curiosidades/379/palavras-de-origem-africana>. Acesso em: 31 ago. 2015.

12. PESEZ, Jean-Marie. História da cultura material. In: LE GOFF, Jacques. *A história nova*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 210-211.

13. Conceito elaborado por Karl Marx e retomado por George Lukács segundo o qual as atividades materiais e a subjetividade humanas estão submetidas ao caráter inanimado e quantitativo dos objetos-mercadoria. LUKACS, Georg. *História e consciência de classe*: estudos sobre a dialética marxista. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012. (Biblioteca do Pensamento Moderno)

14. LOVEJOY. *A escravidão na África*, p 35.

15. KI-ZERBO. *História da África Negra*. Segundo o historiador, "As mulheres constituíam uma categoria particularmente oprimida. Na verdade, a mulher africana era por vezes uma trabalhadora e uma produtora de trabalhadores suplementares no campo de um polígamo. Constituía por vezes um bem de permuta, servindo, pela sua aquisição pelo casamento, para consolidar as relações sociais". (p. 225.)

16. ARAÚJO, Emanuel, *O teatro dos vícios*: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993.

17. APM, Seção Colonial, cód. 218, F.191.192 e 193. Os documentos aqui utilizados pertencem aos acervos do Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte) e do Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).

18. PAIVA, Eduardo França. *Escravidão e universo cultural na colônia*: Minas Gerais 1716-1785. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. O autor afirma que na Comarca de Sabará um maior número de alforrias gratuitas foi destinado aos crioulos, ao passo que as coartações foram muito mais acertadas com os africanos, que tinham, portanto, de pagar por sua libertação. (p. 181.)

19. Sobre o tema, ver REIS, Liana Maria. *Crimes e escravos na capitania de todos os negros*. São Paulo: Hucitec, 2008. p. 274; e REIS, Liana Maria. Criminalidade escrava nas Minas Gerais. In: RESENDE, Maria Efigênia; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais*: as Minas setecentistas. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. p. 477-504.

20. APM, cód. 218, f. 191-v., 192v., 193. Os documentos aqui utilizados pertencem ao acervo do Arquivo Público Mineiro, Seção Colonial (Belo Horizonte), e ao Arquivo Histórico Ultramarino (Lisboa).

21. Sobre o assunto, ver: REIS, João José. *A morte é uma festa*: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil no século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991. p. 55.

22. KI-ZERBO. *História da África Negra*, p. 129-158.

23. Para saber mais ver SCISÍNIO. *Dicionário da escravidão*, p 146-150

24. REIS, Liana Maria. Op cit. 2003. p 219-232. Ver também LIMA, Alceu Amoroso. *Voz de Minas*. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.

25. "Espécie de lança de arremesso usada por certos povos africanos." LOPES, Nei. *Enciclopédia brasileira da Diáspora africana*. São Paulo: Selo Negro, 2004. p. 84.

26. "Os negros e as negras chamados de ganho no Brasil serviram para tudo: vender azeite de carrapato, bolo, cuscuz, banana, carregar fardos, transportar água do chafariz às casas dos pobres – trazendo de tarde os proventos para o senhor..." MOURA, Clóvis Steiger de Assis. *Dicionário da escravidão negra no Brasil*. São Paulo: Edusp, 2005. p. 328.

27. As negras de tabuleiro constituíam, de fato, uma categoria profissional típica do meio urbano da época e tanto podiam ser escravas (crioulas ou africanas) quanto libertas ou livres. REIS, Liana Maria. Negras de tabuleiro. In: ROMEIRO, Adriana; BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário Histórico das Minas Gerais.* Período Colonial. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p 287-288. Ver também FIGUEIREDO, Luciano. Mulheres nas Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del (Org.). *História das mulheres do Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. p. 141-188.

28. APM. Câmara Municipal de Ouro Preto, 06.f.16-18. CMOP. Os grifos são meus.

29. REIS. *A morte é uma festa*, p. 55.

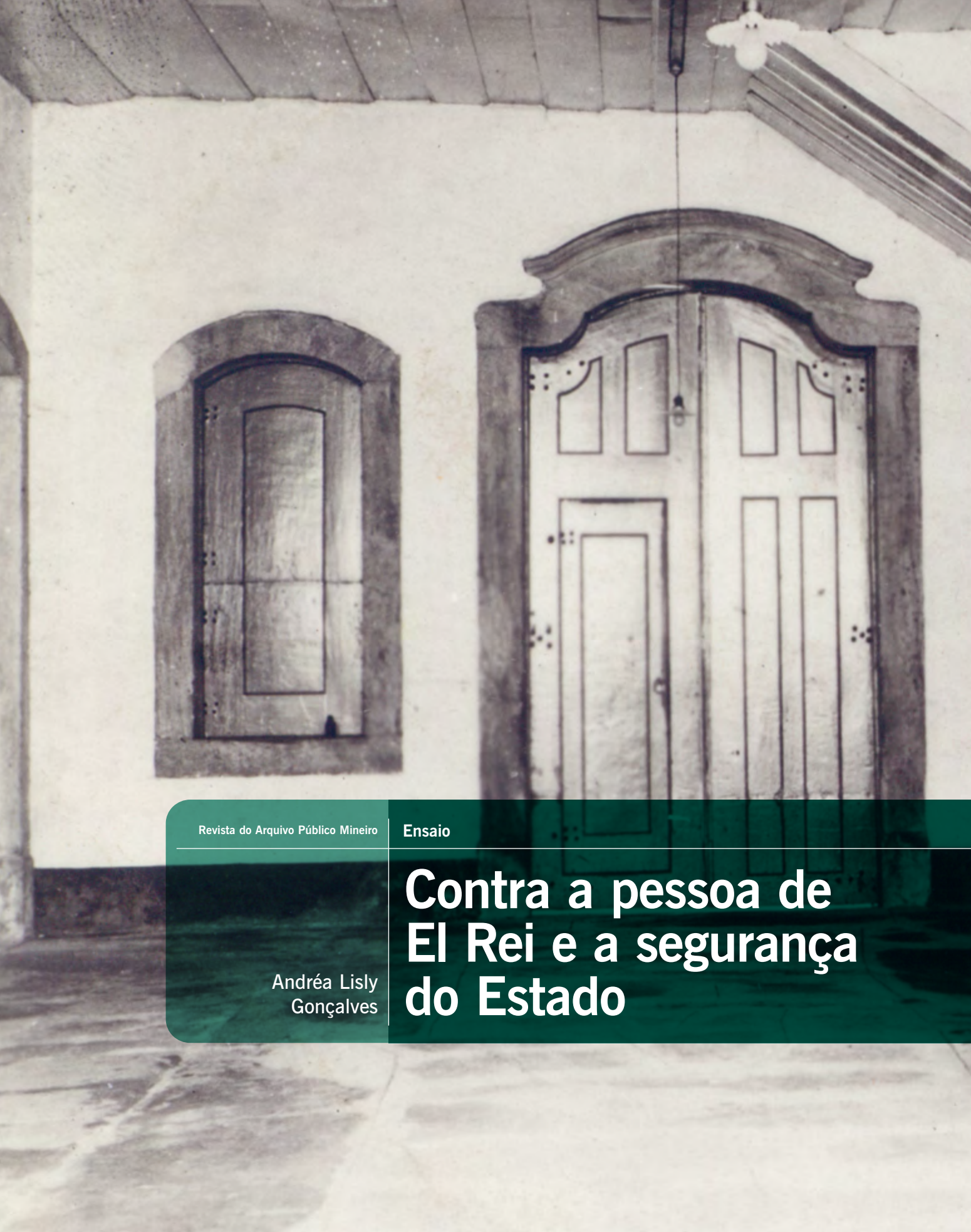
30. Museu do Ouro, Livro de Autos, Sumário de testemunhas, 1739, p. 45 e seguintes.

31. Museu do Ouro, Livro de Autos, Sumário de testemunhas, 1739, p. 45 e seguintes.

32. "Embora a Justiça não fosse acessível a todos os libertos, o trânsito direto a ela fazia diferença para ex-escravos que viveram em uma sociedade que lhes negava quase todos os direitos. Os que ainda estavam submetidos à condição de escravos também recorriam às instâncias jurídicas a fim de formular suas reivindicações." DIÓRIO, Renata Romualdo. Escravos, libertos e a Justiça dos brancos. *Revista do Arquivo Público Mineiro,* ano LI, n. 1, p. 122-135, jan.-jun. 2015,.

33. O autor, ex-embaixador do Brasil na Nigéria, escreveu importantes obras que resgatam a história da África em vários períodos, entre os quais citamos SILVA, Alberto da Costa e. *A enxada e a lança.* Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1992. SILVA, Alberto da Costa e. *A manilha e o libambo*: a África e a escravidão de 1500 a 1700. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2002. SILVA, Alberto da Costa e. *Um rio chamado Atlântico*: a África no Brasil e o Brasil na África. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2003.

**Liana Maria Reis** é doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), mestre em Relações Sociais de Dominação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), especialista em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), onde leciona nos cursos de graduação e pós-graduação, sendo também professora e coordenadora das áreas de Brasil e Minas Gerais nessa universidade. Autora dos livros *Crimes e escravos na capitania de todos os negros – Minas Gerais, 1720-1800* (São Paulo, Hucitec, 2008), *Capitania de Minas Gerais em documentos – economia, política e sociedade* (Belo Horizonte, C/ Arte, 2012) e coautora do *Dicionário Histórico Brasil Colônia Império* (Belo Horizonte, Autêntica, 2008) Colaborou também com capítulos em livros e artigos para revistas especializadas no Brasil e no exterior. E-mail: lianamreis@yahoo.com.br

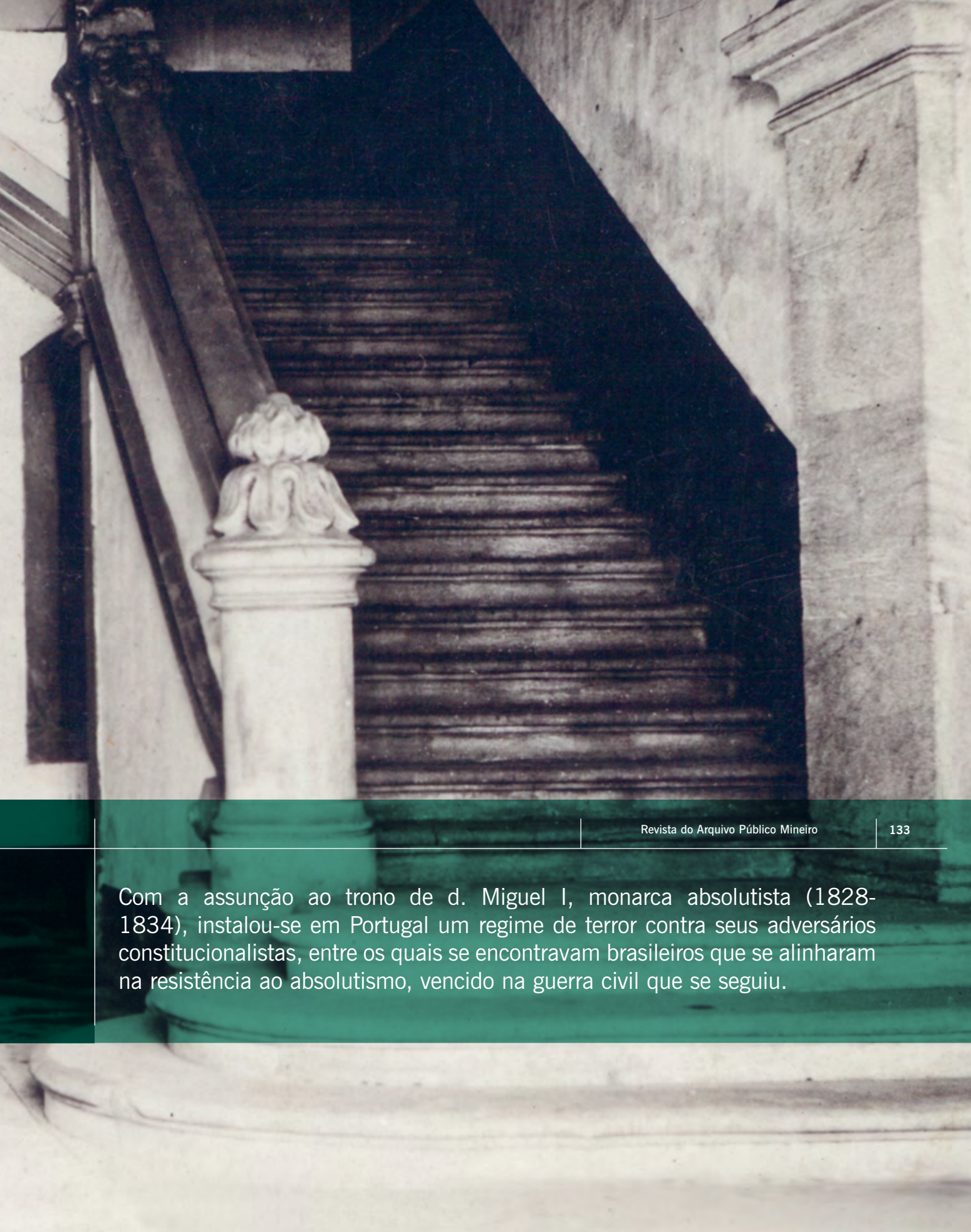


Revista do Arquivo Público Mineiro

Ensaio

# Contra a pessoa de El Rei e a segurança do Estado

Andréa Lisly Gonçalves





Com a assunção ao trono de d. Miguel I, monarca absolutista (1828-1834), instalou-se em Portugal um regime de terror contra seus adversários constitucionalistas, entre os quais se encontravam brasileiros que se alinharam na resistência ao absolutismo, vencido na guerra civil que se seguiu.

> No verão de 1828, as prisões de Lisboa passaram a receber um número excepcional de detidos. Além do aumento no ritmo das reclusões efetuadas, verificou-se uma clara mudança no tipo de delito cometido por muitos presos levados para o Forte de São Julião da Barra, o Castelo de São Jorge e a prisão do Limoeiro. Os transgressores mais contumazes, referidos, muitas vezes, como malandros, passaram a conviver com homens, e algumas mulheres, sobre os quais pesava a acusação de serem liberais, de defenderem a Constituição, de serem partidários de d. Pedro IV (d. Pedro I do Brasil) e de conspirarem contra "a Pessoa de El Rei e a Segurança do Estado". D. Miguel fora aclamado rei a 7 de julho daquele ano. A conquista e o consequente retorno ao poder dos legitimistas – como também eram designados os partidários de d. Miguel – significavam a vitória dos setores da nobreza, da fidalguia e do alto clero, provisoriamente derrotados com a revolução liberal do Porto, em 1820. Todo o aparato de Antigo Regime foi mobilizado para restaurar o absolutismo em Portugal.

Os embates entre d. Pedro I, imperador do Brasil (d. Pedro IV de Portugal), e seu irmão, o futuro rei d. Miguel se acirraram já em 1826, com a morte de d. João VI, que não deixara qualquer instrução sobre sua sucessão. Como solução de compromisso, d. Pedro abdicaria ao trono português em favor de sua filha, d. Maria da Glória, e continuaria reinando no Brasil. Em seguida, realizar-se-ia o casamento entre a sobrinha e o tio, que, só então, ocuparia o trono. A exigência maior era a de que o regime político fosse a monarquia constitucional, com uma Constituição outorgada, aliás, pelo próprio d. Pedro, cópia da brasileira, apenas adaptada ao reino.

Que d. Miguel não parecia disposto a cumprir o acordo constatou-se em várias ocasiões. Há quem diga que suas atitudes eram guiadas pela mãe, Carlota Joaquina, absolutista empedernida. Porém, biógrafos mais recentes afirmam que, àquela altura, o caçula dos Braganças já andava com as próprias pernas. O enlace matrimonial não ocorreu. Já o episódio envolvendo o juramento da Constituição merece menção à parte:

> Uns dizem que jurou – e é uma realidade que a cerimônia teve lugar. Outros dizem que fingiu jurar, ou mesmo que não o chegou a fazer, ou que o juramento não era válido: o livro não era a Bíblia mas um exemplar de *Os Burros* de José Agostinho de Macedo. D. Miguel só movera os lábios sem pronunciar as palavras, falara tão baixo que ninguém ouvira etc.[1]

## Governo de terror

Para muitos estudiosos, o reinado de d. Miguel foi um governo de terror. Para se ter uma ideia dessa afirmação, calcula-se que, em uma população de 3 milhões de habitantes, foram feitas cerca de 13 mil prisões. Uma descrição minuciosa do cotidiano dos que permaneceram presos, alguns com a pena já cumprida e outros à espera de julgamento, foi deixada por João Baptista da Silva Lopes (1781-1850), ele próprio preso pelo regime miguelista. Em sua *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado na Torre de São Julião da Barra de Lisboa durante a dezastroza epoca da uzurpação do legitimo governo constitucional deste reino de Portugal*,[2] obra em quatro volumes, o autor, natural de Lagos, distrito de Faro, Portugal, mais tarde membro correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), registra as agruras sofridas por presos comuns e de consciência ou "d'estado", como se dizia à época. Silva Lopes estivera na prisão do Limoeiro, de onde fora transferido para a Torre de São Julião da Barra, o que lhe dava autoridade para afirmar que "Não se limitava a necessidade tão somente a esta prisão; as demais não estavam em melhores circunstâncias".[3]

Reprodução de passaporte de Antonio José da Silveira, emitido no Rio de Janeiro em 15 de outubro de 1815 pelo intendente geral da Polícia da Corte Paulo Fernandes Vianna. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria de Governo da Capitania. Seção Colonial.

N. 199

PAULO FERNANDES VIANNA, do Conselho de S. A. R., Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Casa, Commendador da Ordem de Christo, Desembargador do Paço, e Intendente Geral da Policia da Côrte, e do Estado do Brazil, &c.

FAço saber, que desta Cidade parte para Rio de Antonio José da Silva de idade de 28 anos estatura mediana, cabellos [illegible] barba e sobrancelhas delgadas conta de Gado junta

E por se haver legitimado na Secretaria desta Intendencia, se lhe deo o presente Passaporte, e com elle poderá livremente seguir o seo destino; o qual valerá sómente por tempo de tres mezes. Dado, e passado nesta Cidade do Rio de Janeiro aos 14 de [illegible] de 1815

Paulo Fernandes

Reg. no Liv. 68 a fol. 38

João Ant.º dos Sr.os

*Na Impressão Regia.*

A insuficiência dos meios para a própria subsistência dos reclusos era um dos pontos mais sensíveis enfrentados pelos presos, revelada em seus "rostos esquálidos e macilentos".[4] Ao que se somava a umidade que apodrecia as roupas sem que os encarcerados tivessem "meios para as renovar", sendo-lhes negado "o pão cotidiano, a água" e, até mesmo, o ar, já que se encontravam "encerrados em masmorras onde não penetrava", sequer, "a luz do dia".[5] O sustento dos presos era custeado com recursos próprios ou de parentes. Subscrições foram feitas para angariar numerário para aqueles que não auferiam qualquer renda. Uma dificuldade suplementar devia-se a que boa parte dos bens dos implicados fora sequestrada pelo governo.[6] Os grilhetas, ou reclusos condenados a trabalhos forçados, ficavam incumbidos da limpeza das cadeias e do abastecimento de água, mas apenas quando os demais presos dispunham de alguma quantia para remunerá-los.[7]

As dificuldades, porém, não impediam a adoção de expedientes os mais engenhosos para driblar a vigilância das autoridades, na busca de algum conforto. A troca de correspondências, os "bilhetes", com os familiares era tão ou mais importante que o alimento para o corpo. O problema mais sentido era que a sua regularidade ficava ao arbítrio dos diretores dos presídios, numa política errática, fruto da negligência ou do cálculo das autoridades e que afetava até mesmo aqueles cujos parentes moravam em Lisboa. As notícias sobre o quadro político, por sua vez, chegavam em papéis costurados à bainha das roupas ou nos sacos com mantimentos e livros.[8] Esses últimos, permitidos ao alvedrio do governador do presídio e de seus auxiliares, distinguiam as obras profanas das pias, os autores ingleses dos franceses e davam livre trânsito às histórias pátrias da nação portuguesa.[9]

Os presos políticos haviam desenvolvido um sistema de comunicação, chamado não por acaso de telégrafo, que consistia em batidas nas paredes, respeitando um código previamente acordado. Quando as autoridades se inteiraram do expediente, os reclusos o substituíram por outro "sistema", ainda mais engenhoso. Passaram a treinar um gato, que fazia a comunicação entre as diversas casamatas, o subterrâneo e o pátio da Fortaleza de São Julião da Barra:

> Foi o gato arvorado em recoveiro;[10] fez-se-lhe uma coleira forrada, com uma abertura na parte interior, pela qual se lhe metia um bilhete; punha-se depois à janela, e dava-se-lhe uma pancada, e em um salto estava na outra prisão, onde se tirava o bilhete e metia a resposta.[11]

À medida que se aproximava o desfecho favorável aos constitucionais, com a vitória das tropas comandadas por d. Pedro IV, na cidade do Porto, no ano de 1833 passou a ser permitida a entrada de instrumentos musicais e a execução de concertos: "À noite celebrou-se a soltura [de] um companheiro com um concerto musical vocal e instrumental".[12]

Antônio José de Miranda e Jerônimo Pereira de Vasconcelos foram dois de entre os 15 brasileiros presos e processados pela polícia de d. Miguel encontrados na documentação, entre os anos de 1828 e 1833. Este artigo pretende reconstituir aspectos da trajetória desses personagens tendo como base os processos políticos a que responderam.[13] Vivências singulares, mas que têm em comum o fato de os personagens se encontrarem expostos às péssimas condições carcerárias e de sofrerem acusações de que tramavam contra o rei absoluto.

## Entre o Pará e Portugal

A história de Antônio José de Miranda se assemelha a de vários outros membros de famílias abastadas do Brasil que viveram durante o acelerado período que pôs

fim ao projeto de um império luso-brasileiro.[14] Nascido no Pará, em 1808, Antônio José era, aos 22 anos, um rapaz de estatura regular, olhos e cabelos castanhos, rosto redondo e com pouca barba.[15] Filho de Vicente Antônio de Miranda e Floripes Joaquina de Oliveira, encarregava-se do comércio de grosso trato da família, uma das mais importantes e abastadas da província.[16] Seus compromissos comerciais o forçavam a idas e vindas entre Portugal e Brasil.

No ano de 1828, por recomendação médica – afetava-o uma doença respiratória –, dirigiu-se mais uma vez ao Reino para tratar-se com as águas medicinais, abundantes em cidades como Thomar, Punhete e Caldas da Rainha. A 13 de setembro de 1830, foi levado preso de Thomar para Lisboa, inicialmente sob a acusação de "falsidade ideológica" e adulteração de documentos. A prisão estendeu-se por cinco meses e foi cumprida no Limoeiro. Instaurado o processo, Antônio José foi acusado de se "imiscuir nas lutas partidárias do Reino", de portar "papéis cheios de impropérios" contra o fim do regime constitucional em Portugal e por nutrir sentimentos hostis ao governo de d. Miguel.

Sobre a acusação de adulteração de documentos, cabe lembrar que, àquela época, mesmo para as viagens no interior de Portugal, era exigida a apresentação de passaporte expedido em cada localidade visitada.[17] Nosso personagem não apenas declarou que era português, natural da cidade de Guimarães, como parece ter rasurado o documento: a caligrafia que registrou sua passagem da Vila de Caldas para Lisboa não era a mesma que consta da retificação "digo Thomar", feita nesse papel.

## Correspondência suspeita

Para as autoridades, as provas mais evidentes de seu envolvimento em conspirações contra o rei d. Miguel estavam no conteúdo das cartas trocadas com a família, no Brasil. Na maioria delas, Antônio José se referia à situação política em que se encontrava Portugal com a subida dos miguelistas ao poder. É assim na carta escrita ao senhor Gregório Ferreira da Costa, a 2 de agosto de 1828: "Respeito às novidades ainda tudo se acha da mesma forma, os insultos, prisões e a perseguição contra os homens de 'gravata lavada' nada tem diminuido". O que chama a atenção é o uso da expressão *gravata lavada*, uma referência à democracia jeffersoniana difundida, anos mais tarde, no Brasil, pelo mineiro da cidade do Serro, Teófilo Benedito Ottoni em sua *Circular*, publicada em 1860.

Em carta anterior, datada de 30 de julho de 1828, trocada com seu amigo Casemiro Rodrigues, estudante em Coimbra, Antônio José de Miranda se mostrava bem mais otimista com os desdobramentos da política em Portugal. Afirmava que "em Lisboa já estará dissipado esse partido de Governo absoluto, e reinando o da Carta constitucional" o que viria acompanhado do reconhecimento da "legitimidade do Sr. D. Pedro 4º". E prosseguia afirmando que os portugueses estavam dispostos a pegar em armas contra os miguelistas, dando notícias sobre Coimbra, onde ia se "aquartelar parte do exército" ao qual se juntariam os estudantes daquela universidade. Não sabemos se Antônio José estava inteirado, àquela altura, do protagonismo de um brasileiro, Jerônimo Pereira de Vasconcelos, nos acontecimentos em Coimbra, assunto que será abordado em seguida.

O que mais aterrorizou as autoridades que processaram Antônio José de Miranda foi terem encontrado nas cartas trocadas entre ele e Casemiro José Rodrigues várias referências à existência de uma "Máquina", sem que maiores detalhes fossem acrescentados. De nada valeu o advogado contratado para representar o réu, o doutor Adriano Ernesto de Castilho Barreto, afirmar que a tal "máquina" era um invento, desenvolvido no porto do Rio de Janeiro, visando ao aprimoramento da navegação.

Antônio José confirmou a versão, assim como Casemiro. Mas nenhum deles conseguiu convencer o intendente-geral de Polícia da Corte e do Reino, que deixou registrado em seu ofício: "[...] tudo me faz conjecturar que este indivíduo é um dos mestres, que também trabalha na figura da Máquina, que há de estar pronta por todo este ano, isto é, a Revolução geral da Europa".

Antônio José Miranda, assim como seu amigo Casemiro José Rodrigues da Silva, teve muito mais sorte do que a maioria dos que sofreram processos políticos no reinado de d. Miguel e que amargaram anos de prisão em condições terríveis. Por acórdão de 19 de fevereiro de 1831, foram condenados a sair imediatamente do Reino, sendo conduzidos presos a bordo de embarcação escolhida para esse fim. No Pará, o ex-preso político do regime miguelista e, mais tarde, comendador Antônio José de Miranda, participou, entre outras atividades, da tentativa de criação de uma companhia de navegação por paquetes. Movidos a vapor, ligariam Belém aos portos de Muaná, Soure, Chaves e Macapá. Afinal, a "Máquina" poderia mesmo significar máquina.

## Um ouro-pretano na tempestade

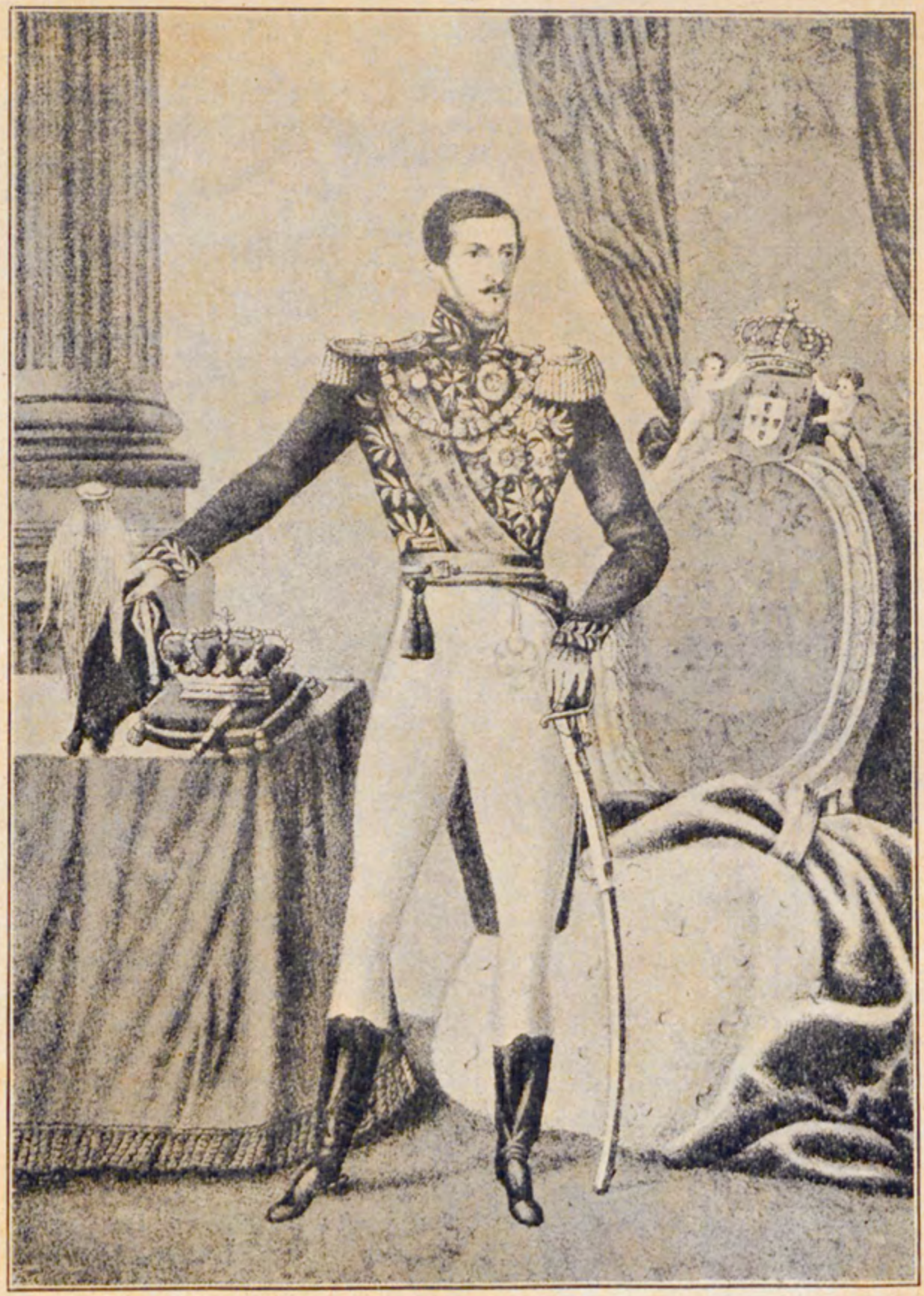
A 6 de abril de 1831, apenas um dia antes da abdicação de d. Pedro I, o jornal liberal *O Universal*, editado em Ouro Preto, capital da Província de Minas Gerais, publicou uma invectiva que afirmava que um líder político da cidade de Mariana, tido como "caramuru",[18] era "mais inimigo da liberdade do que os mesmos satélites de d. Miguel". As menções ao reinado de d. Miguel n'*O Universal* são pouco frequentes, sendo raros os artigos que, como o do número 311, de 10 de julho de 1829, pregavam a condenação ao regime de terror imposto a Portugal pelo rei absoluto.

Um dos redatores do jornal era Bernardo Pereira de Vasconcelos,[19] que viveu o drama dos perseguidos políticos miguelistas na figura de seu irmão mais velho, Jerônimo Pereira de Vasconcelos. O pai de Bernardo e de Jerônimo, Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos, natural do Porto, foi vereador em Vila Rica e notabilizou-se como historiador e jurisconsulto. Um dos padrinhos de seu casamento com d. Maria do Carmo de Souza Barradas foi Tomás Antônio Gonzaga. Diogo Pereira de Vasconcelos chegou a ser acusado de participação nos planos da Inconfidência Mineira, mas, preso, foi liberado logo em seguida.[20]

Nascido em Vila Rica a 31 de julho de 1787, ao transferir-se de Minas para o Reino, Jerônimo continuava uma tradição familiar que, até onde se tem registro, iniciara-se com seus tios maternos, dos quais "um foi ministro em Portugal, outro foi reitor da Universidade de Coimbra, embora brasileiro de nascimento".[21] A família Vasconcelos seria "exemplo de integração entre as elites burocráticas da metrópole e da colônia".[22] Jerônimo Pereira fora nomeado coronel da infantaria por d. João VI. Alguns anos depois, em 1828, foi preso em Lisboa sob a acusação de ser uma das lideranças da revolução antimiguelista do Porto.

Os *Autos Crimes para livramento com Certidão de Prisão na Cadeia do Castelo de São Jorge* informam sobre as acusações que recaíam sobre o réu e a forma como foi feita a sua defesa. Eles não permitem que se reconstituam aspectos da real participação do acusado no desenrolar da revolução de 1828, derrotada pelas tropas de d. Miguel.[23] De acordo com seu advogado de defesa, Joaquim José Pereira de Mello, tudo não passava de "calúnias e perseguição" dos inimigos do réu, já que todas as testemunhas baseavam seus depoimentos "em boatos públicos", razão pela qual todos os testemunhos eram "idênticos". Entre os depoentes, destacam-se voluntários realistas urbanos, a versão citadina das milícias miguelistas que se formaram exatamente a partir da revolução do Porto de 1828, da qual Jerônimo de Vasconcelos era acusado

Retrato de dom Miguel I de Portugal. In: OLIVEIRA LIMA. *Dom Pedro e Dom Miguel*: a querela da sucessão 1826-1828. São Paulo: Instituto Histórico Brasileiro/Melhoramentos, 1925. p. 45. Reprodução. Acervo Companhia Melhoramentos.



D. Miguel I

de ser o comandante avançado em Coimbra. Pereira de Mello não negava que Jerônimo Pereira de Vasconcelos fora instado pelo comandante das forças rebeldes, aquarteladas em Coimbra, a comandar uma brigada. Mas que, apesar de ter sido ameaçado e mandado buscar, duas vezes, por força armada, rejeitara qualquer posto no exército rebelde.

## Dilemas de um liberal

O depoimento tomado ao réu acrescenta algumas informações às que foram apresentadas pelo seu advogado. Jerônimo Pereira afirmou que a delegação do governo e o comandante da força dos rebeldes insistiram não apenas para que ele assumisse o comando da brigada ligeira, como também aceitasse o governo militar de Coimbra. Tanto assim que fora conduzido, debaixo de força armada, primeiro para Condeixa, cidade a cerca de 200 quilômetros de Lisboa, e, em seguida, a Coimbra. Porém, pretextando doença e colocando-se sob os cuidados de um médico, ocultara-se em outra casa, da qual regressou para a sua residência e aí se conservou. A "outra casa" à qual Jerônimo de Vasconcelos se refere situava-se na Travessa de Santo Amaro, em Lisboa, e pertencia a seu tio Fernando Luís Pereira de Sousa Barradas. O testemunho de um dos médicos, colhido na devassa, atesta que ele não estava doente e que assim se dizia para subtrair-se aos serviços dos rebeldes.

Conforme já se afirmou, trata-se de uma peça de defesa e de argumentos construídos para resistir à perseguição política em um regime contrarrevolucionário. Versão diferente é apresentada por Joaquim da Silva Maia[24] em suas *Memórias históricas, políticas e filosóficas da Revolução do Porto de 1828.* Tais *Memórias Históricas*,[25] iniciadas na Inglaterra, em 1829, foram concluídas no Rio de Janeiro, no ano seguinte. Nos seus capítulos XI e XII trazem referências diretas a Jerônimo Pereira de Vasconcelos. O memorialista considerava Vasconcelos um liberal dos mais convictos, adepto do legítimo rei, d. Pedro I do Brasil, e da carta constitucional. O fato de ter frequentado os estudos na Universidade de Coimbra, somado a suas posições políticas e feitos militares, o habilitava, aos olhos da Junta que assumiu o poder no Porto, em 1828, a que confiassem no seu nome para compor o governo revolucionário em um ponto estratégico, até pela sua proximidade da capital, Lisboa, como era a cidade de Coimbra.

As afirmações de algumas testemunhas, colhidas no processo político sofrido por Jerônimo de Vasconcelos, reforçam o entusiasmo do coronel pela causa liberal. Elas insistiam em dizer que o nome dele constava de "papéis incendiários", espalhados na cidade do Porto, contrários aos "legítimos direitos de El Rei o Senhor Dom Miguel Primeiro".[26] O autor das *Memórias* não esconde o desapreço que nutria pela Junta do Porto e por seus representantes destacados para Coimbra, no mínimo, irresolutos e tímidos, e sugere que Jerônimo de Vasconcelos partilhava a mesma opinião.

Sua recusa em aceder aos apelos e ameaças da Junta do Porto – sempre segundo Maia – poderia ter motivos variados, alguns mais ideológicos, como a possibilidade de ter "mudado de opiniões"[27] e já não se posicionar mais no campo político liberal. Outros, mais pragmáticos, como a convicção de que a causa liberal já estivesse perdida, principalmente pelo maior número de efetivos militares entre os realistas. A gota d'água para a decisão de Vasconcelos, registrada nas *Memórias*, teria sido a recusa do governo britânico em reconhecer a Junta do Porto por ser ela "revolucionária, filha de uma facção militar". O ex-coronel – havia sido destituído do cargo assim que foram recebidas as denúncias contra ele – do Regimento 16, porém, estava disposto a mudar de posição caso d. Pedro IV enviasse ordens a favor da adesão aos revolucionários

Vista parcial da cidade de Ouro Preto (MG). [1880-1920]. Arquivo Público Mineiro. Coleção Municípios Mineiros. MM-189(30).

do Porto.[28] O fato é que a posição de Jerônimo de Vasconcelos, de acordo com Joaquim da Silva Maia, apesar de solitária entre os chefes militares liberais, foi acatada, e as tropas antirrealistas se retiraram de Coimbra.

As autoridades policiais do regime miguelista, porém, não se mostravam convencidas da mudança de posicionamento político de Jerônimo Pereira de Vasconcelos. Afinal, se a alegação de doença, assumidamente falsa, afastava-o de qualquer compromisso com os comandos militares liberais, também o impedia de combater ao lado das forças do governo, a quem, por atitude de defesa, presume-se, declarava fidelidade. Citado em duas devassas, foi preso no Castelo de São Jorge a 18 de outubro de 1828. No ano seguinte, seu nome aparece na lista elaborada por João Batista da Silva Lopes, relacionado entre os presos da Fortaleza de São Julião da Barra, para onde fora transferido. Em abril de 1830, ainda se encontrava preso sem sequer ter sido pronunciado. Ainda que na *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado na Torre de São Julião da Barra* não haja referência nominal ao ex-coronel, pode-se imaginar que partilhou com os demais presos dos infortúnios do cativeiro. Se as relações familiares podem ter-lhe valido algum conforto, nem por isso deve ter escapado dos obstáculos opostos pelos carcereiros à chegada de mercadorias e de notícias dos familiares. Acrescente-se que seus bens haviam sido sequestrados, à semelhança do que ocorrera com a maioria dos perseguidos políticos.

O processo sofrido por Jerônimo de Vasconcelos não o impediu de alcançar êxito comparável ao de seus parentes, pelo lado materno, com o fim do reinado de d. Miguel: chegou a ministro da Guerra e foi agraciado com título de barão e 1º visconde de Ponte da Barca. Ocupou, ainda, o cargo de governador civil de Coimbra por um ano, em 1849. Jerônimo Pereira de Vasconcelos pertencerá a uma nobreza de novo tipo, diferente daquela que se alinhou ao miguelismo.

## Considerações finais

Tanto a condição de presos políticos quanto a adesão ao liberalismo e à defesa do regime constitucional foram experiências comuns às trajetórias dos dois personagens aqui abordadas. Além disso, depositaram toda confiança em d. Pedro I, imperador do Brasil, como solução para os problemas políticos vividos por Portugal, em razão do regime contrarrevolucionário de d. Miguel. O que não deixa de surpreender, uma vez que, no Brasil, era crescente a oposição a d. Pedro I exatamente pela acusação de exercer um governo despótico e absolutista, o que concorreu, entre outros fatores, para a sua abdicação, a 7 de abril de 1831.

Acentuando ainda mais a contradição, os grupos que apoiavam d. Pedro, nos momentos próximos à abdicação até sua morte, em 1834, eram chamados de "corcundas", acusados de restauradores e absolutistas. Talvez porque, na ex-colônia portuguesa da América, independência e liberalismo foram ideais associados à revolução, nos moldes da que ocorrera na América inglesa. Assim, a identificação entre d. Pedro I e os projetos de reunificação do Império, real ou imaginária, ressaltada por seus opositores a partir do seu interesse pela sucessão do trono em Portugal, pelo menos a partir de 1826, ano da morte de d. João VI, pode ter pesado para acusá-lo de não pertencer ao campo do liberalismo. Em Portugal, a solução imperial, se foi mesmo cogitada por d. Pedro IV, não pesava como uma ameaça sobre o Reino.

**RESUMO | Contra a pessoa de El Rei e a segurança do Estado**

Em julho de 1828, d. Miguel é aclamado rei de Portugal. A subida ao trono do irmão mais moço de d. Pedro I, do Brasil, selou a vitória da contrarrevolução absolutista lusitana. Só em Lisboa foram feitas em torno de 13 mil prisões de opositores ao governo miguelista, entre elas, as de vários brasileiros. Este artigo aborda as trajetórias de dois deles: Antônio José de Miranda e Jerônimo Pereira de Vasconcelos.

***ABSRACT* | *Against the person of the King and the security of the State***

In July, 1828, Miguel I was declared king of Portugal. The enthronement of the youngest brother of Pedro I of Brazil sealed the victory of the Lusitanian absolutist counter revolution. In Lisbon alone, 13,000 people opposed to Miguel's government were imprisoned, including many Brazilians. This article treats the history of two of them: Antônio José de Miranda, and Jerônimo Pereira de Vasconcelos.

**Notas |**

1. LOUSADA, Maria Alexandre; FERREIRA, Maria de Fátima Sá e Melo. *D. Miguel*. Lisboa: Círculo do Livro/Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2009. p.138.

2. LOPES, João Baptista da Silva. *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado na Torre de São Julião da Barra de Lisboa durante a dezastroza epoca da uzurpação do legitimo governo constitucional deste reino de Portugal.* Lisboa: Imprensa Nacional, 1833-1834. 4 v.

3. LOPES. *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado...,* p. 19.

4. LOPES. *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado...,* p. 96.

5. LOPES. *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado...,* p. 119.

6. LOPES. *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado...,* p. 76.

7. LOPES. *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado...*, p. 17.

8. LOPES. *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado...,* p. 93.

9. LOPES. *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado...,* p. 54-55.

10. Portador, condutor.

11. LOPES. *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado...,* p. 129.

12. LOPES. *Istoria do cativeiro dos prezos d'estado...,* p. 168.

13. Os documentos foram reunidos e/ou produzidos pela comissão instituída para julgar todos os crimes cometidos contra a Real Pessoa de El-Rey Nosso Senhor e contra a Segurança do Estado pelo Real Decreto de 15 de agosto de 1828 e estão depositados no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), em Lisboa.

14. Se a iniciativa da criação de um grande império luso-brasileiro foi acalentada, pelo menos, desde o século XVI, é com o reformismo ilustrado que o projeto se renova como resposta às disputas entre as grandes potências no plano internacional e às vicissitudes do Reino português durante e após os anos que se seguem à invasão napoleônica. Sobre o tema ver, entre outros: LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A utopia do poderoso Império*. Portugal e Brasil: bastidores da política. Rio de Janeiro:

Sette Letras, 1997; e DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In: *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2005.

15. Quando não indicado o contrário, as informações sobre Antônio José de Miranda foram extraídas do documento: "Processo crime movido contra Casimiro José Rodrigues, estudante, filho de Caetano Jerônimo Rodrigues e de Mariana da Purificação; e António José de Miranda, negociante, filho de Vicente Antônio de Miranda e de Floripes Joaquina de Oliveira, ambos naturais do Pará". Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), maço 13, n.6.

16. BATISTA, Luciana Marinho. *Muito além dos seringais*: elites, fortunas e hierarquias no Grão-Pará, c.1850-1870. Dissertação (Mestrado em História Social) – Programa de Pós-graduação em História Social, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

17. ANDRADE, Cristiana Viegas de. Migration Systems in Nineteenth-Century North-Western Portugal: The Case of Vila do Conde. *International Review of Social History*, v. 56, p. 267-299, 2011.

18. São inúmeras as alcunhas dadas, pelos opositores, aos personagens "identificados ao campo político do despotismo". Além de "corcundas", temos "caramurus", "caveiras", "mariolas", "marinheiros", "pés de chumbo", "papeletas".

19. Os outros seriam Joaquim Antão Soares Leão e José Pedro Dias de Carvalho. MOREIRA, Luciano da Silva. *Imprensa e opinião pública no Império*. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2011. p. 206.

20. Disponível em: <http://www.genealogiabrasileira.com/tiradentes/cantagalo_tirpereiraribeirodevasconcelos.htm>. Acesso em: 31 jun. 2015.

21. CARVALHO, José Murilo de. Organização e introdução. In: *Bernardo Pereira de Vasconcelos*. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 10.

22. CARVALHO. Organização e introdução, p.10.

23. Quando sem indicações em contrário, todas as informações sobre as questões políticas nas quais Antônio José de Miranda se viu envolvido baseiam-se no documento: "Autos para livramento em separado de Jerônimo Pereira de Vasconcelos, coronel do exército, natural de Vila Rica, Brasil, filho de Diogo Pereira Ribeiro de Vasconcelos e de D. Maria do Carmo, preso por suspeita de ter entendimentos com os rebeldes do Porto, estando nessa ocasião em Verride, e haver sido várias vezes procurado pelos mesmos rebeldes para aceitar o governo militar de Coimbra e o comando da brigada ligeira, cargos a que se furtara, invocando o seu estado de saúde". ANTT, maço 33, n.12.

24. Joaquim José da Silva Maia, negociante e periodista, nasceu na cidade do Porto, em 1776. Aos 20 anos, chegou à vila da Cachoeira, na Bahia, transferindo-se, alguns anos depois, para Salvador e, em seguida, para o Rio de Janeiro. De volta a Salvador na atribulada conjuntura da Independência, foi redator de dois periódicos, *O Semanário Cívico* e o *Sentinela Baiense*, em defesa das Cortes e da manutenção do Império luso-brasileiro. Retornando a Portugal, prosseguiu com suas atividades de editor, dessa vez em defesa do constitucionalismo e de d. Pedro IV, à frente do periódico *Imparcial* (1826-1828). Sobre as *Memórias* e seu autor, ver: SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *Semanário Cívico*: Bahia 1821-1823. Salvador: EDUFBA, 2008. ALVES, Walquiria de Rezende Tofanelli. *Narrativa e memória liberal no reinado de D. Miguel I (1828-1834):* as memórias históricas de Joaquim da Silva Maia e o processo político de Jerônimo Vasconcelos na resistência ao absolutismo em Portugal. Inédito.

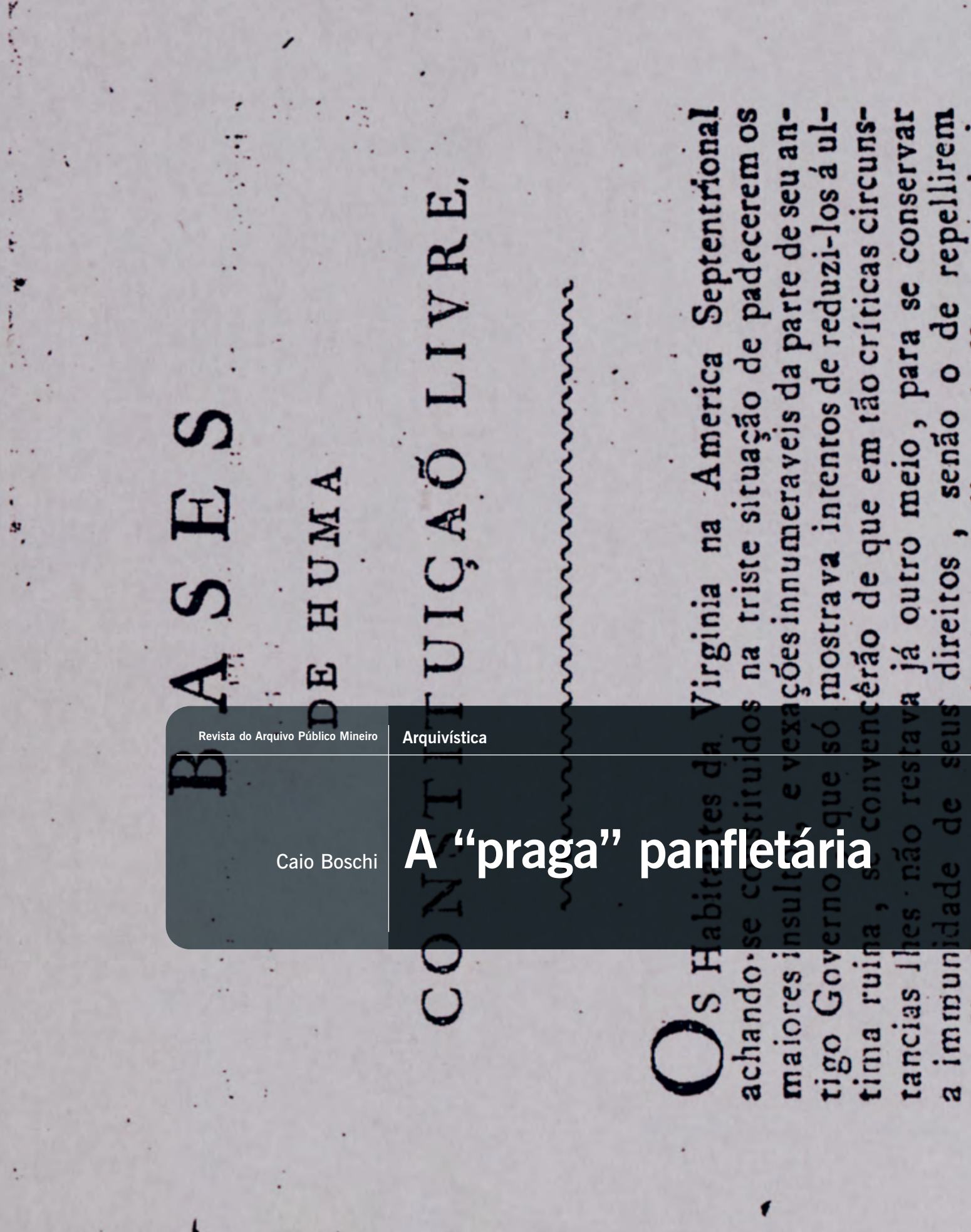
25. MAIA, Joaquim José da Silva. *Memórias Históricas, Políticas e Philosóficas da Revolução do Porto em Maio de 1828 e dos Emigrados Portuguezes em Espanha, Inglaterra, França e Bélgica*. Rio de Janeiro, 1841. O título dessa obra de Silva Maia parece ter sido dado pelo filho do autor, Emílio Joaquim da Silva Maia, grande responsável pela publicação da obra após a morte do pai, em 1832. Emílio Joaquim da Silva Maia foi um dos sócios-fundadores do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). ALVES. *Narrativa e Memória liberal no Reinado de D. Miguel I (1828-1834...,* p. 12.

26. *Autos para livramento em separado...* ANTT, maço 33, n.12.

27. MAIA. *Memórias Históricas, Políticas e Philosóficas da Revolução do Porto...*, p. 59.

28. MAIA. *Memórias Históricas, Políticas e Philosóficas da Revolução do Porto...*, p. 60.

**Andréa Lisly Gonçalves** é professora do Departamento de História da Universidade Federal de Ouro Preto (Ufop). Bolsista de produtividade do CNPq, é autora, entre outros trabalhos, do livro *As margens da liberdade: estudo sobre a prática de alforrias em Minas colonial e provincial* (Fino Traço, Belo Horizonte, 2011). O desenvolvimento de suas pesquisas em História do Brasil Imperial, especialmente nos temas alforrias, escravidão, política e sociedade no período regencial e miguelismo, contam com o apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig). E-mail alisly@terra.com.br




Revista do Arquivo Público Mineiro | Arquivística

Caio Boschi

# A "praga" panfletária

aquelle Governo, respeitado por elles até alli como legitimo, mas que não podia deixar de soffrer a medida violenta de huma revolução; vistoque sua oppressora tyrannia de hum redotão cruel os flagellava.

Este Póvo heroicamente penetrado de hum sagrado enthusiasmo e virtude inabalavel, se appropriou dos sociaes direitos, que estão sempre da parte dos Póvos opprimidos, apelanando-se á grande obra de sua liberal regeneração, fundamentada nos solidos artigos, que depois servirão de base ás melhores Constituições atégora publicadas, e que julgamos dignos de toda a contemplação em nossas actuaes circunstancias; e por esse motivo extrahimos delles os seguintes.

ARTIGO. I.

Todos os homens s m excepção alguma nascem livres.



Às vésperas da Independência, travou-se nos centros urbanos do Brasil uma violenta guerra político-literária, cujas armas eram panfletos impressos, verdadeira "praga" a serviço da opinião de seus autores e editores, interessados em conquistar a opinião pública e influir nos destinos do país.

> Fontes documentais não são, elas próprias, a História. Porém, sem compulsá-las, sem inquiri-las, sem interpretá-las, não se alcança nem se elabora o conhecimento histórico. Noções primárias que devem sempre vir à tona afloram-nos, agora, na leitura de *Guerra Literária – panfletos da Independência* (1820-1823).[1] Sobre esse momento significativo de nosso passado, alguma documentação foi publicada. Naturalmente, esteve subordinada à preferência daqueles que tomaram tal iniciativa, pautada pela análise unitária ou por reduzido número de textos. Desse modo, a presente obra, entre outros méritos, tem o de se propor a recolher a maior quantidade desses panfletos. O esforço empreendido pelos organizadores de *Guerra Literária,* por mais de 15 anos, redundou em quatro volumes, com mais de 3.000 páginas, reproduzindo 362 escritos da chamada *literatura de circunstância*, gênero considerável, ao abranger em torno de 30% do total de publicações vindas à luz, no Brasil, no período em causa, no Rio de Janeiro e em outras cidades.

A escolha recaiu sobre "papéis escritos por particulares, letrados, políticos, pessoas comuns". Ou seja, diante da grandiosidade de seu projeto, os organizadores estabeleceram critérios para a identificação e a compilação das publicações. Decidiram, por exemplo, excluir os textos oficiais sobre a temática, de mais fácil acesso e já conhecidos. Além disso, buscou-se contemplar apenas folhetos impressos de cunho político e caráter polêmico. O que não macula o desígnio dos autores, pois, há pouco, tinham feito publicar os manuscritos sobre a temática.[2] Além disso, definiram que os textos selecionados não seriam apenas os da lavra de naturais do Brasil. A eles se somaram os de portugueses aqui residentes e sensíveis às vicissitudes da nossa vida política de então, ou àqueles que, nascidos no outro lado do Atlântico, "tiveram sua vida ligada à História do Brasil". Ajustaram, ainda, que os panfletos a (re)editar deveriam totalizar, no máximo, 50 páginas. Em decorrência, deixaram de ser contemplados escritos centrais sobre o tema-objeto, como o do jurista e político Manuel Borges Carneiro,[3] documento fundamental para o entendimento do Vintismo e de ampla circulação naquele momento.

É fácil deduzir que foi árdua a consecução da tarefa. De imediato, em face da dispersão documental, a empreitada demandou consulta ao acervo de várias instituições: no Brasil, o das bibliotecas Nacional e de Guita e José Mindlin; do Arquivo Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; em Portugal e no Uruguai, nas respectivas bibliotecas nacionais. Fica-nos patente o intuito dos organizadores em tentar reunir, à exaustão, os panfletos respeitantes ao tema-objeto e às balizas cronológicas de sua eleição. Denodo e empenho não lhes faltaram. Conscientes da eventual incompletude da proposta, houveram-se com obstáculos, tal como a impossibilidade de acesso ao conjunto de 25 panfletos pertencentes ao acervo da Oliveira Lima Library, da Catholic University of América, em Washington. Saliente-se também o zelo em ultrapassar dificuldades investigativas, como a identificação dos autores dos escritos, vista a recorrente anonímia. Nesse sentido, louve-se o trabalho levado a efeito, cujo resultado se estampa no Apêndice,[4] onde se leem informações sobre naturalidade, local de nascimento, estudos realizados e ocupação profissional dos produtores, bem como "notas biográficas sobre os principais nomes citados nos panfletos".

A diligência dos responsáveis pelo projeto se evidencia igualmente em outros cuidados editoriais, como na preparação de textos introdutórios, seja para o conjunto da obra, seja para cada um dos quatro volumes. Ou na decisão de fazer publicar os panfletos por ordem cronológica, facultando ao leitor boa percepção da evolução das diatribes perpetradas naqueles textos. Ou no estabelecimento de cronologia dos principais acontecimentos históricos

do quatriênio em pauta.[5] Além disso, constando do Apêndice listagem dos nomes das oficinas tipográficas mencionadas nos textos, índice onomástico e, nas 29 últimas páginas, diversificada reprodução iconográfica (retratos, pinturas alusivas a acontecimentos coevos e capas de diferentes tipos de panfletos).[6]

## Atores em cena

Na Introdução Geral à obra, salientam os organizadores que

> [...] os panfletos fizeram parte integrante do jogo político entre 1820 e 1823, seus autores eram atores do jogo. Eles tornaram público o debate, doutrinavam os leitores, formulavam, interpretavam, combatiam e defendiam ideias, propunham soluções, representavam interesses. Sem ouvir sua voz, não se pode ter compreensão adequada daquele momento, de como ele foi vivido pelos contemporâneos. Ignorá-los é correr o risco de fazer interpretações anacrônicas.[7]

Publicados em simultâneo a vigorosos periódicos surgidos em profusão naquela conjuntura, por vezes parcialmente suplementando-os, os panfletos cumpriam papel eficaz na ação política, seja pela sua acessibilidade, seja pelo seu propósito propagador mais alargado, propriedades que lhe eram também – mas não apenas – asseguradas pela diversidade de sua tipologia.

Destarte, na obra, o termo "panfletos" engloba gama variada de escritos. O volume 1, o único homogêneo, reproduz 68 cartas, forma escrita de "tradição respeitável na cultura ocidental". Nesse caso, vista a natureza do gênero literário a que pertencem, elas se apresentam "fortemente marcadas pelo caráter polêmico". Em sua maioria, portadoras de linguagem belicosa, agressiva e contundente. O segundo volume, intitulado genericamente *Análises*, congrega 60 ensaios. Significa dizer, "análises, reflexões, projetos" sobre as transformações por que passava o Reino Unido,[8] deslanchadas após a Revolução Liberal do Porto, de 24 de agosto de 1820. O volume 3 estampa 107 folhetos, versando sobre modalidades "Sermões, diálogos e manifestos". Para dar-lhes certa sistemática, os organizadores agruparam-nos em três conjuntos: sermões, orações e discursos, em um total de 25 peças; 27 diálogos, catecismos e dicionários, englobando 27 textos, além de manifestos, proclamações, representações, protestos, apelos e elogios, categorias que, juntas, somam 55 impressos. O quarto volume, "Poesias, relatos, Cisplatina", compõe-se de 127 documentos, sendo 56 poesias, 29 relatos (além de exposições, isto é, narrações de acontecimentos, memórias fatuais, notícias, anúncios) e 42 "panfletos de La Zona Cisplatina"[9].

Quanto à produção poética, destaque-se a presença feminina consubstanciada em quatro textos. Relativamente àqueles atinentes ao território da margem setentrional do Rio da Prata, em seleção e apresentação obrada pela especialista uruguaia Isabel Freda, cabe sobressair sua "variedade de estilos e formas, que vão desde diálogos mordazes ao discurso erudito, passando por canções, cartas, proclamações, anúncios ao público ou reimpressão de artigos estrangeiros".[10] Fundamentalmente, escritos antepondo a soberania à dependência da região, sobretudo após o 7 de Setembro, repercutindo a instabilidade, as indefinições e os dilemas do destino político com os quais seus habitantes se defrontavam.

## Pedagogia política

Assinale-se a consciência dos panfletistas quanto ao seu protagonismo histórico. Com efeito, eles se

julgavam porta-vozes de críticas e de reivindicações políticas e sociais. Conclamavam, envolviam-se nos acontecimentos, buscavam sensibilizar pessoas. Pese embora a impossibilidade de aquilatar o eco de seus escritos, esses avultam como instrumento de politização da população, "de instruir o povo", de formação da opinião pública. Ou seja, recurso de "pedagogia política na formação da cidadania", na interpretação de Marcello Basile.[11]

Se essa qualidade não foi total e imediatamente atendida, nem por isso os panfletos deixaram de ter larga disseminação. Ao seu dispor se encontravam leitores e ouvintes, de diversificado perfil social, ávidos por se inteirar e por compartilhar, de alguma forma, da cena política em ebulição. A natureza intrínseca dos panfletos torna evidente que a condução do processo de emancipação política do Brasil não esteve circunscrita às elites. A veiculação de opiniões por meio desses impressos revela clara intenção dos seus autores em participar, em fazerem-se ouvir, em partilhar suas ideias, avaliações e posicionamentos. Daí o emprego de linguagem mais coloquial nos seus escritos.

Alternativa e complemento da oratória política e de "praga periodiqueira", disponibilizados a preços acessíveis, os panfletos em pauta tinham grande alcance. A leitura em voz alta em "lojas e lugares públicos" dilatava sua ressonância, a despeito da permanente preocupação e do controle exercido pelas autoridades administrativas. Por conseguinte, anacronismos à parte e no rasto do propugnado por Habermas,[12] o polissêmico conceito de *opinião pública* auxilia – e muito – a compreensão do papel e do significado dos panfletos nos sistemas comunicativos existentes no referido contexto político. Não fosse o caso de recordar que a expressão era, na altura, utilizada em jornais e outros tipos de publicações.

## Batalhas em prosa &verso

Panfletos são textos repletos de violência e paixão. Consistem em gênero de escrita singular na captação cognitiva da apreensão e do fluxo de ideias em momentos de crise e de convulsões políticas, porquanto seus autores se sentem mais despojados e à vontade para expressar seus pontos de vista. São manifestações de ativismo político, de opinião, e, por isso, tendentes à polêmica. Por eles se operam o antagonismo e o debate público. Componentes nucleares, pois, de uma autêntica *Guerra literária*.

Cometidos quer em prosa, quer em verso, praticamente se alheiam dos pensadores, filósofos e teóricos, não obstante revelarem conhecimento do pensamento político setecentista. As ideias e os ensinamentos daqueles autores passam ao largo dos panfletos aqui considerados. Ademais, assim como os seus destinatários se situam em espaços e segmentos sociais ampliados, os escritores do Setecentos, ainda que muitas vezes tivessem "um pé no Estado", não eram necessariamente intelectuais ou membros das elites sociais e econômicas.

Os panfletos como instrumento difusor de opiniões e, assim, emuladores de inflamadas disputas verbais estão presentes em nossa História pelo menos desde a segunda metade do século XVIII, como comprovam os pasquins, boletins manuscritos, "papéis sediciosos" e cartas anônimas difundidas nos movimentos insurrecionais de Minas Gerais e da Bahia. Ademais, desde Varnhagen,[13] ainda no Dezenove, tais escritos vêm sendo utilizados pela historiografia brasileira. Importa, porém, assinalar – e com a devida ênfase – que, após o rastreamento efetivado e a sequente leitura das peças, tal como o inequívoco sentimento experenciado pelos organizadores da obra, sentimos alteradas as interpretações que cultivávamos a respeito desse essencial momento da História pátria.

Correspondência entre o Governo Imperial e a Assembleia Geral que trata do juramento do projeto de Constituição – 20/12/1823. Arquivo Público Mineiro. Fundo Câmara Municipal de Ouro Preto. CMOP 1/9-cx.01, doc 04.

00004

*Illustrissimos Senhores.*

*Temos a honra de participar a VV. SS., que havendo o espirito publico declarado manifestamente o desejo de jurar o Projecto de Constituição, offerecido por SUA MAGESTADE O IMPERADOR, este Senado tomou a deliberação de publicar o Edital, que levamos ao conhecimento de VV. SS., em consequencia do qual, a grande parte dos Homens bons, e que verdadeiramente se interessão pela felicidade da sua Patria, já tem abertamente declarado, que vão já assignar; a fim de que este Senado peça, e represente a SUA MAGESTADE O IMPERADOR, que Mande já jurar o Projecto como Constituição do Imperio; e como as differentes Camaras deste Imperio, e com muita expecialidade essa, tenhão em tudo seguido os mesmos passos da desta Capital, a fim de conseguirmos a Independencia, e inteira Constitucionalidade deste Imperio; por isso desde já concebemos a bem fundada esperança de que unindo-se VV. SS. a nós em sentimentos, hajão com a possivel brevidade de ajudar-nos nesta interessante tarefa, representando á SUA MAGESTADE IMPERIAL que para a felicidade do Imperio, e pela vontade da Nação, O Mesmo AUGUSTO SENHOR Deve, e todos nós jurar o Projecto como Constituição, que para sempre deverá ficar sendo a do Imperio. Este Senado poderia alargar-se sobre as vantagens deste passo, mas ellas não podem escapar á prespicacia de VV. SS., e tendo recebido tantas, e tão decisivas provas dos desejos Patrioticos de todas as Camaras deste Imperio, para sua consolidação, desde já conta com a sua cooperação.*

*Deos guarde a VV. SS. muitos annos. Rio de Janeiro 20 de Dezembro de 1823.*

*Illustrissimos Senhores* Presidente Vereadores e Procurador da Camara da Cidade Imperial do Desterro

[illegible]

[illegible]

Antonio José de Castro Pereira

[illegible]

[illegible]

*Guerra literária* nos proporciona outros ensinamentos mais. Faz-nos refletir e recordar a sempre necessária recusa à ideia da linearidade na compreensão da História. Registre-se, nesse sentido, que nenhum dos textos panfletários reporta-se às conjurações mineira, de 1788-1789, ou à baiana, de 1798. Logo, a ainda hoje propalada "influência" desses acontecimentos no processo da Independência deve ser, quando nada, relativizada. Acrescente-se que os panfletos publicados até os começos de 1822 não falam ou tratam da Independência. No limite, referem-se à questão da autonomia política. Aliás, embora seja curto o espaço temporal abarcado pela coletânea, a produção panfletária recolhida demonstra as oscilações inerentes ao processo histórico. Dessa forma, enquanto os escritos dos primeiros tempos inseriam-se em contexto de franca expansão do prelo e gozavam de ambiente de liberdade de imprensa, proclamada, inclusive, pelas Cortes de Lisboa, os da metade do ano de 1822, em especial após o 7 de Setembro, vêm-se às voltas com forte sistema de censura. A obra é relevante, ainda, por proporcionar-nos melhor compreensão das sociabilidades, do universo mental e da literatura brasileira do século XIX – e não só das primeiras décadas deste. Pelo conteúdo e, principalmente, pelas formas de expressão linguística, os panfletos impregnaram a cultura escrita do oitocentismo no país.

No labor historiográfico inexistem fontes documentais ineludíveis. Sabemos todos que a "operação histórica" se desenvolve tendo em conta problematização aprioristicamente delineada. Há documentos, porém, que se apresentam fundamentais para determinados estudos. No concernente aos da Independência, repita-se, os panfletos são matéria-prima básica, em especial no que tange às investigações relativas à cultura política daquela realidade, como, há tempos, apontara um dos pesquisadores do período.[14] Por intermédio desses escritos, pode-se analisar o vasto vocabulário político por eles apropriado e neles aplicado. Mais: pelo aparato conceitual – despotismo, constitucionalismo, "corcundismo", secularismo, representatividade, soberania, liberalismo, pátria e nação – presente nos textos, viabiliza-se a análise da dinâmica dos acontecimentos. Ou exatamente: pode-se captar como o combate ao despotismo dos primeiros tempos cede lugar às pregações e às discussões em torno do constitucionalismo monárquico e, dessas, à divulgação da proposta separatista, à fixação do ideário liberal e à estruturação do Império.

Diga-se, finalmente, que essa farta coletânea não limita seus frutos somente aos estudos da História. É nítido o seu potencial aproveitamento, no mínimo, para análises linguísticas, na área da Retórica, da Literatura, da Ciência Política, da Comunicação Social. Em poucas palavras: *Guerra literária* é muito bem-vinda!

**RESUMO | A "praga" panfletária**

O autor desta resenha se aplica à análise de uma coletânea de textos – os panfletos que circularam no Brasil e, em especial, no Rio de Janeiro nos anos que antecederam a proclamação da Independência – que agora aparecem em livro graças ao empenho dos historiadores José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos e Marcello Basile. Irreverentes, fesceninas, às vezes apócrifas, essas publicações refletem com rara propriedade as lutas políticas que se travaram naquele período e a sociedade nelas empenhada, constituindo, portanto, fontes documentais úteis não apenas para estudos históricos, mas também para pesquisas em outros campos do conhecimento, tais como Literatura, Ciência Política e Comunicação Social.

***ABSTRACT* | *A "flurry" of pamphlets***

The author of this review analyzes a collection of texts – pamphlets that circulated in Brazil and especially in Rio de Janeiro during the years preceding the proclamation of independence – that now appears as a book thanks to the efforts of historians José Murilo de Carvalho, Lúcia Bastos, and Marcello Basile. Irreverent, licentious, at times apocryphal, these publications reflect with rare appropriateness the political struggles taking place during that period and the society involved. They thus constitute useful documentary sources, not only for historical studies, but also for research in other fields of knowledge such as literature, science, politics, and social communications.

**Notas |**

1. Resenha da obra organizada por CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (Org.). *Guerra literária* – panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. 4 v.

2. CARVALHO, José Murilo; BASTOS, Lúcia; BASILE, Marcello (Org.). *Às armas, cidadãos*. São Paulo: Companhia das Letras; Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

3. CARNEIRO, Manuel Borges. *Portugal regenerado em 1820.* Lisboa: Typographia Lacerdina, 1820.

4. Cf. final do v. 4.

5. Cf. v. 1, p. 47-61.

6. Cf. v. 4, p. 723-779.

7. Cf. v. 1, p. 35.

8. Em 1815, a colônia foi elevada à condição de Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, por decreto do então príncipe regente dom João.

9. Esses últimos referem-se ao conflito travado desde 1816 pelo Império português com as antigas Províncias Unidas do Rio da Prata pelo domínio do território da Província Cisplatina, anexada por Portugal naquele ano, e, posteriormente, motivo de guerra pelo Império do Brasil, entre 1825 e 1828. Desse conflito resultou a independência e a autonomia política do território hoje ocupado pelo Uruguai.

10. FREDA, Isabel. In: CARVALHO; BASTOS; BASILE (Org.). *Guerra literária*.

11. A interpretação é difundida pelo autor em vários de seus textos, entre os quais cite-se: BASILE, M. Revolta e cidadania na Corte Regencial. *Tempo*, Niterói, n. 22, p. 31-57, jan. 2007.

12. HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública.* Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

13. VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. *História da Independência do Brasil*. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1962.

14. NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das. *Corcundas e constitucionais*: a cultura política da Independência (1820-1823). Rio de Janeiro: Revan; Faperj, 2003.

**Caio Boschi** é doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP), lecionou em universidades do país e do exterior. Possui larga experiência em arquivos públicos do Brasil e de Portugal. É autor de vasta bibliografia historiográfica, citando-se entre suas muitas obras*, Os leigos e o poder, Barroco Mineiro: artes e trabalho, Fontes primárias para a História de Minas Gerais em Portugal* e *O Brasil-Colônia nos Arquivos Históricos de Portugal,* frutos de sua intensa atividade como pesquisador de documentação histórica, além de outros títulos no campo da História do Brasil. E-mail: caioboschi@hotmail.com

Estante

# Renovação historiográfica

**Amilcar Martins Filho**. *Livraria Mineira*: catálogo da notável e preciosa biblioteca mineiriana do Instituto Cultural Amilcar Martins. Belo Horizonte: ICAM, 2015.

Trata-se da mais recente publicação do Instituto Cultural Amilcar Martins, contendo mais de dez mil referências bibliográficas sobre a história e a cultura de Minas Gerais. Sem dúvida, a mais importante obra de referência já publicada sobre esse Estado. Entre livros, opúsculos, periódicos, mapas e um pequeno número de manuscritos colecionados ao longo de 45 anos, o acervo reúne valiosa bibliografia sobre os mais variados assuntos da história mineira.

**Ana Carneiro, Graziele Dainese, John Comerford**. *Giros etnográficos em Minas Gerais*: casa, comida, prosa, festa, política, briga e o diabo. Rio de Janeiro: 7Letras, 2015.

Inspirado no termo “giro” dado ao movimento constitutivo da folia de reis – que também pode ser jocosamente evocado, no Norte de Minas, para se referir a uma sequência de visitas a casas vizinhas –, o presente livro reúne textos de etnógrafos que “giraram” por diferentes regiões mineiras e, ao se introduzirem sutilmente no ambiente, convidam o leitor a chegar às casas e cozinhas “da roça”, andar pelos caminhos entre elas, prosear e comer com o povo de cada lugar, bem como participar de folias, festas, reuniões e campanhas eleitorais.

**Antônio Nahas Júnior.** *A queda* - Rua Atacarambu, 120. Belo Horizonte: Scriptum, 2015.

Esse livro reconstrói a história do grupo revolucionário Comando de Libertação Nacional (Colina), fundado em Minas Gerais, em 1967, e com atuação em outros Estados da Federação. Nessa reconstrução histórica recupera-se a experiência de outros partidos revolucionários que antecederam e inspiraram o Colina. Destacam-se os debates intelectuais e as interpretações a respeito da situação brasileira e das estratégias de luta contra o regime ditatorial. O relato tem valor como testemunho de uma experiência política forjadora do tempo presente.

## Obras de referência e estudos pioneiros contribuem para a difusão e renovação da pesquisa a respeito da História de Minas Gerais.

**Francisco de Assis Carvalho**. *Entre a palavra e o chão*: memória toponímica da Estrada Real. São Paulo: Alameda, 2015

Os caminhos têm história. No caso específico da atualmente denominada Estrada Real, essa história tem raízes no passado colonial. Através dela circularam colonizadores portugueses, escravos, mercadorias, viajantes mineiros. Sua importância resultou, ao longo de seu trajeto, na multiplicação de postos militares e de fiscalização. Centrado na onomástica, o presente estudo preenche uma importante lacuna do processo de formação do território mineiro, revelando as ligações entre a Ciência Toponímica, a Geografia e a História.

**Francisco Eduardo Pinto**. *A hidra de sete bocas*: sesmeiros e posseiros em conflito no povoamento das Minas Gerais. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2014.

O historiador Francisco Eduardo Pinto analisa o complexo processo de ocupação da Comarca do Rio das Mortes, cuja sede era a Vila de São João del-Rei. Revela-se nesse estudo a sofrida conquista dos sertões, que avançou com violência sobre terras indígenas. Por meio de pesquisas em arquivos brasileiros e portugueses, demonstra-se a formação, às margens das terras de ouro e de diamantes, do latifúndio no território da capitania mineira, descortinando um processo de ocupação territorial ainda muito pouco conhecido.

**Ricardo Giannetti**. *Ensaios para uma história da arte de Minas Gerais no século XIX.* Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

Trata-se de uma obra que reúne reflexões a respeito da produção artística de Minas Gerais no período posterior ao barroco, época geralmente pouco considerada pelos pesquisadores. A minuciosa pesquisa empreendida pelo autor ilumina vários aspectos da história cultural, como a música brasileira do século XIX e, em especial, a arte mineira oitocentista em suas múltiplas dimensões socioculturais.

Revista do Arquivo Público Mineiro | Estante Antiga

# De insetos e outros bichos no papel

Valéria Mara da Silva

Imagem de uma coleção de insetos e outros pequenos animais registrada numa fotografia do acervo do APM permite inferir algumas hipóteses sobre as ideias modernizadoras que sustentaram a tentativa de implantação em Minas de uma política agrária baseada em pressupostos científicos.

> Entre o fim do século XIX e princípio do XX, os debates acerca da agricultura no Brasil apontavam a necessidade da transição entre uma economia agroexportadora, baseada no modelo da monocultura, para uma economia de base capitalista industrial. Os grupos sociais tentavam dar forma às suas reivindicações e interesses específicos, entre eles agricultores e pecuaristas. Modificar as bases da agricultura no país e com ela os destinos da nação era a retórica vigente.

Os diversos grupos existentes disputavam maior espaço na esfera pública, mas havia entre eles um denominador comum: a alegação de que na agricultura estava a natural vocação do Brasil. Esse discurso foi apropriado por associações de vários cantos do país, assumindo feições particulares quanto aos temas principais: diversificação produtiva, associativismo e modernização agrícola, entre outros.[1]

Em Minas Gerais, segundo Eliza Borges, "não houve um movimento agrarista de grupos minoritários do setor primário".[2] Entretanto, as mesmas temáticas – diversificação produtiva, associativismo, modernização agrícola etc. – foram debatidas pela elite agrária local.[3] Em 1903, durante o Congresso Agrícola, Comercial e Industrial do Estado de Minas Gerais, foi traçado um projeto de desenvolvimento regional cuja principal deliberação era a diversificação da agricultura, meio pelo qual se superaria o atraso econômico do Estado. As ideias discutidas no evento mantiveram-se como referência da modernização mineira até meados do século XX.[4]

## Imagem do progresso

Uma fotografia em preto e branco depositada no acervo do Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria de Agricultura,[5] revela matizes desse quadro político-econômico, no qual a diversificação e a modernização eram as palavras de ordem. Trata-se de uma imagem produzida na fazenda-modelo Diniz, fundada em 4 de dezembro de 1907, no município de Itapecerica. A exemplo dessa, outras fazendas[6] foram pensadas como espaços onde se ministraria o ensino agrícola no Estado. Seu objetivo era oferecer ao trabalhador o conhecimento de novas técnicas produtivas com vistas à superação de métodos de cultivo moldados pela rotina, dando-se ênfase aos aspectos práticos do fazer agrícola.[7] Conforme apregoado em discursos de vários homens públicos, entre os homens do campo prevalecia a lei do menor esforço e essa deveria, necessariamente, ser substituída por uma nova ética. Para tanto, seria preciso instrumentalizar os agricultores mineiros para que alcançassem os patamares dos povos cultos e praticantes da agricultura racional.

Na fotografia vemos insetos,[8] pássaros, ninhos, filhotes de cobras e outros seres minúsculos numa escala que dificulta uma leitura imediata. Sem autor e data – supomos a década de 1920 –, traz anotações manuscritas onde se lê: "Campo de experiências agrícolas e horto florestal da Fazenda Diniz do Estado de Minas. Coleção Entomológica, vendo também alguns filhotes de cobras e pássaros cujas espécies foram capturadas nos domínios da fazenda". Temos a impressão de que a imagem pertence a outra época, remetendo-nos aos gabinetes de curiosidades do século XVIII com seus objetos "belos" dispostos em arranjos pitorescos, a exemplo de pássaros empalhados e borboletas.[9] O estranhamento torna-se ainda maior, pois no contexto em que essa imagem foi produzida a natureza é apresentada em coleções cada vez mais especializadas e submetidas a regras taxonômicas.

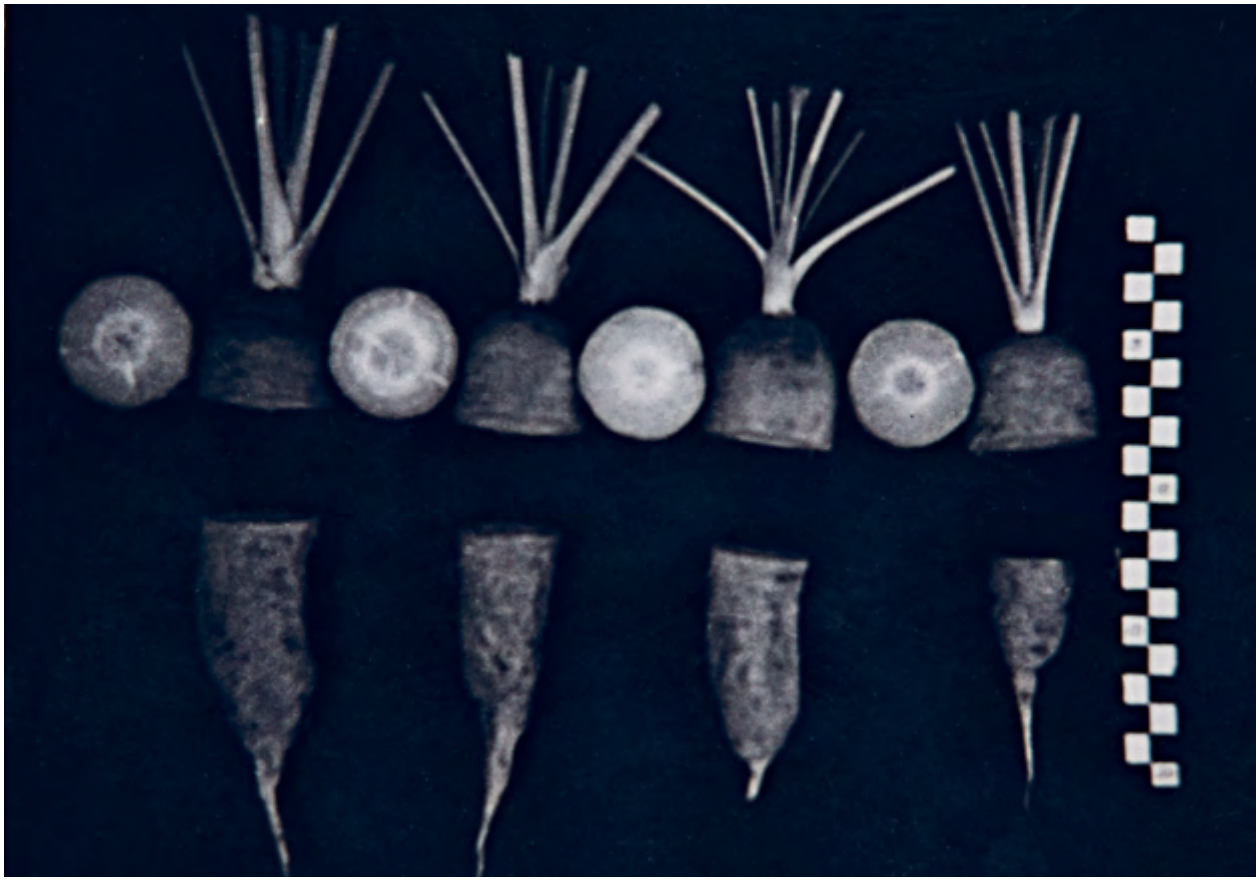
Quais seriam os objetivos da coleta que deu origem à coleção e quais os seus responsáveis? Um funcionário da fazenda, um *mestre de culturas*? Os espécimes foram coletados para dar início a futuros estudos ou

Entrada principal da fazenda-modelo Diniz, fundada em 4 de dezembro de 1907, no município de Itapecerica, para ensino e pesquisa agropecuários. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria da Agricultura. 11/1924 – SA 1001(18).

por simples curiosidade? As anotações na parte inferior da fotografia, efetuadas pelo autor da imagem, ou por outra pessoa no momento do arquivamento, remetem a um princípio de classificação, ao dar às amostras o nome de *Coleção Entomológica*. O arranjo direciona nosso olhar para os espécimes da classe *Insecta*, tornando-os protagonistas da composição.

Sabe-se que os estudos sobre insetos se intensificaram a partir da segunda metade do século XIX, que os relacionaram a patologias humanas e a pragas das lavouras. De um lado, tem-se a medicina tropical que produziu trabalhos indicando o papel dos insetos e de microrganismos como transmissores e hospedeiros de doenças.[10] De outro, a entomologia agrária que deu atenção aos insetos de interesse agrícola e pecuário. Foram criadas e prescritas medidas para conter a proliferação de pragas e de agentes patológicos exóticos em várias partes do mundo. Concorreu para tanto uma série de contingências econômicas e sociais, tais como o desenvolvimento dos meios de comunicação e o comércio internacional.

No que tange à agricultura, desde o início dos debates acerca da criação do Ministério da Agricultura,[11] os Estados Unidos eram exemplo recorrente. Uma das pautas discutidas no Primeiro Congresso Nacional de Agricultura (1901) foi a criação de um órgão federal para se encarregar dos assuntos agrícolas no país. O conteúdo e a orientação para o almejado ministério vinham do Departamento de Agricultura norte-americano, cuja estrutura foi repassada aos participantes do evento pelo diplomata Assis Brasil (1857-1938).[12] Nesse pacote estavam incluídos os modelos de defesa agrícola e serviço entomológico, a serem implantados em terras brasileiras.



Cenouras de cultivo selecionado.1953. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria da Agricultura. SA-3-001(48).

A documentação relativa à agricultura mineira no início do século XX indica essa preocupação. A Diretoria de Agricultura[13] criou em 1907 um serviço de informações técnicas apontando o órgão congênere dos EUA como referência. Desse modo, o desenvolvimento da agricultura no país teria como fundamento os estudos de questões agrícolas, bem como as "experiências e publicações sobre entomologia, patologia vegetal, culturas novas, pomologia".[14] Nesse contexto, é interessante notar que constituir uma coleção de insetos se harmonizava com os preceitos científicos dos ditos "países cultos", mas também com uma *cultura do ver* própria de um ensino especializado que visava aos aspectos práticos do labor agrícola. O objetivo dessa metodologia era produzir informações para os agricultores, ou seja, para "aqueles que se acham no campo de ação".[15] Tinham-se em vista as várias dificuldades que se colocavam diante dos olhos do agricultor e estorvavam seu trabalho. Esse vínculo está na própria constituição das ciências de campo, saberes agrícolas, que preconizam a relação constante entre o profissional portador do saber e o trabalhador do campo. Durante seu trabalho, esse profissional deveria descrever os eventos observados seja sob formas visuais, seja sob formas literárias, que fossem familiares aos que iriam beneficiar-se de seus ensinamentos.[16]

Coleção de sementes de milho híbrido. 1953. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria da Agricultura. SA-3-001(59).

## Colecionar para conhecer

Parece-nos que a tarefa de coletar *in loco* e registrar os insetos, pássaros e cobras que ocorriam na Fazenda Diniz delineava a produção de saberes sobre aquele espaço e as potencialidades de modificar a tão enfatizada rotina do meio agrícola, ou seja, esse inusitado arranjo trazia consigo informações de caráter utilitário. Certamente os insetos e os animais ali retratados eram velhos conhecidos do homem do campo, contudo, havia produção de conhecimento novo na operação de reunir e dispor tais espécies em uma imagem de conjunto.

Outra leitura possível sobre a feitura da coleção pressupõe que a distribuição lado a lado de espécies de diferentes classes, sem obediência a uma metodologia rigorosa, teria como finalidade apenas a amostragem aleatória da diversidade zoológica da fazenda. Daí observar-se, em sua execução, o descomprometimento com o critério da especialização científica. Em ambas as hipóteses, a coleção mantém seu caráter primeiro, ou seja, o caráter ilustrativo e instrucional.

Apesar de não dispormos de anotações mais precisas sobre a coleta, é importante nos perguntarmos sobre a metodologia de preparação e conservação dos

exemplares reunidos na coleção. Pode-se indagar, por exemplo, se o responsável – ou responsáveis – pela coleta tinha conhecimentos sobre taxidermia, uma vez que o pássaro à esquerda da fotografia parece ter sido submetido a essa técnica. É pertinente ainda saber se a montagem da coleção e seu posterior registro fotográfico serviram como documento legal, ou apenas para a divulgação das atividades experimentais realizadas na fazenda.

Além de seu caráter documental, a produção da fotografia em questão levanta outras questões. A opção de utilizar o mapa do Estado como suporte para as amostras teria partido do coletor ou do fotógrafo? Seriam eles a mesma pessoa? Ao identificarmos a coleção como resultado do conhecimento e da informação produzida na fazenda-modelo, que aponta para o porvir do desenvolvimento agrário no Estado, vemos que se articula um jogo entre o estético e o político. Adotar o mapa de Minas Gerais como pano de fundo é afirmar e validar a prática ali retratada, tornar visível uma vontade política, fixar no tempo e no espaço aquilo que foi observado, coletado e experimentado.
A sobreposição da coleção ao mapa dá um sentido de previsão sobre a terra, seu destino.

O projeto das fazendas-modelo não perdurou por muito tempo. Já em 1914/1915 as então existentes foram excluídas da lei orçamentária do Estado. Conforme a documentação, depois disso a Fazenda Diniz foi arrendada a particulares por diversas vezes.[17] Em 1919, a mensagem do então presidente do Estado, Arthur Bernardes (1875-1955), desacreditava dos resultados do ensino ministrado nessas fazendas. Ponderava, inclusive, sobre a qualidade do trabalho desenvolvido, ao expor o número reduzido de pretendentes aos cursos que se dirigiam a esses estabelecimentos, acreditando, assim, ser diminuído o seu "raio de ação".[18] Interessante notar que na mesma mensagem foi relatada a ocorrência de várias pragas e dos prejuízos causados por elas às lavouras, entre as quais gafanhotos, saúvas (*Atta* spp), lagarta rosada (*Pectinophora* gossypiella*)* e a lagarta curuquerê (*Alabama* argillacea).

Nosso objetivo neste texto não foi o de analisar exaustivamente esta fotografia, depositada no acervo do Arquivo Público Mineiro. Contudo, podemos afirmar que tal documento dá contornos a várias visibilidades que se conectam: a ideologia de modernização da agricultura, a apropriação da ciência e a atuação do Estado por meio do planejamento e da execução de projetos de desenvolvimento agrário. Como se vê, vários discursos se enunciam por meio dessa imagem: visual, textual e político.

**RESUMO | De insetos e outros bichos no papel**

Na passagem do século XIX para o XX, o Brasil assistiu a uma valorização do discurso científico, com o qual as elites agrárias postulavam a modernização das atividades agropecuárias por meio da aplicação de práticas já desenvolvidas nos países cultos, em especial os Estados Unidos da América. Uma das iniciativas nessa direção, tomada em Minas Gerais no âmbito da administração pública, foi a criação de fazendas-modelo, nas quais eram ministrados ensinamentos que pudessem modificar o comportamento tradicionalmente rotineiro dos trabalhadores do campo, rompendo assim com seu atraso secular em benefício de toda a sociedade. Registro emblemático desse esforço está retratado em uma fotografia depositada no acervo do APM, que exibe uma coleção de insetos e animais, supostamente causadores de pragas às lavouras, sobre um fundo de papel impresso com o mapa do Estado de Minas Gerais. O fracasso da iniciativa das fazendas-modelo lança uma interrogação sobre as experiências nelas levadas a efeito, tais como a coleta e organização desse quadro ilustrativo. Este sugere, no entanto, mais de uma leitura sobre o discurso ideológico modernizador vigente à época.

***ABSTRACT | Of insects and other paper pests***

In the transition from the XIX to the XX century, there was in Brazil a growing recognition of the value of scientific methods, used by agrarian elites to modernize agricultural activities through the application of practices that had been developed in advanced countries, especially in the United States. One of the initiatives in this direction, applied in Minas Gerais within public administration, was the creation of model farms in which teaching took place aimed at changing the day-to-day behavior of agriculture workers, thus making a break with their secular backwardness for the benefit of the society at large. An emblematic record of this effort is found in a photograph found in the collections of the Minas Gerais State Archives that exhibits a collection of insects and animals, purportedly the causes of crop damage, printed over a background of the State of Minas Gerais. The failure of the model farms initiative raises questions about the experiments that took place within them, such as the collection and organization of this illustration. This suggests, moreover, more than one reading in regard to the modernizing ideological discourse current at that time.

**Notas |**

1. Ver: MENDONÇA, Sônia Regina de. *O ruralismo brasileiro (1888-1931).* São Paulo: Hucitec, 1997.

2. BORGES, Maria Eliza Linhares. *Elite agrária em tempo de mudança*: Minas Gerais, 1928-1946. Tese (doutorado em Sociologia) – Sociedade Brasileira de Instrução, Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1997. p. 46.

3. Como exemplo desse movimento de divulgação de "novas tecnologias", podemos citar a Sociedade Mineira de Agricultura, fundada em 1909, com o auxílio da Igreja Católica. Nas atas da agremiação constam os tópicos sobre "Instrução Agrícola" e "Propaganda Agrícola na Igreja", em que os párocos eram solicitados a divulgar e promover a "moderna agricultura". Os bispos foram oficialmente admitidos como sócios honorários em 1917. Sociedade Mineira de Agricultura, MG, Sessão 13, 18 de janeiro de 1918, quarta-feira, p. 11.

4. DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999. p. 48.

5. Acervo Arquivo Público Mineiro, Fundo Secretaria de Agricultura, Gabinete Photografico da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, Álbum Diretoria de Agricultura, Terras e Colonização.

6. Sobre as fazendas-modelo, ver: VERSIEUX, Daniela Pereira; GONÇALVES, Irlen Antônio. A criação das fazendas-modelo em Minas Gerais: uma política pública para a educação profissional agrícola na Primeira República (1906-1914). *Revista de História Regional,* n. 18, v. 1, p. 125-151, 2013.

7. Decreto-Lei nº 438, de 24 de novembro de 1906.

8. Besouros (*Coleoptera*), libélulas (*Odonata)* e borboletas (*Lepdopitera*).

9. Ver: KURY, Lorelai Brilhante; CAMENIETZKI, Carlos Ziller. Ordem e natureza: coleções e cultura científica na Europa moderna. *Anais do Museu Histórico Nacional,* n. 29, p. 57-85, 1997.

10. Ver: ROMERO SÁ, Magali. A ciência, as viagens de coleta e as coleções: medicina tropical e o inventário da história natural na Primeira República. In: HEIZER, Alda; VIDEIRA, Antonio Augusto Passos. *Ciência, civilização e república nos trópicos.* Rio de Janeiro: Mauad X; Faperj, 2010. p. 227-244.

11. Uma longa tramitação ocorreu quando em 1909 o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio foi instituído por meio do Decreto nº 7.727, de 9 de dezembro de 1909.

12. Segundo Sônia Regina de Mendonça, durante sua carreira diplomática, Joaquim Francisco de Assis Brasil "extrairia os mais profícuos frutos para afirmar-se como uma das lideranças ruralistas do período, quer pelos conhecimentos adquiridos nos contatos com as modernas técnicas agrícolas norte-americanas, quer pelos movimentos de propaganda em prol da agricultura brasileira que sua vivência no exterior permitiu-lhe organizar". Sua obra *A cultura dos campos* foi publicada pela Secretaria de Agricultura de Minas Gerais no governo de João Pinheiro (1906-1908), sendo os 12.000 exemplares distribuídos às escolas primárias como livro de leitura. MENDONÇA. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*, p. 29-30.

13. A Diretoria de Agricultura era um órgão responsável pelas áreas de Agricultura, Comércio, Terras e Colonização em Minas Gerais. Até o ano de 1910, foi vinculada à Secretaria das Finanças.

14. SILVA, João Pinheiro da. *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. João Pinheiro da Silva ao Congresso Mineiro*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1908. p. 15.

15. BRANDÃO, Júlio Bueno. *Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado Júlio Bueno Brandão ao Congresso Mineiro.* Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. p. 26.

16. KUKLICK, Henrika; KOHLER, Robert. *The history of science society*, OSIRIS, Published by: The University of Chicago Press 2nd series, V.11, 1996. p. 5.

17. De acordo com Daniela Versieux e Irlen Gonçalves, a partir de 1915, as fazendas "foram vendidas, outras arrendadas, sendo que apenas a fazenda da Gameleira continuou existindo enquanto tal, vinculada que estava ao Instituto João Pinheiro. O campo de demonstração de Aiuruoca funcionou ainda por alguns anos". VERSIEUX; GONÇALVES. A criação das fazendas-modelo em Minas Gerais.

18. Relatórios dos Presidentes dos Estados Brasileiros – 1891 a 1930. Disponível em: <http://memoria.bn.br/>. Acesso em: 10 dez. 2014.

**Valéria Mara da Silva** é doutora em História pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-doutoranda do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Realiza pesquisas na área de História da Ciência com ênfase no papel dos amadores na constituição da Botânica.
E-mail: valeriamara@gmail.com

**Folha de rosto**
Portada do jornal republicano *A Revolução*, publicado em Campanha, Sul de Minas, edição de 23 de novembro de 1889, oito dias após a proclamação da República, trazendo chamadas alusivas às principais efemérides nacionais, com omissão da declaração de Independência, em 7 de setembro de 1822, pelo então príncipe regente Pedro de Alcântara, membro da casa monárquica que acabava de ser deposta do trono. *A Revolução*, 23/11/1889, ano I, n. 38. Campanha (MG). Hemeroteca Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa.

**Expediente**
Cerimônia de inauguração, em 21 de abril de 1894, do monumento em homenagem a Tiradentes, na praça do mesmo nome em Ouro Preto (MG), local em que foi exposto seu corpo esquartejado, após o cumprimento da setença de enforcamento, em 21 de abril de 1792, no Rio de Janeiro. Arquivo Público Mineiro. Coleção Nelson Coelho de Senna. NCS-116.

**Sumário**
Menu do jantar íntimo oferecido ao presidente do Estado de Minas Gerais João Pinheiro da Silva pela família Magalhães em 25 de junho de 1906. Arquivo Público Mineiro. Fundo João Pinheiro. JP-cx. 30, doc. 3741.

**Páginas 18 e 19**
Inscrição de eleitora de origem popular feita no ano em que as mulheres conquistaram em plano nacional o direito de voto, que exerceram na eleição para a Assembleia Constituinte, já no regime Vargas. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior. SI-13, cx. 25, pc. 02, 1933. p. 18/19.

**Páginas 24 e 25**
Planta da região do Vale do Rio Doce que serviu de prova sobre a questão dos limites entre Minas Gerais e Espírito Santo. Vila Rica (MG). Autoria: José Joaquim da Rocha. 1798. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior. SI -007(05).

**Páginas 40 e 41**
Carta topográfica do Vale do Mucuri, 1854. O mapeamento da região foi instrumento importante para a pentração dos colonos brancos. Arquivo Público Mineiro. Coleção Arquivo Público Mineiro. APM – 010.

**Páginas 48 e 49**
Fac-símile da primeira página da publicação modernista *leite criôlo*, que circulou em Belo Horizonte em 1929. Reedição do Instituto Cultural Amilcar Martins organizada por Amilcar Vianna Martins Filho e Cleber Araújo Cabral. Coleção Memória de Minas, 2012.

**Páginas 68 e 69**
Trabalhadores observam o corpo de Sebastião Tomé, um dos mortos da manhã de 7 de outubro de 1963, que jaz em uma mesa no escritório central da Usiminas. Foto: Antônio Cocenza/Estado de Minas (Reprodução). In: FREITAS, Marcelo. *Não foi por acaso*. Belo Horizonte: Ed. Comunicação de Fato, 2009."

**Páginas 86 e 87**
Fachada do prédio em que funcionava o Departamento de Ordem Política e Social do Estado de Minas Gerais (Dops/MG). Ali estiveram presos inúmeros militantes da esquerda, cuja passagem foi registrada em documentos esclarecedores sobre a história do período autoritário. Arquivo Público Mineiro. Fundo Departamento de Ordem Política e Social (Dops). Rolo 0055, pasta 4163. Imagem 50.

**Páginas 108 e 109**
Comício pela campanha das Diretas Já na Praça Rio Branco em Belo Horizonte. No palanque, políticos falam à massa de populares aglomerada na praça e por quase toda a extensão da Avenida Afonso Pena. 1984. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria de Governo. Série Tancredo Neves. Dossiê 3954, cx. 09, doc. Oo6.

**Páginas 112 e 113**
Requerimento de qualificação de eleitor feito à 50ª Zona da Justiça Eleitoral em Itabira (MG), em 7 de abril de 1933. O registro de eleitores em todo o país visava à eleição da Assembleia Nacional Constituinte marcada para 3 de maio daquele ano. 1933. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria do Interior. Notação SI-13, cx. 25, pc. 02.

**Páginas 114 e 115**
Festa tradicional dos negros de Uberaba (MG) em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. 1897. Arquivo Público Mineiro. Coleção Municípios Mineiro. MM-285.

**Páginas 132 e 133**
*Hall* de entrada do prédio da Casa dos Contos, em Ouro Preto (MG), vendo-se à direita a escada de pedra que leva ao segundo pavimento, abaixo da qual fica o cubículo em que esteve preso e morreu o inconfidente Cláudio Manuel da Costa. Arquivo Público Mineiro. Coleção Municípios Mineiros. MM-191(01).

**Páginas 144 e 145**
*Bases de huma constituição livre,* panfleto inspirado nos princípios da Constituição dos Estados Unidos da América. Lisboa. Typografia Morandiana, 1820. Biblioteca Nacional (Brasil), Obras Raras, 22b, 1, 5, nº. 241. In: CARVALHO, José Murilo de; BASTOS, Lucia; BASILE, Marcello (Org.). *Guerra literária*: panfletos da Independência (1820-1823). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 34. (Reprodução)

**Páginas 154 e 155**
Coleção entomológica de insetos, pássaros e filhotes de cobra, espécies capturadas na Fazenda Diniz, na qual se desenvolviam pesquisas sobre pragas e outros agentes patológicos à lavoura. Sem data. SA-1-001(08). Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria da Agricultura.

---

**Agradecimentos**
Biblioteca Nacional - Rio de Janeiro (RJ)
Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte
Funcionários do Arquivo Público Mineiro
Museu da Inconfidência - Ouro Preto (MG)

A **RAPM** agradece a todas as pessoas e instituições que autorizaram, gentilmente, a reprodução das imagens deste número. Envidaram-se todos os esforços para reconhecer e contatar a fonte e o detentor dos direitos de *copyright* de todas elas. Desculpamo-nos por quaisquer erros ou omissões involuntárias, que poderão ser retificados, em forma de errata, nos volumes futuros desta revista.

O conteúdo dos artigos e ensaios publicados na **RAPM** é de inteira responsabilidade dos autores.

---

Máquina agrícola fabricada na oficina de L. Lebre, especializada em fundição de ferro e bronze. Arquivo Público Mineiro. Fundo Secretaria da Agricultura. Série 4.2 – Cx 05 – Pc 11 – 21 docs – 1896-1899.

9 770104 836800
LEI DE INCENTIVO À CULTURA
Apoio
ASSOCIAÇÃO CULTURAL
APM
ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO
CIRCUITO LIBERDADE
iepha
MINAS GERAIS
Patrocínio
CEMIG
A Melhor Energia do Brasil.
SECRETARIA DE CULTURA
Realização
MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS
Ministério da Cultura
GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA